

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

DAVID ANDERSON ZANONI

**ORIENTALISMO IMPRESSO: A REVOLUÇÃO  
IRANIANA SOB O PRISMA DOS JORNAIS *CLARIN* E  
*FOLHA DE S. PAULO* (1979-1981)**

PASSO FUNDO  
2021

David Anderson Zanoni

**ORIENTALISMO IMPRESSO: A REVOLUÇÃO  
IRANIANA SOB O PRISMA DOS JORNAIS *CLARIN* E  
*FOLHA DE S. PAULO* (1979-1981)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo  
2021

CIP – Catalogação na Publicação

---

Z33o Zandoni, David Anderson  
Orientalismo impresso [recurso eletrônico] : a revolução iraniana sob o prisma dos jornais *Clarín* e *Folha de São Paulo* (1979-1981) / David Anderson Zandoni. – 2021.  
3,1 Mb. ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.  
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

1. Irã – Política. 2. Irã – História – Revolução, 1979.  
3. Orientalismo. I. Heinsfeld, Adelar, orientador. II. Título.

CDU: 955

---

Catálogo: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

## Banca Examinadora do Doutorado

---

Prof. Dr. Alessandro Batistella (UPF)

---

Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

---

Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy (UFRJ)

---

Prof. Dr. Renato Jose da costa (Unipampa)

---

Prof. Dr. Adelar Heinsfeld (Orientador - UPF)

*Dedico este trabalho às pessoas que mais amo, minha família: meus pais Leonir Zanoni e Silvana Zanoni, pelo apoio incondicional ao longo de toda a minha trajetória intelectual, desde o ensino básico até o ensino superior. Também dedico a minha esposa, Jéssica Fochezatto, pela paciência, compreensão e apoio ao longo destes quatro anos de pesquisa e dedicação que empreguei na produção desta tese. Sem o apoio de vocês eu não seria e nem conseguiria nada, gratidão.*

Meus mais sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH, em especial aos professores: Gizele Zanotto, por apresentar-me o Irã a partir da iniciação científica. À professora Ana Luiza Setti Reckziegel coordenadora do PPGH-UPF e a todos os professores do programa, os quais me proporcionaram um excelente ensino ao longo destes anos do doutorado.

Um agradecimento muito especial ao Professor Adelar Heinsfeld, meu orientador e amigo, pelo auxílio, compreensão, dedicação, extrema capacidade intelectual e erudição na tarefa de orientar-me nesta tese.

À professora Marlise Mayer a qual iniciou este projeto comigo e acreditou na proposta de pesquisa apresentada. A minha colega de trabalho Vanessa Polli que realizou a revisão ortográfica e da ABNT, muito obrigado.

Ao arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno, localizada em Buenos Aires e seus funcionários que muito bem me atenderam no período em que estive lá pesquisando. Aos administradores do acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo* pelo acesso irrestrito que muito ajudou neste estudo.

Ao professor Renatho José Costa que atendeu prontamente minhas mensagens e avaliou minha pesquisa na qualificação. Aos professores Alessandro Batistella e Murilo Meihy por terem aceitado participar da banca enriquecendo este trabalho com suas contribuições extremamente relevantes.

Aos meus amigos que tiveram paciência na minha ausência ao longo desse tempo em que não estive presente, no propósito de dedicar-me a este estudo. Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Mais uma vez a minha família, que são meu alicerce. Muito obrigado.

“O desafio intelectual deste século reside no fim de uma visão parcial e negativa de que são vítimas as culturas do Oriente diante de nossa arrogância intelectual. Se o Ocidente é Acidente, e não Destino, se é Parte, e não Todo, como pode outorgar a si mesmo a condição de Leitor ideal do que se passa nas areias do Tchad ou nas mesquitas da Caxemira? (...)”

Marco Lucchesi

## RESUMO

A presente tese de doutoramento tem o propósito de analisar e compreender o processo de mudança governamental iraniana a partir de 1979 através da imprensa periódica. Para tanto, foram escolhidos como objetos e fonte de pesquisa os jornais *Clarín*, da Argentina, e o diário brasileiro, a *Folha de S. Paulo*. O processo de queda da monarquia regida autocraticamente por Mohammad Reza Pahlavi, o xá do Irã, entrou em colapso após 37 anos de manutenção no poder. Seu regime foi substituído por uma república, capitaneada pelo aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini. O processo de queda da monarquia e ascensão da República Islâmica do Irã foi noticiado por veículos de comunicação do mundo inteiro. Interessa-nos, neste estudo, através da análise de conteúdo dos periódicos já referidos, analisar de que maneiras tais meios midiáticos produziram notícias que reportaram o Irã e seu processo político aos leitores. Objetivamos observar se e como ocorreu a produção de sentidos ou representações do Irã, seu povo, cultura e religiosidade a partir dos desdobramentos da revolução iraniana. A história do Irã contemporâneo, sobretudo a partir da dinastia Pahlavi (1925-1979), período em que o país foi governado primeiramente pelo pai Reza Khan Pahlavi, e depois, por seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, até a instauração da República Islâmica, são elementos apresentados para entendimento do contexto em que se insere este estudo. As relações geopolíticas estabelecidas entre o Ocidente, primeiramente pela Inglaterra e, após a Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos com o Irã também se constituem elementos de análise, uma vez que contextualizam as relações Ocidente e Oriente islâmico. Por fim, todas as questões aqui apresentadas estão inseridas no campo de debate do Orientalismo, ou seja, conceito cunhado por Edward Said que trata da construção do Oriente pelo Ocidente através de um minucioso arcabouço intelectual que legitima a dominação ocidental sobre territórios do Oriente islâmico. Assim sendo, pretende-se compreender a História através da imprensa com um referencial teórico que reúne a História do tempo presente e a História Política, tendo como pano de fundo a Revolução Iraniana de 1979 sob o prisma dos jornais que foram selecionados para este estudo.

**Palavras-chave:** Irã. Jornal *Clarín*. Jornal *Folha de S. Paulo*. Orientalismo. Revolução Iraniana.

## ABSTRACT

This doctoral thesis aims to analyze and understand the process of Iranian government change since 1979 through the periodic press. For this purpose, Clarin of Argentina and the Brazilian daily, Folha de S. Paulo, were chosen as objects and research source. The process of falling the monarchy ruled autocratically by Mohammad Reza Pahlavi, the Shah of Iran, started to collapse after 37 years of being in power. His regime was replaced by an Islamic republic, led by the religious leader Ayatollah Ruhollah Musavi Khomeini. The process of the fall of the monarchy and the rise of the Islamic Republic of Iran was reported by media outlets around the world. We are interested in this study to analyze how, through content analysis of the aforementioned periodicals, such media produced news that reported Iran and its political process to readers. We aim to observe if and how the production of meanings or representations of Iran, its people, culture and religiosity occurred from the developments of the Iranian revolution. The history of contemporary Iran, especially from the Pahlavi dynasty (1925-1979), a period in which the country was first governed by father Reza Khan Pahlavi, and later, his son, Mohammad Reza Pahlavi, until the establishment of the Islamic Republic are elements presented to understand the context in which this study is inserted. The geopolitical relations established between the West, primarily by England and after the Second World War by the United States, with Iran is also an element of analysis since they contextualize Western and Muslim East relations. Finally, all the questions presented here are inserted in the debate field of Orientalism, that is, a concept coined by Edward Said, which deals with the construction of the East by the West through a detailed intellectual framework that legitimizes Western domination over Eastern Islamic territories. Therefore, it is intended to understand History through the press with a theoretical framework that brings together the History of the present time and Political History against the background of the 1979 Iranian Islamic Revolution from the perspective of the newspapers that were selected for this study.

**Keywords:** Iran. Clarín newspaper. Folha de S. Paulo newspaper. Orientalism. Iranian Revolution.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Europa em 1939.....	65
Figura 2 - Charge de Landrú no jornal <i>Clarín</i> com o título: "Wash and Wear" .....	110
Figura 3 - Charge de Landrú no jornal <i>Clarín</i> com o título "Iran" .....	111
Figura 4 - Estrutura governamental da República Islâmica do Irã.....	115
Figura 5 - Capa de <i>Clarín</i> , dia 05 de novembro de 1979. ....	120
Figura 6 - Charge de Landrú com o título "Surmanage" .....	127
Figura 7 - Charge de Landrú com o título "Iran" .....	128
Figura 8 - Charge de Landrú com o título "Carter" .....	129
Figura 9 - Charge de Landrú com o título "Ayatollah" .....	130
Figura 10 - Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> , dia 26 de abril de 1980.....	142
Figura 11 - Capa de <i>Clarín</i> , dia 04 de janeiro de 1981 .....	145
Figura 12 - Capa da FSP no dia 17 de janeiro de 1981 .....	151
Figura 13 - Capa de jornal <i>Clarín</i> , dia 18 de janeiro de 1981 .....	152
Figura 14 - Charge de Sábat com Khomeini, Carter e Reagan .....	153
Figura 15 - Capa de <i>Clarín</i> , dia 19 de janeiro de 1981.....	154
Figura 16 - Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> no dia 19 de janeiro de 1981 .....	155
Figura 17 - Capa de <i>Clarín</i> , dia 20 de janeiro de 1981.....	157
Figura 18 - Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> no dia 20 de janeiro de 1981 .....	159
Figura 19 - Capa de <i>Clarín</i> , dia 21 de janeiro de 1981.....	160
Figura 20 - Capa do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> do dia 21 de janeiro de 1981 .....	161
Figura 21 - Charge de Sábat no jornal <i>Clarín</i> no dia 10 de abril de 1980 .....	168
Figura 22 - Capa do jornal <i>Clarín</i> no dia 12 de abril de 1980.....	169

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Disposição e quantidade de reportagens no Jornal <i>Clarín</i> (1979-1981). .24	24
Tabela 2 - Reportagens por temática no Jornal <i>Clarín</i> (1979-1981). ....25	25
Tabela 3 - Disposição e quantidade de reportagens Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (1979-1981). ....26	26
Tabela 4 - Reportagens de capa por temática no Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (1979-1981). ....27	27
Tabela 5 - Editoriais acerca do Irã no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (1979-1981). ....27	27
Tabela 6 - Reportagens da FSP sobre o Irã de 21 a 30 de janeiro de 1979. ....102	102
Tabela 7 - Reportagens da FSP sobre o Irã de 01 a 12 de fevereiro de 1979. ....104	104
Tabela 8 - Reportagens do jornal <i>Clarín</i> sobre a crise dos reféns. ....119	119
Tabela 9 - Reportagens da FSP sobre a tomada da embaixada no ano de 1979...132	132
Tabela 10 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em janeiro de 1980. ....139	139
Tabela 11 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em fevereiro e março de 1980. ....140	140
Tabela 12 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em abril de 1980. ....140	140
Tabela 13 - Reportagens sobre a Guerra Irã-Iraque no jornal <i>Clarín</i> em outubro de 1980. ....170	170
Tabela 14 - Reportagens sobre a Guerra Irã-Iraque na <i>Folha de S. Paulo</i> em outubro de 1980. ....173	173
Tabela 15 - Títulos de capa do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> EUA-IRÃ em 1979. ....178	178
Tabela 16 - Comparação dos enunciados do jornal <i>Folha</i> sobre os líderes políticos em 1979. ....180	180
Tabela 17 - Títulos de capa do jornal <i>Clarín</i> EUA-IRÃ em 1979. ....182	182
Tabela 18 - Comparação dos enunciados do jornal <i>Clarín</i> sobre os líderes políticos em 1979. ....184	184

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Reportagens por temática sobre o Irã na <i>Folha de S. Paulo</i> (1979-1981) .....	176
Gráfico 2 - Reportagens por temática sobre o Irã no jornal <i>Clarín</i> (1979-1981) .....	177

## **LISTA DE SIGLAS**

AFP – Agence France-Presse

ANSA - Agenzia Nazionale Stampa Associata

AP – Association Press

EFE - Agencia de Noticias internacionais de Espanhola

OLP - Organização para Libertação da Palestina

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

SAVAK - Sāzemān-e Ettlē'āt va Amniyat-e Keshvar

UPI – United Press International

## SUMÁRIO

<b>1. O ORIENTE VISTO PELO OCIDENTE: O ORIENTALISMO .....</b>	<b>32</b>
1.1 Orientalismo e os intelectuais.....	32
1.2 Orientalismo e a indústria cultural.....	45
1.3 Orientalismo e a imprensa .....	49
<b>2. IRÃ: DA PÉRSIA À REPÚBLICA ISLÂMICA (1925-1979).....</b>	<b>56</b>
2.1 A Dinastia Qajar e a ascensão da Dinastia Pahlavi.....	56
2.2 O Irã a partir da Dinastia Pahlavi (1925-1941) .....	60
2.3 O segundo Pahlavi e o contexto da Segunda Guerra Mundial (1941-1945) .....	64
2.4 O petróleo é nosso: a nacionalização no Irã e a operação Ajax (1951-1953).....	69
2.5 Autocraciado xá e o choque com o islã xiita (1953-1979) .....	74
2.6 A crise da monarquia e a instauração da república dos aiatolás.....	82
<b>3. A REVOLUÇÃO IRANIANA (1978-1979) .....</b>	<b>91</b>
3.1 Os embates entre iranianos e as forças do xá .....	93
3.2 O retorno de Khomeini.....	102
3.3 A estrutura da República Islâmica do Irã.....	111
<b>4. OS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO IRANIANA (1979-1981).....</b>	<b>118</b>
4.1 A crise dos reféns (1979-1981).....	118
4.2 O fim da crise dos reféns .....	144
4.3 A primeira fase da Guerra Irã-Iraque (1980-1981).....	164
<b>5. A (IN) COMPREENSÃO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ .....</b>	<b>175</b>
5.1 Política e Irã.....	177
5.2 Seção Internacional e Irã.....	185
5.3 Economia e Irã.....	190
5.4 Cultura, sociedade e Irã.....	193
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>198</b>

## INTRODUÇÃO

Ao tempo em que circulam notícias do Oriente islâmico através dos mais diversos e variados meios de comunicação, a representação política e social desse espaço geográfico parece ser exclusivamente traduzida em um mundo de violência, caos e desordem. Um lugar assolado por guerras e imerso no mais profundo fanatismo religioso. Portanto, a partir desse prisma, tanto harmonia quanto paz social inexistem. Uma sociedade mergulhada no mais puro retrocesso, onde o mais notório parece ser os escombros, o terror, as ruínas, a desolação e a morte.

A guerra é um produto comum nesse espaço, cuja imagem que prevalece está associada ao não progresso, à falta de liberdade e modernidade. Dessa forma, nos convém perguntar: existe um marco na história do tempo presente para tal foco noticioso atrelado ao Oriente Médio na imprensa ocidental? Como são transpostas essas informações? Ademais, qual o interesse desses meios de comunicação em noticiar ao mundo tais questões? Além disso, seria totalmente desprezioso tal olhar ocidental acerca dos povos do Oriente Médio? Enfim, uma série de perguntas emerge ao pensarmos o Oriente islâmico e, a partir disso, procuraremos responder tais inquietações com a proposta de pesquisa aqui apresentada.

Em 1979, o Irã viveu a maior mudança política e social de sua história contemporânea. Através da Revolução Iraniana, o país, até então por uma monarquia absolutista, governado por um autocrata dinástico, os Pahlavi (1925-1979), tornou-se uma República Islâmica capitaneada pelos clérigos xiitas. A designação religiosa presente no próprio nome do país, importante ressaltar, é um vetor relevante de entendimento do processo revolucionário, porém não o único. Além do aspecto religioso, questões sociais, políticas, econômicas e culturais completavam uma série de insatisfações populares. Assim sendo, o processo revolucionário foi mais abrangente, e essa pluralidade evidencia-se na participação de vários segmentos da sociedade iraniana descontentes com o governo de Mohammad Reza Pahlavi. Comerciantes, classe média, profissionais liberais, os bazares, a esquerda em geral, o Partido Comunista Iraniano (Tudeh) entre outros também foram agentes que contribuíram para a queda da Monarquia. Portanto, levando em consideração essa ampla participação no processo revolucionário e compreendendo que não houve uma participação exclusivamente dos religiosos,

adotaremos o termo Revolução Iraniana e não Revolução Islâmica como alguns autores utilizam.

Para entender o complexo processo de mudança governamental no Irã em 1979, precisamos retomar a década de 1920. Nesse período, Reza Khan Pahlavi, oficial da cavalaria persa, juntamente com Seyec Zia-al-Dian Tabai, um jornalista local, aproveitaram-se da instabilidade dos governantes persas e iniciaram um movimento de deposição da Dinastia Qajar (1794-1925) para, posteriormente, ocuparem o poder no território persa. O contexto do Oriente Médio no início do século XX era de domínio do Império Otomano, até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim das beligerâncias, o Império Otomano foi fragmentado, transformando grande parte do Oriente Médio em zona de influência franco-britânica. Segundo o pesquisador Osvaldo Coggiola:

Em outubro de 1925, Reza Khan deu um golpe militar e instaurou uma ditadura, fazendo com que o parlamento o nomeasse xá da Pérsia, transformando-se no fundador de uma nova dinastia, a *Pahlavi*<sup>1</sup>. Treinado nas brigadas cossacas, passou a governar com mão-de-ferro, como seu ídolo Kemál Atatürk, o modernizador da Turquia. Assim como o líder turco, reprimiu a religião e estimulou o culto à sua personalidade (COGIOLLA, 2008, p. 34).

Em 1935, entre várias medidas, o xá da Pérsia mudou o nome do país para Irã, termo que em farsi<sup>2</sup> significa: terra dos arianos. Inspirado nas ações ditas modernizadoras ou ocidentais do governo da Turquia, liderado por Kemal Ataturk, Reza Khan iniciou um processo de modernização no Irã. Sua intenção era tornar o país uma potência regional do Golfo Pérsico. Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Irã permaneceu inicialmente neutro, contudo, o xá não escondia sua simpatia pelo regime nazista de Adolf Hitler. Temendo que o Irã fosse ocupado por tropas alemãs, levando em consideração o apreço do líder iraniano pelo regime totalitário alemão, as forças aliadas, lideradas pela Inglaterra (à Oeste) e União Soviética (à Leste), depuseram Reza Khan e dividiram o país. Como dirigentes do país, empossaram o filho mais velho do xá, Mohammad Reza Pahlavi, em 1941. Não à toa, em 1943, uma das principais reuniões entre os dirigentes das

---

<sup>1</sup>Existem variações, em diversas obras e fontes consultadas, sobre a forma correta de escrita do termo Pahlavi ou Pahlavi. Neste estudo, adotaremos a escrita Pahlavi, contudo, serão respeitados os conteúdos originais das citações.

<sup>2</sup>Língua ou idioma oficial do Irã.

forças aliadas, na qual estavam presentes os presidentes dos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia e que definiu os destinos do conflito mundial, foi realizada na capital iraniana: a Conferência de Teerã.

O novo xá tornou-se, inicialmente, um fantoche das potências aliadas. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a situação manteve-se inalterada, fato que muito desagradava o povo iraniano. A Guerra Fria propiciou que, gradativamente, a Inglaterra passasse a ter controle hegemônico no Irã, apesar das inúmeras tentativas soviéticas de firmar acordos ou tratados para exploração de poços de petróleo ao norte do Irã. Assim, o país passou a ser controlado por forças inglesas, sobretudo no que se refere à extração do petróleo, coordenado pelos britânicos através da Anglo-Persian Oil Company (Apoc), mais tarde rebatizada de Anglo-Iranian Oil Company (Aioc).

De 1945 e 1950, a Apoc pagara apenas 90 milhões de libras ao governo do Irã, conseguindo benefícios de 250 milhões. Em 1947, havia somente 175 grandes empresas empregando 100 mil trabalhadores. Vinte e cinco anos depois, havia, 2,5 milhões de trabalhadores em manufaturas, um milhão nas indústrias da construção e aproximadamente o mesmo número na indústria do transporte e outras. O Irã estava em transição, metade industrializado, metade colonial. Uma vigorosa classe trabalhadora foi forjada em apenas uma geração (COGIOLLA, 2008, p. 39).

O Irã vivia sob o controle de um regime repressivo e com inúmeras desigualdades sociais. Proibições ao culto islâmico, o uso de véu pelas mulheres e aberto ao capital estrangeiro, a população vivia em condições insalubres. Os trabalhadores cumpriam longas jornadas de trabalho, recebiam salários insuficientes e eram desprovidos de qualquer direito trabalhista. Inexistiam políticas sociais ou qualquer tipo de assistencialismo. Cerca de 80% da população era analfabeta e apenas uma pequena elite local possuía benefícios financeiros. Somado a todo o tipo de mazelas sociais, e vendo uma série de estrangeiros abrigados em palacetes rodeados por piscinas e todo conforto possível, enquanto a população fazia casas com restos de barris de petróleo, não tinha saneamento básico e nem energia elétrica, o sentimento de revolta popular crescia diariamente.

O sistema político iraniano era parlamentarista, tendo como chefe da nação um rei (o xá) e como chefe de Estado um *Premier*. Em 1951, Mohammad Mossadegh, um advogado de perfil nacionalista, foi eleito primeiro-ministro do Irã. Seu plano de governo tinha como carro-chefe a nacionalização da matriz energética

iraniana. Isso feria de maneira significativa as pretensões financeiras britânicas, uma vez que a lucratividade petrolífera dos ingleses no Irã era imensa. Mossadegh ganhou pleno apoio popular estatizando as petrolíferas britânicas em território iraniano. Não demorou muito para que o governo britânico protestasse, e, juntamente com os Estados Unidos, já interessados em expandir seus domínios no Oriente, orquestrassem um plano de deposição do primeiro-ministro iraniano. Assim, em 1953, a operação Ajax decretou o fim do governo Mossadegh e tornou o Irã uma autocracia, governada unicamente por Mohammad Reza Pahlavi. Para Cogiolla (2008, p. 42) “o golpe de 1953 fez que os iranianos vivessem durante 26 anos sob um regime brutal”.

O governo Pahlavi, tendo como eminência parda os Estados Unidos, entre 1953-1979, reprimiu ainda mais a população iraniana. Decretou o fim da liberdade de expressão com o controle da imprensa, controle do culto religioso xiita, das vestimentas femininas, intensa abertura ao capital estrangeiro, principalmente o estadunidense que começou a ocupar o lugar dos britânicos. O aumento da estratificação social, perseguições sumárias aos opositores do regime através da polícia política do xá, a SAVAK<sup>3</sup>, entre outras medidas, tornaram o Irã um dos países que mais violaram os direitos humanos na década de 1960 e 1970<sup>4</sup>. A partir de 1963, o xá deu início a uma série de ações governamentais que, segundo ele, tinham o propósito de modernizar o Irã. Assim como o pai, ele pretendia tornar o Irã uma potência regional. Com os chamados petrodólares, o governante iraniano adquiriu o que havia de mais moderno em material bélico, sendo os Estados Unidos seu maior fornecedor. Enquanto isso, a população passava fome e via 45 mil técnicos estadunidenses instalando-se no Irã em casas luxuosas.

Líderes xiitas, entre eles o aiatolá Ruhollah Mustáfa Khomeini, deram início a uma série de protestos contra as medidas ditatoriais do xá. Cobravam, além de melhorias sociais, o fim da repressão ao culto da fé islâmica xiita. Professor de

---

<sup>3</sup>SAVAK (em persa: ساواک, abreviação de اطلاعات سازمان و امنیت و کشور *Sāzemān-e Ettelā'āt va Amniyat-e Keshvar*, em inglês: National Intelligence and Security Organization; em português: Organização de Segurança e Inteligência Nacional) era a polícia secreta, o serviço de segurança interna e o serviço de inteligência criado pelo Xá Mohammad Reza do Irã com a ajuda da Agência Central de Inteligência (a CIA) dos Estados Unidos. A SAVAK operou entre 1957 até 1979, quando a dinastia Pahlavi foi derrubada. A organização foi descrita como a "instituição mais odiada e temida" do Irã antes da Revolução de 1979 por causa de sua prática de torturar e executar opositores do regime Pahlavi.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://documents.un.org/prod/ods.nsf/home.xsp>. Acesso em 22 jan. 2020, às 15h32min.

teologia na escola de Qom, uma das chamadas cidades sagradas do Irã, ele dava palestras incitando o povo a não tolerar a política ditatorial do xá. Em 1964, o xá mandou expulsar Khomeini do Irã, que migrou para um exílio de 15 anos. O líder xiita só retornaria após os resultados da revolução em fevereiro de 1979.

A problemática está centrada na análise das representações sobre a noticialização do Irã e seu contexto revolucionário, bem como na identificação dos princípios e interesses que fundamentam tais publicações acerca do Irã a partir do contexto de mudança governamental do país em 1979 e nas possíveis relações estabelecidas com a cultura à luz dos valores ocidentais.

Partindo do conceito de Orientalismo, de Edward Said (1978), procurar-se-á compreender os sentidos e/ou significados do referido conceito a partir da percepção da imprensa acerca da revolução no Irã e sua importância na formação de opinião acerca da cultura oriental no Ocidente. Portanto, procuraremos evidenciar o papel pedagógico que o estudo do Oriente Médio assume através do filtro ocidental, ou seja, verificando se o Orientalismo mostra-se inserido nessa leitura da imprensa quando se trata do Oriente islâmico.

Ainda, com relação aos objetivos, pretendemos demonstrar que existe um marco histórico para a consolidação da retórica do perigo islâmico na imprensa ocidental. A revolução iraniana de 1979 e a mudança política no Irã, ao findar da década de 1970, representam um “divisor de águas” na transposição da imprensa com relação aos países do Oriente Médio. A partir do enfrentamento dos padrões estabelecidos pelo Ocidente, sobretudo os padrões estadunidenses, o Irã tornou-se um inimigo não apenas dos Estados Unidos, mas um inimigo do mundo ocidental.

É a partir da análise das fontes, representadas nesta tese pelos jornais *Clarín* e a *Folha de São Paulo*, que procuraremos demonstrar isso, analisando as reportagens que versam sobre a revolução iraniana. Dessa forma, observaremos a transposição dos fatos a contar da instauração da República Islâmica do Irã e a Era Khomeini, ou seja, a partir da posse do líder religioso no Irã em 1979 até os primeiros dois anos da República Islâmica do Irã. Ademais, tentaremos investigar todos os desdobramentos e fenômenos resultantes do processo de mudança ocorrido através da revolução iraniana.

A partir dessa compreensão, podemos cotejar a hipótese dos periódicos estarem ou não alinhados ao discurso ocidental, sobretudo, estadunidense, ou, por outro lado, observarem de maneira diferente os efeitos da mudança governamental

no Irã ao findar a década de 1970. Levando em consideração as importantes mudanças de rumo que o processo iraniano provocou na política internacional, tentaremos entender, também, como as políticas externas de Brasil e Argentina se posicionaram frente aos fatos. Com base nisso, poderemos ver o quanto os periódicos, cada qual em seu país, estava alinhado ao pensamento oficial do governo ou na contramão dele.

Cabe também observarmos que as problemáticas surgidas a partir dos fenômenos oriundos do processo revolucionário no Irã, no referido contexto, bem como as divergências expostas entre Ocidente e Oriente, estão presentes hoje nos vários meios de comunicação, sobretudo na imprensa escrita. Reforçados ora por questões como: o *11 de setembro de 2001*, a invasão do Iraque em 2003, a perseguição a Osama Bin Laden ou Saddam Hussein, o embate entre Ocidente e Oriente se reinventa e é projetado e reportado constantemente.

Tal aproximação com questões atuais e que permanecem nas páginas do noticiário da imprensa mundial, se enquadra na perspectiva metodológica da História do tempo presente. Segundo as historiadoras brasileiras, Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira (2014), na obra *História do tempo presente*, publicada pela FGV Editora:

A história do tempo presente tem mobilizado segmento expressivo da comunidade de historiadores no plano nacional e internacional. Inscreve-se em um movimento mais amplo de renovação historiográfica que trouxe consigo revitalização da história política, ampliando o uso das fontes, valorização da interdisciplinaridade, maior diálogo com as ciências sociais, recusa de explicações determinadas e totalizantes, valorização dos atores individuais e coletivos, relação dialética entre história e memória (DELGADO; FERREIRA, 2014).

Cabe-nos aqui analisar sob que prisma e com quais filtros tais fenômenos são transmitidos ao público. Por isso, não propomos como história do tempo presente apenas a análise quantificando o recorte em que ocorreram os fatos estudados, mas sim a continuidade das implicações desses fenômenos atualmente.

Quanto à pertinência deste trabalho para a História, em síntese, elencamos duas razões. Primeiramente a necessidade de ampliação deste estudo que, no cenário acadêmico atual, é ainda significativamente pouco explorado. Levando em consideração que não se observa nos programas brasileiros de Pós-Graduação em História um aprofundamento acerca deste tema, ou seja, o Oriente Médio transposto

pela imprensa ocidental. Apesar dos países localizados no mundo islâmico e árabe serem diariamente reportados nos *mass media*, entre outros suportes midiáticos, os historiadores ainda não se debruçaram o suficiente para produzir um entendimento deste fenômeno que é a representação das culturas do Oriente através do filtro ocidental, em outras palavras, a materialização do orientalismo na imprensa periódica. Assim, tornar-se urgente um melhor entendimento ou compreensão da relação entre Ocidente e Oriente para além do que a imprensa transpõe e propõe acerca dos fatos ocorridos nos países do Oriente islâmico no recorte proposto neste estudo.

Outro aspecto que torna essa proposta coerente é o seu caráter educacional. Tendo em vista que a História do Oriente Médio contemporâneo é pouco estudada, e, conseqüentemente, há baixa produção científica, os livros didáticos escolares são, em grande medida, desprovidos desses conteúdos. Isso reforça o lugar comum em que o assunto repousa e, por conseqüência, alimenta o senso comum, exacerbando ou, ainda, fomentando uma visão torpe dessa região, religião, cultura e sociedade, a qual é exclusivamente apresentada pelos meios de comunicação, mais especificamente pela televisão e pelos telejornais.

Com relação às fontes, todo o processo de cobertura envolvendo um dos mais significativos movimentos político e social ocorrido no século XX foi efetuado pelos principais meios jornalísticos mundiais. Assim, escolhemos como fontes dessa tese os jornais: *Clarín*, da Argentina, e o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, sendo que um dos objetivos é compreender as maneiras pelas quais os dois periódicos perceberam a revolução iraniana ocorrida no Irã partir do final da década de 1970. Ao longo desse esboço buscaremos demonstrar, através dos documentos tomados como objetos de pesquisa e da bibliografia especializada disponível, os antecedentes, causas, conseqüências, atores do processo revolucionário iraniano, além do arranjo internacional no qual a mudança política iraniana estava inserida.

Em se tratando da escolha das fontes, o jornal *Clarín*, fundado em 1945 por Roberto Noble, já era, no período proposto para esse estudo, o maior jornal em circulação e tiragem na Argentina, principalmente na capital Buenos Aires e arredores. Foi o primeiro jornal argentino em formato tabloide e também foi pioneiro na venda de uma revista nas edições dominicais a partir de 1967. Atualmente faz parte do maior conglomerado de informações midiáticas na Argentina e um dos quatro maiores da América Latina. Segundo o próprio sítio eletrônico do jornal, em

1985<sup>5</sup>, foi o jornal com maior tiragem e circulação em língua espanhola na América Latina, contando com canais de rádio, televisão aberta, por assinatura, além de serviços de internet. Soma-se a esse perfil de alcance o fato do jornal ter reportado de forma contínua os fatos relacionados com os desdobramentos da revolução iraniana e a relação entre Irã e os Estados Unidos, elemento que nos interessa diretamente nesta tese. Segundo Borrelli:

Durante os governos ditatoriais de 1976 a 1983, já sob o comando de Ernestina Herrera de Noble, que herdou o jornal após o falecimento de Roberto, em 1969, o Clarín manteve uma dupla posição: de apoio político ao governo, mas, ao mesmo tempo, de duras críticas à condução da economia por Martínez de Hoz. Como mostra Borrelli, o jornal defendeu a denominada “luta antissubversiva” da ditadura militar e manteve relações cordiais com o governo, por meio das quais obteve vantagens empresariais. Nessa época, o Clarín já se aproximava da liderança em tiragem na Argentina, vendendo uma média de 400 mil exemplares diários. Uma década depois, com a redemocratização, o jornal dos Noble se consolidou como o mais lido e de maior alcance na Argentina (BORRELLI, 2013, p. 41).

Com a morte de Roberto Noble em 1969, fundador do jornal, bancos e empresas credoras do *Clarín* passaram a cobrar dívidas e o jornal esteve à beira da falência no início da década de 1970. Segundo Martin Sivak (2013), pesquisador da história dos meios de comunicação argentinos, com a morte de Noble, duas correntes opositoras se formaram no interior da redação: uma liderada pelo general Héctor Cabezas, ligado ao governo ditatorial argentino, e outra, formada por jornalistas liderados por Rogelio Frigerio e Oscar Camilión. Além disso, externamente, a viúva de Noble, Ernestina Herrera de Noble, que herdara o jornal e tornara-se a presidente do grupo *Clarín*, disputava na justiça a fortuna deixada por Noble com a mãe de uma filha que o empresário argentino teve fora do casamento. Em 1972 foram demitidos 400 funcionários, o que correspondia a 20% dos colaboradores (SIVAK, 2013, p. 205-206).

Outro fato importante, relacionado ao poder midiático que o jornal exerce na Argentina, foi o controle que o grupo teve da produção e venda do papel, a partir de 1976, utilizado para a impressão do jornal. Esse elemento é de suma importância uma vez que o papel era, antes do advento dos meios digitais, a matéria prima para produção e comercialização dos impressos. Controlar a compra e venda desse

<sup>5</sup> Disponível em: <https://grupoclarin.com/cronologia>. Acesso em 14 jul. 2020, às 18h41min.

recurso tornava o *Clarín* um jornal mais rentável aos proprietários, tanto para produzir quanto para comercializar. Segundo Eduardo Covalesky Dias:

Em 1976, ainda durante a ditadura militar, o diário, em sociedade com outros dois jornais, *La Razón* e *La Nación*, adquiriram a empresa *Papel Prensa S. A.*, responsável pela produção de todo o papel jornal distribuído no país. A aquisição da empresa pelos diários é investigada até hoje por suspeita de irregularidades. Entre as razões, uma delas é a criação da companhia *Fapel S.A.*, utilizada pelos três diários para comprar parte da *Papel Prensa*, e outra suspeita de o negócio ter sido consumado com a anuência da junta militar seguido de ameaças à família do antigo proprietário em função de sua suposta colaboração com grupos *montoneros*<sup>6</sup> (DIAS, 2015, p. 27).

Dessa forma, o jornal se apoiou no governo mesmo tendo uma posição por vezes oscilante em se tratando de política e economia. Segundo Sivak, ao tempo em que apoiava o governo de Jorge Rafael Videla, também criticava a condução da economia e a falta de investimentos. Assim, no que concerne à orientação ideológica, o *Clarín* é considerado uma publicação de extrema direita e neoliberal. Além do período ditatorial, antes, em 1955, foi porta-voz da oposição que tirou do poder o presidente Juan Domingo Perón. Após, também fez oposição sistemática durante todo o governo de Cristina Kirchner (2007-2015). Segundo Silveira (2009), o grupo foi construído a partir de uma relação convergente entre a empresa jornalística e o poder político<sup>7</sup>.

Quanto ao jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, em 19 de fevereiro de 1921, Olival Costa e Pedro Cunha foram os responsáveis pela fundação do jornal "*Folha da Noite*". Em julho de 1925, é criada a "*Folha da Manhã*", edição matutina da "*Folha da Noite*". A "*Folha da Tarde*" é fundada 24 anos depois. Em 1º de janeiro de 1960, a fusão dos três títulos da empresa formam o atual jornal *Folha de S. Paulo*<sup>8</sup>. Segundo

<sup>6</sup>Organização guerrilheira da esquerda peronista que atuou entre 1970 e 1979 com o objetivo de garantir o retorno de Juan Domingo Perón e desestabilizar a ditadura militar que vigorou entre 1966 e 1973. Perdeu o apoio de lideranças peronistas a partir de 1974, quando começou a se desarticular. A partir de 1976, após novo golpe militar, seus integrantes começaram a ser perseguidos e o grupo recebeu a qualificação de "organização terrorista".

<sup>7</sup> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/9549/7389>. Acesso em 17 jan. 2020, às 16h34min.

<sup>8</sup> Conforme sítio eletrônico da empresa *Folha*. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml). Acesso em 04 jan. 2018, às 17h10min.

a Associação Nacional de Jornais (AJN)<sup>9</sup>, desde 2002 o jornal *Folha de S. Paulo* é o maior jornal em circulação paga no Brasil.

Da mesma forma que o diário argentino, a *Folha* reportou de forma praticamente ininterrupta os fatos já referidos a respeito do Irã. Assim, temos uma gama considerável de edições que noticiaram a situação iraniana desde 1979 até o findar da era Khomeini em 1989. Segundo a AJN, em 2016 o jornal teve uma circulação média, entre impresso e digital, de 351.745 exemplares por dia. Além disso, a *Folha de S. Paulo* é um dos principais jornais do Brasil, cuja confiabilidade de milhões de leitores, ao longo de quase cem anos, o mantém como um dos periódicos de maior tiragem e circulação brasileira. Segundo o próprio jornal, existe uma abertura ou, nas palavras de seus proprietários, “pluralismo” de ideias, as quais permitem, inclusive, que os colunistas possam divergir do editorial.

O fato de a *Folha* declarar sua opinião por meio dos editoriais não impede que os diversos colunistas (de colaboração periódica) e articulistas (esporádica) manifestem posição diferente. O pluralismo é uma das marcas da *Folha* não só nos textos de opinião, mas também nas reportagens – que procuram focar a informação sob vários ângulos e que tampouco são dirigidas pelos editoriais (FSP, 19/02/14)<sup>10</sup>.

Enfim, dentre os diversos fatores que podem ser apontados pela escolha desses periódicos e não de outros tantos no Brasil ou na Argentina, e que poderiam ter sido utilizados, está o alcance e o consumo<sup>11</sup> de ambos por parte dos leitores, conseqüentemente a formação de opinião pública que podem produzir em seus respectivos países. Por mais que seja muito difícil mensurar ou analisar precisamente, tanto o alcance quanto o número de leitores, e muito mais complexo definir qual a opinião que constroem a partir desse contato com o jornal, observa-se que a manutenção de aspectos ou valores ocidentais em relação ao Oriente, ideia presente no Orientalismo, são reforçados direta ou indiretamente quando é reportada notícias do Irã dentro do recorte temporal proposto para esse estudo.

Além disso, a acessibilidade por meio do acervo digital, totalmente gratuito, o que é extremamente significativo, visto que os demais jornais de grande circulação

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 04 jan. 2018, às 17h15min.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1414326-o-que-a-folha-pensa-veja-os-principais-pontos-de-vista-defendidos-pelo-jornal.shtml>. Acesso em 29 jun. 2020, às 14h33min.

<sup>11</sup> Por alcance e consumo entendemos a tiragem, venda e visibilidade midiática que os periódicos tinham já no período desta pesquisa e que possuem até hoje.

no Brasil que possuem acervos digitais têm taxas para acesso. Outro ponto é a cobertura ininterrupta dos temas propostos neste estudo, ou seja, os eventos decorrentes do processo de mudança política no Irã e seus desdobramentos posteriores. Por fim, e não menos importante, por ser um impresso que é produzido na maior capital da América Latina, sendo consumido por todo o Brasil, sobretudo no período em questão, visto que não havia recursos multimídia como existem atualmente.

Ao utilizarmos a imprensa como fonte de pesquisa, precisamos lançar mão de uma metodologia que atendesse ao propósito do estudo e a organização do material que estamos analisando. Para tanto, recorreremos à *análise de conteúdo*<sup>12</sup> sendo um dos métodos mais utilizados para análise dos meios de comunicação de massa. Esse método é explicado pela professora e psicossocióloga Laurence Bardin<sup>13</sup> em sua obra *Análise de Conteúdo* (2011) mais especificamente na terceira parte da obra, que trata do método. Segundo a autora (2011, p. 37), existem “diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Como já referido, esse método também é composto de outras fases intermediárias, quais sejam: a *pré-análise* que, por sua vez, subdivide-se em: a) leitura flutuante, b) escolha dos documentos, c) formulação das hipóteses e dos objetivos, d) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, e) a preparação do material. A *exploração do material* que, segundo Bardin (2011, p.37), “não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Essa fase consiste essencialmente em operações de *codificação*, *decomposição* ou *enumeração*, em função de regras previamente formuladas”. Por fim, o terceiro polo é o chamado: “*tratamento dos resultados obtidos e interpretação*”. Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos (Bardin, 2011, p. 126-132).

Contudo, não utilizaremos rigorosamente o método conforme descrito pela autora, até mesmo por entendermos que nas Ciências Humanas não é possível utilizar um método sem flexibilizá-lo. Isso porque a História, sendo uma ciência

---

<sup>12</sup> Entre várias definições, Bardin conceitua como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 37.

<sup>13</sup> Professora-assistente de psicologia na Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da *Análise de Conteúdo* na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas.

subjetiva, não pode ser determinada por um catecismo ou método que torne a pesquisa estanque. Posto isso, faremos uso do instrumental por ele fornecido à medida que nos proporcionar uma melhor sistematização do material disponível para análise. Além disso, a *Análise de Conteúdo* proposta nesta pesquisa servirá como Sandra Jovchelovitch<sup>14</sup> descreve, “uma técnica para fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características de mensagens”. Nas palavras de Laurence Bardin:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será o único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2011, p.37).

Portanto, utilizaremos desse leque, como ressalta a autora, no intuito de elucidar a problemática lançada para este estudo, igualmente, para auxiliar-nos na tarefa de analisar de maneira epistemológica o *corpus* documental apresentado nesta pesquisa. O *corpus* documental do Jornal *Clarín* é composto de 139 edições e está estruturado conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Disposição e quantidade de reportagens no Jornal *Clarín* (1979-1981).

ANO	TÍTULOS	CAPAS	CHARGES
1979	61	21	9 (Sábat), 4 (Landrú)
1980	39	18	2 (Sábat), 7 Landrú)
1981	39	14	4 (Sábat)
<b>TOTAL</b>	139	53	26

Fonte: Jornal Clarín.

No recorte temporal proposto, as 139 reportagens estão divididas em capas e conteúdo interno: seção de Opinião e Internacional. Também verificamos a existência das charges de dois caricaturistas, Juan Carlos Colombres, o *Landrú*, e Hermenegildo Sábat, o *Sábat*, como é chamado. Ambos os chargistas marcaram o período que estamos estudando com suas contribuições artísticas através da representação de personagens estadunidenses, Jimmy Carter e Ronald Reagan, principalmente, e iranianos, com destaque para o xá Mohammad Reza Pahlavi e o

<sup>14</sup>JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

aiatolá Ruhollah Khomeini. As fotografias, por se tratar de jornais, não apresentam uma clareza visual que permita uma análise apurada, por isso, serão apenas mencionadas, contudo não analisadas metodologicamente.

Com relação ao jornal argentino *Clarín*, para critério de análise, as reportagens foram divididas em temas: *política*, *economia*, *cultura* e *relações internacionais* ou *diplomacia*. A disposição das temáticas apresentadas na tabela a seguir, se deve ao aparecimento desses temas e/ou categorias a partir da análise prévia realizada nas edições que foram possíveis apurar junto ao acervo da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, *in loco*.

Tabela 2 - Reportagens por temática no Jornal *Clarín* (1979-1981).

<b>TEMAS</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>
<b>Política</b>	18	6	9
<b>Internacional</b>	36	24	37
<b>Economia</b>	3	1	0
<b>Cultura e Sociedade</b>	11	15	1

Fonte: Jornal Clarín.

Para melhor compreensão, entendem-se reportagens relacionadas a cada temática da seguinte maneira:

**Política:** reportagens que tratam das relações e disputas de poder internos no Irã, como, por exemplo, os embates entre Mohammad Reza Pahlavi e o aiatolá Khomeini, principais personagens do processo de mudança governamental no Irã entre 1978 e 1979; período de transição governamental com a saída do xá e retorno do aiatolá ao Irã; instauração da República Islâmica do Irã, convocação da Assembleia Constituinte e plebiscito. Enfim, questões governamentais a partir da República Islâmica ao longo do recorte estabelecido para este estudo.

**Internacional:** reportagens que tratam dos embates entre o Irã com outros países, em especial, Brasil, Argentina, Iraque e, principalmente, Estados Unidos. O período da crise dos reféns demonstra maior número de notícias dessa categoria no jornal *Clarín*.

**Economia:** reportagens relacionadas diretamente ao petróleo: produção, embargos, importação, exportação, petrolíferas, impactos econômicos nos países, OPEP, etc.

Cultura e Sociedade: temas relacionados com a cultura islâmica xiita: religiosidade, hábitos, costumes, questões sociais, questões de gênero, trabalho, família, enfim, tudo que circunda o cotidiano social marcado pelo filtro ocidental.

Acerca das categorias elencadas e organizadas na tabela acima, podemos observar que o jornal argentino dá ênfase ao noticiar o Irã a partir do caráter internacional, nesse caso, em especial, observando as relações entre o Irã e os Estados Unidos principalmente, como veremos no decorrer deste estudo.

Com relação ao periódico brasileiro *Folha de S. Paulo*, o *corpus* está composto por 519 reportagens: capas e seção Internacional, além de 12 editoriais. Verificamos, ainda, que não existem charges sobre a temática, em comparação com o jornal *Clarín* que apresenta esse tipo de conteúdo. As ilustrações do jornal brasileiro, no que se refere ao período deste estudo, versam quase exclusivamente acerca de temas nacionais, principalmente sobre política.

Tabela 3 - Disposição e quantidade de reportagens Jornal *Folha de S. Paulo* (1979-1981).

<b>ANO</b>	<b>TÍTULOS</b>	<b>CAPAS</b>	<b>CHARGES</b>
<b>1979</b>	198	140	0
<b>1980</b>	251	167	0
<b>1981</b>	60	30	0
<b>TOTAL</b>	519	337	0

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Importante destacar que os títulos de capa, expostos acima, são todos abordados na seção Exterior, entretanto, algumas reportagens internas da seção Internacional não estão na capa. Por isso, há um número superior de reportagens internas em relação à capa.

Assim como na análise realizada a partir do jornal argentino *Clarín*, no periódico brasileiro *Folha de S. Paulo* também optamos pela análise temática, tomando como referência os seguintes assuntos/categorias: política iraniana; relações internacionais do Irã com os Estados Unidos, com o Brasil, com outros países, com a ONU e inclusive com o Iraque a partir de 1980; o petróleo; a crise dos reféns e notícias do xá Mohammad Reza Pahlavi, assim como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4 - Reportagens de capa por temática no Jornal *Folha de S. Paulo* (1979-1981).

<b>TEMAS</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>
<b>Política</b>	72	59	12
<b>Internacional</b>	35	92	16
<b>Economia</b>	15	09	0
<b>Cultura e Sociedade</b>	21	08	02

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Dessa forma, tanto no jornal *Clarín* quanto no jornal *Folha de S. Paulo*, as categorias temáticas são as mesmas, uma vez que as incidências de tais temáticas se repetem em ambos os periódicos. A escolha de tais temáticas, que chamaremos de *Unidades de Registro*, seguindo a teoria da *Análise de Conteúdo* proposto por Bardin, se deve ao fato de entendermos serem esses os pontos de referência que melhor sistematizam as reportagens acerca do Irã. Além disso, se aproximam do objetivo deste estudo: a verificação do conceito de orientalismo presente nas notícias relacionadas à Revolução Iraniana de 1979.

Para tentarmos apurar o posicionamento dos jornais, recorreremos aos seus editoriais. Entretanto, não foram encontrados editoriais em *Clarín*. Segundo Rodrigo Cerqueira em sua tese de doutoramento, defendida junto ao PPGH da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), uma característica é o fato do jornal não apresentar editoriais, o que não significa que a opinião do veículo não esteja expressa em sua cobertura. Assim, segundo a sua tese, “[...] toda a cobertura expresse opinião, e ela se apresenta de forma muito mais intensa e explícita que na imprensa tradicional” (CERQUEIRA, 2015, p.34). Levando em consideração essa tese, observaremos nas notícias a posição do jornal *Clarín* acerca das reportagens sobre o Irã e seu contexto revolucionário. Com relação ao jornal *Folha de S. Paulo*, apuramos os seguintes editoriais que serão analisados. Na tabela abaixo, os editoriais da FSP levados em consideração nessa pesquisa.

Tabela 5 - Editoriais acerca do Irã no jornal *Folha de S. Paulo* (1979-1981).

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TÍTULOS/DATAS</b>
<b>1979</b>	7	1) Irã, segunda fase (03/02/1979) 2) Fase 2 no Irã (07/02/1979) 3) Crise aberta (13/02/1979) 4) Na ilha (14/02/1979) 5) Diálogo de surdos (17/11/1979) 6) Os riscos da guerra santa (30/11/1979)

		7) Os dedos e a ferida (05/12/1979)
<b>1980</b>	2	1) Evitando o apocalipse (29/04/1980) 2) Guerra e Petróleo (24/09/1980)
<b>1981</b>	3	1) Sem surpresas (20/01/1981) 2) Salve-se quem puder (21/01/1981) 3) Sonhos heroicos (22/01/1981)

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Passamos a apresentar brevemente os capítulos que serão propostos nesta tese. No primeiro capítulo, “O Oriente visto pelo Ocidente: o orientalismo” buscar-se-á estabelecer uma discussão em torno do conceito *orientalismo*. Para tanto, procurar-se-á constituir um paralelo em que, de um lado, serão apresentados os chamados orientalistas, pesquisadores que tratam o Oriente, em especial o islâmico, a partir de uma visão e valores ocidentais. Do outro, pesquisadores que refutam tais elementos do orientalismo, e, além disso, desconstroem, a partir de suas obras essa visão parcial e unilateral do Oriente islâmico. Dessa forma, o objetivo é trazer ao leitor uma ideia desse debate para contextualizá-lo e familiarizá-lo com o conceito de orientalismo, cujo sentido é de grande relevância para este estudo.

O segundo capítulo, intitulado “Irã: da Pérsia à República Islâmica (1925-1979)”, tem como intento contextualizar o processo de formação dos governos de Reza Khan Pahlavi (1925-1941) e Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979). Ambos os governos, pai e filho, tinham a intenção de modernizar o Irã segundo uma perspectiva ocidental, aos moldes da Turquia de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938). Inspirado pelas ideias liberais e iluministas da Revolução Francesa, o líder turco pregava, entre outros aspectos, a necessidade da secularização e a modernização como requisitos para o desenvolvimento da Turquia em fins do século XIX.

O terceiro capítulo que tem como título “A Revolução iraniana (1978-1979)”, versa sobre a emergência dos religiosos ao poder a datar da Revolução Iraniana. A partir deste governo capitaneado pelo líder religioso e mentor do processo revolucionário, Ruhollah Khomeini, o Irã passa a ter um enfrentamento nas relações internacionais com todo o Ocidente, em especial com os Estados Unidos, sendo este último, em particular, acentuado pela ocupação da embaixada estadunidense em Teerã em novembro de 1979. A contar desse episódio, que ficou conhecido como “a crise dos reféns”, Estados Unidos e Irã travariam uma guerra diplomática que só foi sanada, em partes, no governo de Barack Obama em 2010. Contudo, o

novo governo Donald Trump, procurou rapidamente retroceder nas negociações e reestabelecer as farpas com os iranianos.

No quarto capítulo, procurar-se-á analisar como os diários retrataram os desdobramentos da República Islâmica e a relação com os Estados Unidos. Levando em consideração a série de eventos que ocorre no Irã a partir de 1979: o processo de mudança governamental; a tomada da embaixada estadunidense e a crise dos reféns; procuraremos evidenciar como tais impressos representam o Irã e os iranianos para os públicos leitores de ambos os países: Argentina e Brasil.

O quinto e último capítulo, tem por objetivo tecer as amarras de todas as demais partes desta tese. A ideia é demonstrar os resultados do que foi exposto, dando subsídios ao leitor na compreensão do propósito geral deste estudo, ou seja, o orientalismo impresso nas reportagens de *Clarín* e da *Folha de S. Paulo*.

Tendo em vista o recorte temporal proposto em nossa pesquisa, além das fontes, consideramos que este estudo se insere plenamente na história do tempo presente. Por essa razão, não poderíamos deixar passar despercebido o debate em torno dessa temática ligada à produção historiográfica, além de observar a renovação na escrita da História que ela suscita. Ainda, nesse sentido, a historiadora Maria Helena Capelatto (2014), reforça o quão recente é a legitimidade dada ao uso da imprensa como fonte e objeto da historiografia:

Cabe lembrar que a imprensa, até as primeiras décadas do século XX, não era aceita como documento válido para a pesquisa histórica. Segundo os parâmetros metodológicos estabelecidos pelos historiadores da chamada escola “metódica ou positivista” em meados do século XIX, a objetividade foi definida como regra básica para os estudos do passado, que deveriam ter como meta a busca “da verdade histórica”. Em decorrência desse postulado, recomendava-se que os historiadores profissionais ficassem distantes das controvérsias contemporâneas, pois as paixões políticas ou religiosas eram consideradas responsáveis pelo progresso insuficiente da disciplina. Além da recusa do estudo de temas contemporâneos, também eram definidas as fontes válidas para a pesquisa histórica e a imprensa; por ser uma atividade considerada subjetiva, superficial e ligada ao presente, não fazia parte do rol de documentos considerados capazes de permitir o conhecimento dos fatos históricos de forma objetiva (CAPELATTO, 2014, p.299-300).

Enfim, o propósito deste estudo é compreender, com base na análise dos periódicos selecionados, a contribuição da imprensa acerca da Revolução Iraniana e seus desdobramentos já referidos. Nesse caso, mais especificamente, como os diários, brasileiro e argentino, transpuseram os desdobramentos da Revolução

Iraniana aos seus leitores. A ideia aqui proposta é observar os meios pelos quais os jornais noticiam ou reproduzem, em se tratando das notícias compradas das agências internacionais, assuntos que lhes são externos e qual a representação que formam acerca do que é apresentado ou exposto.

Por fim, mas não menos importante, todo o estudo aqui proposto está ligado ao conceito de política ou cultura política. Assim sendo, recorreremos aos escritos de René Rémond e seus colaboradores na obra *Por uma história política*. Nela, Rémond (2003) reforça a importância da história política para a historiografia, apontando o momento de crise pela qual esse campo teórico passou e a renovação que se constitui no que hoje permeia a escrita da história do político.

Durante séculos, a chamada história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ela se concentrava, das revoluções que o transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e portanto acessíveis em um momento posterior (RÉMOND, 2003, p.15).

Por meio desta pesquisa, pretendemos fomentar o estudo e a problematização dos diversos aspectos ligados ao Oriente Médio, mais precisamente sobre o Irã e tudo que circunda esse espaço geográfico: política, cultura, religiosidade, sociedade, economia, enfim, os diversos aspectos do mundo islâmico. Para além de uma visão simplista, visamos qualificar esse debate, não em defesa desses grupos orientais, mais sim, numa perspectiva de observação pluralista desses povos. Para tanto, propomos analisar as representações do Irã com relação aos conceitos de liberdade, progresso, política, economia, modernidade, democracia, ou seja, elementos extremamente discutidos na imprensa à luz dos padrões ocidentais ou, dito de outra forma, como leitura ideal de mundo no Ocidente.

Portanto, pretende-se discutir as relações entre Ocidente e Oriente tendo como objeto de estudo parte da imprensa Sul-Americana representada pelos jornais já referidos. O recorte temporal escolhido (1979-1981) compreende o período em que os conflitos entre países do Oriente Médio e Estados Unidos intensificaram-se, tendo como plano de fundo as questões econômicas (petróleo), políticas

(manutenção da hegemonia estadunidense), geopolíticas (territórios próximos à antiga URSS) e religiosas (valores ocidentais cristãos como leitura ideal de mundo).

Em suma, procurar-se-á observar a frequência e/ou recorrência do conceito de Orientalismo nos periódicos que compõem o *corpus* deste estudo. Para isso, escolhemos analisar as reportagens, verificando a existência, ora explícita, ora implicitamente, deste conceito, formatando opiniões acerca dos fatos reportados e, conseqüentemente, alimentando a intolerância cultural, sobretudo religiosa entre Ocidente e Oriente.

## 1. O ORIENTE VISTO PELO OCIDENTE: O ORIENTALISMO

O debate entre Oriente e Ocidente não é recente. Pesquisadores orientais e ocidentais procuram compreender e explicar essa complexa relação histórica entre esses dois polos. Neste estudo, mais especificamente entre o Islã e a Europa e os Estados Unidos, nos últimos cem anos. Assim, como ponto de partida dessa abordagem, faz-se necessário o entendimento dessa relação conflituosa nas suas mais diversas facetas: cultural, ideológica, política, econômica e diplomática, gerando consequências extremas.

Por orientalistas, seguindo a teoria capitaneada por Edward Said, entendemos aqui os pesquisadores que constroem ou representam o Oriente a partir de uma visão ocidental, com juízo de valor e demais generalizações, sendo considerados pseudo-orientalistas. Por outro lado, temos pesquisadores engajados em demonstrar o quão genéricas ou simplistas podem ser as teorias que unificam ou minimizam ideias ou conceitos tão complexos. Entendemos que tais premissas generalizantes são merecedoras de um olhar atento e pesquisas sérias, pois produzem julgamentos precipitados e criam representações deturpadas acerca dos povos e culturas orientais, nesse caso, as muçulmanas.

### 1.1 Orientalismo e os intelectuais

Desde o governo Ronald Reagan (1981-1989), passando pelo governo George H. W. Bush (1989-1993) e, algum tempo depois, George W. Bush (2001-2009) – este último que classificou o Irã como “países do eixo do mal” – e, recentemente, no governo Donald Trump, todos os citados tiveram seus argumentos para considerar os povos islâmicos como nocivos às suas pretensões mundiais. Trump, para citar o caso mais recente, desde a campanha presidencial, por exemplo, prometia banir os muçulmanos do território estadunidense. Quando eleito, iniciou um processo de proibição de entrada de muçulmanos nos Estados Unidos, acirrando, cada vez mais, as animosidades entre Ocidente e Oriente. Segundo a jornalista e pesquisadora colombiana, María Alejandra Correa Barrera:

Durante su campaña presidencial, el ahora Presidente de los Estados Unidos, Donald Trump pidió suspender la entrada de todos los musulmanes

al país. Meses después, en una entrevista transmitida por el canal de televisión CNN, declaró creer que “el Islam nos odia”, afirmando además que era muy difícil distinguir entre la religión islámica y el terrorismo extremista. El Colectivo contra la Islamofobia en Francia (CCIF) ha declarado un alto aumento en casos de discriminación directa a musulmanes desde el atentado en París en noviembre del 2015, perpetrado por el Estado Islámico. En España, según un informe anual presentado por la Plataforma Ciudadana contra la Islamofobia (PCI), se reportaron 546 casos de ataques islamófobos en contra de la población musulmana que reside en el país. El mayor porcentaje de las víctimas fueron mujeres. El terrorismo, entendido como “el uso de la violencia contra intereses civiles para conseguir objetivos políticos” (Valenzuela, 2012, pág. 43), no es un fenómeno que le concierne exclusivamente al Islam, sin embargo, la creciente tendencia en dinámicas globales, especialmente en el Occidente, denota un mayor sesgo en el imaginario colectivo, bajo el cual se asocia a quienes se autodenominan como musulmanes con actos terroristas. En este ensayo me propongo problematizar esta aseveración, buscando entender las raíces y consecuencias de lo que parece ser una inclinación generalizada, y mediatizada, hacia el Islam (BARRERA, 2018, p. 12).

Todavía, torna-se importante compreender a relação histórica existente entre o Oriente e o Ocidente. Sabe-se que tal ligação data das primeiras civilizações conhecidas<sup>15</sup>. A era de conflitos entre esses dois espaços geográficos e, também, podemos dizer, culturas, intensificou-se no período delimitado pela historiografia da Europa medieval, mais precisamente a partir das incursões patrocinadas pela igreja católica ao Oriente, conhecidas como Cruzadas (séculos XI - XIII). Desde então, as relações entre cristãos e muçulmanos se acirraram e tomaram contornos plurais em diferentes períodos da história. Aqui, interessa-nos a análise dessa relação a partir do recorte temporal proposto para este estudo, sem claro, deixar de observar que existem raízes mais profundas nessa questão.

Começamos justamente esse debate através do professor emérito de estudos orientais da Universidade de Princeton, Bernard Lewis, o qual é um dos chamados orientistas. Nas obras de Lewis, é possível observarmos um constante ataque à cultura islâmica. Livros como: *Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje* (1996); *O que deu errado no Oriente Médio* (2002); *A crise do Islã: guerra santa e terror profano* (2004); entre outros, procuram explicar a superioridade ocidental e um ranço histórico dos povos do Oriente Médio para com o Ocidente, primeiramente

---

<sup>15</sup>Segundo Lewis (1996), as relações sociais, e também culturais, entre os mundos europeu e islâmico podem ser remontadas a um período anterior às Cruzadas, e tornaram-se profundas e extensas dessa época em diante. As contribuições islâmicas à Europa foram enormes, tanto as de sua própria criação quanto das que tomara de empréstimo – remodelara e adaptara – das antigas civilizações do Mediterrâneo oriental e das culturas mais remotas da Ásia (Lewis, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**; tradução Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 246).

a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Lewis procura naturalizar o que chama de antiocidentalismo por parte do islã e os territórios que professam essa religião. Além disso, ao explicar a retórica de ódio oriental, Lewis afirma que os muçulmanos, sobretudo a partir do século XVI, nunca aceitaram o advento da modernidade oriunda do Ocidente, pois se tratavam de ideias trazidas por ímpios ou infiéis.

Lewis admite que haja contribuições dos povos islâmicos à Europa, principalmente nas Ciências, e que essas foram de extrema relevância no período Antigo e Medieval. Contudo, com o advento do período Moderno, renascentista, essa relação de troca benéfica, positiva, teria retrocedido:

A ciência e a filosofia gregas, preservadas e aprimoradas pelos muçulmanos, mas esquecidas na Europa, os algarismos indianos e o papel chinês, as laranjas e os limões, o algodão e o açúcar, e uma série inteira de outras plantas, juntamente com métodos para cultivá-las – todas estas foram apenas algumas coisas que a Europa medieval aprendeu ou adquiriu com a civilização imensamente mais avançada e sofisticada do mundo islâmico do Mediterrâneo (LEWIS, 1996, p. 246).

E complementa:

A relutância do Oriente Médio islâmico em aceitar a ciência europeia é ainda mais notável se consideramos a imensa contribuição dada pela civilização islâmica da Idade Média ao surgimento da ciência moderna. [...] Eles haviam herdado a sabedoria antiga do Egito e da Babilônia. Havia traduzido e preservado muito da sabedoria e da ciência da Pérsia e da Grécia, que de outro modo teriam se perdido. [...] O papel dos cientistas islâmicos medievais não foi tão pouco meramente de compilação e preservação. No Oriente Médio medieval, cientistas desenvolveram uma abordagem raramente usada pelos antigos – o experimento. Através deste e de outros meios promoveram avanços importantes em praticamente todas as ciências (LEWIS, 2002, p. 92-93).

Outro aspecto presente em suas obras são as incursões ocidentais ao Oriente, tendo como porta de entrada o Império Otomano. Segundo o autor, povos europeus promoveram uma série de instalações diplomáticas no Oriente Médio a partir do século XIII, entre outras coisas, a fim de absorver conhecimentos, fazer comércio e ampliar seus domínios imperiais. Contudo, os muçulmanos eram contrários a fazer o mesmo caminho em direção ao Ocidente, o que é visto por Lewis como “um desprezo à cultura do infiel, do ímpio”. Entre os saberes desejados pelos europeus estava o aprendizado de idiomas orientais. Na Inglaterra e na

França, nos séculos XVI e XVII, universidades criaram cátedras de persa e árabe, enquanto no Oriente as línguas ocidentais eram desconhecidas, a não ser o italiano, que se tornava a língua oficial entre orientais e não orientais.

Enfim, ainda de acordo com Lewis, enquanto os europeus eram abertos ao conhecimento, ao aprendizado da cultura oriental, conhecendo sua língua, costumes e crenças, os muçulmanos desprezavam tudo o que viesse do Ocidente, em um franco ato de menosprezo, desdém ou insignificância. A esse quadro incluem-se conceitos como: modernidade e liberdade, refutados pelos muçulmanos.

Ao longo do século XX tornou-se sobejamente claro no Oriente Médio e na verdade por todas as terras do Islã que as coisas tinham realmente dado extremamente errado. Comparando com seu rival milenar, a cristandade, o mundo do islã tornara-se pobre, fraco e ignorante. Ao longo dos séculos XIX e XX, a supremacia e, portanto, a dominância do Ocidente tornou-se patente para todos, invadindo todos os aspectos da vida pública muçulmana e – mais dolorosamente – até de sua vida privada (LEWIS, 2002, p. 174).

Outra prática observada nos autores orientalistas e em suas obras é a simplificação da relação entre Oriente e Ocidente. Nesse caso, destaca-se a polêmica e já extremamente refutada tese de Samuel P. Huntington (1997), o *choque de civilizações* que, no contexto moderno, tem atingido, nos últimos cem anos<sup>16</sup>, proporções universais em contextos singulares. Acerca das relações modernas entre Ocidente e Islã, particularmente, o autor entende que:

Alguns ocidentais, dentre eles o presidente Bill Clinton, têm afirmado que o Ocidente não tem problemas com o Islã, mas apenas com os violentos extremistas fundamentalistas islâmicos. Mil e quatrocentos anos de História provam o contrário. As relações entre o Islamismo e o Cristianismo, tanto Ortodoxo como Ocidental, foram frequentemente tempestuosas. Cada um foi o outro do outro. O conflito do século XX entre democracia liberal e o marxismo-leninismo é apenas um fenômeno histórico fugaz e superficial, se comparado com a relação continuada e profundamente conflitiva entre Islamismo e Cristianismo (HUNTINGTON, 1997, p. 262).

O chamado imperialismo moderno e a sua expansão civilizacional pretendida por parte dos países ocidentais, principalmente ao final do século XIX, através do neocolonialismo, fortaleceram e potencializaram, nas palavras do autor acima referido, as relações belicosas entre Oriente e Ocidente. Inglaterra e França, apenas para citar os países que ocuparam posições territoriais em grande parte da Ásia e

---

<sup>16</sup> Estamos considerando aqui o fim do século XIX até os dias atuais.

África - especialmente no Oriente Médio, durante o século XIX e o primeiro quarto do XX, foram exemplos desse processo. Tal expansionismo dividiu e segregou o mundo entre os ditos civilizados: modernos, industrializados, representados pelo Ocidente, e, do outro lado, os bárbaros: incivilizados, fanáticos religiosos, atrasados e não industrializados, representados pelos não ocidentais.

O conceito de civilização universal é um nítido produto da civilização ocidental. No século XIX, a ideia do “fardo do homem branco” ajudou a justificar a expansão do domínio político e econômico ocidental sobre as sociedades não-ocidentais. No final do século XX, o conceito de uma civilização universal ajuda a justificar o predomínio cultural do Ocidente sobre as outras sociedades e a necessidade para essas sociedades de imitar as práticas e as instituições ocidentais. O universalismo é a ideologia do Ocidente para confrontações com culturas não-ocidentais (HUNTINGTON, 1997, p. 78).

Essa leitura de Huntington, entretanto, apresenta-se de forma simplista e reduz drasticamente o contexto histórico que permeia tais relações. Citamos o referido autor apenas para demonstrar quão necessário se faz aprofundar essa análise acerca da relação entre Oriente e Ocidente na contemporaneidade. Para elucidar ou problematizar de maneira menos rasa ou simplista tal temática, nos reportamos a Edward Said, através de sua obra *Orientalismo* (1978). Segundo o autor:

[...] o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestadamente diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o *poder político* (como um regime imperial ou colonial), o *poder intelectual* (como as ciências dominantes, por exemplo, a linguística ou a anatomia comparadas, ou qualquer uma das modernas ciências políticas), o *poder cultural* (com as ortodoxias e os cânones de gosto, textos, valores), o *poder moral* (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou compreender como “nós” fazemos e compreendemos) (SAID, 1978, p. 41).

A chamada ideia de mundo, tendo como pressupostos os valores cristãos, liberais e democráticos, é frequentemente reforçada nos meios de comunicação, principalmente na imprensa. Tal prática, contudo, não é fruto apenas das mídias de massa modernas e recentes, muito antes, tal exercício data dos projetos de

ocupação ocidentais ao Oriente no século XVII. Este é um debate suscitado pelo pesquisador Edward Said, que denomina tal prática ocidental de *Orientalismo*, configurando-se, em resumo, na tentativa de interpretação do Oriente pelo Ocidente. Assim, de acordo com Said:

[...] a indagação imaginativa das coisas orientais era baseada mais ou menos exclusivamente numa consciência ocidental soberana, de cuja centralidade não questionada surgia um mundo oriental, primeiro de acordo com as ideias gerais sobre quem ou o que era um oriental, depois de acordo com uma lógica detalhada regida não apenas pela realidade empírica, mas por uma bateria de desejos, repressões, investimentos e projeções (SAID, 2007, p.35).

Para Said, o Orientalismo é uma forma de visão ou leitura do Ocidente acerca do Oriente, conferindo-lhe, através de pseudo-orientalistas e produções ditas parciais, científicas e objetivas, sua leitura de mundo em relação ao Oriente e tudo que o circunda. Para o autor (2007, p.35), “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa”. Em suas palavras:

O orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral (SAID, 2007, p. 33-34).

Said entende que existe, essencialmente, a construção de um arcabouço de teorias que procuram designar as sociedades orientais, em especial do Oriente Médio, como inferiores e bárbaras. Assim sendo, a partir do Orientalismo, seria um dever dos especialistas ocidentais ou orientalistas levarem o padrão ocidental de civilização ao Oriente, guiando suas vidas para um ideal de mundo harmonioso, democrático, liberal, progressivo e moderno. Partindo dessa premissa ocidental, entende-se que o Ocidente acredita ter autoridade e propriedade para definir o Oriente, estruturando-se então em uma espécie de “hegemonia cultural em ação que dá ao Orientalismo a durabilidade e a força necessária [...] uma ideia de Europa”, além disso, “uma noção coletiva que identifica o ‘nós’ europeus contra ‘aqueles’ não-

européus [...] a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não-europeus” (SAID, 2007, p.34).

Além de Said, outro autor dedicado a apresentar as contradições ligadas ao discurso estadunidense e a pretensa busca pela paz mundial é o italiano Domenico Losurdo. Na obra *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*, com tradução no Brasil em 2010, o autor analisa o discurso ocidental com o objetivo de dismantelar as ideologias vigentes e historicamente determinadas, justificadoras do domínio da modernidade capitalista e liberal do Ocidente e seu poder desmedido.

“Estamos em guerra” e “A guerra contra o terrorismo será longa e difícil” são as declarações que hoje ecoam na boca dos governantes, nos editoriais e nos artigos dos órgãos de informação, nos livros e libelos que competem na produção do alarme contra o perigo que paira sobre o Ocidente.

[...] E eis que, as acusações, dirigidas em primeiro lugar ao mundo islâmico, de “terrorismo”, de “fundamentalismo” (o caldo de cultura da violência terrorista) ou de cego “ódio contra o Ocidente”, outras acusações ressoam, ou melhor, ribombam.

[...] Nesse clima de mobilização total contra os bárbaros às portas da cidadela do Ocidente, e até nela instalados, seria ingênuo esperar equilíbrio e rigor na utilização das categorias, chamadas, na realidade, para rotular o inimigo e seus cúmplices e, portanto, empunhadas e brandidas como armas de guerra (LOSURDO, 2010, p. 13-14).

Já no prefácio de sua obra, o autor apresenta as contradições presentes acerca do conceito de terrorismo ou a aparente ideia de segurança nacional ou prevenção contra o chamado terror oriundo, sobretudo, dos países islâmicos. Tal entendimento faz-se imprescindível frente à atual situação apresentada pela mídia ocidental acerca dos países do Oriente islâmico. Em um exercício intelectual simples, ao solicitarmos para uma pessoa que pense no referido termo, o terrorismo, e o associe a um local, grupo de pessoas ou cultura, potencialmente o Oriente Médio será a resposta. Esse lugar-comum, ao qual o termo remete, é resultado da incessante noticiização dos países orientais por meio da imprensa, tendo imediatamente sua ligação com o conceito de terrorismo. Consoante Losurdo:

Se por terrorismo de massa entendermos o desencadeamento da violência contra a população civil com o intuito de alcançar determinados objetivos políticos e militares, devemos dizer que na história o exemplo mais clamoroso dessa forma horrível de violência foi o aniquilamento nuclear de Hiroshima e Nagasaki (LOSURDO, 2010, p. 21).

Para Karen Armstrong, autora que se dedica ao estudo das relações entre Oriente e Ocidente, o termo fundamentalismo, entretanto, tem origem na própria sociedade ocidental, muito antes de se utilizar esse conceito referendando o Oriente. Tal conceito remonta ao século XIX nos Estados Unidos quando os protestantes temiam que a chamada “Era moderna” da industrialização afastaria as pessoas da religiosidade e do purismo religioso. Ávidos pela modernidade, esses fiéis esqueciam-se dos fundamentos da fé e, nesse sentido, um grupo de religiosos teria, então, começado o resgate junto aos crentes estadunidense prestes a desviarem-se nas tentações da sociedade moderna: álcool, jogos, drogas, prostituição, etc. Segundo a autora, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, Karen Armstrong afirma:

A mídia ocidental muitas vezes dá a impressão de que a forma de religiosidade armada e ocasionalmente violenta, conhecida como “fundamentalismo”, é um fenômeno puramente islâmico. O que não é verdade. O fundamentalismo é um fato global e em toda religião importante tem surgido como resposta aos problemas da nossa modernidade (ARMSTRONG, 2001, p. 219-220).

Ainda, de acordo com a autora:

Entre 1910 e 1915 publicaram-se uma série de doze panfletos intitulada *The fundamentals*, em que, numa linguagem acessível, destacados teólogos conservadores expunham doutrinas como a da Trindade, refutavam a crítica superior e enfatizavam a importância da difusão da verdade dos Evangelhos. Cerca de 3 milhões de exemplares de cada panfleto foram remetidos, gratuitamente, para todos os pastores, professores e estudantes de teologia dos Estados Unidos (ARMSTRONG, 2009, p. 237).

Armstrong demonstra que os fundamentalismos, ou seja, a observação mais rígida da religiosidade está presente em todas as principais religiões monoteístas. Contudo, observamos na mídia, principalmente a ocidental, uma vinculação única e exclusiva para o islã. Dificilmente são vistas em uma reportagem de televisão ou em impressos como jornais e revistas, ações ditas fundamentalistas de cristãos ou mesmo de judeus.

O contexto do término da Segunda Guerra Mundial marca um ponto crucial nas relações entre Oriente e Ocidente, sobretudo com a emergência do conflito bipolar. Oriundo das potências ditas vitoriosas da guerra (1939-45), a chamada Guerra Fria estendeu-se por quase cinco décadas e ao final, com o

desmantelamento do estado soviético, em 1991, as relações Oriente e Ocidente pareciam normalizadas ou estabilizadas. Nesse sentido, preconizou-se o *Fim da História* escrito em 1989 pelo cientista político Francis Fukuyama.

A polêmica tese do autor tratava de analisar o desfecho da Guerra Fria como o término do atrito político-ideológico. Dessa forma, o sistema capitalista liberal não teria mais competidores com a falência do sistema socialista soviético. Contudo, o autor reconhecia que tal falta de concorrência não se estendia ao que Fukuyama chamava de “mundo islâmico”, assim, segundo ele:

No fim da história a democracia liberal não tem mais nenhum competidor ideológico importante. No passado a democracia liberal foi rejeitada porque todos acreditavam que era inferior à monarquia, à aristocracia, à teocracia, ao fascismo, ao totalitarismo comunista, ou a qualquer outra ideologia. Mas fora do mundo islâmico, parece haver consenso geral que aceita a afirmação da democracia liberal de que é a forma mais racional de governo, isto é, o Estado que realiza com maior perfeição o desejo racional ou o reconhecimento racional (FUKUYAMA, 1990, p. 259-260).

Contrariando essa paz pretendida, sobretudo após a revolução iraniana de 1979, países do Oriente Médio opuseram-se aos modelos políticos liberais ocidentais, iniciando uma nova série de conflitos que se estendem até os dias recentes. Dessa forma, Ocidente e Oriente mantém-se em conflito, agora em um enredo que envolve, além do contexto econômico, questões culturais, sociais e, principalmente, religiosas.

Noam Chomsky (2004) e seu debate em torno do imperialismo estadunidense torna imprescindível para este estudo. O autor discute a ideia de manutenção do poder dos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias. Em que pese, Chomsky propõe o debate a partir de alguns exemplos do governo Ronald Reagan (1981-1989) e, com ênfase especial, ao governo George W. Bush (2001-2009), principalmente as ações de retaliação do governo de Washington contra o Afeganistão no pós 11 de setembro de 2001 e, posteriormente, no Iraque em 2003, contra Saddam Hussein.

O desdém pelas leis e instituições internacionais foi especialmente flagrante nos anos Reagan-Bush – o primeiro reinado dos membros do atual círculo de Washington -, e seus sucessores continuaram a insistir que os Estados Unidos se reservaram o direito de agir “unilateralmente quando necessário”, incluindo aí o “uso unilateral do poderio militar” para defender interesses vitais, tais como “o acesso ilimitado a mercados-chave, suprimentos de

energia e recursos estratégicos”. Essa postura, contudo, não era propriamente nova (CHOMSKY, 2004, p. 21).

O autor demonstra como o governo dos Estados Unidos contrariou a ONU impondo uma pauta de dominação e opressão militar para, pretensamente, salvar o mundo do Oriente islâmico. Das questões apresentadas por Chomsky, nos interessa em particular a tese das duas potências mundiais: os Estados Unidos, principalmente o Estado e sua política de segurança nacional, além da opinião pública mundial.

E, nesse sentido, prossegue:

Estudos revelaram, no início de 2003, que o medo inspirado pelos Estados Unidos atingira picos impressionantes no mundo todo, juntamente com a desconfiança em sua liderança política. O menosprezo pelas necessidades e pelos direitos humanos elementares combinavam-se a uma demonstração de desdém pela democracia para o que não é fácil achar paralelos, tudo isso acompanhado de discursos abundantes em promessas de devoção aos direitos humanos e à democracia (CHOMSKY, 2004, p.10).

Postos os elementos iniciais, pretendemos com este trabalho compreender momentos que consideramos chave do conflito de ideias entre Oriente islâmico e Ocidente liberal. A ênfase, contudo, se dará no período compreendido do final da década de 1970 e início da década de 1980, recorte que o mundo, através dos meios de comunicação, pode acompanhar seja pela televisão, seja pela imprensa a mudança de governo no Irã, também denominada revolução iraniana.

Segundo Andrew Traumann:

A Revolução não eclodiu devido a erros de última hora, mas devido a pressões que como um vulcão se acumulam ao longo de décadas, especialmente com a alienação da maioria do povo no crescimento do país. Na era republicana o xá insistia em ser um monarca absolutista. Na era do anti-imperialismo, chegou ao poder por meio de um golpe da CIA. Na era do não alinhamento, escarnecia o terceiro-mundismo e se autointitulou o policial norte-americano no Oriente Médio e se posicionou ao lado dos EUA em questões sensíveis como a Palestina e o Vietnã (POLLACK, apud, TRAUMANN, 2017, p. 82).

A partir do regime dos aiatolás, capitaneado pelo líder e mentor da revolução, o aiatolá Ruhollah Khomeini, outros episódios foram amplamente reportados pela imprensa mundial, sobretudo aquela que compõe o *corpus* desta pesquisa. Esses eventos são, em especial: a tomada da embaixada estadunidense em Teerã, capital

do Irã, em novembro de 1979 e o início do conflito entre Irã x Iraque (1980-1988). Todos esses episódios ocorreram durante a primeira década da República Islâmica iraniana e definiram os rumos da política externa no Irã, sobretudo no que se refere a sua relação com o Ocidente.

Por mais que não estejam rotulados desta forma, ou, dito de outra forma, explícitos nas transposições acerca dos fatos ou de eventos do Oriente Médio, o conceito de orientalismo apresenta-se cada vez mais na imprensa. Essa vinculação tem como contexto as conturbadas relações internacionais que envolvem o Oriente Médio e países do Ocidente, em especial os Estados Unidos, Inglaterra e França, países estes ditos representantes dos valores ocidentais. Assim, observa-se que a imprensa ocidental, em sua maioria, reporta as questões desses conflitos com um olhar de defesa dos valores cristãos e liberais, típicos dessa região geográfica, construindo ou projetando-se a partir de uma imagem de reféns ou vítimas do fanatismo oriental, ou da religiosidade radical islâmica.

Ainda nesse sentido, a partir dos estudos de Domenico Losurdo (2010), que defende a existência de um léxico, ou seja, um conjunto de palavras adotadas para designar o Oriente islâmico, entre elas: fundamentalismo, terrorismo, fanatismo religioso, barbárie, entre outras, tentaremos perceber nos periódicos referidos a possibilidade desse léxico, corroborando para uma visão particularizada do Irã no contexto em que a pesquisa se desenvolve. Partindo dessa observação, propomos e consideramos fundamental neste estudo, o entendimento do léxico oriundo das transposições jornalísticas presentes no *corpus* desta pesquisa. Nesse caso, tomaremos, por exemplo, o termo terrorismo para observar, a partir da análise do referido pesquisador italiano, o entendimento contraditório e claramente vinculado ao Oriente islâmico sobre o terrorismo.

A guerra em andamento é contra o terrorismo. Mas o que se deve entender com tal termo? Não há nenhum esforço para esclarecê-lo. Quanto mais vaga a acusação, tanto mais fácil para sua validade se impor de modo unilateral e tanto mais inapelável se torna a sentença pronunciada pelo mais forte (LOSURDO, 2014, p. 15).

Parece-nos essencial a essa temática o debate em torno da dicotomia entre os conceitos de bárbaro e civilizado. O Búlgaro erradicado na França, Tzvetan Todorov, nos apresenta, em sua obra *O medo dos bárbaros: para além do choque*

*das civilizações*, traduzido no Brasil em 2010, um estudo apurado e denso sobre as noções de barbárie, tendo por intento interpretar os conflitos que, atualmente, opõem países ocidentais ao resto do mundo.

Para falarmos das relações que se estabelecem entre povos ou sociedades, devemos abordar, inicialmente, uma questão difícil: será que se pode utilizar os mesmos critérios para julgar atos que têm a ver com culturas diferentes? Neste ponto, fica a impressão de que não se escapa a um exagero sem cair, imediatamente, em outro. Quem acredita em julgamentos absolutos, portanto, transculturais, corre o risco de considerar seus valores habituais como universais, de praticar um etnocentrismo ingênuo e um dogmatismo cego, convencido de deter para sempre o que é verdadeiro e justo (TODOROV, 2010, p. 23).

Desde o advento da modernidade, tais conflitos, sejam em qualquer dos âmbitos já referidos ou aqui propostos, têm sido reportados e anunciados através da imprensa. Seja através de jornais ou revistas, a mídia escrita e falada é o veículo que transpõe cotidianamente fatos e acontecimentos mundiais. Tal aspiração ao universalismo cultural e, por definição, de valores, é apresentada por Todorov como preocupante e, como o próprio autor alerta, um perigo se utilizado por lideranças mundiais para definir políticas internacionais. Nesse sentido, segundo o autor:

Tal pessoa corre o risco de tornar-se bastante perigosa no dia em que vier a decidir que o mundo inteiro deve beneficiar-se das vantagens próprias de sua sociedade e que, a fim de esclarecer melhor os habitantes dos outros países, ele tem o direito de invadir seus territórios. Esse foi o raciocínio adotado, no passado, pelos ideólogos da colonização, mas também, frequentemente, pelos apóstolos da ingerência democrática ou humanitária, hoje em dia. O universalismo dos valores ameaça, então, a ideia de que as populações humanas são iguais entre si e, portanto, também a universalidade da espécie (TODOROV, 2010, p. 23).

Os estudos relativos à imprensa como fonte para a escrita da História estão sendo cada vez mais utilizados e valorizados no meio acadêmico através da produção científica. Com o rompimento da historiografia tradicional, cuja ênfase recaía nas grandes estruturas, na oficialidade documental, militar e política, entre outros aspectos, esse viés de pesquisa está em franca ascensão. Assim, a produção historiográfica, tendo a imprensa como objeto e fonte de estudo, ganhou força e tornou-se elemento indispensável para o entendimento da história contemporânea.

A maior parte dos muçulmanos não é composta de fundamentalistas e a maior parte desses não é terrorista, mas a maior parte dos terroristas atuais é muçulmana e tem orgulho de se identificar como tal. Compreensivelmente, os muçulmanos reclamam que a mídia fala de movimentos e ações terroristas como “islâmicos”, e perguntam por que a mídia também não identifica os terroristas e o terrorismo irlandês e basco como “cristãos”. A resposta é simples e óbvia – eles não descrevem a si mesmos como cristãos. A queixa muçulmana é razoável, mas deveria ser dirigida àqueles que se fazem matéria de notícias, e não aos que noticiam. Osama Bin Laden e seus seguidores da Al-Qaeda podem não representar o Islã, e muitas de suas declarações contradizem diretamente princípios e ensinamentos islâmicos básicos, mas eles surgem de dentro da civilização muçulmana, tal como Hitler e os nazistas surgiram de dentro da cristandade, e também têm que ser situados em seu próprio contexto cultural, religioso e histórico (LEWIS, 2004, p. 129).

Faz-se necessário salientar a importância do conceito de Orientalismo para este estudo. Com base nos estudos de Edward Said podemos observar como a visão ou representação ocidental acerca do Oriente não é ingênua e muito menos desprovida de intencionalidade. A imprensa, assim, materializa o Orientalismo ao reportar o Irã a partir de uma cosmovisão pautada nos valores cristãos e Ocidentais.

O Orientalismo não é um simples tema ou campo político refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições; nem é representativo ou expressivo de alguma execrável trama imperialista “ocidental” para oprimir o mundo “oriental”. É antes a *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais), mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filosófica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (SAID, 2008, p. 40-41).

Ou seja, para Said existe um arcabouço multidisciplinar que sustenta o conceito de Orientalismo, ao mesmo tempo em que tal conjunto de saberes legitima tal visão. Sendo assim, não seria senso comum ou opinião apenas, mas sim um corpo elaborado de conteúdos que dão credibilidade ou tornam-se uma voz autorizada a classificar o Oriente, o islã ou os muçulmanos.

## 1.2 Orientalismo e a indústria cultural

O Orientalismo como visão ou ideia do Ocidente sobre o Oriente é utilizado, também, como mote para produtos de entretenimento: cinema, jogos, objetos da cultura pop, entre outros. Esse repertório é, muitas vezes, consequência de um mercado consumidor que se identifica com o discurso apresentado pelos criadores de tais produtos ou mercadorias. Um desses motes é o enfrentamento a um inimigo comum: os regimes totalitários da década de 1930-1940; os soviéticos e seus aliados, durante o período pós-Segunda Guerra até o esfacelamento do regime soviético em 1991 e, por fim, para seguir uma ideia cronológica, os povos islâmicos.

O conceito de Indústria Cultural de Theodor Wiesengrund Adorno ajuda a explicar e a entendermos como o capitalismo pode mercantilizar a partir da cultura e obter lucratividade. Não temos a pretensão de debater com profundidade o conceito de Industrial Cultural, visto que esse não é o objetivo central deste estudo. Esclarecer esse conceito, aqui, tem o propósito de demonstrar que as estratégias estadunidenses para impor sua leitura de mundo são diversas e podem ser explicadas por várias correntes teóricas.

As ideias de que estamos tratando, ou no senso comum chamada de cultura de massa, torna possível que produtos e serviços sejam comercializados a partir da perspectiva de uma demanda social incutida, seja por meios de comunicação, através da propaganda, seja por ideias governamentais através da política. O cinema, por exemplo, é um instrumento eficaz nesse sentido, pois tenta reproduzir uma ideia de real, de cotidiano, um ideal de mundo e de valores. Adorno exemplifica:

O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural. A velha experiência do espectador do cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, por que este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção cotidiana (...) a vida não deve mais tendencialmente deixar-se distinguir do filme sonoro (ADORNO, 1996, p. 118-119).

### Segundo Chaves; Frazão:

Em seu texto “A Indústria Cultural” (1996), Adorno utiliza o conceito de Indústria Cultural em substituição ao de cultura de massa, pois esta induz ao engodo e satisfaz os interesses dos detentores dos veículos de comunicação de massa. Os defensores da expressão “cultura de massa” querem dar a entender a ideia de uma cultura surgindo espontaneamente

das próprias massas, sem qualquer interesse ou ideologia agindo por trás de tal manifestação cultural (CHAVES, FRAZÃO, 2014, p. 62).<sup>17</sup>

Já existem estudos nas mais diferentes áreas - História, Relações Internacionais, Antropologia Social, Linguística, Geografia, Geopolítica etc - que demonstram como personagens em quadrinhos, filmes, séries e jogos são utilizados pelos Estados Unidos como instrumento da política interna e externa. Homem Aranha, Capitão América, Super-Homem, O Homem de Ferro, entre outros, são motes comuns do heroísmo salvacionista estadunidense. Entre os estudos que podemos citar, destacam-se: GALDIOLI (2008) *A cultura Norte-americana como um instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança*<sup>18</sup>; MOTTA (2014) *Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque*<sup>19</sup>; OLIVEIRA; DENIPOTI (2008) *Capitão América e a doutrina Bush: uma análise sobre a indústria cultural como instrumento de política externa dos Estados Unidos*<sup>20</sup>.

Joseph Nye e Robert Keohane, cientistas políticos estadunidenses e criadores da teoria do Soft Power e do Hard Power, explicam que o poder pode ser um instrumento de sedução (Soft Power) ou de força (Hard Power) para obtenção de resultados políticos estratégicos. Nesse caso, ou seja, da indústria cultural e seus produtos ou mercadorias, o Soft Power torna-se uma teoria plausível na explicação da utilização do entretenimento como ferramenta de cooptação política. Para Nye:

Resumidamente, Soft Power é a capacidade ou poderio, que um ator de Relações Internacionais (geralmente um Estado formalmente constituído) possui de impor ou fazer valer sua vontade sobre outro ator, se valendo de meios que diferem daqueles apregoados pelo Hard Power (que em suma, versa pelo poder por meio de meios físicos como armamentos e PIB de uma nação). Esses meios conforme supracitado tem contornos culturais fortes. Possuem uma forte inclinação para o campo das ideias<sup>21</sup>.

Ainda com relação ao Soft Power, Martinelli explica:

<sup>17</sup>Disponível em:<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/24540>. Acesso em 09 jul. 2020, às 15h54min.

<sup>18</sup>Disponível

em:[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=102568](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=102568). Acesso em 09 jul. 2020, às 14h38min.

<sup>19</sup> Disponível em:<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/111154>. Acesso em 09 jul. 2020, às 14h47min.

<sup>20</sup> Disponível em:<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/20664>. Acesso em 09 jul. 2020, às 14h50min.

<sup>21</sup>Disponível em:<https://analiseglobal.wordpress.com/2011/07/26/soft-power-definicao/>. Acesso em 09 jul. 2020, às 15h14min.

O Soft Power é uma ferramenta de poder que não está restrita apenas aos Estados. Qualquer tipo de ator, seja estatal ou não-estatal, pode exercer o Soft Power devido a sua característica indireta, transnacional e não imediata. A questão que caracteriza o Soft Power é sua esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais. Nye ressalta que o Soft Power deve ser essencialmente um meio sedutor, ele deve atrair o ator a querer imitar quem exerce tal poder, não o obrigar ou coagi-lo a fazer o que se deseja (MARTINELLI, 2016, p. 69).<sup>22</sup>

Fomentar o patriotismo, os valores da nação como liberdade, democracia, igualdade e a defesa dos interesses internos, são alguns dos atributos desses personagens como estratégia de manutenção da hegemonia global estadunidense. Porém, as pesquisas demonstram que o foco, na maioria das vezes, está centrado no período da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, no período da Guerra Fria, sendo um contexto em que a propaganda política era um instrumento eficaz e de suma importância, não apenas internamente, mas nas áreas de influência do capitalismo. Após o fim da Guerra Fria, com o fim da União Soviética, esse mercado teria “esfriado”, e, segundo os autores, se reaquecido com os eventos do 11 de setembro.

Em 2013, o filme *Argo*, dirigido por Ben Affleck, ganhou o Globo de Ouro de melhor filme da Academia de Cinema. A entrega foi emblemática, pois o prêmio, um dos maiores na escala das honrarias da categoria do cinema hollywoodiano, foi feita pela então primeira dama estadunidense, Michelle Obama. A obra em questão procura retratar o episódio de resgate, arquitetado pela CIA, de 6 diplomatas estadunidenses no contexto da Revolução Iraniana em 1979 e a tomada da embaixada dos Estados Unidos em novembro daquele ano. O longa-metragem, além de dirigido pelo ator Ben Affleck, tem o ator como protagonista da trama, um agente da CIA responsável pelo plano de resgate dos diplomatas em meio ao contexto revolucionário iraniano. De acordo com o professor Renato Costa:

Ao anunciar que “e o Oscar vai para... *Argo*”, Michelle Obama transmitia duas mensagens ao mundo, quais sejam, primeiramente de que o filme teria qualidade técnica, pois se não fosse o caso ele não vincularia sua imagem à produção; e, segundo lugar, que a mensagem política embutida em *Argo* deveria ser entendida como verdadeira (COSTA, 2017, p. 17).

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/47424>. Acesso em 09 jul. 2020, às 15h28min.

Como de costume, a visão dos fatos gira em torno do heroísmo estadunidense que nunca mede esforços para proteger, resgatar ou salvar seus cidadãos, ou seja, norte-americanos em perigo. A audácia e eficiência da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), como em outros filmes conhecidos, realça a ideia de tornar possível o impossível. Algo totalmente impensado ou que teria tudo para dar errado é contornado pela capacidade de infiltrar-se ou buscar meios de concretizar os objetivos. Enfim, planos perfeitos, sempre em nome de um bem maior, a salvação do planeta e, em especial, dos cidadãos estadunidenses são motes comuns.

Além disso, o filme retrata o Irã e seu povo como bárbaros, irracionais, exóticos e fanáticos religiosos. Uma questão emblemática nessa discussão é apresentada nas cenas em que os iranianos aparecem falando o farsi, língua oficial no Irã. Nessas cenas, a tradução simplesmente não é feita, passando a mensagem de que esses sujeitos não têm significância alguma, nem para serem traduzidos.

[...] como um projeto de propaganda, *Argo* é incrível – como documento, porém, é espúrio. Mas, num momento em que o Irã necessita ter sua imagem ainda mais destruída, nada melhor do que assistirmos a um filme com bárbaros pulando muros, gritando numa língua incompreensível e vestindo-se de modo exótico: assim, saberemos muito bem quem é o bom e o mau. Se um povo como o iraniano quase cometeu uma atrocidade com seis “diplomatas” estadunidenses, o que poderá fazer com uma bomba nuclear em mãos? Essa é a outra função do cinema, nos mostrar quem são os mocinhos e os bandidos, pois mesmo nos *westerns* eles podem ser difíceis de identificar e é necessário que alguém nos guie para não “aprendermos errado” (COSTA, 2013).<sup>23</sup>

Ainda na categoria cinema, o inimigo, por sua vez, é variado: ora são os nazistas, quando o mote é a Segunda Guerra Mundial, ora são os soviéticos, os vietnamitas do Norte ou os nortecoreanos quando a referência é a Guerra Fria, e em nosso exemplo específico, os orientais muçulmanos. Até alienígenas, no caso das ficções científicas, são inimigos repelidos pelas forças estadunidenses. No caso do Irã, o filme retrata a população como irracional, atrasada e raivosa. Gritos de morte ao satã, em referência aos Estados Unidos, atraso, antimodernismo, fanatismo religioso, falta de liberdade etc. são fatores preponderantes na representação dos iranianos.

<sup>23</sup> COSTA, Renatho. Por que “Argo” deve ganhar o Oscar? In: Sul/21, 4 de fev. 2013. Disponível em: [www.sul21.com.br/jornal/por-que-argo-deve-ganhar-o-oscar/](http://www.sul21.com.br/jornal/por-que-argo-deve-ganhar-o-oscar/)>. Acesso em 08 jul. 2020, às 19h48min.

Existem outros exemplos de produções que retratam esse choque ou combate ao “terror” e a produção de sentidos acerca dos povos existentes no Oriente Médio, quais sejam: *Falcão Negro em perigo* (2001); *Fahrenheit: 11 de Setembro* (2004); *Voo United 93* (2006); *Guerra ao Terror* (2008); *Ameaça terrorista* (2010); *Argo* (2012); *A hora mais escura* (2012); *Sniper Americano* (2014); *Survivor* (2015); *Decisão de Risco* (2016); *Trem para Paris* (2018), apenas para ilustrar alguns entre outros que poderiam ser citados. A internet, em suas mais diversas plataformas (computadores, notebooks, tablets, celulares etc.) inclui-se na predileção dos estudantes quando necessitam buscar informações sobre determinados assuntos.

Completariam essa lista os *games* (jogos) em suas mais diversas plataformas: computadores, videogames, smartphones, celulares etc. A indústria dos *games*, que normalmente tem como público-alvo jovens entre 10 a 16 anos e adultos em média entre 18 até 50 anos, usa como mote leituras similares à dos filmes, com os mesmos “vilões” e os mesmos “heróis”. Esse maniqueísmo está explícito nos jogos, sendo que o *player* (jogador) é, na maior parte das vezes, um agente estadunidense tendo que enfrentar os inimigos (coreanos, soviéticos, vietnamitas, de países islâmicos, etc.) para vencer o jogo e salvar a humanidade.

### 1.3 Orientalismo e a imprensa

A imprensa se insere no cotidiano como uma importante ferramenta de informações na contemporaneidade. Os chamados veículos de comunicação de massa (*mass media*), jornais e revistas principalmente, são poderosas fontes de divulgação dos eventos ocorridos sobre as mais diferentes ações do homem na sociedade e no mundo moderno. Entretanto, os veículos informativos necessitam constantemente de consumidores (leitores) ávidos por obterem um de seus principais produtos: as notícias.

Levando em consideração as questões mercadológicas, cooptar e manter a atenção de seus potenciais clientes torna-se tarefa imprescindível, pois sem isso a imprensa, como qualquer outra empresa, fica fadada ao fracasso e à não rentabilidade. Isso posto, indagamos: que recursos a imprensa utiliza para a manutenção de sua audiência e consumo por parte da população? Dito de outra

forma, como os meios de comunicação geram a necessidade de consumo por parte dos leitores?

Uma possível resposta a essas questões é a estratégia verificada através de narrativas traumáticas ou dramáticas. Verificadas normalmente na televisão (novelas, minisséries) e no cinema (filmes – curta e longa-metragem), essas narrativas se organizam em forma de enredo que não se esgota em uma edição. Tal narrativa segue uma dinâmica cronológica e que vai incorporando novas situações a cada “episódio” (edição) tornando-se, assim, uma saga ou uma contínua série de novas informações a cada novo impresso, porém, sem desfecho preciso. Dessa forma, cria-se, teoricamente, outra necessidade nos leitores: o desejo irresistível de saber o que irá ocorrer no “final da narrativa”.

Nesse intento, segundo Luiz Gonzaga Motta, os jornalistas empregam uma metodologia denominada lúdico-dramática através de *frames* (quadros ou molduras):

Os jornalistas utilizam frames narrativos, porque eles facilitam sua tarefa de enquadrar a complexidade do mundo. Consciente ou inconscientemente, os jornalistas sabem que esses frames dramáticos são rapidamente compreendidos pelos receptores que os utilizam frequentemente no mundo da vida. São, portanto, definidores prévios da situação de comunicação que se vai estabelecer. Frames de recíproca interação através dos quais os interlocutores tornam possível a comunicação jornalística (MOTTA, 2007, p. 2).

Tal recurso, como já mencionado, é facilmente observado na televisão e no cinema, guardadas, obviamente, suas especificidades. A diferença, nos parece, está na atribuição feita por parte da imprensa de sua responsabilidade com seu leitor, ou seja, o chamado compromisso com a verdade, com a imparcialidade, com os fatos. Sabe-se, porém, que a lucratividade desses segmentos depende, em suma, da abrangência e capacidade de atrair o público e, assim, manter o consumo deste. Dessa forma, a imprensa não oficial precisa instrumentalizar-se constantemente para garantir a vendagem de seus exemplares e, acima de tudo, manter suas “portas abertas”.

Com relação ao aspecto dramático já citado, este se mostra como uma ferramenta extremamente útil na atração do leitor. Segundo Luiz Marfuz (2003, p. 99) “a presença do drama na construção do acontecimento jornalístico é uma das marcas emblemáticas do discurso informativo contemporâneo”.

Quanto ao processo de narrativa jornalística, Motta explica que essa organização de escrita não se dá por mero acaso, mas sim, de forma articulada com a proposta de atração do leitor, sendo, inclusive uma condição inerente do ser humano. Nessa perspectiva, segundo ele:

Ao estabelecer sequências de continuidade (ou descontinuidade), as narrativas integram ações no passado, presente e futuro, dotando-as de sequenciação. O relato temporal perspectiva os estados e as ações em momentos históricos (mudanças evolutivas). Psicólogos culturais afirmam que a nossa tendência para organizar a experiência de forma narrativa é um impulso humano anterior à aquisição da linguagem: temos uma predisposição primitiva e inata para a organização narrativa da realidade (J. Bruner, 1998) (MOTTA, 2010, p. 2).

O autor ainda reforça:

Produtos veiculados pela mídia exploram narrativas fáticas, imaginárias ou híbridas procurando ganhar a adesão do leitor, ouvinte ou telespectador, envolvê-lo e provocar certos efeitos de sentido. Exploram o fático para causar o efeito de real (a objetividade) e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividades). Jornalistas, produtores e diretores de TV e cinema, roteiristas e publicitários sabem que os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, constroem temporalmente suas experiências. Por isso, exploram com astúcia e profissionalismo o discurso narrativo para causar efeitos de sentido (MOTTA, 2010, p. 2).

*As mídias manipulam?* Essa é a pergunta de Patrick Charaudeau (2013) que está inserida justamente no momento em que o autor usa como ponto de partida de sua análise o episódio ocorrido em 11 de setembro de 2001, qual seja, os ataques ao *World Trade Center* em Nova Iorque. Analisando o papel da mídia, não apenas impressa, mas televisiva também, o pesquisador francês aponta alguns caminhos possíveis para a resposta. Contudo, questiona o papel que o leitor ocupa como elemento que auxilia os redatores e jornalistas na construção das narrativas noticiosas. Referindo-se à mídia e aos leitores, Charaudeau provoca:

Há quem as condene pelo sensacionalismo (mas se não tiverem uma certa dose, as criticam pelo tédio ou pela falsa neutralidade); outros as acusam de deformar os propósitos de declarações políticas, pelo destaque, num título, de uma declaração fora do contexto (mas se não o fizerem, a declaração corre o risco de passar despercebida); outros, ainda, criticam sua corrida em busca do *furo*, o que as leva a dedicar a quase totalidade da informação a um acontecimento suscetível de impressionar o leitor, o ouvinte ou telespectador; outros, por fim, a acusam de alimentar rumores (como o que o Departamento de Paris seria responsável pelas inundações ocorridas num Departamento vizinho) (CHARAUDEU, 2013, p. 251).

Com relação à análise das notícias vinculadas ao 11 de setembro, Charaudeau (2013, p. 248) indica que existem, normalmente, duas características ou categorias que são utilizadas pelos jornalistas para reportar os eventos ocorridos em Nova Iorque: o acontecimento é 1) *inexplicável*; e 2) os atores e as causas são *essencializados*.

O inexplicável é o que, no final das contas, ultrapassa o entendimento e não pode remontar a uma causa profunda, última. Como numa narrativa fantástica, o suspense se mantém por não se saber qual é a causa dos acontecimentos nem a mente oculta que lhes deu origem. Para compensar a ausência de explicação, as causas e os atores são essencializados, como se fossem a essência das coisas que existem na natureza: as causas são apresentadas de maneira global e os atores como entidades abstratas (CHARAUDEAU, 2013, p. 248).

A utilização dessas características é comum nas análises das reportagens do *corpus* que compõem esta tese. Por exemplo, inicialmente, é inexplicável como o xá e seu bem treinado e armado exército não conseguiram conter as manifestações populares iranianas, dando cabo do governo e da monarquia por ele capitaneada. Também é inexplicável como os Estados Unidos e seus serviços de inteligência infalíveis não conseguiram perceber ou prever uma revolução popular em curso, e, além disso, a organização dos religiosos xiitas no contexto de insurgência contra a política do xá. Por fim, é inexplicável como um movimento da envergadura da revolução ocorreu tão rapidamente e teve êxito na mesma velocidade, sendo que a população não tinha aparato militar ou recursos comparados com as forças militares do governo monárquico do xá.

A produção de sentidos pela mídia, seja ela a imprensa escrita ou falada, tem objetivos específicos. No caso dos conflitos/guerras contemporâneos no Oriente Médio, apresenta-se como um instrumento legitimador das ações bélicas ocidentais sobre sociedades orientais e que, segundo este discurso, necessitam de intervenção externa para resolver os problemas internos. Segundo os autores, Branca F. Fabrício e Luiz Paulo Lopes (2007), respectivamente professores titulares da PUC-RJ e UFRJ nas áreas de Estudos da Linguagem e Linguística Aplicada, em seu artigo *Discurso Ocidentalista como arma de guerra*, afirmam:

No processo de ocidentalizar o mundo, esteve sempre presente a ideia de que a ocidentalização foi realizada em benefício daquele a quem as benesses da Europa eram levadas. A construção do ocidentalismo envolve a ideia de que os europeus sabem o que é bom para os outros e têm que reeducá-los e mantê-los sob sua tutela, o que mostra claramente o processo político-discursivo envolvido no engessamento de uma outridade inferior (FABRÍCIO; LOPES, 2007, p. 242-243).

Esses discursos tomam um ar de vozes autorizadas, definindo, dessa forma, o que é melhor para o mundo. Uma leitura de mundo ideal e correta, na qual a opinião do outro (não europeu) é irrelevante, uma vez que não possuem discernimento suficiente para guiar suas vidas. Assim, a imprensa, inclinada a este conteúdo, potencializa esses discursos estigmatizantes ou rotuladores sobre o muçulmano, atribuindo o caráter das guerras e dos conflitos como oriundos apenas das práticas locais, sem vínculos com agentes externos e suas ações, como os países ocidentais, por exemplo.

Ainda, nas palavras dos autores supracitados:

Nos tempos atuais, a frequente polarização na mídia entre os ocidentais e os oriental-árabes poderia ser compreendida como modo contemporâneo de estereotipar e “racializar” a diferença, reduzindo-a a dois grupos estanques por meio de discursos que os estigmatizam e criam um mundo bipolar: os certos, que agem ao lado da verdade científica, da racionalidade e do Deus correto (cristão), em oposição aos errados, que se pautam pela falta de objetividade científica, pela irracionalidade e por crenças fundamentalistas (os muçulmanos) (FABRÍCIO; LOPES, 2007, p. 243).

A mídia tem, portanto, o poder de construir essa diferença, de instituir um modelo de sociedade certa e uma errada, justa ou injusta, boa ou má. Cabe ao leitor definir qual deve escolher a partir do aparato de informações que lhe são selecionadas e apresentadas.

Preocupar-se com a opinião pública não é uma ideia nova. Há muito tempo que as obras de história fazem alusão à opinião pública, ao espírito público. Assim, o último parágrafo que Charles Seignobos dedicava à questão do Panamá intitulava-se “Efeito da crise na opinião pública”. [...] Em algumas linhas, o ilustre historiador da época positivista conseguiu colocar um certo número de problemas fundamentais – a maneira como os acontecimentos agem sobre a opinião pública, a maneira como esta influi sobre o acontecimento – e valorizar esse vaivém que constitui a ambiguidade, a dificuldade e a riqueza da história da opinião pública (BECKER, 2013, p. 185).

A imprensa internacional não se preocupou, num primeiro momento, em explicar que o governo despótico do xá Mohammad Reza Pahlavi, por exemplo, foi um dos regimes, no mundo, que mais violava os direitos humanos, que submetia a população iraniana a um dos piores índices de desenvolvimento humano ou, ainda, que os trabalhadores das petrolíferas eram explorados e trabalhavam em um regime que beirava o trabalho escravo. Essas informações ficavam no limbo, numa espécie de ocultação, ora proposital, ora por falta de informações.

Para tentar explicar o “*como é possível*”, apresentou-se de início uma causa menor: “a deficiência dos serviços de contraespionagem”, depois uma verdadeira causa, globalizante: “o ataque de uma civilização”, a do mundo livre (Ocidente), por uma outra civilização (o Oriente), e uma outra religião (o Islã), lugar de um obscurantismo fanático. Foi essa causa, essencializada, que, associada ao sofrimento compartilhado que os sobreviventes e seus próximos experimentavam, provocou uma outra essencialização, a da solidariedade que sentem os indivíduos pertencentes a cada uma dessas civilizações (CHARAUDEAU, 2013, p. 249).

A professora de jornalismo e pesquisadora Ingrid Gomes, em sua tese intitulada: *Olhares sobre o Outro, Estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*, verificou que “as representações do Islã caracterizam o muçulmano como o Outro, o Diferente, o da cultura distante e anticivilizada” (GOMES, 2014, p. 73). Embasada nesses periódicos, Gomes observou, sobretudo a partir do 11 de setembro, que essas mídias traziam nas reportagens sobre o islã ou qualquer notícia vinculada ao Oriente Médio, uma série de estereótipos generalizantes, sem contextualização histórica e que aproximavam indiscriminadamente o islã como fundamentalista. “Com isso, as visões sobre o Islã acabaram sendo vinculadas à cultura inferior, ou seja, um dos Outros da história internacional recente” (GOMES, 2014, p. 73).

A respeito da relação entre islã e imprensa, a referida autora problematiza:

A questão é esse “exótico” ser reconfigurado na lógica político-social contemporânea como marginal pelo discurso jornalístico apresentado, e as características culturais-religiosas desse Islã são problematizadas como fundamentalistas ou terroristas dentro do cenário liberal que os valores sociais modernos do Ocidente sobrepõem ao modo de viver do Outro-Islã; identificando o muçulmano como fundamentalista, extremista, radical ou mesmo terrorista (GOMES, 2014, p. 83).

Nesse sentido, Edward Said, na obra *Converging Islam* argumenta sobre as consequências que as generalizações feitas pela imprensa, de forma irresponsável e descomprometida, podem gerar. Obviamente, sem entrarmos no mérito da apropriação em quantidade e qualidade das informações jornalísticas, algo difícil de mensurar são as notícias que circulam em grandes conglomerados jornalísticos, cujo prestígio e confiabilidade são significativos, uma vez que se trata de uma imprensa consolidada, tornam a responsabilidade com o que é reportado, ainda maior.

As associações criadas deliberadamente entre o Islã e o fundamentalismo garantem que o leitor comum passe a ver ambos como sendo essencialmente a mesma coisa. Devido à tendência de reduzir o Islã a algumas regras, estereótipos e generalizações a respeito da fé, e de seus fundadores, e de todo seu povo, o reforço de todo fato negativo vinculado ao Islã – sua violência, primitivismo e ativismo, qualidades ameaçadoras – é perpetuado. E tudo isso sem nenhum esforço sério de definir o termo “fundamentalismo”, ou dar um significado preciso ao “radicalismo”, ao “extremismo”, ou contextualizar esses fenômenos (por exemplo, dizer que 5% ou 10%, ou 50%, de todos os muçulmanos são fundamentalistas) (SAID, 2007, p. 16-17, tradução nossa).

Compreendendo as articulações do Orientalismo como uma teoria que auxilia na compreensão do olhar ocidental sobre o Oriente; a relação com a indústria cultural, tornando-o produto comercial para o Ocidente e, por fim, mantido presente através da imprensa periódica, temos uma ideia inicial para compreender essas tensões: políticas, sociais, econômicas e culturais, a partir da revolução no Irã em 1979, tendo como objetos os jornais *Clarín* e *Folha de S. Paulo*.

Usando uma estratégia muito comum na imprensa, a pretensa neutralidade ou compromisso com a “verdade”, o Orientalismo também se reveste de autoridade, erudição, cientificidade. Dessa forma, não se apresenta como opinião, mas sim como verificação do fato e apresentação deste. É como se os redatores usassem o jargão: “contra fatos não existem argumentos”, ou basicamente seria essa a razão pela qual o *Orientalismo* na imprensa se articula de forma tão bem engendrada, produzindo sentidos planejados pelo editorial ou com uma mensagem que vai ao encontro do público-alvo do impresso.

## 2. IRÃ: DA PÉRSIA À REPÚBLICA ISLÂMICA (1925-1979)

Na transição do século XIX para o XX, o Irã passou por diversas mudanças: políticas, sociais e culturais. Em grande medida, essas transformações foram estimuladas pela relação que as dinastias Qajar, até 1921, e, posteriormente, os Pahlavi, até 1979, estabeleceram com as potências ocidentais: Inglaterra e Estados Unidos principalmente. Torna-se necessário para este estudo compreender, mesmo que brevemente, tal processo que vai basicamente da crise da dinastia Qajar, passando pela ascensão e queda dos Pahlavi, período em que são observados alguns fenômenos políticos como a Revolução Constitucional de 1905-1911 até a autoproclamação de Reza Khan como xá em 1925 e findando com a revolução iraniana em 1979.

### 2.1 A Dinastia Qajar e a ascensão da Dinastia Pahlavi

Entre 1905 a 1911, o Irã viveu o que pode ser chamado de primeira revolução do século XX, sendo que a segunda seria, nesse caso, a revolução de 1979. A dinastia Qajar (1794-1925), a partir do século XIX, adotou medidas ditas *ocidentalizantes*<sup>24</sup>, ou seja, que iam ao encontro da cultura ocidental e feriam os preceitos da fé islâmica. Tal situação era encarada de forma divergente entre os ulemás<sup>25</sup>, uns observam como naturais tais mudanças, assim eram chamados de liberais, outros, porém, viam de maneira perigosa ou nociva aos iranianos as medidas, principalmente educacionais e comportamentais, oriundas do Ocidente. Estes eram chamados de conservadores ou tradicionalistas.

A contraposição de duas culturas diferentes, uma possuindo tecnologia e exigindo grande poder, e a outra exaltando a espiritualidade e sofrendo de impotência, criou a atmosfera em que a relação desigual do Irã com o Ocidente se desenrolou. Na resposta iraniana à invasão ocidental, duas tendências intelectuais diversas que apontavam para a reforma do Qajar do Irã corroeram a característica persa de abertura e assimilação contra a característica islâmica de insularidade e tradicionalismo. Eles se expressaram na Revolução Constitucional de 1905 a 1911, quando o nacionalismo e o absolutismo dos reis do Qajar uniram os secularistas e os clérigos antes de a implementação do governo constitucional dividir os

<sup>24</sup> Entende-se por medidas *ocidentalizantes* ideias de educação, política, economia laicas, não atreladas a qualquer escopo ou vertente religiosa.

<sup>25</sup> Um ulemá ou álime é um teólogo ou sábio e versado em leis e religião, entre os muçulmanos.

proponentes da lei secular dos defensores da sharia, a Lei islâmica (MACKEY, 2008, p. 140).

O Irã, a partir do século XIX, portanto, esteve na rota do processo neocolonialista promovido pelos países europeus. O império britânico, como já destacado, foi um dos mais incisivos nesse processo no então território persa. O objetivo era a expansão do império britânico e, além disso, a usurpação dos recursos naturais, neste caso mais especificamente o petróleo iraniano. Ainda segundo o autor:

Como em outras áreas do mundo colonial e semicolonial o Irã sofreu um impacto da dominação dos grandes monopólios e da divisão internacional que o inseriu no mercado mundial como exportador de bens primários (no caso do Irã produtos como o petróleo, ópio, seda, etc.) e importador de produtos manufaturados produzidos pelos centros dominantes do capitalismo (FILHO, 1979, p. 93).

Assim sendo, as relações entre o Irã (Pérsia) e o ocidente, estão aqui, brevemente mencionadas nas citações já apresentadas. O objetivo de trazer essas relações está justamente no intento de demonstrar que esses “dois mundos”, tratando-se de interesses e culturas, estabeleceram entre si um caráter de dominação e interesses imperialistas, fator recorrente em termos de relações internacionais do século XIX. Ficam claros os objetivos dos ocidentais em terras orientais, o que, ao longo do século XX até hoje, não sofreu grandes mudanças quanto às estratégias daquelas que se dizem nações civilizadas.

As intenções de ocidentalizar o Irã continuaram durante a dinastia Pahlavi. A predileção pelo processo dito modernizante da Turquia, após o fim da Primeira Guerra Mundial, chamou a atenção do xá, que não hesitou em copiar o modelo turco. Contudo, ia de encontro aos preceitos da fé islâmica e afrontava, sobretudo, os religiosos xiitas, estes que se orgulhavam da manutenção das tradições seculares iranianas.

Para tanto, o xá defendia a organização de uma sociedade semelhante à República Turca que procurou estabelecer-se nos moldes ocidentais no primeiro quarto do século XX, o que mais tarde seria conhecido como *kemalismo*<sup>26</sup>. Seu líder

---

<sup>26</sup>Também conhecido como ideologia kemalista, ou ainda "Seis Setas" ou "Seis Flechas" é o princípio político e ideológico que define as características básicas da República da Turquia, da maneira em que foram formuladas pelo líder do Movimento Nacional Turco, Kemal Atatürk

Kemal Atatürk entendia que a Turquia islâmica estava na “periferia” do mundo e para entrar no “centro”, precisava haver uma revolução política, cultural e social. A partir do *kemalismo*, o então império turco-otomano passava de uma região onde predominava a identidade e cultura otomanas para, gradualmente, um estado turco ocidentalizado. Segundo Sahinler, citado por Arcos:

Influenciado por las reformas Tanzimat y la Revolución Francesa, Mustafá Kemal elaboró un cierto número de ideas matrices: Primero, durante la Guerra de Liberación, movilizó al conjunto de la población en un esfuerzo bélico y gestando en la participación, la base para una forma específica de populismo. Segundo, con la supresión del califato, emprendió la secularización del régimen y preparó el terreno para que pudiera arraigar el laicismo. Tercero, el Imperio Otomano tuvo siempre vastos territorios pero sin cohesión, Mustafá Kemal recurrió al concepto de “patria” para favorecer una toma de conciencia en relación a la identidad turca y a la necesaria existencia de un territorio geográfico y eidéticamente delimitado y unido. En cuarto lugar, Mustafá Kemal con la instauración de un nuevo Estado turco, actuó en función de un cierto estatismo, lo que propició el paso de una economía colonial a otra nacional. Quinto, la declaración de la República permitió el desarrollo de un pensamiento republicano. Y por último, la voluntad de occidentalización exigió un proceso permanente de reformas a fin de acabar con la semi-teocracia. Estos aspectos según Sahinler serían adaptados y trasplantados por Kemal Atatürk a Turquía, y ejecutados como radicales reformas de modernización del Estado (SAHINLER, 1995, p. 69, apud ARCOS, 2011, p. 89).

Portanto, a partir das ideias acima, podemos notar que os elementos que serão observados na história do Irã a partir dos Pahlavi têm como fonte o kemalismo posto em prática na Turquia. Contudo, devido justamente ao contexto histórico, o primeiro Pahlavi (1925-1941) enfrentou o processo de interesse da Europa na Segunda Guerra Mundial e sucumbiu ao querer aproximar-se das forças nazistas. Assim, os Aliados procuraram solucionar o problema nomeando o filho para suceder o pai em 1941.

Entre as ações de Reza Pahlavi, nas palavras de Samy Adghirni, estão, por exemplo:

O véu islâmico foi banido em locais públicos, assim como as roupas tradicionais para homens, doravante obrigados a se vestir à moda ocidental. Soldados patrulhavam as ruas da cidade e arrancavam à força as vestimentas julgadas retrógradas. Tribunais de sábios islâmicos foram dizimados por um novo sistema jurídico ocidentalizado. O ensino passou a ter manuais escolares para acabar com o monopólio do Corão como fonte de conhecimento. Escolas particulares e laicas proliferaram. Procissões xiitas e até a peregrinação a Meca passaram a ser desestimuladas. O xá obrigou a população rural a abandonar títulos tradicionais e a substituí-los

por sobrenomes devidamente registrados em cartório (ADGHIRI, 2014, p.138).

Tais ações geraram um forte enfrentamento do xá com a população, uma vez que promoveu a secularização do governo, fator este que mais tarde, em 1979, foi um dos elementos chave para desencadear a revolução e a queda da monarquia. A promoção de um estado laico no Irã feriu os princípios religiosos, tanto dos religiosos, quanto da sociedade iraniana significativamente.

Protestos contra a modernização da sociedade foram silenciados à bala, num reflexo da brutalidade do xá contra toda dissidência ou contestação. Num dos episódios mais sangrentos, o regime esmagou uma manifestação pacífica de religiosos no santuário de Mashhad, em 1935, deixando centenas de mortos (ADGHIRI, 2014, p. 139).

Culturalmente ligados, política e preceitos da fé islâmica, foram, tradicionalmente, ao longo de séculos, elementos comuns, ou seja, estavam enraizados na sociedade iraniana. Mudar de forma abrupta e repressiva, a partir das ditas reformas governamentais modernizantes do xá eram, obviamente, uma afronta ao culto religioso islâmico.

Treinado nas brigadas cossacas, Reza, à frente de um grupo de oficiais de sua confiança, passou a governar com mãos de ferro, como seu ídolo Kemál Atatürk, o modernizador da Turquia. Assim como o líder turco, reprimiu a religião e estimulou o culto à sua personalidade. Aplicou sua vontade pelo terror exemplar, por castigos públicos, mas, por outro lado, diminuiu a influência estrangeira, proibindo a venda de terras a não-iranianos, e revogou a concessão britânica para produzir moeda nacional. Construiu fábricas, portos, hospitais, edifícios, avenidas, introduziu o sistema métrico e o casamento civil (COGIOLLA, 2008, p. 34).

Essa repressão ao culto do simbolismo islâmico xiita é particularmente grave considerando que no islã não é aceita a personificação da fé, ou seja, proibindo imagens humanas e rejeitando a ideia de santidade. Portanto, Reza Khan mantinha um ideal de formar uma nação forte, independente e autossuficiente. Com um caráter nacionalista, como já observado na citação acima, procurava manter certa distância de influências da Inglaterra e, sobretudo, da União Soviética, pois não queria que os ideais revolucionários bolcheviques repercutissem em seu país.

Reza Shah procurou secularizar os políticos iranianos. Em direção a esse objetivo, ele reduziu drasticamente o poder do ulama e suprimiu aqueles que ousaram desafiá-lo. O poder dos tribunais religiosos, administrados pelos religiosos xiitas, foi drasticamente diminuído. Como todos os juizes eram obrigados a ter um diploma formal, muitos dos ulama, que tinham educação tradicional, foram forçados a deixar o ramo judicial. As leis civis e penais europeias substituíram gradualmente as leis islâmicas. As agências estatais recém-criadas privaram os xiitas de seu controle sobre a administração dos serviços civis. Centenas de escolas modernas foram construídas em detrimento dos *maktabs* tradicionais administrados pelos ulama<sup>27</sup> (BAKHASH, 1984, p. 22).

Fica explícito na citação acima a prática do xá para diminuir ou erradicar a participação religiosa na sociedade iraniana. Importante ressaltar que o xá não era contra o Ocidente ou as ideias de modernização oriundas da Europa principalmente, entretanto, queria fortalecer o sentimento nacional sem a intervenção estrangeira no Irã.

## 2.2 O Irã a partir da Dinastia Pahlavi (1925-1941)

A origem da dinastia Pahlavi remonta o ano de 1921 quando Seyec Zia-al-Dian (também encontrado em outras obras consultadas como Sayed Ziadine Tabatabai), jornalista que se torna ativista político e Reza Khan Pahlavi, oficial de cavalaria do exército, retiraram do poder o último xá da dinastia Qajar<sup>28</sup>. Valendo-se de sua influência sobre as forças militares locais, Reza Khan reuniu tropas e juntamente com Sayed Tabatabai, seu cúmplice político, destituíram o monarca Qajar. Sayed Tabatabai também gozava de certa influência sobre a elite local, fator que auxiliou na articulação contra a monarquia. Segundo Coggiola, “[...] o golpe de 1921 foi apoiado nos bastidores pela Inglaterra, que renunciara às pressões para impor um tratado colonialista firmado anteriormente com a dinastia deposta em

<sup>27</sup>Reza Shah sought to secularize Iranian politics. Toward this goal, he drastically reduced the ulama's power and suppressed those who dared to challenge him. The power of the religious courts, administered by the ulama, was greatly diminished. Because all judges were required to have a formal degree, many of the ulama, who had traditional education, were forced out of the judicial branch. European civil and penal laws gradually replaced Islamic laws. Newly created state agencies deprived the ulama of their control over the administration of civil services. Hundreds of modern schools were built to the detriment of the traditional *maktabs* administered by the ulama.

<sup>28</sup> Cf. MAKEY, Sandra. **Pérsia, Islã e a alma de uma nação**. Rio de Janeiro: Biblioex, 2008. A Dinastia Qajar (em persa: *سلسله قاجاریه* - ou *دودمان قاجار*, também denominada como Cajar, Ghajar ou Kadjar) foi uma família real iraniana de ascendência turca que governou a Pérsia (atual Irã) de 1785 a 1925. A família Qājār assumiu o controle total do Irã depondo Lotf Ali Khan, o último governante da Dinastia Zand, e reafirmou a soberania persa sobre partes do Cáucaso.

1919, e concentrara-se em promover um governo conservador que impusesse ‘lei e ordem’, no conturbado Irã [...]” (COGGIOLA, 2008, p. 34).

Formou-se um governo provisório tendo à frente das forças armadas Reza Khan, nomeado, posteriormente, Ministro da Guerra. Contudo, Reza Khan Pahlavi e Sayed Tabatabai divergiam sobre vários aspectos político-administrativos. Assim, aproveitando-se do prestígio e liderança que possuía junto às tropas, em 1925, Reza Khan deu um novo golpe instaurando uma ditadura, obrigando, assim, o Parlamento Persa (Majlis) a nomeá-lo o novo xá da Pérsia, transformando-se no fundador da dinastia Pahlavi.

Assumindo como programa a modernização do país, ou seja, a continuação da penetração do capitalismo, o xá Reza Khan I desencadeou um vasto plano de reformas destinado ao fortalecimento do estado. Uma laicização gradual da monarquia teve lugar com a reforma dos costumes (proibição do uso do chador e do turbante e das roupas orientais provocaria reações populares e estremecimento com setores tradicionais religiosos). No esforço por demarcar a nova era Reza Khan mudará o próprio nome do Estado; a velha Pérsia cederá lugar oficialmente ao Irã moderno (FILHO, 1979, p. 111).

A história do Irã inicia-se muito antes da dinastia Qajar ou Pahlavi. Esse território, que figurou como o grande império Persa de Ciro e Dário, fora alvo de invasões estrangeiras e da cobiça de impérios e civilizações<sup>29</sup>. O território da antiga Pérsia e, atualmente Irã, desde as primeiras ocupações históricas conhecidas, foi palco de embates pelo poder e interesses militares, políticos e econômicos. Alguns fatores ajudam a explicar por que esse território foi alvo constante de povos e nações estrangeiras. De acordo com Coggiola:

Por sua localização geográfica, o Irã esteve, desde seus inícios, situado na encruzilhada de um conjunto de civilizações, impérios e rotas estratégicas, ligando Europa e Ásia. O Irã histórico limita com o berço das grandes civilizações da Mesopotâmia, com o Império Russo, com a Ásia Central, com a Turquia, com a Península Arábica e o Golfo Pérsico, com a Índia (incluindo o atual Paquistão). O país foi teatro de permanentes invasões e alvo da cobiça de seus vizinhos imediatos e, na era contemporânea, passou a ser disputado pelas grandes potências mundiais (COGIOLA, 2008, p. 21).

<sup>29</sup> Conforme Mackey (2008), nos 1200 anos entre a fundação do Império Persa e a chegada do Islã, no século VII d.C., a cultura e a identidade persas tomaram forma no planalto iraniano. Ela desenvolveu-se sobre as quatro dinastias do Irã pré-islâmico – Arquemênida, Selêucida, Parthian e Sassânida. Cada dinastia possuía a própria história de sucessos e fracassos. Contudo, os temas de governo e cultura, que são relevantes hoje como eram no passado antigo, eram centrais para cada dinastia.

Interessa-nos destacar essa última parte da citação acima. A fase contemporânea do Irã, como mencionado, passou a ser objeto de interesse na pauta geopolítica das potências europeias e, após a Segunda Guerra Mundial, dos Estados Unidos. A influência europeia remonta meados do século XIX ainda no governo da dinastia Qajar até o findar da dinastia Pahlavi, em 1979. De acordo com Cabral Filho,

Desde 1901 que os ingleses, através de um contrato de concessão para exploração do petróleo em todo o território do Irã, tinham implantado uma sólida fonte de influência junto à administração: o controle sobre a grande riqueza do petróleo servia também para determinar os rumos da política interna do país (FILHO, 1979, p. 64).

Além de explorar os recursos naturais do Irã, como já referido, podemos observar que as potências estrangeiras, a Inglaterra principalmente, tinham interesse na política administrativa iraniana, questão que seguiu inalterada durante os anos seguintes, sofrendo, entretanto, algumas modificações em virtude do contexto histórico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O partido comunista iraniano, o Tudeh, neste período era inexpressível e tinha pouca representatividade, limitando-se a uma atuação pouco significativa no norte do país. Sandra Mackey (2008) também observa as questões ligadas às mudanças culturais e sociais promovidas por Reza Kahn Pahlevi e seus desdobramentos políticos no Irã no alvorecer da dinastia Pahlevi. Assim, segundo a autora:

Declarado Xá Reza, pelo Majlis, em 1925, ele começou a tarefa de construir uma nação com suas especificações pessoais – um Irã revitalizado, livre das mãos ávidas dos poderes estrangeiros. Levando a efeito um modelo de modernização estruturado em educação e tecnologia ocidentais, ele julgou que a tradição do islã xiita era o grande obstáculo para seus objetivos. Como resultado, as instituições e símbolos do islã xiita, o segundo elemento na identidade dual dos iranianos, sofreram uma disputa do Rei Pahlavi. Ao mesmo tempo em que elevava a identidade persa dos iranianos em defesa de um Irã modernizado, o Xá Reza tinha uma mão autoritária no ideal de Governo justo, a base crítica e protetora da monarquia persa. O xá Reza havia obtido sucesso em livrar o Irã da aniquilação. Todavia, ao fazer isso, violou valores essenciais das tradições persa e islâmica (MACKEY, 2008, p. 160).

Seu governo centralizador e autocrático identificava-se com os sistemas totalitários e autoritários gestados na Europa do entre guerras. Assim, aproximava-se da Alemanha e da ideologia nazi-facista. Segundo Cogiolla (2008, p.35), com o início da Segunda Guerra, em 1939, o Irã declarou-se neutro, pois temia intervenções de ambas as forças, inglesas ou alemãs. Com a definição das alianças, sobretudo, após a ofensiva alemã contra a União Soviética em 1941, o xá mostrou-se inclinado aos ideais nazistas tendo em vista que as tropas alemãs utilizariam o território iraniano para passagem de tropas visando ao ataque aos soviéticos.

Mestre absoluto no cenário doméstico, Reza Pahlevi era vulnerável à pressão externa. Britânicos, que o haviam levado ao poder, incomodavam-se com suas queixas acerca da repartição dos lucros petrolíferos. Russos o enxergavam como ameaça constante. A tensão com as duas potências levou o xá a se aproximar da Alemanha nazista nos anos 1930. Reza Pahlevi se manteve neutro durante a Segunda Guerra Mundial e recusou o pedido para que o Irã fosse usado como base logística americana na luta contra as tropas de Hitler. O posicionamento custou caro. Em 1941, Grã-Bretanha e União Soviética se uniram para depor o xá e colocar em seu lugar seu primogênito, Mohammad Reza Pahlavi, que prosseguiu com afinco as políticas modernizantes do pai (ADGHIRI, 2014, p. 140).

Dessa forma, forças conjuntas da Inglaterra e da URSS invadiram o Irã, objetivando, principalmente, manter a exploração do petróleo na região, pois o Irã representava sua principal fonte do produto. Mais tarde, em 1943, Teerã seria o local de encontro dos líderes de Inglaterra, Estados Unidos e Rússia na chamada Conferência de Teerã.

O xá governou o país entre os anos de 1925 a 1941. Durante seus anos no poder, reprimiu etnias curdas, balúchis e qashquis, evitando qualquer movimento separatista no país. No final da década de 1930, a grande maioria do comércio externo era realizado com a Alemanha, que fornecia maquinários designados ao programa de industrialização proposto pelo governo. O xá nunca escondeu sua simpatia pelos regimes nazistas e fascistas, o que fez com que os aliados intervissem no Irã tão logo neutro (AMARAL, 2015, p. 18).

A partir disso, devido à intervenção de ingleses e soviéticos em território iraniano, o xá, que tinha suas inclinações nazistas, foi forçado a sair do país e abdicar do trono ao filho, Mohamed Reza Pahlavi. Assim, após duas décadas, o primeiro governo do xá Reza dava lugar a um novo regime, que mantinha a dinastia e o modelo monárquico, mas alterava, principalmente, suas relações internacionais.

Em que pese, tal manutenção dinástica tinha por objetivo o controle governamental externo, ou seja, tanto da Inglaterra, quanto da União Soviética e logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, teria ainda o ingresso dos Estados Unidos. Controle este que não foi permitido ao longo do governo de Reza Khan, pai de Mohamed Reza Pahlavi.

Seguindo os passos do pai, Mohammad Reza Pahlavi continuou minando a influência dos clérigos, embora tenha liberado o uso do véu em público. Clérigos tinham cada vez menos poder e reconhecimento. Como um tapa na cara dos religiosos, o regime permitiu às mulheres que votassem e se candidatassem em eleições locais. As leis da família implantadas pelo xá dificultaram a poligamia e deram às mulheres o direito de pedir divórcio e disputar a guarda dos filhos. Homens perderam a possibilidade de declarar divórcio unilateralmente. A idade mínima de casamento para as mulheres passou dos 13 para os 18 anos. Mulheres iranianas se destacavam em todas as profissões (ADGHIRI, 2014, p. 141).

Tendo em vista o efêmero contato de identidade com os costumes iranianos, ao longo de sua vida, o jovem monarca Mohamed Reza Pahlavi, era, portanto, facilmente controlável pelos interesses dos Estados ocidentais, leia-se estadunidenses e, em alguma medida, britânicos. Fazendo do Irã, desta forma, uma espécie de protetorado dos Estados Unidos no Oriente Médio.

### 2.3 O segundo Pahlavi e o contexto da Segunda Guerra Mundial (1941-1945)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi palco de inúmeros interesses geopolíticos, tanto do Eixo, quanto dos Aliados. Levando em consideração espaços fronteiriços estratégicos, os quais eram vitais para o sucesso de algumas campanhas no teatro de operações do conflito mundial, os governos da Alemanha nazista, da União Soviética e da Inglaterra disputaram o então território do Irã, governado pelo xá Reza Khan.

Partindo da premissa geopolítica de guerra, o interesse dos britânicos no Irã era firmar um espaço no qual os alemães não pudessem se estabelecer militarmente. Isso, porque o território iraniano era um ponto estratégico para os alemães atacarem a União Soviética e tomarem os poços petrolíferos do Golfo Pérsico. Interessados igualmente neste “ponto estratégico”, ingleses e soviéticos



Inglaterra quanto dos Estados Unidos. Assim, o Irã tornar-se-ia uma espécie de protetorado ocidental no Oriente Médio. Segundo Samy Adghirni:

Educado num internato suíço e com traços de personalidade melancólica, Mohammad Reza Pahlavi ainda não tinha completado 22 anos quando assumiu o poder, em pleno calor da Segunda Guerra Mundial. Ele passou os primeiros dois anos de mandato sob tutela dos países que lutavam contra a Alemanha nazista: Rússia e Grã-Bretanha, que ocupavam o território iraniano e, em menor escala, os EUA. Em 1943 as potências reconheceram a independência do Irã, e o segundo xá da dinastia Pahlavi assumiu plenos poderes. Optou, contudo, por manter o país na órbita ocidental quando a Guerra Fria tomou forma (ADGHIRNI, 2014, p. 141).

Com o término do conflito mundial, os britânicos, estruturalmente e militarmente destroçados, não tinham forças para manter controle semelhante ao dos Estados Unidos. Dessa forma, os estadunidenses não hesitaram em ocupar e estabelecer influência política e econômica no local.

A escolha da manutenção da dinastia Pahlavi teve vários fatores, contudo, existia um fator principal, o desconhecimento do novo xá de seu país natal. Como já brevemente referido, o novo xá vivera durante a infância e adolescência em Londres, não possuía domínio nem do idioma iraniano, o *farsi*. Tal deslocamento ou falta de identidade nacional era um elemento que seria explorado pelas potências estrangeiras no trato com o monarca, determinando, assim, um facilitador para decisões em benefício destes países que especulavam posicionamento geopolítico favorável e rentabilidade através de investimentos no Irã. Para os ingleses, o fato de o xá ser praticamente um londrino faria com que ele mantivesse um alinhamento não nazista, diferente de seu pai.

A esse respeito, Cogiolla enfatiza:

O novo xá permitiu que os ingleses e russos utilizassem a estrada de ferro e mantivessem suas tropas no Irã até o fim da guerra. Mohamed Reza Pahlevi fora educado em Londres e nem sequer fala persa (*farsi*). Os interesses britânicos no país, fizeram que o novo xá se tornasse um verdadeiro fantoche dos europeus, realizando suas vontades sem maiores resistências, especialmente na escolha dos primeiros-ministros, os governantes de *facto* no regime iraniano (COGIOLLA, 2008, p. 35).

Enquanto Inglaterra, França e União Soviética enriqueciam com a exploração de petróleo iraniano, respaldados pelo governo, por razões óbvias e já demonstradas, a maior parte da população era utilizada como mão de obra barata

ou quase escrava. Longas jornadas de trabalho e pouca valorização, em detrimento de uma pequena elite que granjeava os benefícios do chamado ouro negro que jorrava em abundância do solo no Irã.

O Irã, regido por Mohammad Pahlavi e tendo como eminência parda os Estados Unidos, entraria em uma fase de mudanças estruturais, mais tarde denominada “revolução branca”, mais precisamente a partir de 1963. Contudo, essa fase modernizadora iraniana, beneficiava uma pequena elite em detrimento de um contingente populacional pobre e desprovido dos serviços essenciais como luz, água, saneamento básico, habitação etc. Utilizada como mão de obra barata e explorada, essa população observava o país sendo aberto ao capital estrangeiro e invadido por técnicos estadunidenses, os quais vinham trabalhar nas petrolíferas e na manutenção do arsenal bélico adquirido dos Estados Unidos.

Somava-se a esse descaso social uma violenta repressão política estatal, através da polícia política do xá, a SAVAK<sup>30</sup>. Reza Pahlavi cerceava qualquer atitude contrária ao governo, prendendo e ordenando execuções sumárias aos opositores do regime. Em 1977, um relatório das Nações Unidas colocou o Irã entre os países que mais violavam os direitos humanos no mundo. Nesse contexto, no mesmo ano, foi o país que mais negociou armas com os Estados Unidos. A troca de petróleo por armamentos, veículos, aviões de guerra e tecnologia militar era significativa. Além de empregar aproximadamente 45 mil técnicos estadunidenses, cujo principal trabalho era treinar os militares iranianos e realizar a manutenção dos equipamentos bélicos adquiridos. A intenção do xá era, até o findar da década de 1970, ter o maior e mais bem equipado exército do Oriente Médio.

Assim, por interesses estrangeiros, o Irã conduziria ao poder um governo que era empossado por um golpe, em meio à Segunda Guerra Mundial. Isso resultaria gradativamente no choque da população com a monarquia, uma vez que o xá pouco preocupava-se com a situação da população iraniana, que apresentava grandes lacunas sociais, em uma estratificação socioeconômica gritante.

A partir de 1942, o xá passou a receber um número crescente de conselheiros norte-americanos nas principais áreas do governo, como economia e força militar. Estruturas coercitivas estratégicas como a Guarda Imperial, a polícia rural e o Exército iraniano foram entregues a grupos de oficiais dos Estados Unidos comandados por homens como o Coronel

---

<sup>30</sup> Em Persa: Sâzemân-e Ettlâ'ât va Amniyat-e Keshvar, em inglês: National Intelligence and Security Organization, em português: Organização de Segurança e Inteligência Nacional.

Norman Schwarzkopf e o general Clarence S. Ridley. Não foi por acaso que em 1943 os Aliados escolheram o Irã como palco seguro para planejar um ataque maciço aos alemães na Conferência de Teerã (MEIHY, 2010, p. 8-9).

Dessa maneira, o Irã era um oásis de riquezas sendo exploradas por nações estrangeiras, e os iranianos tinham poucos ou nulos benefícios com essa política de abertura ao capital estrangeiro, adotada - para não dizer imposta - pelo xá. Contudo, em 1949, vendo essa exploração descabida dos recursos iranianos e a marginalização do povo, o Partido Comunista Iraniano, o Tudeh, reagiu e um atentado organizado por membros do partido por pouco não levou à morte Mohammed Reza Pahlavi.

Logo depois das 3h da tarde, em 4 de fevereiro, o Rolls-Royce do xá Mohamed Reza estacionou em frente à Universidade de Direito de Teerã. O monarca do Irã andou sobre um tapete vermelho desenrolado sobre a neve, ajeitou seu casaco feito praticamente sob medida e caminhou em direção à entrada do edifício. A menos de seis pés da porta, quatro tiros disparados por um seguidor do Tudeh, escondido entre o grupo de fotógrafos, atingiram o xá. Um atingiu o rosto. Os outros três atravessaram seu chapéu. Escapando milagrosamente da morte, o xá ficou ferido mais psicológica do que fisicamente (MACKEY, 2008, p. 192-193).

Tal episódio não abalou o poder do xá, contudo, o alertou da insatisfação da população para com o seu governo. Mesmo assim, pouco ou nada o xá faria nos anos subsequentes para modificar ou atenuar o quadro de fragmentação e desigualdade econômica da sociedade iraniana. Dessa forma, começou a crescer no Irã um sentimento nacionalista em detrimento do estrangeirismo presente e cada vez maior.

Mesmo com os poderes do xá limitados pela presença estrangeira no país, em 1944 foi realizada a primeira eleição genuína para o *Majlis* desde a década de 1920. E, com isso, houve a oportunidade para que antigas lideranças retomassem à vida pública, assim como proprietários de terra e autoridades que detinham algum poder antes do xá Reza chegar ao poder. Era um grupo que já possuía uma verve nacionalista e a viu acentuada com a presença estrangeira no país, durante a guerra; além, evidentemente, da decadência das condições socioeconômicas dos iranianos (COSTA, 2017, p. 101).

Em março de 1951, o primeiro-ministro iraniano, Ali Razmara, foi ao Parlamento iraniano pedir apoio para sugerir mudanças na política do petróleo iraniano. Quatro dias depois foi assassinado. Uma série de protestos dos trabalhadores, sobretudo das principais refinarias de petróleo iranianas, fez com que o xá nomeasse em 29 de abril de 1951, a partir da indicação do parlamento iraniano, o *Majilis*, um primeiro-ministro, Mohammed Mossadegh.

Mossadegh era líder do grupo parlamentar nacionalista e próximo à hierarquia islâmica xiita. O Majilis votava em favor da nacionalização da indústria petrolífera [...]. O governo de Mohammed Mossadegh levou o Irã à nacionalização do petróleo. O apoio popular a Mossadegh, eleito em 1951, foi esmagador, beirando os 100% (COGIOLLA, 2008, p. 39).

Porém, essa onda nacionalista atrapalhava os planos estrangeiros, sobretudo dos ingleses, os quais tinham investido significativos recursos nas indústrias de petróleo desde o início dos anos 1940. Assim, iniciou-se uma articulação que mais tarde derrubaria Mossadegh do poder e tornaria Mohammad Reza Pahlevi o futuro absolutista no Irã, conspiração que, em 1953, seria batizada de operação *Ajax*. A operação teria sido pensada, inicialmente, apenas pelo serviço secreto britânico, e mais tarde ganhou o apoio dos Estados Unidos, quando estes, de acordo com Cogiolla, “fariam sua entrada no processo” (COGIOLLA, 2008, p. 39).

#### 2.4 O petróleo é nosso: a nacionalização no Irã e a operação Ajax (1951-1953)

Os anos de 1951 a 1953 foram de extrema importância para os rumos políticos do Irã. O período era de instabilidade política, principalmente pelas contestações acerca do poder e influências estrangeiras no país. A Inglaterra figurava como principal alvo dos grupos que não aceitavam a exploração forasteira do petróleo iraniano. A *Anglo-Persian Oil Company* (APOC), fundada em 1909, foi a primeira empresa a extrair petróleo no Oriente Médio. Em 1935 a companhia foi rebatizada com o nome de *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC) justamente pela mudança do nome do país de Pérsia para Irã. De qualquer forma, o empreendimento era majoritariamente controlado pela Inglaterra e o retorno para a população iraniana era praticamente inexistente.

Desde os primeiros anos do século XX, uma empresa britânica cujo principal proprietário era o próprio governo de Sua Majestade usufruía o monopólio fantásticamente lucrativo da produção e comercialização do petróleo do Irã. Enquanto a maioria dos iranianos vivia na pobreza, a riqueza que fluía do subsolo do país jogava um papel decisivo na manutenção da Grã-Bretanha no pináculo do poder mundial. Esta injustiça era motivo de profundo rancor por parte dos iranianos. Até que finalmente, em 1951, eles apelaram para Mossadegh, que, mais do que qualquer outro líder político, personificava o ódio de toda a nação contra a Anglo-Iranian Oil Company (AIOC). Mossadegh prometeu expulsar a Anglo-Iranian do Irã, reaver as vastas reservas de petróleo do país e libertar o Irã da submissão ao poder estrangeiro (KINZER, 2004, p. 18).

As pressões no Irã aumentavam e o projeto nacionalista iraniano, liderado pelo primeiro-ministro Mohammad Mossadegh, ganhava cada vez mais força junto à população.

O governo de Mohammed Mossadegh levou o Irã à nacionalização do petróleo. O apoio popular a Mossadegh, eleito em 1951, foi esmagador, beirando os 100%. A crise agravou-se quando Mossadegh, ao descobrir que os britânicos conspiravam contra ele, rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, expulsando todos os seus representantes. Nesse momento os EUA fizeram sua entrada no processo e o presidente do país, Harry Trumann, tentara contemporarizar, ou seja, fazer com que os britânicos aceitassem a nacionalização, em nome da “autodeterminação dos povos”; era, na verdade, a arma política que os Estados Unidos usavam para substituir a Grã-Bretanha na região (o país era então admirado no Irã, o “Grande Satã” da época era a Grã-Bretanha) (COGIOLLA, 2008, p. 39).

Contudo, nacionalizar o petróleo do Irã significava diminuir a influência e, conseqüentemente, os ganhos dos estrangeiros em solo iraniano. Esse processo não seria bem visto pela Inglaterra, país que detinha fortes investimentos na prospecção de petróleo através da *Anglo-Iranian Oil Company (AIOC)*. O processo liderado por Mossadegh incitou o governo de Londres a tomar a decisão de interromper a escalada nacionalista iraniana. O então primeiro-ministro iraniano tinha apoio de grande parte da população, principalmente dos liberais-nacionalistas, classe média e comerciantes. Apenas a chamada “ala radical” dos aiatolás, liderada por Ruhollah Khomeini, não fora convencida por Mossadegh. Mesmo assim, o ideal de nacionalizar o petróleo incomodava o governo londrino e foi a partir de então que o serviço secreto inglês iniciou a articulação que acabaria com a deposição de Mossadegh em 1953.

De acordo com Sandra Mackey:

Nos 27 meses, desde que Mohammed Mossadeq<sup>31</sup> tornara-se primeiro-ministro, o Xá Mohammed Reza havia aguardado, confuso, ocioso e com medo, enquanto Mossadeq usava a autoridade absoluta. O primeiro-ministro dominava o Majlis<sup>32</sup>, desfez o Senado, suspendeu as funções do Tribunal Supremo, prolongou a lei marcial, forçou o xá a transferir um pouco da propriedade do Governo, instalou um comitê para examinar os caminhos para reduzir o poder do monarca e finalmente apresentou um projeto de lei para o Majlis limitar aqueles poderes. Incapaz de desafiar o muito popular primeiro-ministro e sua causa nacionalista com sua frágil base de poder, composta de um exército incerto e uma burocracia desarmada, o xá escondeu-se em seu palácio. Foi apenas quando as forças contrárias a Mossadeq – nacional e estrangeira – precisaram de uma figura para seguir que o xá tornou-se relevante para os acontecimentos (MACKEY, 2008, p. 205).

Na obra *Todos os homens do xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*, o jornalista e historiador americano Stephen Kinzer, analisa o episódio da chamada operação *Ajax* como um fator primordial no entendimento do antiocidentalismo e, sobretudo, antiamericanismo iraniano. Ele afirma que os iranianos tinham grande simpatia pelos Estados Unidos, até mesmo os clérigos xiitas. Mossadegh teria descoberto os planos britânicos para um golpe de Estado no Irã e, mesmo assim, cumpriu suas promessas nacionalizando a *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), “o mais lucrativo negócio britânico em todo o mundo” (KINZER, 2004, p. 18).

Em êxtase patriótico, o Irã transformou Mossadegh em herói nacional. E também afrontou os britânicos, que, indignados, acusaram Mossadegh de roubar sua propriedade. [...] Mossadegh não se abalou com a campanha britânica. Um jornal europeu noticiou que ele “preferia ser fritado em petróleo persa do que fazer a mínima concessão aos britânicos”. Durante algum tempo, os britânicos cogitaram promover uma invasão armada para retomar os campos e refinarias de petróleo, mas desistiram da ideia depois que o presidente Harry Truman se recusou a apoiá-la (KINZER, 2004, p. 19).

Um fato importante a ser considerado é que a não colaboração imediata dos Estados Unidos no golpe não freou os intentos britânicos em um plano secreto para depor Mossadegh e desarticular o caráter nacionalista crescente no Irã a partir de 1951. Contudo, um fato modificaria essa neutralidade estadunidense na questão

---

<sup>31</sup> Na obra de Mackey, diferentemente de outros autores, o nome do primeiro-ministro aparece com a inscrição Mossadeq, ao invés de Mossadegh, provavelmente uma variação de tradução do farsi para o inglês.

<sup>32</sup> Assembleias legislativas de países islâmicos, sendo que o termo significa “lugar para sentar”, similar a legislatura em países como: Irã, Indonésia, Paquistão, Arábia Saudita, entre outros.

nacionalista iraniana. Com as eleições presidenciais em novembro de 1952 nos Estados Unidos e a posse do novo presidente, Dwight Eisenhower, no ano seguinte, mudaria o posicionamento estadunidense a respeito da política externa relativa ao Irã. Importante destacar que, até então, os iranianos tinham admiração pelos Estados Unidos, entre outros motivos, pelo fato de observarem certa semelhança análoga ao processo de colonização sofrida pelos estadunidenses em sua história durante o século XVIII.

Assim, a Inglaterra aparecia como a potência estrangeira colonizadora e imperialista, nesse caso, no Irã. Cabia aos iranianos, assim como aos antigos colonos americanos, lutarem para não serem subjugados. Contudo, segundo Kinzer:

Poucos dias após a eleição, um veterano agente do Serviço Secreto de Inteligência britânico, Christopher Montague Woodhouse, veio a Washington para se reunir com altos funcionários da CIA e do Departamento de Estado. Astuciosamente, Woodhouse decidiu não usar o tradicional argumento britânico de que Mossadegh tinha de sair porque nacionalizara uma propriedade britânica. Esse argumento não era recebido com grande simpatia em Washington. Mas Woodhouse sabia como despertá-la. “Para não ser acusado de querer usar os americanos para tirar as castanhas britânicas do fogo”, escreveu mais tarde, “eu decidi enfatizar a ameaça comunista no Irã em vez da necessidade de recuperar o controle da indústria petroléira” (KINZER, 2004, p. 19-20).

A nova retórica britânica funcionou desta vez e, a partir de então, uma ação em conjunto dos serviços secretos britânicos e estadunidenses iniciaram o plano de deposição de Mossadegh, mais tarde revelada, por funcionários do governo americano, com o nome de “*Operação Ajax*”. Em um período permeado pela disputa ideológica e a corrida bélica, tecnológica e espacial entre Estados Unidos e União Soviética, a ameaça comunista em um território geograficamente e, sobretudo, economicamente importante, foram fatores de peso para a decisão dos norte-americanos aceitarem colaborar com os ingleses.

A administração de Eisenhower endureceu ainda mais as posições contra o Irã. O governo norte-americano, preocupado com o aumento da influência esquerdista naquele país, rejeitou um pedido de ajuda de Mossadegh (um político anticomunista) e passou a agir nos bastidores, por meio da Agência Central de Inteligência (CIA) e em colaboração com o serviço secreto britânico, para a derrubada do regime parlamentar de Mossadegh por militares ligados ao xá. O golpe, em agosto de 1953, resultou na instauração de um regime ditatorial sob o comando do xá, encerrando a breve experiência do Irã com a democracia (FUSER, 2005, p. 105-106).

Ainda de acordo com o professor Renato José Costa:

O risco de o Irã entrar para a órbita do comunismo fez com que o presidente estadunidense Eisenhower desse a ordem para que fosse propagada uma ação para derrubar Mossadegh do poder. O Golpe de Estado seria executado pelos homens da CIA, de dentro do Irã. Isso porque, apesar de os EUA não terem apoiado financeiramente o governo de Mossadegh, a imagem do país não havia mudado. Os Estados Unidos ainda gozavam de respeito dos iranianos, pois não eram entendidos como uma potência colonizadora – no molde britânico (COSTA, 2017, p. 111).

Segundo o historiador Eric Hobsbawn, em sua obra clássica, *A era dos extremos: o breve século XX*, o golpe de 1953 eliminou qualquer tentativa de legitimação do governo do xá, fator que dificultava o apoio popular à monarquia. Assim sendo, segundo o historiador:

Como o xá fora reposto no trono em 1953 por um golpe organizado pela CIA, contra um grande movimento popular, não acumulara um capital de lealdade e legitimidade a que pudesse recorrer. Sua própria dinastia, os Pahlavi, só remontava até um golpe dado pelo fundador, Reza Shah, um soldado da brigada de cossacos que assumiu o título imperial em 1925. Ainda, nas décadas de 1960 e 1970, a velha oposição comunista e nacional fora sufocada pela polícia secreta e os movimentos regionais e étnicos haviam sido reprimidos, como o foram os habituais grupos de guerrilheiros, marxistas ortodoxos ou islâmico-marxistas. Não podiam oferecer a centelha para a explosão, que – um retorno à antiga tradição de revolução, de Paris em 1789 a Petrogrado em 1917 – foi essencialmente um movimento das massas urbanas. O campo permaneceu quieto (HOBSBAWN, 1995, p. 440).

Era, pois, imediata a necessidade de um governo pró-Occidente e, principalmente, que não questionasse a lucratividade estrangeira.<sup>33</sup> Assim, Mohammad Reza Pahlavi governaria soberano, reorganizando o regime governamental em uma autocracia no lugar do então regime parlamentarista, cujo papel do xá era, até então, figurante e o de Mossadegh, protagonista. A partir de então, o xá administraria o país de uma maneira repressiva e ditatorial, apoiado, sobretudo, pelos Estados Unidos da América.

De acordo com Robin Wright:

Em 1953, o último Pahlavi, também fraco e fortemente influenciado por potências estrangeiras, enfrentou um desafio semelhante no front nacional.

<sup>33</sup> Para maiores detalhes e entendimento da Operação Ajax, ler KINZER, Stephen. **Todos Os Homens do xá**: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

A frente, liderada pelo primeiro ministro Mohammad Mossadeq, era uma coalizão de quatro partidos que defendia a democracia constitucional e poderes limitados para a monarquia. Mas a tentativa do xá de mandar Mossadeq ser demitido foi um tiro pela culatra, forçando a monarquia a fugir para Roma. A última dinastia parecia ter fracassado - até que a CIA e a inteligência britânica orquestraram distúrbios que forçaram Mossadeq a se levantar e permitiram que o jovem rei retornasse ao Trono do Pavão por mais um quarto de século (WRIGHT, 2000, p. 11).

Os tumultos populares mencionados por Wright foram a estratégia que a CIA e a Inteligência britânica utilizaram para desestabilizar o governo do primeiro-ministro. Em tese, foi assim que se desenvolveu a operação Ajax. Multidões patrocinadas pelos governos dos EUA e da Inglaterra pediam a renúncia de Mossadegh e a mudança do controle do poder para as mãos do xá. Isto posto, o Reza Pahlavi simulou uma fuga do Irã para a Itália, como se sua vida estivesse em risco. Após um breve período ele retornaria para assumir o controle do Estado e iniciar o período ditatorial que se estenderia até 1979.

## 2.5 Autocraciado xá e o choque com o islã xiita (1953-1979)

A partir do golpe de Estado, arquitetado e executado pela CIA, que depôs o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh e reconduziu Reza Pahlavi ao poder em 1953, o xá iniciaria um período autoritário no Irã, cujo fio condutor seria tornar o Estado laico através de uma política que coagia a população, sobretudo os clérigos xiitas. Além disso, o ingresso de estrangeiros no país, especialmente estadunidenses, foi significativo, uma vez que os laços entre o governante iraniano e Washington foram intensificados. Os eventos ocorridos a partir da operação Ajax são de extrema relevância para o entendimento dos acontecimentos que, em janeiro de 1979, conduziram ao colapso da monarquia do xá. Segundo Cogiolla:

Em 1953, os Estados Unidos, havia pouco, surgiram como uma das duas superpotências do planeta e começavam a saborear o poder de derrubar e modificar regimes mundo afora. O sucesso da Operação Ajax levou a tentativas similares na Guatemala, em Cuba, na Nicarágua e ao apoio a ditaduras militares sul-americanas nos anos 1960-1970. O golpe de 1953 fez que os iranianos vivessem durante 26 anos sob um regime brutal (COGIOLLA, 2008, p. 43).

Além desse caráter intervencionista, as relações entre o Irã e os Estados Unidos, no referido período, foram extremamente fortalecidas através da compra de armas, equipamentos, aviões de guerra e a ida de técnicos estadunidenses ao Irã para treinamento e operacionalização do material bélico adquirido pelo governo iraniano. A transferência de norte-americanos para Teerã, nesse período, foi constante, sobretudo em meados dos anos 1950. Na verdade, os Estados Unidos estariam, gradativamente, substituindo os britânicos em solo iraniano. De acordo com a pesquisadora lusitana Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto:

Após o golpe de 1953, o Irão começou a receber uma significativa ajuda econômica e militar por parte de Washington. A presença americana no país começaria a tornar-se visível com a chegada de numerosos conselheiros e representantes de interesses americanos. Ao mesmo tempo, o Xá encetava o seu programa de reformas e de modernização do país. Este controverso programa, conhecido como “Revolução Branca”, pretendia transformar o Irão um país de face ocidental. Na visão do Xá, o país devia libertar-se do jugo das tradições ancestrais e da hegemonia cultural e religiosa do clero xiita (PINTO, 2003, p. 213).

A partir de 1963, Mohammad Reza Pahlavi iniciou um conjunto de reformas político-econômicas e de infraestrutura que visava modernizar o país aos moldes das capitais europeias e dos grandes centros urbanos estadunidenses, ou seja, um modelo ocidental. Objetivando tornar o país uma potência regional, igualmente aos moldes das grandes potências ocidentais, o monarca deu início a uma série de medidas governamentais que foram chamadas posteriormente de “Revolução Branca” ou “revolução do xá”.

A “revolução do xá” se revelou uma estratégia de consolidação da aliança com o imperialismo ocidental buscando o aburguesamento do país através da exclusão da massa do povo dos benefícios obtidos com as riquezas e recursos do petróleo (FILHO, 1979, p. 98).

Tais reformas, porém, não contemplavam em nada o bem-estar social e as necessidades básicas da população iraniana. Com sérios problemas assistenciais na saúde, educação e, praticamente, inexistência de leis trabalhistas, os iranianos sofriam com a forte desigualdade social. Nesse sentido, beneficiava-se uma pequena elite ligada à corte palaciana iraniana em detrimento de uma grande massa operária e de habitantes em níveis precários de subsistência e miserabilidade.

No Irã, enquanto os britânicos enriqueciam, o país permanecia cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadan, o salário era de 50 centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada nem eletricidade. No inverno, as chuvas causavam alagamentos e moscas invadiam os vilarejos, no verão, o teto dos barracos, feitos de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da Anglo-Iranian viviam em enormes casas com ar-condicionado, piscinas e belos jardins (COGIOLLA, 2008, p. 38).

Assim, podemos observar que, além do fator de desigualdade social agravado pelas reformas do xá – o qual já seria motivo suficiente para as futuras contestações populares - temos que considerar o fator religioso contido nas medidas reformistas do monarca. Tais medidas laicizavam o governo e cerceavam cada vez mais os clérigos xiitas iranianos. Portanto, estava ocorrendo, assim, um gradativo processo de diminuição do papel dos aiatolás, principalmente aquele atrelado às questões políticas do país.

A população de Abadan revoltou-se contra as condições desumanas a que era submetida. Os protestos chegaram ao *Majilis*, que passou a exigir um contrato em melhores termos com os britânicos. Estes fizeram uma proposta, o Acordo Complementar, que, apesar de algumas melhorias – como a redução da área a ser explorada -, não oferecia algo a que os iranianos aspiravam: treinamento para cargos mais elevados nas companhias e abertura dos livros da empresa para auditores iranianos. Outra exigência era a de um acordo econômico mais justo: em vez de receber apenas 16% do lucro da empresa, o deputado Abbas Iskandari propôs que, ao exemplo do acordo recém firmado entre norte-americanos e sauditas, a Grã-Bretanha dividisse os lucros pela metade com o Irã. Mas os ingleses menosprezaram os iranianos, o que contribuiu para o crescimento de lideranças nacionalistas (COGIOLLA, 2008, p. 38).

No entanto, essa ocidentalização questionada pelas massas iranianas ao longo dos anos 1960 e 1970 não era recente. Teríamos que remontar invasões estrangeiras de períodos medievais. Porém, podemos fixar em nossa proposta de análise um recorte a partir do século XIX com a corrida imperialista das chamadas potências econômicas europeias, que viram no Oriente Médio um local propício para ocupações e colonizações. Contando com a facilidade de penetração dada pelos dirigentes locais, no caso do Irã, ainda Pérsia na época, não enfrentaram dificuldades para fixação e exploração dos locais. Ainda considerando a questão

social, a partir das reformas iniciadas na década de 1960, León Rodríguez Zahar afirma:

En la década de los setenta era claro que la sociedad iraní se había dividido entre aquellos que se habían incorporado al desarrollo modernizador de la Gran Civilización y los que habían quedado al margen. Políticamente el sha confiaba precisamente en que su régimen contara con el apoyo activo de las clases incorporadas: la clase aristocrática, la clase media moderna y los trabajadores, con los que el Estado mantenía una relación clientelista. El sector tradicional constituido por el núcleo del bazaar y el clero, se resistía a la incorporación y sus relaciones con la monarquía, al igual que el pasado, eran tensas (ZAHAR, 1991, p. 49).

Assim, tendo em vista o já existente atrito de significativo estrato da sociedade iraniana com a monarquia e; valendo-se do discurso de ocidentalização e destruição dos costumes islâmicos enraizados no seio da sociedade iraniana há gerações, através do cerceamento de atuação política dos religiosos xiitas, havia os ingredientes necessários à eclosão de uma rebelião popular que se mostrava cada vez mais iminente.

De acordo com a ótica de Andrew Traumann:

A “Revolução Branca” se revelou, na verdade, uma estratégia de aburguesamento do país por meio da exclusão da massa do povo dos benefícios obtidos com as riquezas e recursos do petróleo. Para consumo externo, o Irã era um país moderno, ocidentalizado, no qual havia igualdade entre os gêneros, a religião islâmica tida como retrógrada pelo regime tinha pouca influência e, algo que era muito caro ao xá, um país confiável e estável numa região turbulenta do globo (TRAUMANN, 2016, p. 63).

Além do processo de modernização, o xá instrumentalizou e construiu uma das forças militares mais fortes e bem equipadas do Oriente Médio. O exército iraniano estava suprido dos equipamentos militares mais sofisticados e de alta tecnologia para a época, isso em virtude dos petrodólares, tendo em vista que o Irã foi, até 1979, o segundo maior produtor e exportador de petróleo do mundo, ficando atrás apenas da Arábia Saudita. “Em 1975, o xá possuía a maior marinha do Golfo Pérsico, a maior Força Aérea do Oriente Médio e o quinto maior Exército do mundo” (TRAUMANN, 2016, p. 66 apud ABRAHAMIAN, 2008). De acordo com Zahar:

El sha convirtió a Irán en un mercado cautivo para las exportaciones militares estadounidenses. En palabras del general Ellis Williamson, Irán se convirtió, en la década de los setenta en “el sueño de cualquier vendedor”. En 1976, había en el país 24000 asesores civiles y militares

estadunidenses, y se calcula que para 1980 llegarían a sumar 60000. Al mismo tiempo, crecían los escándalos de corrupción involucrando a compañías estadounidenses y a miembros de la familia real, al ejército y a los altos funcionarios gubernamentales. En el sistema bancario iraní la cabeza visible de la penetración occidental era, también, Estados Unidos que contaba con 12 bancos cuyas ganancias sumaban más de 700 000 000 de dólares anuales (ZAHAR, 1991, p. 47).

Para o controle e coerção social, o xá contava com a SAVAK, a chamada polícia política do xá, que eliminava seus inimigos ou aqueles que contestassem o regime autocrático de Mohammed Pahlavi. “A SAVAK tinha penetrado em todas as camadas da sociedade, emprestando e “refinando” as medidas perversas da Gestapo. Até o ditador chileno Pinochet mandou seus torturadores para treinar em Teerã”, ressaltaria Cogiolla (2008, p. 19). A SAVAK seria responsável justamente para que o chamado “processo de modernização” fosse assegurado e executado.

Com o passar dos anos da década de 1970, as contestações populares a essa política excludente e de privilégios às elites, além da abertura do país ao capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, foram se agravando e tomando contornos irreversíveis. A partir disso, líderes religiosos, valendo-se do mote popular, incitaram a população a rebelar-se. Aqui se torna necessário analisar a questão particular entre o xá Mohammed Reza Pahlavi e o aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini. Com a proposta de reformas já referida e chamada “revolução branca”, o xá procurava transformar o Irã em um país ocidental.

O aumento da simpatia popular a Khomeini e a inevitável queda de popularidade do regime iraniano transformaram o embate entre essas duas lideranças políticas em um processo político que se desenvolve em torno da construção de projetos de nações distintos. Mais do que a queda do oponente, Khomeini e Reza Pahlavi confrontam-se pelo reconhecimento popular e pela tomada do Estado iraniano como palco para a concretização desses projetos em disputa (MEIHY, 2010, p. 25).

A pretensa modernização do país atacava não só a população pelo caráter elitista, mas, principalmente aos clérigos xiitas da chamada “ala radical”, pelo caráter secularizante. A partir disso, Khomeini, que já destacava o perigo do afastamento do governo monárquico dos preceitos da fé islâmica xiita, passou a criticar de forma enfática o governo de Reza Pahlavi. Segundo Renatho Costa:

O posicionamento político de Khomeini não era algo novo e vinha sendo exposto desde 1942, ocasião em que publicou seu primeiro livro, *Segredos*

*Revelados (Kashf al-Asrar)*, em que externava sua preocupação com a sociedade iraniana e o sistema de ideias ocidentais que invadira o país e gradualmente tentava guiá-lo para a secularização (COSTA, 2017, p. 116).

Assim, Khomeini proferiu uma série de palestras e discursos na cidade sagrada de Qom, local onde teve sua formação teológica e era professor na Escola Teológica de Faiziyyeh. Os discursos eram direcionados à manutenção da fé islâmica e ao combate do processo de ocidentalização pretendido pelo xá.

Khomeini foi ameaçado pela Savak para que não prosseguisse com os sermões na escola Faiziyyeh. Dias depois, tropas sitiaram Qom, invadiram a casa de Khomeini e o levaram a Teerã, onde permaneceu sob custódia na prisão de Qasr. Posteriormente foi transferido para a guarnição de Ishrat Abad. No dia seguinte, o povo de Qom tomou as ruas. Em Teerã, o bazar e a universidade foram fechados. Tropas abriram fogo, deixando muitas vítimas. Em diversas cidades e vilarejos explodiu uma greve geral. Em represália, cerca de 15 mil pessoas foram mortas em Teerã, e quatrocentas em Qom. O governo decretou a lei marcial. Mas a insurreição do dia 15 de Khordad ficou na memória coletiva (COGIOLLA, 2008, p. 47).

Para Sandra Mackey, o aiatolá:

Ruhollah Khomeini mostrou à consciência nacional que um homem poderia se opor publicamente ao autoritarismo do xá. Sua prisão pelas mãos da autoridade secular somente ampliou sua reivindicação por justiça. Atraindo mercadores, professores, operários e profissionais, Khomeini basicamente tomou as rédeas da luta contra o Xá Mohammed Reza, que seus protetores estrangeiros haviam roubado das mãos dos nacionalistas em 1953. Com a descrença nos partidos e nas políticas seculares desde a derrota de Mossadegh, ele se estabilizou para tomar conta de um movimento político em massa, atravessando as classes e ideologias, que estava definido nos termos do Islamismo xiita (MACKEY, 2008, p. 226).

Em 1964, o xá ordenou a libertação do então proclamado aiatolá Khomeini - antes o líder xiita não tinha essa designação, que é considerada pelos clérigos xiitas um alto dignitário da religiosidade islâmica. Khomeini não recuou nas críticas acerca do governo do xá, o que lhe rendeu a expulsão do Irã no mesmo ano. A partir daí iniciava-se seu exílio que perduraria 15 anos, dos quais 14 foram no Iraque e o último na França.

Nas décadas de 1950 e 1960, Khomeini passa a defender publicamente a ideia de que a justiça social somente chegaria ao Irã se o líder político fosse extremamente fiel aos princípios jurídicos da fé islâmica. Desse modo, Khomeini desencadeia uma campanha contrária às reformas consideradas

anti-islâmica propostas pelo Xá e sua “Revolução Branca” (MEIHY, 2010, p. 23).

Sem Khomeini no Irã, o xá vivenciou um relativo período de tranquilidade, já que seu principal adversário estava distanciado e não havia outra figura de tamanha expressividade que pudesse substituí-lo naquele momento. Assim, o monarca autocrático tratou de intensificar a repressão através da atuação de sua polícia política, a SAVAK. Somava-se à repressão a execução da “Revolução Branca”, alvo constante de críticas do aiatolá.

A ligação entre modernismo/secularismo *versus* atraso/religiosidade era uma das pautas do governo do xá. Isso ficava cada vez mais evidente, sobretudo a partir da “revolução branca” e da perseguição aos clérigos xiitas. A comemoração em Persépolis abria para o mundo um Irã moderno e progressivo, um oásis do Oriente. Chefes de Estado europeus, reis, rainhas, príncipes, ministros, *premiês*, ou seja, líderes de todos os tipos e das principais potências mundiais foram convidados para as festividades que duraram cerca de uma semana. O Brasil esteve representado na ocasião pelo então presidente general Emílio Garrastazú Médici, que liderou uma comitiva brasileira.

O presidente Kennedy encoraja o xá a promover reformas. Ele faz um apelo ao monarca, assim como a outros ditadores amigos, para que se modernizem e façam reformas em seus países, de modo que não acabem como Fulgencio Batista (naquela época, 1961, os Estados Unidos estavam sob o impacto da recente vitória de Fidel Castro e não queriam, de maneira nenhuma, que algo semelhante ocorresse em outros países). Kennedy está convencido de que aquela desagradável perspectiva pode ser evitada caso os ditadores introduzam algumas reformas e façam concessões, com o objetivo de desarmar os agitadores que viviam conclamando todos para uma revolução vermelha (KAPUSCINSKI, 2012, p. 41).

A “Revolução Branca” foi tema do semanário *Manchete*, revista publicada no Brasil de 1952 a 2007. Na edição 976 de 2 de janeiro de 1971, *Manchete* fazia uma cobertura sobre as mudanças propostas pelo xá, enfatizando o quanto o Irã estaria se modernizando a partir de tais políticas, sobretudo a reforma agrária. Com o título: *O xá do Irã lutou de 1941 a 1962 para vencer as forças[sic] do feudalismo e lançar as bases da revolução de seu país*, a revista procurava demonstrar, por meio de textos e imagens, as melhorias alcançadas a partir do que a fotorreportagem chamava de “*revolução iraniana*”. No mesmo registro, a revista trazia uma retrospectiva dos principais fenômenos políticos ocorridos no Irã desde a posse de

Reza Khan e, após, de Mohammad Reza Pahlavi, contextualizando as relações do Irã com a União Soviética e a Inglaterra no período.

Depois de sete anos de estudos em Teerã, o príncipe herdeiro foi enviado para a Europa. Nos quatro anos que passou ali, o xá aprendeu a apreciar os aspectos positivos da democracia, da cultura ocidental e da modernização. Quando assumiu a chefia do Estado, a 16 de setembro de 1941, o Irã estava militarmente ocupado pela União Soviética e a Inglaterra. Seus poderes [sic] eram extremamente limitados. Praticamente [sic] sózinho [sic], o xá começou então uma luta em várias frentes e em diversas etapas: pela reconquista da independência do país, pela preservação da unidade territorial (ameaçada em 1946 por uma tentativa russa de separar o Azerbaijão do resto do país) e contra as investidas internas do feudalismo e da corrupção. Essa luta durou até 1962, quando finalmente o xá conseguiu dar o golpe final nas forças [sic] inimigas e, contando com o apoio maciço da maioria dos iranianos, lançou as bases de sua revolução (MANCHETE, 02/01/1971).

O semanário deixava claro o quanto o xá se esforçou para melhorar a vida do país e dos iranianos. Inclusive reforçava que esses princípios eram oriundos de sua educação ocidental e a aquisição dos “aspectos positivos de “democracia, da cultura ocidental e modernização”. Sua “luta solitária”, como se refere à revista, acerca do processo de ocupação política administrativa do cargo de chefe de Estado por parte do xá, ignora ou oculta as manobras realizadas, tanto pela CIA quanto pelo serviço secreto inglês em 1953. O Irã, em 1977, foi apontado pela ONU como um dos países que mais violava os direitos humanos. Além disso, em momento algum faz-se referência aos religiosos e sua insatisfação com o caráter ocidental das mudanças. Por fim, o princípio nacionalista parece ser algo que sempre acompanhou o xá, segundo a reportagem, uma vez que ele “lutou” para livrar o país do jugo estrangeiro.

Primeiramente, a população iraniana continuava sendo explorada, sobretudo após 1953, quando o regime de Pahlavi se tornou uma ditadura e ele um autocrata declarado, financiado e apoiado pelos Estados Unidos. Em segundo lugar, ao ignorar o pensamento do clero xiita, a revista simplesmente menospreza o culto de 93% da população do país, o islã. Mesmo assim, segundo o semanário, o xá contava com a maioria da população para implementar a “revolução”. Em terceiro lugar, o Irã abria-se cada vez mais para o capital estrangeiro, elemento que foi reforçado quando, ainda entre 1951-1953, Mossadegh nacionalizou o petróleo, aspecto que posteriormente foi chave para sua deposição. Sem contar com o fato do

xá não ter identificação alguma com o Irã, uma vez que, nem a língua oficial do país, quando do seu retorno da Inglaterra, ele sabia falar.

Outro episódio que marcou negativamente a relação política do xá com a população iraniana foi os festejos alusivos aos 2500 anos do Império Persa. Em uma celebração digna das obras fantasiosas ou fantásticas, típicas do pensamento ocidental sobre o Oriente Próximo, o xá mandou preparar um aparato colossal, no qual receberia autoridades dos quatro cantos do mundo. Com o intento de demonstrar ao mundo o pretenso “modernismo” iraniano, o xá organizou em 1971 a celebração de comemoração da monarquia. As ruínas de Persépolis foi o cenário escolhido, um local simbólico que buscava remontar as origens do império de Ciro e Dário. Segundo Costa, a intenção de Mohammad Reza Pahlavi era:

[...] de cada vez mais a figura do monarca se afastasse do “retrógrado xiismo” e se aproximasse da mitologia dos grandes reis persas. Khomeini, notoriamente, percebeu quais eram as intenções do xá e, com a autoridade religiosa que já personificava, avisou os iranianos: “Qualquer um que participe ou organize deste festival é um traidor para o Islã e para a nação iraniana” (COSTA, 2017, p. 126).

Além das autoridades políticas e militares, a imprensa mundial reportou ao mundo as celebrações que contaram com um aparato estrutural digno da enormidade ou pujança que se queria representar. Para se compreender melhor, toda a comida e bebida, *Champagne* principalmente, foi encomendada da França e de outras partes do mundo. Partindo da premissa de que em um país cuja população passava necessidades de ordem básica: comida, habitação e saneamento básico, o excesso ou extrapolação do evento não foi bem recebido pela população iraniana, fato que, somado aos elementos de contestação política para a oposição, principalmente por parte de Khomeini, era elemento a mais de críticas ao governo do xá. Mohammed Reza Pahlavi parecia repetir os atos de Luis XVI e Maria Antonieta com o evento promovido em Persépolis.

## 2.6 A crise da monarquia e a instauração da república dos aiatolás

A partir de janeiro de 1978 a contestação popular intensificou-se no Irã ganhando mais força. Mensagens e discursos repassados pelo aiatolá Khomeini, através de fitas k7, incitavam a população iraniana ao embate pela queda do xá e

pelo fim da monarquia. O processo revolucionário tomava corpo em um movimento que parecia cada vez mais sem retorno. O monarca iraniano observava que a população do Irã não o queria mais no poder, e o número crescente de mortes de civis pelo embate com o exército legalista, decretaria, mais tarde, o fim do regime autocrático que perdurava por quase quatro décadas.

O processo de deposição da monarquia iraniana governada por Mohammad Reza Pahlavi, em janeiro de 1979, foi fruto de intensas manifestações populares iniciadas em meados de 1978. O autocrata partiu de Teerã, capital iraniana, em 16 de janeiro de 1979 e nunca mais retornaria ao país. Sua saída do Irã para o exílio decretou o colapso de uma monarquia dinástica, a qual perdurou cinquenta e quatro anos, sendo a primeira fase governada pelo monarca Reza Khan (1925-1941) e, posteriormente, o filho Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979). Acometido por um câncer linfático, o segundo xá Pahlavi morreria em 27 de julho de 1980 no Cairo, capital do Egito, último país que o exilou após meses de tratamento em Nova Iorque.

Milhões de iranianos, de todas as estratificações sociais, funcionários públicos, comerciantes, ativistas políticos, donas de casa, autônomos, e principalmente os religiosos, ou seja, uma parcela significativa da população iraniana, foi às ruas das principais cidades do país para exigir o fim do regime autocrático do xá. As razões para tal inconformidade dos iranianos tinham três eixos principais: 1) as ações reformistas do xá, com a chamada “Revolução Branca”; 2) o enfrentamento com as autoridades religiosas xiitas que entendiam tal processo dito modernizante, como modelo ocidental e, portanto, deturpador dos preceitos da fé islâmica xiita e 3) a forte repressão exercida pelo xá através da polícia política da monarquia, a SAVAK.

De acordo com o professor e historiador Luis Eduardo Bosemberg da Universidade do Andes de Bogotá:

La dinastía Pajlevi (1925-1979) llevó a cabo una serie de transformaciones en Irán. Tenía planes muy ambiciosos para hacer del país una potencia. El modelo constaba de la industrialización, la independencia – enmarcada en un discurso nacionalista persa -, el Estado social e interventor, y la superioridad militar e influencia regional. El petróleo debería ser la base de la riqueza y se proveyeran las bases para el desarrollo de un capitalismo de Estado. Era la única forma de prosperar ante una burguesía débil. Se necesitaba de un agente industrializador acelerado y ese fue el Estado (BOSEMBERG, 1997, p. 53).

Primeiramente, a questão social era a reivindicação de melhorias sociais que passava pelo caráter infraestrutural do país. Com uma população de 37 milhões de habitantes, cerca da metade não tinha condições mínimas de saneamento básico, água potável e energia elétrica. Somavam-se aos problemas habitacionais os precários serviços de saúde e educação que, conseqüentemente, geravam graves problemas de segurança pública. Esse panorama social era invisível para outra parcela da sociedade, uma elite local e os técnicos estrangeiros que viviam em mansões luxuosas e usurpavam os recursos naturais do país, em detrimento de uma população sem as mínimas condições sociais fundamentais e necessárias. De acordo com Cogiolla:

As condições sociais declinantes foram causando profundo ressentimento nos trabalhadores, nos camponeses e até nas classes médias, ressentimento que se transformaria, depois, em movimento revolucionário de massas. Greves gerais chegaram a paralisar a produção petrolífera. À medida que a desigualdade crescia, os protestos aumentavam. Até elementos moderados se incomodavam com a crescente autocracia e a crescente repressão da polícia secreta. Muitos deixaram o país antes da revolução, enquanto outros começaram a se organizar (COGIOLLA, 2008, p. 64).

O segundo aspecto se deve ao caráter religioso. A abertura do país ao capital estrangeiro trouxe enriquecimento e mudanças estruturais, mas, além disso, trouxe também as intermináveis atrações do mundo ocidental. As franquias da chamada indústria cultural invadiram as principais cidades do país, o que era visto pelos religiosos ortodoxos como um elemento negativo e deturpador dos preceitos da religiosidade islâmica xiita. Bares, restaurantes, cinemas, lojas, enfim, uma enormidade de serviços eram mais atrativos do que as mesquitas, situação que foi sendo agravada com a repressão do xá aos cultos religiosos em locais públicos.

Ademais, acrescenta-se a tudo isso uma ferrenha repressão estatal promovida pelo monarca para extirpar qualquer manifestação contra o regime. Com o controle dos poderes instituídos, Legislativo (Majlis), Judiciário e Executivo, o xá não media esforços para caçar opositores políticos. Em 1977 um relatório da ONU apontou o Irã como o país que mais violou os direitos humanos. Aliado dos Estados Unidos, o governo de Mohammad Reza Pahlavi foi considerado na década de 1970 o maior comprador de armas, em se tratando de arsenal bélico e tecnologia militar

de última geração, do Oriente Médio. O intuito do xá era ser o governante do Golfo Pérsico, tornando este país a maior força militar.

De acordo com Ervand Abrahamian:

Essas queixas começaram a ser levantadas em 1977 - assim que o xá relaxou seus controles policiais mais rígidos. Ele o fez em parte porque Jimmy Carter, em sua campanha presidencial, levantou a questão dos direitos humanos em todo o mundo, tanto no Irã quanto na União Soviética; em parte porque jornais importantes como o London Sunday Times publicaram denúncias sobre tortura, prisões arbitrárias e prisões em massa no Irã; mas em grande parte devido à pressão de organizações de direitos humanos, especialmente a altamente conceituada Comissão Internacional de Juristas<sup>34</sup> (ABRAHAMIAN, 2008, p. 157).

Assim sendo, o resultado das políticas públicas excludentes, a repressão estatal e o processo de modernização que feria as ideias ditas tradicionais locais, foram o combustível para a eclosão do movimento insurgente contra a monarquia do xá. Desde então foi possível acompanhar os desdobramentos de intensas manifestações populares que levaram milhões de iranianos às ruas no intuito de pedir o fim do regime de Mohammad Reza Pahlavi. Realizada essa contextualização, passaremos a analisar como a imprensa reportou as questões relativas às manifestações ocorridas a partir de 1979, ano em que os enfrentamentos entre população e forças legalistas do xá, ou seja, seu exército, se intensificaram, gerando um número significativo de mortos e feridos nas principais cidades do Irã.

A partir de 1978, Teerã, capital do Irã, foi tomada por uma crescente onda de manifestações populares que exigiam a deposição do xá Mohammad Reza Pahlavi. Seu governo, uma monarquia autocrática que perdurava 37 anos e que sucedeu o governo do pai, o xá Reza Khan, com o auxílio anglo-americano em 1941, era contestado por uma população cada vez mais descontente que reclamava, entre vários fatores da repressão política estatal, das diferenças sociais gritantes, além da

---

<sup>34</sup>These grievances began to be aired in 1977 – as soon as the shah relaxed his more stringent police controls. He did so in part because Jimmy Carter in his presidential campaign had raised the issue of human rights across the world, in Iran as well as in the Soviet Union; in part because mainstream newspapers such as the London Sunday Times had run exposés on torture, arbitrary arrests, and mass imprisonments in Iran; but in most part because of pressure from human rights organizations, especially the highly reputable International Commission of Jurists (ABRAHAMIAN, 2008, p. 157).

exploração e das más condições de trabalho, sobretudo, dos funcionários de indústrias vinculadas à extração do petróleo.

Em fins de 1978, as telas das TVs do mundo inteiro mostravam um espetáculo surpreendente e inesperado. As ruas das principais cidades do Irã enchiam-se de manifestantes que, lançando vivas ao imã Khomeini, reclamavam o fim do governo, uma monarquia encabeçada pelo xá Mohamed Reza Pahlevi (COGIOLLA, 2008, p. 17).

Os acontecimentos relacionados ao tenso momento político-social iraniano seriam acompanhados e noticiados de forma imediata e incessante pelos meios de comunicação de massa. Assim, tomando esse fervor midiático como referência, buscou-se saber como tais fatos estavam sendo reportados pela imprensa no Brasil e na Argentina. Neste intento, chegamos aos diários: *Folha de S. Paulo* e *Clarín*.

Sobre a revolução no Irã e seus efeitos, Peter Demant analisa:

A revolução iraniana de 1978-1979 é a única revolução islâmica dos tempos modernos que derrubou um regime secularista e estabeleceu um regime islamista, expressado pela vontade política da grande maioria do povo. Essa foi também uma das maiores revoluções da história, que só se compara com a francesa, a russa ou a chinesa. Como essas, ela se deu por meio de fases distintas de crescente radicalização, vitimou muitos de seus filhos e, por fim, não realizou seus objetivos – embora mudasse dramaticamente o curso interno e internacional (DEMANT, 2013, p. 231).

A análise de Demant demonstra sua incapacidade de entender que os modelos políticos e religiosos do Oriente Médio podem chegar ao poder por uma via popular. Ao estabelecer que a revolução derrubou um regime não religioso estabelecendo outro ligado direta e exclusivamente ao xiismo, Demant apresenta-se como um orientalista clássico, muito próximo da análise de Bernard Lewis. Dois elementos, dentre outros, podem explicar isso: primeiro porque não há tradição popular ou democrática no Oriente Médio para esses orientalistas, e segundo porque grupos religiosos não se organizam em partido político, tornando-se um equívoco na leitura do autor, ou seja, nada mais do que o traço da sua leitura orientalista. Ainda, para finalizar, dizer que o Irã é a única república islâmica também é um equívoco, visto que existem hoje no mundo pelo menos mais quatro outros Estados com essa organização política e administrativa que vão da Mauritânia ao Afeganistão.

Quando Demant cita a vontade majoritária da população iraniana para a ocorrência dos eventos que se desdobrariam na queda da monarquia, é importante salientar que dois fatores foram preponderantes para que os descontentamentos com o regime imperial passassem da indignação para a ação, o aspecto religioso e o social.

Em grande medida, a revolução islâmica no Irã foi um efeito – indesejável e imprevisível – da política norte-americana em relação àquele país. Ao eliminar o governo de Mossadegh, em 1953, o golpe de Estado articulado pela CIA destruiu também a possibilidade de que o Irã viesse a trilhar uma trajetória de modernização assentada sobre um nacionalismo laico, uma política externa não alinhada e um regime democrático. A monarquia absolutista do xá marginalizou a classe média – base social das políticas de Mossadegh – ao mesmo tempo em que hostilizou a oligarquia rural, alvo de uma reforma agrária ineficaz (a chamada “Revolução Branca”), cujo principal resultado foi um enorme êxodo de camponeses e o surgimento de um cinturão de miséria na periferia de Teerã (FUSER, 2005, p. 171).

Primeiramente, tratando-se de religiosidade, desde a implementação da revolução branca e da série de mudanças ditas modernizantes do xá, uma parcela significativa dos iranianos ficou descontente com tais reformas. A proibição do uso do véu pelas mulheres e a abertura de atrativos ocidentais – cinemas, bares, restaurantes, *shopping center*, etc. – foram ofensivos aos preceitos da fé islâmica xiita, levando em consideração seu caráter de retração e conservação quando se trata de exposição. Além disso, como segundo aspecto, as insalubres condições de trabalho dos operários nas petrolíferas, a exploração a que eram submetidos, baseando-se na valorização salarial insustentável, somaram-se a indignação da vida palaciana que técnicos estrangeiros, principalmente estadunidenses, usufruíam no país em que seus filhos passavam fome.

Para Hobsbawn (1995) a revolução iraniana de 1979:

Foi a derrubada do xá do Irã em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX. Era a resposta ao programa relâmpago de modernização e industrialização (para não falar de armamentos) empreendido pelo xá, com base em sólido apoio dos EUA e na riqueza petrolífera do país, de valor multiplicado após 1973 pela revolução de preços da OPEP. Sem dúvida, além de outros sinais da megalomania habitual entre governantes absolutos com uma formidável e temida polícia secreta, ele esperava tornar-se o poder dominante na Ásia ocidental. Modernização significava a reforma agrária na visão do xá, que transformou grande número de meeiros e arrendatários em grande número de subeconomias de pequenos proprietários e trabalhadores

desempregados, que migraram para as cidades. Teerã passou de 1,8 milhão de habitantes (1960) para 6 milhões (HOBSBAWN, 1995, p. 440).

Somado a tudo que foi exposto, tentativas de reforma universitária, bancária e nos serviços públicos incitou uma parcela anestesiada da população, a classe média e universitária, através de greves e paralisação de vários serviços essenciais, a deflagrarem uma das maiores insurgências populares do século XX contra um governo despótico e tirano.

Ainda segundo Demant:

Naquela que seria a primeira revolução totalmente urbana da história, Khomeini conseguiu unificar três oposições sob o programa comum de uma revolução antiocidental: 1) o clero tradicional, apoiado pelas bazaris e os pobres tradicionalistas, os *mustazafin*; 2) os Mujahedin e-Khalq, muçulmanos esquerdistas e outros grupos de extrema esquerda formados por alunos, funcionários e trabalhadores comunistas, cujas greves enfraqueceram criticamente a base econômica do xá, em particular nas indústrias petrolíferas; e 3) a minoria liberal (DEMANT, 2013, p. 232).

Como mencionado pelo autor, a liderança de Khomeini foi crucial para os rumos da revolução. A partir dele e suas ideias, polos ideológicos e grupos historicamente opostos se uniram em torno de um elemento comum, o fim da monarquia autocrática do xá Mohammad Reza Pahlavi.

O regime do xá, o autoproclamado descendente verdadeiro do “trono do pavão” de 2500 anos, decidiu, em 1975, empreender um novo esforço para controlar a sociedade iraniana. O esforço visava, entre outras coisas, diminuir o papel do islamismo na vida do reino, ressaltando, para isso, as conquistas das civilizações pré-islâmicas do país, especialmente a civilização persa. Assim em 1976, o calendário islâmico, lunar, foi banido do uso público e substituído por um calendário solar. Publicações marxistas e islâmicas também sofriam forte censura (COGIOLLA, 2008, p. 63).

Os choques entre a população iraniana e o exército legalista do xá duraram cerca de um ano e meio, portanto, de agosto de 1978 até fins de fevereiro de 1979 quando ocorreu o retorno do aiatolá Khomeini. Um número significativo de vidas civis foi ceifado pelas forças armadas iranianas. Cada embate reunia centenas de milhares de iranianos nas principais cidades do país.

Em menos de 100 anos, três motins políticos poderosos convulsionaram o Irã: A revolução Constitucional de 1905-1911, a Revolta Nacionalista de

1951 e a Revolução Islâmica de 1979. Todos permanecem como movimentos paralelos motivados pelos mesmos assuntos explosivos: oposição a um rei corrupto, injusto e ressentimento contra a intrusão dos poderes estrangeiros no Irã. Inspirados pelo nacionalismo, cada um levava dentro de si aspectos de filosofia política, teologia xiita, identidade nacional e resposta do Irã para o Ocidente (MACKEY, 2008, p. 129).

Os embates que envolveram maior número de pessoas foram na capital do país, Teerã, principalmente na praça conhecida como *Memorial Shayad*, que seria rebatizada após a revolução de Praça Khomeini, em homenagem ao líder religioso e mentor do processo revolucionário. Contudo, outras cidades, como *Qom*, *Tabriz* e *Kerman*, para citar as que eram mais mencionadas nas reportagens, também foram palco dos violentos enfrentamentos entre população e forças imperiais.

Com a transição do poder político para as mãos dos clérigos Shi'itas e principalmente do fundador da República Islâmica, o Grande Aiatola Ruhollah Khomeini, deu-se início a uma profunda revolução que alteraria a face do Irão nas três décadas seguintes, com implicações profundas nas dinâmicas do Médio Oriente. Um dos legados mais duradouros do Imã Khomeini foi a estrutura institucional iraniana que emergiu do processo revolucionário. O estabelecimento de estruturas dominadas por clérigos, a par de estruturas de governo seculares e da posição de Líder Supremo, acima de todos, instituiu não só a legitimação de um governo religioso, como centralizou todas as decisões nas mãos do Imã (SIMÃO, 2011, p. 317-318).

Protestos, greves, paralisação dos serviços públicos, enfim, o país parou em prol do movimento que reivindicava a saída do governo imperial. A maioria esmagadora da população já não aceitava mais negociar com o xá, apenas aceitavam sua renúncia e o estabelecimento de um regime republicano no país que redimensionasse a política social e garantisse o culto e as tradições xiitas. O ano de 1978 foi o mais violento do período de convulsão entre população e forças militares do governo imperial. Em agosto de 1978 um incêndio num cinema na cidade de Abadan matou cerca de 50 pessoas e deixou 400 feridas, entre elas crianças e mulheres. Inicialmente, o governo alegou que teria sido obra de manifestantes contra o governo, além de ter sido um atentado contra um símbolo ocidental, o cinema. Contudo, os manifestantes alegaram que teria sido mais um plano da polícia secreta do xá para incriminar a população.

O xá esperava que a revolta popular cessasse por conta e que os Estados Unidos, mais cedo ou mais tarde, agissem para acabar com a revolta popular, até mesmo pela paralisação dos funcionários das petrolíferas, um dos principais

prejuízos para as nações ocidentais importadoras do petróleo iraniano. A ajuda não veio, ao contrário, Carter pressionou o xá a flexibilizar sua política e atender a velhas reivindicações da população iraniana. Segundo Coggiola, “o xá concordou em introduzir uma constituição, porém já era tarde para isso” (2008, p. 73). Parte do exército legalista desertou, pois não concordava em continuar atirando contra os civis. Era, portanto, o colapso do governo dinástico dos Pahlavi.

### 3. A REVOLUÇÃO IRANIANA (1978-1979)

Após o processo revolucionário ter obtido sua maior conquista, ou seja, a interrupção do governo de Mohammad Reza Pahlavi, os iranianos aguardavam o retorno do líder religioso xiita, o aiatolá Ruhollah Mustafa Khomeini. Tal retorno do exílio que durava aproximadamente 15 anos, com passagens pelo Iraque e pela França, contudo, não foi imediato à saída do xá. Khomeini retornou apenas em primeiro de fevereiro de 1979. Deve-se levar em consideração que quando ocorreu a saída definitiva de Reza Pahlavi do Irã, o monarca nomeou, às pressas, um primeiro-ministro para substituí-lo. Juntamente com um grupo de oficiais do exército, leais ao soberano organizaram-se um Conselho de Regência com a intenção de manter o controle político do país e pretendendo, uma vez que os ânimos populares estivessem abrandados, reestabelecer o poder da monarquia.

Assim, coube a Shapour Bakhtiar, um advogado conservador e de confiança do xá, presidir tal conselho regencial e, principalmente, tentar reconciliar os clérigos xiitas com o governo monárquico. Todavia, desde a designação de Bakhtiar, Khomeini tratava seu governo como ilegítimo, sem poder. Assim, os xiitas foram implacáveis igualmente com o *premier*, que foi deposto em meio aos conflitos que seguiam intensos em várias cidades do Irã, mesmo após a fuga do xá. Bakhtiar teve que fugir da mesma forma que o xá, desta vez, entretanto, o então primeiro-ministro iraniano foi para Londres, fazendo com que a Inglaterra entrasse, posteriormente, na mira do dito satanismo iraniano<sup>35</sup>. Neste período temia-se um golpe militar.

Especulava-se que a cúpula das Forças Armadas, ou os generais ainda fiéis ao governo do xá, pudesse tomar o poder na tentativa de sufocar o processo revolucionário em curso e, assim, o xá poderia retornar ao país. Contudo, outra parcela significativa do alto oficialato iraniano manteve-se neutra, o que favoreceu o retorno de Khomeini em fevereiro de 1979, menos de um mês após a fuga do xá de Teerã. Mesmo assim, temia-se que os militares não aceitassem o retorno de Khomeini e muito menos deixassem o povo escolher democraticamente a forma de governo que gostaria de ver reinar no Irã. Sabia-se, pelo fervor revolucionário iniciado em 1978, que o aiatolá teria apoio de oitenta por cento da população. Os

---

<sup>35</sup> Na retórica do Aiatolá Khomeini, sempre que se referia aos governos ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, o clérigo xiita referia-se a estes como o grande satã ou poder satânico.

gerais que tinham várias regalias no governo de Reza Pahlavi perderiam tais privilégios, e isso não os agradava.

Quando realmente pisou em solo iraniano, Khomeini tratou de organizar o governo, porém, desta vez, sem autoridades políticas que representassem qualquer projeto monárquico ou que falassem em nome do xá. Contudo, a primeira tentativa foi através de um primeiro-ministro que procurou dialogar com o Ocidente. Bani Sadr, advogado e com perfil dialógico, foi o primeiro-ministro que inaugurou o novo modelo de governo, a República Teocrática Islâmica.

Uma vez conquistado o poder, o que Khomeini e seus seguidores fariam com ele? No período seguinte, e para a surpresa dos observadores externos, estabeleceu-se uma mistura inédita de república teocrática com traços democráticos. Na fase caótica de transição após a fuga do xá, um novo governo funcionou sob o muçulmano liberal Mehdi Bazargan. Em setembro de 1979, uma Assembleia Constituinte foi eleita por voto universal. Nessa assembleia, o Partido Islâmico Revolucionário, khomeinista, obteve a maioria, o que lhe permitiu moldar amplamente as instituições do país (DEMANT, 2013, p. 233).

A nomeação de Bazargan era a tentativa de Khomeini integrar forças oposicionistas em todo o país. Desde as forças armadas, a população camponesa e os trabalhadores urbanos, passando pela burguesia, os intelectuais e, obviamente, os clérigos xiitas.

O ano de 1979 foi de incertezas e bastante turbulento para o novo governo iraniano. A consolidação da República Islâmica passou por uma série de provações. Levando em consideração que vários setores da sociedade iraniana engajaram-se na derrubada do governo de Mohammad Reza Pahlavi, as especulações internacionais analisavam qual perfil ideológico que Khomeini seguiria. Seria ele de esquerda pelo fato de atacar os Estados Unidos com tamanha veemência? Verificou-se tão logo o seu retorno ao Irã que não, pois a perseguição e prisão de membros do partido comunista iraniano, o Tudeh, deu logo o tom de que o aiatolá não penderia nem para o lado de Moscou ou Pequim e, muito menos, para os Estados Unidos. A esse respeito, Hobsbawn argumenta:

A novidade dessa revolução era ideológica. Quase todos os fenômenos reconhecidos como revolucionários até aquela data tinham seguido a tradição, a ideologia e, em geral, o vocabulário da revolução ocidental desde 1789; mais precisamente: de um tipo de esquerda secular, sobretudo socialista ou comunista. A esquerda tradicional esteve de fato presente e

ativa no Irã, e sua parte na derrubada do xá, por exemplo, com as greves operárias, longe esteve de ser insignificante. Contudo, foi quase imediatamente eliminada pelo novo regime. A Revolução Iraniana foi a primeira feita e ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso, e a substituir o velho regime por uma teocracia populista, cujo programa professo era um retorno ao século VII d.C., ou antes, já que estamos em um ambiente islâmico, à situação após a Hégira, quando se escreveu o Corão. Para os revolucionários do velho tipo, tratava-se um acontecimento tão bizarro quanto se o papa Pio IX houvesse assumido a liderança da revolução romana de 1848 (HOBBSAWN, 1995, p. 441- 442).

Ainda, 1979 seria um ano marcado por outros elementos. A promulgação da nova Constituição Iraniana que, além de oficializar o modelo de governo no país, embasava a legislação e a jurisprudência iraniana, ambas fundamentadas nos preceitos do islã xiita a partir do livro sagrado, o Alcorão.

Na verdade um duplo poder prevaleceu em Teerã em fevereiro de 1979. Os governantes do regime deposto fugiram, enquanto os trabalhadores, que sustentaram as fábricas e refinarias, organizaram comitês democráticos de trabalhadores e tomaram as armas das fragmentadas Forças Armadas. A euforia unitária da revolução, na verdade durou pouco. A luta eclodiu entre as várias facções de esquerda e os líderes religiosos (COGIOLLA, 2008, p. 82).

O governo iraniano, capitaneado pelos clérigos xiitas, procurou retomar um projeto de nação alicerçada nos preceitos da fé islâmica xiita. Com o apoio popular no processo de deposição do xá, tal projeto não encontraria resistência, uma vez que o elemento religioso que fora utilizado como um dos critérios para o fim da dinastia Pahlavi era justamente a repressão religiosa ou a tentativa de laicizar o governo.

Passaremos, agora, a observar como os jornais *Clarín* e *Folha de S. Paulo* acompanharam os eventos a partir de 1979: a saída do xá do Irã e o retorno de Khomeini; a estruturação do governo republicano islâmico xiita e as relações com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos.

### 3.1 Os embates entre iranianos e as forças do xá

O início de 1979 foi marcado pelos intensos e derradeiros embates entre as forças armadas do xá e a população iraniana. Milhões de iranianos enfrentaram um dos exércitos mais equipados e bem treinados do mundo. Durante seu governo,

Mohammad Reza Pahlavi, como já foi mencionado, não poupou gastos para transformar as forças armadas iranianas em uma potência bélica do Golfo Pérsico. Além de intimidar seus vizinhos, o xá mantinha o temor interno da população, através do exército e principalmente com sua polícia política, a SAVAK. Todo esse poderio bélico foi colocado à prova não com nações estrangeiras, mas com a própria população iraniana, no período de 1978 até 1979.

A capa do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 01 de janeiro de 1979 tinha como título de capa, acerca dos eventos iranianos: “No Irã, mais 700 mortes em manifestações”. A reportagem explicava que as mortes ocorreram em Mashad, uma cidade “santa para os muçulmanos xiitas”, enquanto ocorriam manifestações contra o xá. Dizia também que em outras cidades do interior do país havia “dezenas de mortos e centenas de feridos, depois que tropas do Exército atacaram os manifestantes com granadas”. O resumo da capa terminava ressaltando que as embaixadas dos Estados Unidos de vários países da Europa ocidental sugeriam para seus cidadãos residentes ou de passagem pelo Irã que retornassem para os países de origem.

A edição do jornal *Clarín* 11.797, datada de 2 de janeiro de 1979, trazia o seguinte título de capa: “Denunció la oposición Irani la massacre de 2.000 personas en la ciudad de Mashad”.

En las últimas 48 horas, los enfrentamientos entre el ejército y los manifestantes contrarios al cha arrojaron un lado de 2.000 muertos e centenares de heridos. El epicentro de la lucha está en la ciudad de Mashad, a 1.000 kilómetros de Teherán, donde los familiares de los heridos se han refugiado en los hospitales, que rodea el ejército. Los médicos de Mashad recurrieron al secretario general de las Naciones Unidas para que evite “la matanza el pueblo indefeso” (CLARÍN, 02/01/1979, p. 26).

Esse extrato inicial de reportagem denuncia a violência que as forças estatais empregavam na própria população do país. Estabelecia-se no Irã um estopim de guerra civil, contudo, deve-se levar em consideração que não eram exércitos rivais, mas sim um exército altamente equipado contra uma população desarmada. Na própria citação, observamos que médicos locais recorreram às Nações Unidas, pedindo que interviessem nos confrontos, para evitar a “a matança do povo indefeso”.

Continuaron hoy en esta capital y en las principales ciudades iraníes los sangrientos enfrentamientos entre los manifestantes anti-cha y el ejército. El gobierno controló las informaciones sobre el número de víctimas, pero reconoció que superaban las 300; para la oposición, solo en el área de Mashad el ejército habría matado a 2000 personas en las últimas 48 horas (CLARÍN, 02/01/1979, p. 26).

Os números de mortos e feridos divergiam de ambas as partes opositoras. Para os manifestantes o número de mortos chegava a duas mil pessoas e centenas de feridos, já para o governo esse número era dez vezes menor. Outro informe que gerava polêmica era quanto ao número de militares mortos e feridos. Segundo o governo, o que teria levado as forças do exército ao enfrentamento com os manifestantes teria sido o ataque de civis contra um blindado, incendiando vários tanques do exército, ocasionando a morte de um oficial e outros quatro agentes da SAVAK, a polícia secreta.

El gobierno anunció por la radio y la television que “las turbas” armadas con garrotes y armas blancas intentaron copar un regimiento de blindados en Mashad, donde incendiaron varios tanques y dieron muerte a un mayor del ejército. Esa frustrada tentativa habría sido la chispa que provoco la matanza de 2000 personas. Otros informes aseguran que los manifestantes mataron a palos a cuatro agentes de la policia secreta (CLARÍN, 02/01/1979, p. 26).

Após alguns meses de enfrentamentos entre população e exército iraniano, com um saldo de milhares de mortes e feridos, o xá anunciava que deixaria, provisoriamente, o país e o governo iraniano. De imediato, Pahlavi nomeou um Conselho Regente administrado pelo primeiro-ministro, Chapur<sup>36</sup> Bhakitar, um renomado advogado do país e homem de confiança da família real. O objetivo do monarca era acalmar os ânimos da população e encerrar os confrontos com as forças armadas.

“Anuncian en Irán que el cha deja el país y cede el poder, temporariamente, a un consejo regente”. Esse era o título da reportagem que abria a seção Internacional de *Clarín* no dia 3 de janeiro de 1979. Através da edição 11.798, o jornal, tendo como fontes várias agências internacionais, a saber: AFP<sup>37</sup>, ANSA<sup>38</sup>, AP<sup>39</sup>, EFE<sup>40</sup> e

<sup>36</sup> A escrita do nome do primeiro-ministro tem variações conforme o jornal. Por vezes observamos o nome escrito Chapour, e por vezes Shapour.

<sup>37</sup> Agence France-Presse (França)

<sup>38</sup> Agenzia Nazionale Stampa Associata (Itália)

<sup>39</sup> Association Press (Estados Unidos)

UPI<sup>41</sup>, anunciava que o monarca iraniano não estava sabendo lidar com a situação estabelecida no país.

El primer ministro Chapur Baktiara afirmó que el sha Reza Pahlevi abandonará temporariamente el poder y que se designará un consejo de regencia. Baktiar presentará el jueves su gabinete civil al parlamento, y a partir de ese momento procurará estabilizar la crítica situación. Entretanto, prosigue el éxodo de los extranjeros, a pesar de la huelga de los operadores civiles de aeropuerto de Teherán. El Pentágono emplea aviones militares con base en España. Italia evacuará a 6.000 residentes. Continúan los incidentes entre el ejército y los manifestantes anti-sha y hay decenas de muertos (CLARÍN, 03/01/1979).

Bakthiar iria liderar, então, o chamado “conselho de regência” e, a partir disso, apresentar à população seu novo gabinete ministerial para governar o país. Contudo, os iranianos não viam essa medida como resolução das reivindicações, entendendo que se tratava da continuação do governo anterior. Além disso, outra situação se estabelecia aqui: a questão do êxodo dos estrangeiros. Com os funcionários dos aeroportos em greve, os voos eram limitados, o que acarretava na impossibilidade de algumas viagens serem realizadas. Assim, forças militares de alguns países europeus e dos Estados Unidos organizavam manobras para evacuação dos seus cidadãos. Isso demonstrava o quão significativo era o número de estrangeiros que residiam no Irã naquele período.

O cenário político iraniano era, pois, uma incógnita. O xá, Mohammed Reza Pahlavi estava de partida do país para “descansar”, “de férias”, conforme o primeiro-ministro designado Chapour Bakthiar. Concomitante à saída do monarca, estava em curso a nomeação de um novo gabinete civil, no intuito de reverter a contestação popular contundente e que ganhava as ruas dia após dia.

El sha de Irán dejará su país y nombrará un consejo de regencia que lo reemplazará durante su ausencia, reveló hoy el primer ministro designado, Chapur Baktiar, en declaraciones al primer canal de la televisión francesa. La revelación de Baktiar confirma versiones llegadas de Teherán, según las cuales el sha había anunciado su propósito de viajar al extranjero, para “descansar”. Sin embargo, el primer ministro designado agregó un elemento nuevo al precisar que el soberano designará un consejo de regencia, que debe gobernar durante su ausencia (CLARÍN, 03/01/1979).

---

<sup>40</sup> Agencia de Noticias internacionais de Espanhola (Espanha)

<sup>41</sup> United Press International (Estados Unidos)

Em 4 de janeiro de 1979, Shapour Bakhtiar, homem de confiança do então monarca iraniano Mohammad Reza Pahlavi, era nomeado primeiro-ministro do país. Com a posse de Bakhtiar, esperava-se uma diminuição dos confrontos entre a população e as forças legalistas do governo. O recém-nomeado primeiro-ministro, em discurso de posse, prometeu aos iranianos uma série de medidas que iam ao encontro das reivindicações: supressão das torturas aos perseguidos políticos e suspensão de anistia aos corruptos.

Outro aspecto ressaltado pelo primeiro-ministro iraniano era de encerrar gradualmente a lei marcial, promulgada pelo xá quando acirraram-se as manifestações, em meados de outubro de 1978. Bakhtiar acrescentou que o Irã não venderia mais petróleo para Israel e para a África do Sul, países vistos com ressalvas pelos religiosos xiitas. Além disso, o *premier* afirmou que “não haverá golpe de Estado”, fator que era possível, levando em consideração o tenso contexto e a instabilidade política do país.

Na edição 11.803, de 8 de janeiro de 1979, *Clarín* trazia como notícia mais confrontos entre população iraniana e exército. Apesar da declaração sobre a saída do xá e das ações de Chapour Bakhtiar objetivando atenuar os ímpetos da revolta popular, os enfrentamentos nas ruas de Teerã e de outras cidades importantes do Irã permaneciam. Nessa edição, o conteúdo dava conta de salientar a manutenção de significativo número de pessoas descontentes com a situação iraniana.

En el día de duelo nacional, centenares de miles de iraníes volvieron a recorrer las calles de Teherán y de las principales ciudades para denostar al cha, al primer ministro Baktiar y a los estadounidenses. Tropas especiales reprimieron a tiros las manifestaciones, y en la población de Baneh, cerca de Teherán, las tropas mataron a dos manifestantes e hirieron a diez. Mientras el avión privado del cha aguarda la orden de despegar con el monarca y su familia, el ayatollah Taleghani dijo que solo “la democracia islámica salvará el país”. En París, el ayatollah Komeini decreto para mañana “día de duelo nacional”, y el Frente Nacional decidió apoyarlo (CLARÍN, 08/01/79).

Exilado em Paris, o aiatolá Ruhollah Khomeini acompanhava pela imprensa os eventos do Irã, aguardando a saída do xá para poder retornar ao seu país. Da capital francesa, Khomeini se manifestava às agências de notícias internacionais. O filtro das falas, contudo, ia normalmente ao encontro de demonstrar o quão ferrenho era o ódio do líder religioso iraniano para com os Estados Unidos. Normalmente a ênfase das notícias está vinculada às palavras de ordem, exemplo disso, a citação

em que Khomeini chamava os confrontos do dia 08 de janeiro de 1979 de “dia do duelo nacional”.

Já o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, na edição 18.185 de 16 de janeiro de 1979, anunciava que Mohammad Reza Pahlavi, então monarca iraniano ou denominado o xá, deixou o Irã rumo ao exílio. Na capa do jornal o título da notícia dizia: “Xá deixa o Irã rumo ao Egito”. A saída do xá representava não apenas uma vitória dos iranianos que lutaram pela queda da monarquia, mas também um alerta para a política internacional, principalmente para os Estados Unidos.

No resumo da capa, a notícia informava que Pahlavi, acompanhado da esposa, a imperatriz Farah Diba, estaria indo passar “férias prolongadas”, nos Estados Unidos, porém, a viagem teria como escala inicial a cidade de Assuan no Egito, cujo presidente do país, Anuar Sadat, aguardava o casal real iraniano. No mesmo resumo, o jornal expunha que através de fontes ligadas ao aiatolá Khomeini, na França, o líder religioso se preparava para regressar ao Irã.

Na reportagem de capa, na seção denominada Exterior, a página número oito foi dedicada exclusivamente para os eventos iranianos. Entre os subtítulos estavam: “O xá verá Sadat hoje em Assuan e depois poderá rumar para os Estados Unidos”; “Protestos continuam enquanto se anuncia a volta do aiatolá”. Enfim, tudo girava em torno da tônica revolucionária: a saída do monarca e a expectativa de volta do aiatolá Khomeini.

O jornalista Paulo Francis, já mencionado correspondente da FSP em Nova Iorque, também escreveu nessa edição. Com o título: “Mais um episódio farsesco da queda”, Francis dava o tom da sua análise dos fatos. Segundo ele:

[...] Reza Pahlevi estará hoje conferenciando com Anuar Sadat no Egito. Nada tem a conferenciar. Exceto se Sadat precisar de conselhos sobre como impedir que o povo egípcio um dia desses faça o que o iraniano fez com o xá. [...] Essa viagem é mais um episódio farsesco da inevitável deposição de Reza Pahlevi, deposição que ninguém mais discute a sério em Washington. [...] Pelo que temos visto em televisão, o Irã é hoje um vasto campo de retreta popular. Massas incalculáveis lotam as ruas. Bradam morte ao xá, a Jimmy Carter e a Shapour Bakhtiar. [...] Suponhamos agora que Reza Pahlevi fora do país, o aiatolá Khomeini resolva desembarcar em Teerã. Que exército ousará conter as multidões que o carregarão em triunfo pelas ruas. O aiatolá é indiscutivelmente o maior revolucionário “por telefone” da história (FSP, 16/01/79, p. 8).

Francis considerava a questão da saída do xá como um episódio já consolidado. Apesar de grande parte da imprensa na Europa e mesmo nos Estados Unidos não anunciar como um exílio ou deposição, para o jornalista brasileiro era um fato consumado a queda da monarquia iraniana. Especulava-se, entretanto, se o futuro governo seria formado pelos aiatolás capitaneados por Khomeini ou se haveria um golpe militar, através dos membros da cúpula do exército iraniano remanescentes.

Na sequência, a edição do dia seguinte, 18.186 de 17 de janeiro de 1979, falava das comemorações da população iraniana pela saída do xá. Com o título de capa “Delírio em Teerã, o xá partiu”, o jornal estampava duas fotos na capa: uma mostrando o xá e sua esposa prestes a embarcar no avião particular da família, rumo ao Egito; na segunda, parte dos revolucionários derrubando uma estátua do pai de Mohammad Reza Pahlavi, o xá Reza Khan. Ambas as imagens eram fornecidas pela agência internacional de notícias estadunidense *United Press International* (UPI). De igual modo, as duas imagens eram emblemáticas, ora demonstrando que de fato o xá rumava para fora do país, ora representando o triunfo da revolução iraniana com a literal derrubada de um símbolo que representava a monarquia da dinastia Pahlavi. Por outro lado, a reportagem de capa dava conta de demonstrar um lado de saída dramática do xá, ressaltando sua tristeza por estar deixando o Irã.

[...] Um enorme clamor popular tomou conta ontem de toda Teerã, quando o avião que conduzia o xá Mohammed Reza Pahlevi rumo ao exílio sobrevoou o monumento Shayad, no centro da capital iraniana. Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas aos gritos de “sha raft, sha raft” (o xá partiu) e “viva Khomeini”, iniciando uma festa onde toda a população cantava e dançava. O aiatolá Taleghani, líder xiita de Teerã, declarou: “como o xá terá coragem de voltar depois dessa imponente manifestação de júbilo provocada por sua partida?”

[...] Reza Pahlevi e a imperatriz Farah Diba choravam ao embarcar no Boeing Imperial do Irã que os levaria a Assuã, no Egito. O governo egípcio, tendo à frente o presidente Anuar Sadat recebeu o casal imperial iraniano com todas as honras. Segunda a agência Mena, o xá e a imperatriz permanecerão no Egito pelo menos dois dias, antes de partirem, ao que tudo indica, para os Estados Unidos (FSP, 17/01/79, p. 1).

A página nove da seção Exterior dava total cobertura aos eventos. O título da reportagem de capa expressava a linha que conduziria a reportagem: “Xá parte chorando para o exílio”. Novamente duas imagens representam a ideia semelhante

com a capa, uma apresentando o xá despedindo-se do então primeiro-ministro Shapour Bakhtiar no aeroporto internacional da capital iraniana e a derrubada da estátua novamente. Em momento algum a reportagem relata o governo de Pahlavi ou de seu pai. À primeira vista, e sem a contextualização do processo revolucionário no Irã, o fato parece uma ação irracional da população contra o monarca iraniano. Ainda na mesma página, o correspondente Paulo Francis emitia sua opinião a respeito dos eventos reportados, através do título: “A difícil revolução com base nos xiitas”, segundo ele:

Muita gente estranha a revolução iraniana. Muita gente não sabe o que é uma revolução e desconhece a história das revoluções. Por partes: o “estranho” é que no Irã a derrubada do xá tenha sido conduzida por religiosos conservadores. Geralmente esperamos que revolucionários sejam de “avant-garde”. Não sei por que esperamos tal coisa. Os revolucionários americanos de 1776 e os franceses de 1789 achavam que restauravam uma República no molde da romana. Eram, portanto, culturalmente conservadores. Marx disse que Martinho Lutero enfiou a máscara do apóstolo São Paulo, um conversador, a fim de criar o Estado Moderno, na reforma que rachou o Mundo Cristão. Marx cometeu apenas um pequeno equívoco (FSP 17/01/79, p. 9).

Ao contrário da reportagem do jornal, Francis demonstra elementos que explicam, em parte, o fervor revolucionário no Irã. Primeiramente procura discutir o caráter diferencial dessa revolução, qual seja o religioso, contrariando aquilo que ele chama de conservadorismo e, logo em seguida, demonstra que esse chamado “conservadorismo” apresenta-se também no Irã através dos xiitas. Segundo o correspondente, tal purismo revolucionário destoa apenas do que se entende pelo conceito de revolução no Ocidente. Para Francis:

[...] no Irã, a revolução se baseou no conservadorismo xiita porque este é a única herança nacional que restou a um povo privado pela violência da polícia secreta de atividade política democrática, submetido ao “modelo concentrador” de riquezas das multinacionais estrangeiras. Não digo que seja impossível que o Irã, numa primeira etapa, reverta ao obscurantismo muçulmano. Duvido, e se vier, será passageiro. Uma revolução é um processo complexo, quase tão complexo quanto historicamente é raro (FSP 17/01/79, p. 9).

E ainda reforça:

[...] os xiitas não aceitam a supremacia do Estado sobre os ensinamentos de Maomé. Em miúdos, negavam a pretensão monárquica absoluta de

Reza Pahlevi. Isso bastou para que 85% da população formasse com os xiitas e o indômito Aiatolá Khomeini (cuja mulher e o filho foram assassinados por ordem do xá). [...] foi Reza Pahlevi, em 1953, depois de repostado no trono pela CIA, que impôs ditadura absoluta e chamou técnicos da CIA e do Mossad (Serviço secreto israelense) para que treinassem os senhores da Savak, polícia secreta, em torturar e matar dissidentes. O anti-israelismo no Irã se deve a algo mais que à guerra santa muçulmana contra Israel (FSP 17/01/79, p. 9).

A relação entre o governo do xá com os Estados Unidos e Israel é um ponto de destaque. O jornal não menciona em momento algum essa relação, a não ser quando apresenta o caráter antiamericanista ou antiocidentalista da revolução, contudo não explica claramente a origem ou os motivos de tal ranço. É, portanto, a partir da leitura da coluna de Paulo Francis que se pode observar esse outro lado, ou outra versão, aquilo que é silenciado pela reportagem de capa. Inclusive, quando ele fala da SAVAK, da própria CIA e o golpe de 1953, ficam mais transparentes os aspectos do fervor revolucionário dos iranianos. Até as questões entre muçulmanos e judeus têm, segundo o jornalista, implicações que vão além do aspecto religioso.

Interessante destacar que no Brasil ainda vivia-se sob a ditadura militar e a censura dos órgãos da repressão estatal, apesar de diminuir de forma lenta, gradual e segura, não se preocupava com as declarações do jornalista. Seria pelo fato dele estar se referindo a outros países e não ao Brasil? Palavras ou expressões como, por exemplo, tortura, polícia secreta, ditadura absoluta, não foram alvos de cortes ou censura.

Na edição 18.187 do dia 18 de janeiro de 1979 o título da capa anunciava os choques entre a população iraniana e as forças armadas legalistas da monarquia. “Desordens continuam após a saída do xá”, era a chamada da primeira página dessa edição. A situação de caos e desordem, com as paralisações de serviços públicos e greves em geral, foram a base do texto de capa. Acrescentou-se nessa edição um pedido do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, ao líder religioso xiita Ruhollah Khomeini, para que “desse uma chance ao governo de Shapour Bakhtiar”. Porém, segundo o jornal, Khomeini continuou a “exortar os iranianos para que continuem com as greves”.

As edições da *Folha de S. Paulo* que seguem do dia 19 a 30 de janeiro davam conta de noticiar os confrontos da população iraniana com o exército, além das hipóteses do iminente retorno de Khomeini a Teerã. Os correspondentes

internacionais Paulo Francis<sup>42</sup> de Nova Iorque, Newton Carlos de Londres, João Batista Natali<sup>43</sup> de Paris e Osvaldo Peralva de Tóquio, comentavam algumas dessas edições. A tabela abaixo exemplifica alguns títulos de capa do recorte acima referido.

Tabela 6 - Reportagens da FSP sobre o Irã de 21 a 30 de janeiro de 1979.

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DA CAPA</b>
<b>21/01/1979</b>	Khomeini diz que retorna logo ao Irã
<b>22/01/1979</b>	Khomeini volta sexta após 15 anos de exílio
<b>23/01/1979</b>	Mais uma vitória do aiatolá
<b>24/01/1979</b>	Khomeini chega sexta ao Irã e instala governo
<b>25/01/1979</b>	O Irã fechado para Khomeini
<b>26/01/1979</b>	Khomeini deixa para domingo à volta a Teerã
<b>27/01/1979</b>	Os violentos confrontos de volta ao Irã
<b>28/01/1979</b>	Bakhtiar vai à Paris para ver o aiatolá
<b>29/01/1979</b>	Bakhtiar não será recebido por Khomeini
<b>30/01/1979</b>	General é linchado em Teerã

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Como foi possível observar, as edições subsequentes davam conta de retratar o impasse para o retorno do líder islâmico. A instabilidade política, combinada com a incerteza dos rumos governamentais no Irã, criava um ar de expectativa. Khomeini voltaria ao Irã? A República islâmica do Irã seria promulgada? A Revolução Iraniana teria sua vitória consolidada com os objetivos do fervor revolucionário alcançados? Essas são algumas das indagações que vamos tentar responder a partir daqui.

### 3.2 O retorno de Khomeini

Ao regressar ao Irã, Khomeini teria de enfrentar resquícios da monarquia. Em especial o primeiro-ministro Shapour Bakhtiar que não renunciou imediatamente, como previam alguns setores revolucionários. Assim, a primeira atitude política de Khomeini foi formar um Conselho Revolucionário para ser uma espécie de colegiado responsável pela instauração da República Islâmica. Khomeini alegava que o

<sup>42</sup> Sobre Paulo Francis ler: Nogueira, Paulo Eduardo. Paulo Francis: polemista profissional. São Paulo: Imprensa oficial, 2010.

<sup>43</sup> É formado em jornalismo pela USP e em Filosofia pela Universidade de Paris-VIII. Doutor em Semiologia pela Universidade Paris-VIII. Jornalista trabalha na *Folha de S. Paulo*, onde foi redator e editor de Mundo, correspondente na França e, hoje, atua como repórter da Secretaria de Redação. Sobre João Paulo Natali ler: Natali, João Paulo. Jornalismo Internacional. São Paulo: Contexto, 2004.

governo de Bakhtiar era ilegal, uma vez que tinha sido designado pelo xá antes de partir do Irã. Por outro lado, o *premier* ia para a imprensa afirmar que queria negociar com os clérigos xiitas de forma democrática. Havia também especulações de que o primeiro-ministro negociava com setores de oposição aos religiosos para constituir uma espécie de “governo alternativo” no Irã.

A edição da *Folha* do dia primeiro de fevereiro de 1979 apresentava como notícia de capa o título: “O aiatolá Khomeini deixa a França rumo a Teerã”.

O aiatolá Ruhollah Khomeini deixou ontem o exílio em Neauphe le Chateau, na França, e, saudado por milhares de seguidores e protegido por forte esquema de segurança, seguiu para o aeroporto Charles de Gaulle, onde um Boeing-747 da Air France, especialmente fretado, se preparava para conduzi-lo de volta ao seu país. [...] Em Teerã, o Exército realizou uma ampla mobilização de tropas, ocupando toda a cidade com veículos blindados, tanques e caminhões equipados com peças de artilharia. [...] A movimentação das tropas e a intensificação do êxodo de estrangeiros residentes no Irã agravaram o clima de tensão que reina no país (FSP, 01/02/1979).

Paulo Francis, correspondente de Nova Iorque, em sua coluna, debatia a questão da popularidade de Khomeini e os rumos do Irã a partir da chegada do líder religioso.

Se tudo ocorrer de acordo com o figurino o aiatolá Khomeini estará desembarcando hoje pela manhã em Teerã, onde será triunfalmente recebido pelos oitenta por cento da população que o apoiam (segundo “New York Times”, numa reportagem curiosamente intitulada “Apoio a Khomeini não é universal no Irã”. Jimmy Carter na última pesquisa obteve o apoio de 42 por cento dos americanos). [...] O Sr. Bakhtiar diz que não renuncia. Não renuncia o quê? Governa o quê? O Irã está inteiramente paralisado economicamente. O Sr. Bakhtiar é candidato a sentar em baioneta, nada mais (FSP, 01/02/1979).

De maneira enfática, Francis foi objetivo ao dizer que Khomeini seria recebido como herói pelo povo iraniano. Desconstruindo a ideia projetada pelo jornal estadunidense *New York Times*, que tentava difundir um perfil negativo ou pouco popular do aiatolá no Irã, o jornalista comparou a notoriedade de Jimmy Carter para os estadunidenses com a do líder religioso para os iranianos. Ainda, trouxe ao debate a questão da instabilidade política iraniana no governo de Shapour Bakhtiar, cuja imagem era tão criticada quanto a do ex-xá.

As notícias de capa do dia 01 ao dia 12 de fevereiro relataram, em sua grande maioria, o retorno de Khomeini e a organização do governo iraniano com a chegada do aiatolá.

Tabela 7 - Reportagens da FSP sobre o Irã de 01 a 12 de fevereiro de 1979.

01/02/1979	O aiatolá Khomeini deixa a França rumo a Teerã
02/02/1979	Khomeini anuncia a República do Irã
03/02/1979	Khomeini vai instalar, hoje, seu governo
04/02/1979	Khomeini ameaça com guerra civil
05/02/1979	No Irã, uma advertência a Khomeini
06/02/1979	Khomeini, em total desafio, indica premiê
07/02/1979	Khomeini apela ao povo e tudo pode acontecer
09/02/1979	Soldados na passeata de apoio a Khomeini
10/02/1979	Revolução do Irã anuncia prioridades
11/02/1979	Explode a luta no Irã
12/02/1979	“A ditadura terminou no Irã”

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Na edição do dia 03 de fevereiro de 1979, dois dias após o retorno do líder xiita ao Irã, no conteúdo interno do jornal, através da reportagem de capa, o jornalista J.B. Natali, correspondente do jornal FSP em Paris, publicou em sua coluna uma entrevista realizada com o primeiro-ministro iraniano. Nessa entrevista, Shapour Bakhtiar afirma que estava disposto a negociar, mas não sairia do governo e muito menos aceitaria Khomeini como integrante da administração do país. Quando confrontado pelo jornalista sobre a popularidade do aiatolá, principalmente tendo como base a recepção do povo iraniano no dia do retorno de Khomeini, Bakhtiar chamou tal aspecto de “histeria popular” ou “onda histórica” como está no título da reportagem. Dessa forma, reduzia o apreço da população pelo aiatolá a um ato de irracionalidade.

**Pergunta:** o senhor representa a legitimidade constitucional enquanto o aiatolá Khomeini encarna a legitimidade popular. Como o país não pode ir adiante sem as duas forças, tenho a impressão de que uma deve dar um passo em direção a outra.

**Bakhtiar:** já dei esse passo e mantereí as minhas portas abertas. Mas há princípios sobre os quais sou intransigente. Seja eu o primeiro-ministro ou um varredor de rua, sou a favor da democracia. Não pelo populacho, e sim pelo povo. Em circunstâncias perfeitamente democráticas aceitaria um veredito. Porém, num estado de excitação e histeria coletiva perfeitamente anormal, acredito ter apenas o resultado coerente de 25 anos de ditadura de Mohamed Reza Xá. Uma ditadura que conduziu o país a seu atual desastre. A meu ver, a Constituição, o xá e outros problemas, são

secundários em relação à existência e à unidade do Irã (FSP, 03/02/1979, p. 14).

O primeiro-ministro reconhecia que o regime do xá era repressivo e que foi um dos elementos para o colapso da monarquia. Mesmo assim, considerava “secundário” esse e outros elementos, ligados, segundo ele, ao fervor revolucionário que era recente e estava ativo. Em outro trecho da entrevista, o jornalista questiona o primeiro-ministro sobre qual seria a atitude de Bakhtiar acerca de uma possível instauração da República Islâmica. O dirigente político iraniano enfatiza: “eu ignorarei essa proclamação. O senhor Khomeini teve a liberdade de voltar, Ele o fez. De longe, ele era um mito. Agora, o mito não existe mais”.

Durante toda a entrevista, a tônica do primeiro-ministro ficava em apresentar o quanto racional, equilibrada e sensata estava sendo sua postura frente ao retorno de Khomeini ao Irã. Em vários trechos da conversa, Bakhtiar assume a atitude de negociador, demonstrando disposição de tratar a situação com equilíbrio, porém, sempre que questionado acerca das exigências de Khomeini, mantinha uma postura pouco diplomática. Afirmava que nunca tinha sido contra o retorno do líder xiita ao Irã, pelo contrário, “[...] antes mesmo de ser nomeado primeiro-ministro, afirmei que, de acordo com os direitos do homem e com todas as Constituições, qualquer cidadão, excetuando os condenados definitivamente por algum crime, tem direito de voltar a seu país” (FSP, 03/02/1979, p. 7).

A reportagem ainda dava conta de explicitar como Khomeini e os clérigos xiitas estavam organizando seus planos quanto à proclamação da República Islâmica e o desmonte do regime instalado no Irã. Segundo a reportagem:

Khomeini, que continua firme em sua intenção de não negociar com o governo “ilegal” do primeiro-ministro Shapour Bakhtiar, está fazendo consultas junto aos principais dirigentes de oposição e líderes religiosos para organizar um “governo alternativo no país”. [...] Bakhtiar afirmou à imprensa que mantém aberta a opção para um acordo com o aiatolá Khomeini e disse a alguns jornalistas que estava disposto a conceder postos em seu gabinete a membros de oposição e, ainda, a negociar diretamente com o aiatolá. Acrescentou, contudo, que não pretende renunciar e advertiu que qualquer tentativa de violência será combatida com a força (FSP, 03/02/1979, p. 07).

Em Washington, um grupo de estudantes iranianos fazia protesto contra o governo estadunidense, pelo fato da Casa Branca não reconhecer a autoridade de Khomeini e apoiar o governo do primeiro-ministro Bakhtiar. Segundo a reportagem, o

Departamento de Estado americano recusava-se a comentar o protesto e o cenário político iraniano, apenas afirmava-se que o governo de Jimmy Carter mantinha o apoio ao que chamava de governo legalista iraniano.

A queda do último primeiro-ministro do governo Pahlavi também seria mote das colunas de Paulo Francis. Na edição do dia 12 de fevereiro de 1979 a reportagem de capa estampava o seguinte título: “A ditadura terminou no Irã”. A reportagem estava centralizada no alto da capa e era complementada com uma imagem, logo abaixo e também centralizada, de manifestantes iranianos nas ruas de Teerã. A reportagem interna detalhava os eventos e a coluna do jornalista Paulo Francis estava intitulada: “A revolução apenas começou”. Em nove parágrafos, Francis destacava questões políticas e fazia analogias do processo iraniano com outros fatos históricos, como, por exemplo, a Revolução Russa de fevereiro de 1917, a Revolução Francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871.

No Irã temos um fenômeno raro na História. Rosa Luxemburg definiu-o como “revolução estrutural”. Talvez seja único, porque os precedentes, com uma exceção precisam ser adjetivados. São a Revolução Francesa em 1789, a Comuna de Paris em 1871 (restrita a Paris) e a Revolução Russa de fevereiro de 1917 (não a Revolução Soviética de outubro de 1917). Em Teerã, como em Paris de 1789, a velha ordem desabou sob o peso da sua inépcia, tirania, corrupção, por ultrapassar, em suma, o alto nível de tolerância das massas à opressão. A Comuna de Paris não passou da cidade. A Revolução Russa de fevereiro tinha o impulso de uma guerra ruïnosa e homicida, que levou o povo ao desespero total. Já Luis 16 e o xá caíram com seus países em paz, gozando de prestígio internacional. A estrutura de ambos, porém, era pobre, e poucos a enxergavam (FSP, 12/02/1979).

E reforça:

As semelhanças entre Teerã e a “quadra de tênis” de 1789 são espantosas. Da mesma forma que os “notáveis” franceses se insurgiram contra o rei, apesar de membros privilegiados da elite, basta notar que a mais elitista das corporações militares do Irã, a Força Aérea, comandou a primeira cisão ostensiva do dispositivo do xá. Explicar a reação de grupos como esses em termos de “fanatismo religioso”, ou do “appeal” da personalidade mística do aiatolá Khomeini, é uma grosseira simplificação histórica. Há algo mais, que mal conseguimos discernir.

[...] O aiatolá está longe de ser o “santo agitador de ralé” que a imprensa ocidental insiste em descrever. Seu desaparecimento de cena, antes das batalhas do fim-de-semana, sugere uma dessas doenças táticas de estadistas às vésperas de decisões importantes. Sua intransigência, recusando todos os apelos de visitas, conversas, composições, etc, com Bakthiar, revela uma vontade de ferro leninista, embora o aiatolá considerasse, se consultado, o símile um insulto. Mas é um bom símile. Pois Lênin não conciliava em essenciais (“todo o poder aos soviets”), era taticamente flexível (FSP, 12/02/1979).

Francis encerraria essa coluna fazendo uma menção entre o deposto primeiro-ministro Shapour Bakhtiar e a política partidária no Brasil.

A fachada democrática do enigmático Bakhtiar, o que restava dela, ontem ruidosamente caiu por terra. Esse simpático e bem falante cavalheiro, que ornamentaria brilhantemente a direção do nosso PDS, várias vezes nos disse em francês, inglês e persa, que já não havia um prisioneiro político no Irã. Ontem pela manhã, o povo soltou onze mil prisioneiros políticos em Teerã. Abraham Lincoln tinha razão: “é impossível enganar o povo o tempo todo” (FSP, 12/02/1979).

Para o lugar de Bakhtiar, Khomeini nomearia o advogado iraniano Mehdi Bazargan, um ativista pró-democracia, sendo este o primeiro chefe de governo, mesmo que interinamente, no Irã pós-revolucionário. Segundo Paulo Francis:

A escolha de Bazargã para primeiro-ministro demonstra que entre as leituras de Khomeini existem outros livros que o Corão. Bazargã é um devoto muçulmano, o que agrada às massas de camponeses que são a bucha para canhão revolucionária. Bazargã é um tecnocrata altamente competente, o que acalma, provavelmente, os mais profundos pavores da burguesia e do alto comando militar. Bazargã propõe justiça social, mas não acredita que esta exista em Moscou, o que é um alívio para Washington. Na minha opinião, meros fanáticos religiosos não escolhem primeiros-ministros como Mehdi Bazargã (FSP, 12/02/1979).

Nesse mês, quatro edições da *Folha* contemplaram, no editorial, os desdobramentos do processo de mudança governamental no Irã: dias, 03, 07, 13 e 14. Todas assinadas pelo editor chefe Boris Casoy<sup>44</sup>. Na primeira edição, o título do editorial era: “Irã, segunda fase”. O texto retrata as ações e desafios que o governo iraniano teria a partir da implementação da República Islâmica, por isso, chamou-se “segunda fase”, sendo, pois, a primeira fase entendida como a queda do xá e de seu governo autocrático. Entre essas ações e desafios estão citados, por exemplo: “convocação de uma Assembleia Constituinte, a constituição do governo revolucionário de Khomeini e a liquidação da burocracia”.

Ainda segundo o texto, Khomeini, ao contrário do xá, soube entender as necessidades do povo iraniano, tomado de um “sentimento nacional unificado em

---

<sup>44</sup> Sobre Boris Casoy, conteúdo disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/casoy-boris>. Acesso em: 22 set. 2019, às 17h18 min.

torno da religião islâmica, versão xiita” e o “radicalismo das expressões que o aiatolá emprega nada mais é do que a tradução enfurecida e triunfal de um vocabulário que apenas corresponde a um programa médio, presidido pela obsessão religiosa”. O jornalista, ainda, entende que “não há razões para crer que os xiitas representarão uma violenta retirada para um passado medieval”. E acrescenta:

Essas especulações, que não têm fundamento na verdade, refletem apenas certa frustração de setores europeus e norte-americanos que serão doravante obrigados a deslocar o Irã da coluna contábil dos países automaticamente alinhados com o Ocidente para o dos não-alinhados. Será uma perda para a chamada defesa ocidental, uma perda resultante de mais um erro de análise (FSP, 03/02/1979, p. 2).

No segundo editorial do referido mês, dia 07, intitulado “Fase 2 no Irã”, o texto gira em torno do aiatolá Khomeini: o papel do líder religioso no processo da revolução e qual seria o papel de Khomeini a partir da mudança política provocada pela queda da monarquia. Entre os desafios apontados, estava o então primeiro-ministro Shapour Bakhtiar e o exército persa, segundo o jornalista, “um dos mais equipados e treinados do mundo”. Questões ligadas à religiosidade islâmica como a ideia de Alá como “divindade punitiva e terrível”, “castigos medievais” aos “transgressores” que seriam julgados por Khomeini, seriam também marcas do “início da segunda etapa no Irã”.

Além disso, Casoy aponta que as alianças no Irã com outros grupos ou países seriam para atender interesses pontuais, podendo “esfacelar-se”, permanecendo apenas uma possível aliança entre os xiitas e “os comunistas do Tudeh”, o partido comunista iraniano. Ainda, segundo o texto:

Alá e Marx, porém, não fazem uma boa combinação, tanto mais que cada um deles será invocado na medida em que servirem aos interesses políticos pessoais dos líderes sectários. Khomeini é um grande líder religioso que soube conduzir seu povo numa batalha cruel. Mas a humanidade já viu grandes líderes populares transformados em cruéis tiranos (FSP, 07/02/1979, p. 2).

O terceiro editorial, intitulado: “Crise aberta”, era datado do dia 13 de fevereiro, dia da renúncia do primeiro-ministro Bahktiar. Não obstante, o texto iniciava falando do fim da dinastia Pahlavi, chamada pelo jornalista de “ditadura do Irã”. Começavam as especulações sobre o futuro das relações entre Irã e o Ocidente

e o primeiro elemento da pauta era o petróleo. No Brasil, segundo Casoy, 12% do petróleo consumido no país era proveniente do Irã. Os iranianos eram responsáveis, ainda segundo o texto, por 20% das exportações mundiais do combustível fóssil. “E isso interessa ao nosso País [sic], já que a diminuição da oferta causará certamente um aumento do preço do petróleo, com consequências diretas sobre os gastos em nossas importações”.

A paralisação dos poços petrolíferos daquele país pode não ter sido o mais grave do processo de uma crise que não terminou. Mas não foi devidamente avaliada desde o seu nascedouro pelo nosso Governo. Culpa do Itamarati? Pode ser, embora o Ministério de Relações Exteriores tivesse condições de saber quem iria sair vencedor na luta pelo poder no Irã. Culpa dos ministérios e autoridades da área econômica? Certamente, já que os nossos tecnocratas não apenas subestimaram as previsíveis consequências da queda de produção representada pelas greves dos trabalhadores nos campos petrolíferos iranianos (FSP, 13/02/1979, p. 2).

Por fim, nessa sequência de editoriais, o último texto intitulava-se: “Na ilha”. A tônica era, novamente, o petróleo ou a possível falta dele no Brasil. Dessa vez o ex-ministro de Minas e Energia do governo Geisel e, na ocasião, presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki, falava em tom de tranquilidade acerca da situação do petróleo. Dai a titulação, “Na ilha”, pois, segundo Casoy, todos estavam preocupados com a situação - Estados Unidos principalmente -, “somente o Sr. Shigeaki Ueki parece estar sentado no meio da ilha da tranquilidade, sorrindo”.

Nos quatro textos, as relações entre Irã e o Ocidente, principalmente a questão do petróleo, são as categorias mais mobilizadas na discussão. Apesar dos resultados do processo revolucionário e da organização política iraniana serem abordadas, a grande questão era como Estados Unidos e Brasil lidariam com o governo dos aiatolás e de que forma este trataria da política exterior com outros países ocidentais. Também é possível observar que não há uma defesa contundente ao governo de Khomeini, porém, também não há lamentos pelo fim do regime do xá. Na verdade, aparentemente existe mais crítica ao lado ocidental do que ao Irã e aos clérigos xiitas, levando em consideração que: primeiro, Os Estados Unidos é que deviam se preocupar com a mudança nas relações com o governo de Teerã; segundo, o governo brasileiro tinha totais condições de verificar as consequências do processo de queda da monarquia do xá e não agiu antecipadamente para evitar problemas, nesse caso, de abastecimento do petróleo.

*Clarín* apresenta Khomeini de forma irônica através das charges de Landrú, em uma edição de março de 1979, o aiatolá é alvo de sátira do jornal pela questão da vestimenta xiita, a túnica. Com um título em inglês: *Wash and Wear*, ou seja, “lavar e vestir”, o líder xiita vê-se indignado pelo fato de alguém ter deixado sua túnica molhada, fazendo com que ficasse sem roupas. Em virtude de um religioso xiita não usar roupas aos moldes ocidentais: calça, camisa, sapato etc, torna-se um mote para demonstrar a estranheza ou forma exótica que a cultura islâmica aparenta ao Ocidente.

Figura 2 - Charge de Landrú no jornal *Clarín* com o título: "Wash and Wear"



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Em outra edição, ainda em março de 1979, o ataque ao plano de governo iraniano vem através da questão da mulher no Irã. Com o retorno de Khomeini, algumas práticas que já eram comuns entre as muçulmanas xiitas, mas que não eram obrigações no governo do xá e passam a ser a partir do ingresso dos aiatolás no governo iraniano, são alvos de crítica do jornal. Aqui observamos uma mulher que estaria sendo punida pelo aiatolá por não estar usando o véu constantemente.

Figura 3 - Charge de Landrú no jornal *Clarín* com o título “Iran”



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Na legenda, Khomeini condenava a mulher a 10 anos por ter cometido “strip-tease de véu”. O próprio termo *strep-tease*, em inglês e de tom sexista, demonstra o caráter machista e com preconceito de gênero que o jornal trata a figura da mulher. Assim, ao que parece, o fato de Khomeini estar punindo uma mulher iraniana por não cumprir as regras sociais impostas no Irã pós-Revolução são mais agressivas do que atrelar exclusivamente as mulheres ocidentais ao papel de prostitutas.

### 3.3 A estrutura da República Islâmica do Irã

Para compreendermos a estrutura governamental da República Islâmica do Irã, a partir dos resultados da revolução de 1979, é preciso entender o modelo político proposto por Khomeini e, pelo qual, o aiatolá baseou seus discursos. Tal ideia de governo, apresentada por Khomeini, era o conceito de *wilayat al-faqih*, sendo que segundo Costa (2017) *wilayat* deriva da palavra *wila* e significa “poder, autoridade ou o direito sobre algo” e *faqih* (jurista islâmico) ou seja, aquele que tem conhecimento sobre a justiça no xiismo seria o líder e dirigente supremo do país.

Assim sendo, o *wilayat al-faqih* resume-se em um sistema político que congrega política e religião, governo e tradição xiita através dos ensinamentos do Corão.

Além disso, podemos dizer, baseados nos estudos de Costa, que o *walayat al-faqih*, traduz-se em um “modelo que institui a figura do Líder Supremo”, a partir da República Islâmica do Irã. O professor Renatho Costa nos proporciona em sua tese, intitulada: *A Influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX: O Wilayat al-Faqih e o pragmatismo dos Aiatolás como inviabilizadores na expansão da Revolução Iraniana*, um grande arcabouço teórico demonstrando as maneiras como esse modelo tornou-se a base para a implantação e manutenção de poder dos clérigos xiitas após a revolução iraniana. Assim, de acordo como autor:

A teoria do *wilayat al-faqih* é fruto da análise e entendimento de juristas xiitas que buscaram em suas fontes a explicação para o processo sucessório após a morte do profeta. Evidentemente, como vimos, essa questão foi extremamente traumática para os muçulmanos e gerou o cisma. Porém, no intuito de legitimar o imamato do Imã Ali – e dos demais Imãs – o *wilayat al-faqih* foi adotado pelos xiitas. Contudo, após a *Ocultação* do Imã Mahdi não mais tornou-se um sistema usualmente em prática e somente na década de 1970 que essa teoria popularizou-se com os discursos do aiatolá Ruhollah Mostafavi Moosavi Khomeini (COSTA, 2017, p. 216).

Esse modelo também determina, entre outras questões, diretrizes ou pré-requisitos aos interessados em ocupar o posto de Líder Supremo, como, por exemplo, possuir significativo conhecimento na justiça islâmica (*Sharia*) e na religião. Para a crítica ocidental, o modelo em questão teria sido criado por Khomeini, justamente no intuito de legitimar seu poder ao retornar à Teerã após a saída do xá. Contudo, como a citação e os estudos de Renato Costa apontam, o sistema já existia e Khomeini apenas o trouxe com o propósito de combater o governo ditatorial do xá e angariar apoio popular, uma vez que o modelo político de Pahlavi já não atendia mais a sociedade iraniana.

Assim, sem que fossem feitas análises mais profundas sobre seus desdobramentos e, simplesmente, afirmando os valores xiitas – que a população reconhecia nos aiatolás -, a proposta do governo de Khomeini ganhou, gradualmente, mais espaço no momento pré-Revolução. Com uma linguagem impregnada de conceitos religiosos que buscavam reafirmar a tradição xiita de luta do Imã Hussein, a proposição do confronto direto ao modelo de governo do xá – e consequentemente, o ocidental – foi endossada pelos iranianos (COSTA, 2017, p. 216).

Para dar início ao governo republicano iraniano de forma legítima, os clérigos xiitas organizaram um plebiscito popular. Com essa ação pretendia-se demonstrar o caráter democrático da República Islâmica do Irã. Assim, os líderes xiitas, capitaneados por Khomeini, davam o primeiro passo para o fim definitivo da monarquia e a instauração da nova república. Além disso, o plebiscito servia como uma espécie de assembleia popular para apresentar aos iranianos o projeto constitucional, a forma de transição política governamental e a estrutura da república islâmica. O *wilayat al-faqih* teve sua implantação de forma democrática juntamente com a formulação da Constituição do Irã, “logo na elaboração da constituição do país o princípio foi reconhecido” (COSTA, 2017, p. 219).

Para a construção de um novo modelo de governo no Irã houve a necessidade de romper com a história persa, no sentido de abandonar as amarras impostas pela dominação de reis e imperadores. De certa maneira, a (re) apropriação do conceito de *wilayat al-faqih* por parte da liderança do movimento revolucionário foi primordial para que o processo fosse concluído e a República Islâmica Iraniana ganhasse vida. Em que pese à discordante perspectiva de que não houve a criação de uma nova teoria, mas, sim, seu reavivamento, a importância de Khomeini é inquestionável (COSTA, 2017, p. 223).

Tendo em vista as críticas ocidentais acerca do modelo político iraniano, nos parece importante discutir se o sistema político iraniano configurava-se ou não como uma teocracia, visto que esse sistema político não é comum na contemporaneidade, sobretudo ocidental. Na história, teocracia não é uma exclusividade do Oriente ou de países que professam o islã. Segundo o dicionário de nomes, termos e conceitos históricos, obra organizada por Antonio Carlos do Amaral Azevedo (1999), teocracia é um:

Termo composto pelas palavras gregas *théos* (deus) e *Krateia* (“governo”, “poder”), empregado para caracterizar uma forma de governo cujos dirigentes consideram-se designados por Deus, sendo, como tal, seus representantes na Terra. Um dos exemplos mais extremados de teocracia foi a monarquia faraônica do Egito antigo e também o Império Romano, onde os governantes divinizados, eram objetos de cultos próprios. Durante a Idade Média a doutrina que fundamentava a teocracia baseava-se na concepção segundo a qual reis e príncipes eram vassallos da Igreja e esta, responsável pela fé e pelo equilíbrio entre os homens, detinha os dois poderes, o secular e o espiritual. O apogeu teocrático situa-se no século XIII, na figura do papa Inocêncio III (1198/1216). Ao longo desse século a Igreja controlou a vida política europeia (AZEVEDO, 1999, p. 431).

Observa-se que, assim como o termo fundamentalismo é normalmente associado aos países do Oriente Médio ou de maioria muçulmana, mas que, na verdade, tem origem nos Estados Unidos, o conceito de teocracia também possui ligação com o Ocidente, nesse caso o europeu medieval, portanto, não sendo uma característica exclusiva do Oriente. Segundo Vagni:

Para abordar a realidades nuevas o desconocidas, todas las culturas utilizan ciertos recursos de su propio bagaje. Así, transforman ese “nuevo mundo” en algo domesticable y catalogado, de acuerdo a sus propios parámetros. Se trata de una reacción natural de la mente humana ante la sorpresa que le produce lo extraño. Por esta razón, ciertas culturas han tendido a imponer transformaciones completas sobre otras culturas, recibéndolas no como son, sino como deberían ser para su propio beneficio. “Occidente no es una identidad absoluta. Oriente tampoco. Cada uno recrea a la otra de diferentes maneras, dependiendo de los períodos y de las condiciones de intercambio. Así, Occidente, a lo largo de toda su historia, ha creado siempre el Oriente que le convenía (VAGNI, 2008, p. 7).

Pelo caráter de liderança xiita, analistas do Irã, normalmente os orientalistas, apontam o governo iraniano como teocrático, sendo visto com descrédito, levando em consideração a relação de distanciamento que se estabelece no Ocidente entre política e religião. Assim como demonstra Abrahamian (2008), o novo regime iraniano seria um tanto quanto exótico, inclusive propondo uma avaliação de efemeridade ou não continuidade do governo islâmico, apontado como inevitável. O autor leva em consideração que no Ocidente contemporâneo esse tipo de organização ou sistema de governo não existia, ou seja, não havia possibilidade de um regime baseado em livros religiosos (bíblia ou qualquer tipo de escrita sacralizada) manter-se, sendo, dessa forma, de caráter pouco confiável.

De acordo com Abrahamian:

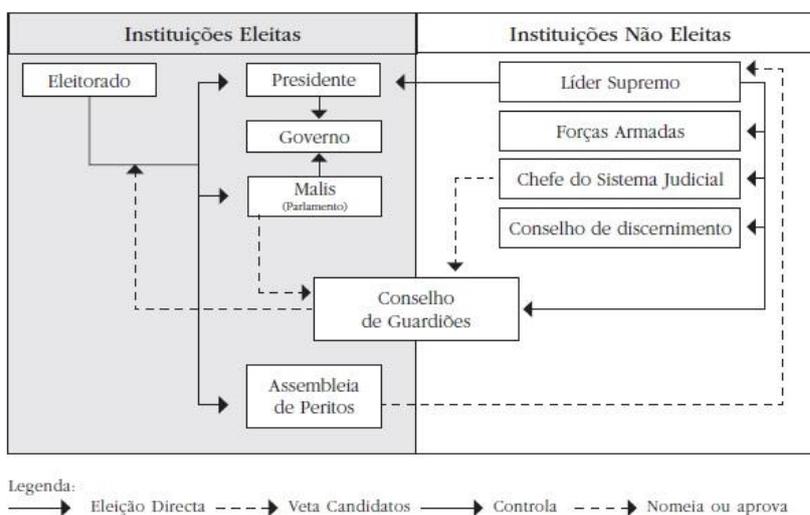
A República Islâmica sobreviveu apesar da sabedoria convencional de que sua morte era iminente e inevitável. No início, poucos previram sua sobrevivência. Afinal, a história não produziu muitas teocracias plenamente desenvolvidas - seja dentro ou fora do Oriente Médio. Muitos leigos - monarquistas, esquerdistas, nacionalistas seculares e membros da intelectualidade - tendiam a desprezar o clero como fora de lugar no mundo contemporâneo. Eles certamente não os consideravam capazes de administrar um estado moderno. Além disso, os emigrados políticos ao longo da história tiveram a tendência - notada pela primeira vez pelo “filósofo social europeu do século XIX” - de ver o menor sinal de descontentamento, como uma greve, um protesto ou uma voz descontente, como indiscutíveis evidências do dilúvio que se aproxima. Eles deram ao

regime alguns meses - no máximo, alguns anos<sup>45</sup> (ABRAHAMIAN, 2008, p. 169)

A estrutura do governo iraniano, com a instauração da República Islâmica, estava organizada na centralização do poder nas mãos de Khomeini, desde as instituições até a análise da posse dos cargos eleitos pelo voto popular. Khomeini detinha o poder de veto, mesmo o candidato vencendo nas urnas. De acordo com a pesquisadora lusitana Licínia Simão (2011):

Com a transição do poder político para as mãos dos clérigos Shi'itas e principalmente do fundador da República Islâmica, o Grande Aiatola Ruhollah Khomeini, deu-se início a uma profunda revolução que alteraria a face do Irão nas três décadas seguintes, com implicações profundas nas dinâmicas do Médio Oriente. Um dos legados mais duradouros do Imã Khomeini foi a estrutura institucional iraniana que emergiu do processo revolucionário. O estabelecimento de estruturas dominadas por clérigos, a par de estruturas de governo seculares e da posição de Líder Supremo, acima de todos, instituiu não só a legitimação de um governo religioso, como centralizou todas as decisões nas mãos do Imã (SIMÃO, 2011, p. 317-318).

Figura 4 - Estrutura governamental da República Islâmica do Irã



Fonte: Simão, 2011, p. 315.

<sup>45</sup>The Islamic Republic survived despite the conventional wisdom that its demise was imminent as well as inevitable. At the outset, few envisaged its survival. After all, history had not produced many fully fledged theocracies – either inside or outside the Middle East. Many lay people – royalists, leftists, secular nationalists, and members of the intelligentsia – tended to look down upon the clergy as out of place in the contemporary world. They certainly did not consider them capable of running a modern state. What is more, political émigrés throughout history have had the tendency – first noted by the “European social philosopher of the nineteenth century” – to see the smallest sign of discontent, such as a strike, a protest, or a disgruntled voice, as indisputable evidence of the coming deluge. They gave the regime a few months – at most, a few years (ABRAHAMIAN, 2008, p. 169).

Tendo como primeiro-ministro interino um político alinhado aos ideais do projeto de governo islâmico xiita, os clérigos preparavam a votação para promulgar a República. Na edição do dia 22 de fevereiro de 1979, a capa de *Folha de S. Paulo*, trazia o seguinte título: “Plebiscito no Irã dentro de duas semanas”. O primeiro-ministro Mehdi Bazargan foi à imprensa iraniana anunciar que em duas semanas o Irã votaria através de um plebiscito o futuro político do país. Em pauta o projeto republicano e uma constituição baseada nos preceitos da fé islâmica xiita. No entanto, ainda havia questões internas a resolver, uma delas era a situação do partido comunista iraniano, o Tudeh.

Os “Combatentes do povo”, organização ligada ao Tudeh, grupo de esquerda que congregava operários, estudantes e professores da universidade de Teerã, programava para as vésperas do plebiscito uma manifestação. Khomeini tratou de criticar veementemente tal grupo, chamando-os de “bando de ateus e inimigos da revolução”, acusando-os inclusive de serem antiislamistas. O grupo criticava, entre outros elementos, a indicação de generais que serviram o xá para o comando das forças armadas, reclamando o expurgo desses militares e a formação de um exército popular, cujos comandantes seriam escolhidos pelos próprios soldados. Os ativistas não queriam devolver as armas retiradas dos quartéis durante os embates com as forças armadas iranianas ao longo do processo revolucionário.

Outro elemento em pauta no plebiscito era a apresentação do anteprojeto de constituição para a República. Na nova Constituição iraniana o presidente seria eleito por sufrágio universal e seu mandato renovado apenas uma vez. As mulheres teriam pleno direito de votar e serem votadas. A futura república teria, ainda, como poder constituído, apenas uma câmara cujos deputados seriam eleitos por voto direto. Por fim, entre os elementos principais da constituinte, os agricultores seriam proprietários da terra que cultivam, porém sem terem direito de negociá-las.

Além das convulsões internas que o novo regime dos aiatolás tivera de enfrentar, Washington não aceitava os resultados da revolução de maneira pacata, apesar de tentar passar o ar de controle e tranquilidade acerca dos eventos de Teerã. Segundo o jornal argentino *Clarín*, citando como fonte o jornal estadunidense *The New York Times*, o governo americano estava agindo através da CIA para levantar informações “sobre a situação interna do Irã”. Não havia, segundo o periódico, por parte do governo Reagan, a ideia de desestabilizar o governo de Khomeini ou sua queda imediata.

Washington, 7 (AFP y UPI). – La Agencia Central de Inteligencia (CIA) norteamericana está gastando millones de dólares en ayuda “secreta” a numerosos grupos de exilados iraníes, incluidas dos organizaciones paramilitares de casi 10.000 hombres con base en Turquía, cerca de la frontera con Irán, afirmó en su edición de hoy el diario “The New York Times”, citando fuentes de la administración Reagan.

Subraya el diario que, por ahora, el principal objetivo de este apoyo no es el derrocamiento o la desestabilización del régimen fundamentalista del ayatollah Komeini, sino la recopilación y recolección de informaciones sobre la situación interna de Irán (CLARÍN, 08/03/1979).

Ainda, segundo a reportagem, os Estados Unidos esperavam, “em longo prazo”, unificar movimientos internos de oposição à Khomeini, o que seria uma forma de reestabelecer o governo do xá e, conseqüentemente, as relações de controle estadunidense sobre o Irã e, principalmente, o fornecimento do petróleo. Essa era uma estratégia de distanciamento, ou seja, não seria o governo de Washington que traria o xá de volta a Teerã e ao poder, mas sim os movimentos populares de oposição ao governo Khomeini. A reportagem também menciona o governo iraniano como “regime fundamentalista de Khomeini”, reforçando o estereótipo de governo autocrático ou totalitário uma vez que personifica o poder político exclusivamente à Khomeini.

A República Islâmica do Irã pode ser dividida em dois períodos distintos, quais sejam, antes e depois da morte de seu idealizador, aiatolá Khomeini, em 1989. E com base nesse delimitador temporal podemos aventar a possibilidade de que a ausência de Khomeini significou o enfraquecimento de algumas disposições doutrinárias, haja vista sua utilização ter sido possível graças à interpretação pragmática de seu idealizador (COSTA, 2017, p. 224).

Interessante o fato de que ao pesquisar o termo *wilayat al-faqih* no acervo do jornal *Folha S. Paulo* e, igualmente, nas edições do jornal *Clarín*, dentro do recorte temporal proposto para este estudo, não existem resultados ou ocorrências. Essa ausência do termo pode representar a falta de conhecimento dos redatores dos periódicos sobre o termo ou mesmo um silenciamento proposital, para não dar maiores explicações aos leitores, uma vez que explicado, demonstraria racionalidade no propósito khomeinista acerca do modelo político apresentado.

#### 4. OS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO IRANIANA (1979-1981)

Com a queda da monarquia dos Pahlavi e a instauração de uma República Islâmica, o Irã teve a primeira década do novo regime político marcada por uma série de eventos que aqui denominaremos de desdobramentos. O período também marcou a década de consolidação do regime dos aiatolás, e findou-se com a morte do líder e mentor da revolução, o aiatolá Khomeini. Assim, passaremos a elencar alguns dos principais desdobramentos a partir do processo revolucionário iraniano, levando em consideração a problemática da pesquisa, ou seja, as relações com o Ocidente e a exposição dos fatos através das fontes/objetos deste estudo.

##### 4.1 A crise dos reféns (1979-1981)

Em 4 de novembro de 1979, estudantes iranianos motivados pelo processo de mudança política e governamental no Irã cuparam a embaixada dos Estados Unidos na capital iraniana Teerã. Os jovens iranianos tomaram o edifício da diplomacia estadunidense fazendo como reféns, inicialmente, cerca de 100 pessoas: diplomatas e funcionários da embaixada. A partir de então, as relações entre Estados Unidos e Irã, que já estavam em choque após a queda da monarquia, ganharam novos contornos, em uma sequência de fatos que ficou conhecida como “a crise dos reféns”. Passando por uma série de eventos: negociações entre representantes de ambos os países, liberação parcial dos reféns, tentativa estadunidense de resgate, eleições presidenciais nos Estados Unidos, solicitações dos Estados Unidos à ONU e, inclusive, ao Papa João Paulo II, a situação teria uma resolução após 444 dias, estendendo-se de 04 de novembro de 1979 a 20 de janeiro de 1981.

Tratando-se dos jornais, levando em consideração o material que conseguimos coletar para esta pesquisa, o *Clarín* reportou a questão dos reféns em 26 edições no mês de novembro. Não obtivemos edições em dezembro, apenas em abril de 1980.

Tabela 8 - Reportagens do jornal *Clarín* sobre a crise dos reféns.

DATA	TÍTULO
05/11/1979	Ocuparan la embajada de EE.UU en Irán
05/11/1979	Copan en Teherán la embajada de EE.UU: 100 rehenes
06/11/1979	Irán anuló los pactos con Estados Unidos y URSS
06/11/1979	Reza Pahlevi, muy grave
06/11/1979	Komeini desafía Washington: exige que se entregue al cha
07/11/1979	Renunció Bazargan
07/11/1979	EE.UU recibió garantías de respeto a los rehenes
08/11/1979	Komeini rechazó a 2 emisarios de Carter: reiteró que quiere al cha
09/11/1979	Arrestan en Irán al jefe de la misión norteamericana
09/11/1979	El cha ofrece irse
09/11/1979	Mediaciones por los rehenes de Teherán
10/11/1979	La ONU exige a Irán la liberación de los rehenes
10/11/1979	Un rehén se ofrece (Cassius Clay) Mohammad Ali (boxeador)
16/11/1979	Carter: “El gobierno de Irán alienta el terrorismo”
17/11/1979	Misa por los rehenes de Irán
17/11/1979	Que busca Komeini?
17/11/1979	Nueva amenaza contra los rehenes de Teherán
18/11/1979	Komeini ordenó la liberación de negros y mujeres
18/11/1979	Komeini ordena liberar a 10 mujeres y negros
18/11/1979	Carter reclama por otros 70 rehenes
19/11/1979	Amenaza Irán con romper relaciones con EE.UU
19/11/1979	Preparativos en México para recibir a Reza Pahlevi
20/11/1979	Salen de Irán diez rehenes
21/11/1979	Advirtió EE.UU que puede utilizar la fuerza en Irán
21/11/1979	Ratificó Komeini que someterá a juicio a los rehenes
22/11/1979	Amenaza Irán con matar a los rehenes
22/11/1979	EE.UU advierte a los líderes de Irán que los hace responsables por la suerte de los rehenes
22/11/1979	Amenazaron en Irán con matar a los norteamericanos
24/11/1979	Irán no pagará la deuda externa
24/11/1979	Irán no pagará la deuda externa del ex monarca
25/11/1979	Llamamiento de Komeini a los países islámicos
26/11/1979	ONU: Urgente convocatoria del consejo de seguridad
27/11/1979	Komeini instó a la movilización contra Estados Unidos
27/11/1979	Komeini: “Movibilización total contra EE.UU
28/11/1979	Komeini habla de su crisis con EE.UU
28/11/1979	Isla cristiana en un mar musulmán
29/11/1979	Carter: “No cederemos al chantaje del gobierno iraní”
30/11/1979	EE.UU. acude a la Corte de La Haya
30/11/1979	Irán no asistiría a la ONU
30/11/1979	Por qué cayó el canciller de Komeini?

Fonte: Jornal Clarín.

Figura 5 - Capa de *Clarín*, día 05 de novembro de 1979.



Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires.

Em 5 de novembro de 1979, na capa da edição 12.102, o jornal argentino reportava a seguinte notícia: “100 REHENES – Ocuparon la embajada de EE.UU en Irán”. Na página 22, seção Internacional, iniciaria a cobertura sobre a crise dos reféns com o título: “Copan en Teherán la embajada de EE.UU: 100 rehenes”.

Un grupo de estudiantes iraníes, que pretenden contar con el apoyo del ayatollah Komeini, ocupó la embajada de Estados Unidos en Teherán y tomó como rehenes a aproximadamente un centenar de personas – la mayoría norteamericanos -, para exigir la extradición del cha Mohamed Reza Pahlevi. Afirman que no devolverán los rehenes hasta que Estados Unidos entregue al cha. Los “marines” que defendían la sede no pudieron detener a los manifestantes. Consignas y leyendas antinorteamericanas. El encargado de negocios estadounidense, quien no se hallaba en la embajada, se entrevistó con el canciller iraní, quien le dio garantías para los detenidos (CLARÍN, 1979, p. 22).

A reportagem procura explicitar que eram estudantes iranianos, porém, não explica exatamente se universitários. Também salienta que os jovens iranianos esperavam contar com o apoio do líder e mentor da revolução, o aiatolá Khomeini. A

motivação, segundo a notícia, era o acolhimento do xá Mohammad Reza Pahlavi pelo governo estadunidense, exilado em Nova Iorque. Ainda segundo o texto, os estudantes não entregariam os reféns sob nenhuma outra hipótese, a não ser a volta do xá ao Irã. Nem os “*marines*”, fuzileiros navais dos Estados Unidos, responsáveis pela segurança da embaixada, foram capazes de deter os manifestantes, segundo o jornal, cerca de 400 pessoas. A chamada inicial da reportagem finaliza dizendo que o encarregado e porta-voz dos Estados Unidos acerca de negócios no Irã, Bruce Liengan, em conversa com um conselheiro iraniano, pediu garantias sobre a situação dos reféns.

TEHERAN, 4 (AP, UPI). – Un grupo de estudiantes musulmanes que reclama la extradición del depuesto sha Mohamed Reza Pahlevi, ocupó hoy la embajada de Estados Unidos tomando como rehenes a unos 90 norteamericanos, mujeres, niños y 10 iraníes. “No entregaremos los rehenes hasta que nos den al sha”, dijo uno de los estudiantes que se presentó a los periodistas como vocero (CLARÍN, 1979, p. 22).

A introdução da reportagem trazia alguns elementos iniciais que necessitam ser apresentados. Inicialmente, observamos que as informações noticiadas advêm de duas agências internacionais, a AP (*Association Press*) e UPI (*United Press International*), ambas sediadas nos Estados Unidos. Na sequência, o texto informa que se tratam de estudantes muçulmanos, que exigem o retorno do xá para a libertação dos reféns, sendo eles 90 estadunidenses: mulheres, crianças e 10 iranianos. Por fim, existe o grifo acerca da exigência incondicional dos ocupantes da embaixada: “não entregaremos os reféns até que nos deem o xá”, disse um dos estudantes que se apresentou aos jornalistas como porta-voz.

Dois elementos se apresentam nessa reportagem. Primeiro, o fato de explicitar que os estudantes são muçulmanos. Qual a relação da religiosidade desses estudantes com o assalto à embaixada e a posse dos reféns? Segundo, a intransigência dos estudantes, grifado várias vezes, com a questão incondicional do retorno do xá para o Irã. Entretanto, em nenhum momento é explicado porque existe essa motivação, ou seja, o que teria feito o xá para gerar tamanha importância a sua extradição?

Na sequência da reportagem, o jornal descreve como estava a situação em frente da embaixada estadunidense.

Fuera del edificio, grupos de jóvenes gritaban “muera Estados Unidos” “muera Carter”. Un grupo llevaba un estandarte imitando la bandera norteamericana y le prendió fuego en medio de exclamaciones. Guardias revolucionarias y agentes policiales se mantenían en la zona y eran frecuentemente aclamados por la multitud, aparentemente por su silencioso apoyo a la toma del edificio y las manifestaciones (CLARÍN, 1979, p. 22).

O sentimento “antiamericanista” ou o “antiamericanismo” é relatado constantemente. Com palavras de ordem, um grupo de pessoas, em frente aos portões da embaixada, explicitava o ódio aos Estados Unidos e ao então presidente Jimmy Carter. A queima da bandeira dos Estados Unidos é outro elemento da revolta popular reportado pelo periódico. Além disso, forças da segurança pública de Teerã estavam presentes, contudo, apenas acompanhavam os manifestantes sem reprimi-los. O que, segundo o jornal, seria aparentemente uma espécie de apoio silencioso aos atos ocorridos nas manifestações.

O governo estadunidense também se pronunciou com relação à situação da invasão da embaixada:

En Washington el Departamento de Estado indicó en un comunicado, que el encargado de asuntos norteamericanos en Irán, Bruce Langen, - quien no se encontraba en la embajada en el momento de la ocupación – se entrevistó inmediatamente después de que ella ocurriera, con el ministro de Relaciones Exteriores de Irán, Ibrahim Yazdi, en la sede de la cancillería. “Por intermedio de Langen – añadió el comunicado de Departamento de Estado – comentamos nuestra preocupación a las autoridades iraníes respecto a esta amenaza contra el personal y las propiedades norteamericanas” (CLARÍN, 1979, p. 22).

Segundo a reportagem, o já mencionado responsável por negócios (comércio exterior) Bruce Lagen, procurou o então ministro das Relações Exteriores do Irã, Ibrahim Yazdi, no intuito de entregar um comunicado do governo dos Estados Unidos. Nesse documento, Lagen solicitava informações, junto às autoridades iranianas, expressando a preocupação com as pessoas e as propriedades norteamericanas, neste caso o complexo da embaixada estadunidense em Teerã.

Em resposta, o governo iraniano emitiu outro comunicado dando aos Estados Unidos: “garantias de que las personas retenidas estaban en seguridad y que el gobierno hacia lo posible para resolver el problema de manera satisfactoria”. Em um clima diplomático, o Departamento de Estado dos Estados Unidos teria então

respondido: “Apreciamos los esfuerzos del gobierno iraní”, concluyó el texto del Departamento de Estado.

Para encerrar essa edição, um box traria o seguinte título “Ocuparon la estatua”. Tratava-se de um grupo de estudantes iranianos residentes em Nova Iorque que protestavam pela presença do xá Mohamed Reza Pahlevi na cidade nova-iorquina. Semelhante aos protestos em Teerã, esse grupo teria subido em um dos símbolos mais representativos dos Estados Unidos, a Estátua da Liberdade, localizada em uma ilha, também denominada “ilha da liberdade”, próxima ao porto de Nova Iorque. Segundo a notícia:

Unos 30 manifestantes treparon al tope de la estatua de la Libertad y se negaron a bajar de la corona del monumento como protesta por la presencia en Estados Unidos del ex sha de Irán, Mohamed Reza Pahlevi. Bahram Nahidian, vocero del grupo de idioma persa de la Asociación de Estudiantes Musulmanes de Estados Unidos y Canadá, dijo que los manifestantes “protestan por la presencia del sha en Nueva York” (CLARÍN, 05/11/1979, ed. 12.102).

Novamente o caráter da manifestação foi a questão do xá. Um estudante chamado Bahram Nahidian, porta-voz do grupo intitulado “Associação de Estudantes Muçulmanos dos Estados Unidos e Canadá”, disse que os manifestantes “protestavam pela presença do xá em Nova Iorque”.

Na edição 12.103 de 6 de novembro de 1979 *Clarín* estampava na capa do diário o seguinte título “Irán anuló los pactos con Estados Unidos y la URSS”. Estavam, portanto, encerrados os acordos diplomáticos entre o Irã e as chamadas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. O motivo principal era, segundo o governo iraniano, uma medida protecionista contra prerrogativas estabelecidas nesses acordos, um datado de 1959 e outro de 1921, respectivamente Estados Unidos e URSS. Segundo o jornal *Clarín*:

El gobierno de Irán anunció ayer que ha cancelado sus tratados con Estados Unidos y la Unión Soviética, tratados que teóricamente otorgaban a las superpotencias la posibilidad de intervenir en Irán bajo determinadas circunstancias. La decisión se produjo cuando la embajada norteamericana en Teherán está ocupada por activistas musulmanes y Komeini exige a EE.UU que le entregue al sha – supuestamente enfermo, alojado en una clínica norteamericana – o por lo menos lo expulse del país (CLARÍN, 06/11/1979, capa).

Na página 24 da seção Internacional, procurando explicar o cancelamento dos acordos bilaterais entre os governos, o periódico expõe que as medidas afetavam mais diretamente os Estados Unidos, isso em razão da situação dos reféns. Com relação aos soviéticos, o ponto principal é a tomada do território da antiga Pérsia, uma espécie de alerta para o caso de um terceiro país ocupar militarmente o atual Irã, lembrando que este possuía uma fronteira seca de aproximadamente 2000 quilômetros de extensão com o território soviético.

El tratado con los soviéticos, que data de 1921, les da el derecho de “avanzar sus tropas al interior de Persia” si un tercer país “deseara usar el territorio Persa como una base de operaciones contra Rusia”. La agencia Pars agregó en su información que la decisión del gabinete autoriza al gobierno a notificar al de Estados Unidos sobre la cancelación unilateral del tratado de 1959. Agregó que, en el caso de la Unión Soviética, el gabinete estaba cancelando las cláusulas quinta y sexta relativas a la intervención armada de fuerzas militares, “que ya no es aplicable” (CLARÍN, 06/11/1979, p. 24).

O fornecimento de petróleo era mais um elemento no contexto das relações entre Estados Unidos e Irã. Os iranianos, nesse período, eram o 3º maior produtor e exportador de petróleo do mundo. O rompimento das relações internacionais incorria, nesse caso também, na supressão do fornecimento do combustível, o que afetava diretamente os estadunidenses. Até 1978, os Estados Unidos compravam cerca de 50 milhões de barris por mês dos iranianos, o que correspondia a mais de um quarto das importações mensais dos norte-americanos. Segundo noticiou *Clarín*:

A todo esto, Irán anunció hoy que está dispuesto a cortar sus suministros de petróleo a Estados Unidos como protesta por haber acogido al depuesto cha. El ministro iraní del petróleo, Ali Akbar Moïnfar, señaló hoy lunes en la emisora de Radio Nacional que los suministros petroleros cesarán en el momento en que así lo indique el ayatollah Komeini. Hoy, desde Qom, Komeini advirtió que si Estados Unidos y Gran Bretaña se niegan a “entregar a los traidores” (el cha y su ex primer ministro Chapur Baktiar), o al menos a expulsarlos, tomaremos nuevas iniciativas” (CLARÍN, 14/03/1979, p. 14).

A ideia principal, como analisado a partir do que sempre é exposto pelo jornal, é enfatizar o fato do xá estar exilado em Nova Iorque. Além disso, Khomeini teria advertido não apenas os Estados Unidos, mas também a Inglaterra, pelo mesmo motivo, ou seja, o asilo político de Chapour Bahktiar, ex primeiro-ministro do xá.

Reforçando a retórica do “grande satã”, aqui pela primeira vez exposta no periódico, o aiatolá ameaçava os países ocidentais, Estados Unidos e Inglaterra, na tentativa de convencê-los a entregarem o xá e Bahktiar, respectivamente.

El “guía de la revolución iraní” declaró que bajo el reinado del ex cha, Irán había sido estrangulado por Gran Bretaña y Estados Unidos, calificando a este último país de “satanás” que intrigo contra Irán por miedo a perder totalmente el beneficio de los recursos uranies. Estados Unidos compra a Irán alrededor de 50 millones de barriles de crudo al mes, lo que supone más de una cuarta parte de sus importaciones mensuales (CLARÍN, 15/03/1979, p. 12).

Com relação ao xá, houve uma tratativa de enviar médicos iranianos para verificar a veracidade das informações sobre o estado de saúde do ex-monarca do Irã. Havia a desconfiança de que Mohammad Pahlavi estava utilizando a doença como um subterfúgio para não retornar ao Irã. Da mesma forma, os Estados Unidos teriam um elemento discursivo de caráter humanitário, ou seja, seria desumano retirar um homem que está fazendo um tratamento contra um tumor cancerígeno naquele momento.

Por su parte, el director general de la radio y televisión irania, Sadegh Gotbzadeh, afirmó hoy que a Radio Luxemburgo que si los norteamericanos aceptaban el envío de médicos iranianos para comprobar el estado de salud del cha, “eso cambiaría un tanto la situación”. También aseguró que Estados Unidos “no formuló propuestas concretas” después de la toma de rehenes en la embajada norteamericana en Teherán. Durante esta entrevista telefónica, Gotbzadeh recordó que Estados Unidos había rechazado el pedido formulado por Teheran de enviar dos médicos iranianos para que comprobaran el real estado de salud del ex chá. “No digo que no esté enfermo, pero su caso no es tan peligroso como para justificar su llegada a Nueva York”, agregó Gotbzadeh (CLARÍN, 15/03/1979, p. 12).

Ainda, segundo o jornal, em um box intitulado: “Reza Pahlevi, muy grave”, era manifesto que o estado de saúde do xá necessitava de grande atenção, pois, inclusive, havia se agravado desde outubro, quando passou por um processo cirúrgico. A notícia é oriunda da agência de notícias internacionais *Association Press* sediada em Nova Iorque:

NUEVA YORK, 5 (AP). – El tumor canceroso en las glándulas linfáticas del depuesto cha de Irán Mohamed Reza Pahlevi se ha agrandado luego de la

reciente operación del 22 de octubre. Es probable que sea necesaria una nueva operación, añadió el boletín. “A pesar de que el cha se está recobrando de los efectos inmediatos de la operación, la situación sigue siendo grave debido al tumor maligno y la continua dolencia biliar”, dijo el boletín. Hasta que se determine si necesita una nueva intervención, observó el hospital, se han pospuesto los tratamientos de quimioterapia o de drogas. Al principio se esperaba que la quimioterapia comenzara el 7 de noviembre hasta el 14 de noviembre.

As questões ligadas à intransigência do aiatolá Ruhollah Khomeini são mais uma vez reforçadas em outro box intitulado: “Komeini desafió Washington: exige que se entregue al cha”. A retórica antiocidentalista, com o recorrente termo “grande satã” é uma amostra da ênfase dada pelo periódico quando Khomeini faz referência aos Estados Unidos.

TEHERÁN y Washington, 5 (AFP, AP, EFE, R-L y UPI). – Alentados por el Imán Ruhollah Komeini, quien hoy dijo en un discurso pronunciado en la ciudad sagrada de Qom que “Estados Unidos es el grande Satanás”, centenares de estudiantes iraníes mantenían ocupada la embajada estadounidense en esta capital, al tiempo que decenas de jóvenes – hombres e mujeres – tomaban por asalto la embajada británica y la mayoría de los consulados norteamericanos en Irán. Komeini amenazó a Washington y Londres “con tomar nuevas iniciativas” si James Carter y Margaret Thatcher no hacen lugar a los pedidos de extradición de ex cha Mohamed Reza Pahlevi y Chapur Baktiar, ex premier del derrocado monarca que está asilado en Londres.

Na citação acima, temos o elemento de ameaça por parte dos estudantes iranianos apoiados por Khomeini com relação ao destino dos reféns. Segundo a reportagem, novamente através de várias agências internacionais, caso não fossem cumpridas as exigências dos estudantes, estes seriam obrigados a “tomar novas iniciativas”.

Outra forma de noticiar os fatos iranianos era através das charges. No caso do jornal *Clarín*, um chargista em especial, Juan Carlos Colombres, já mencionado no início deste estudo e cujo pseudônimo era Landrú, representou alguns dos episódios noticiados pelo jornal sobre o contexto iraniano. Na edição do dia 09 de novembro de 1979, Landrú utilizou sua arte para retratar a situação das relações entre Estados Unidos e Irã no contexto da crise dos reféns. Além disso, o caricaturista trouxe outro elemento para o debate, tratava-se das eleições para presidência estadunidense em 1980

Figura - 6 Charge de Landrú com o título “Surmanage”



Fonte: Jornal *Clarín*, 09 de novembro de 1979.

Na imagem, Landrú apresenta um casal cuja esposa buscava ajuda psiquiátrica para seu marido. O homem estava com problemas psicológicos devido ao excesso ou sobrecarga de trabalho, esgotamento emocional (o que sugere o termo francês *sumernage* no alto da ilustração). O sujeito em questão afirmava que o candidato à presidente dos Estados Unidos seria Edward Komeini [sic] e o “homem forte” no Irã era o aiatolá Kennedy. Portanto, um sarcasmo, típico desse estilo de ilustração, na troca dos nomes do aiatolá Khomeini e do senador estadunidense Edward Kennedy, também conhecido como Ted Kennedy.

Em outra imagem, esta datada de 12 de novembro de 1979, Landrú mostra dois iranianos conversando sobre a situação da crise dos reféns. Na ocasião, o então campeão mundial de boxe, Cassius Clay, estadunidense que se converteu à religião islâmica, passando a se denominar Mohammad Ali, teria se oferecido para ser trocado pelos reféns da embaixada em Teerã. Na charge, um dos iranianos comenta a ideia proposta por Clay (Mohammad Ali), contudo, o outro iraniano retruca dizendo que não interessava, e que apenas aceitaria uma troca caso fosse por *Farrah Fawcet*, atriz e modelo estadunidense que foi considerada um dos maiores símbolos sexuais do mundo na década de 1970. Fawcet notabilizou-se no

cinema estadunidense por interpretar uma das “*Charlie’s Angels*” (1976), no Brasil a série de TV e, depois, longa-metragem *As panteras*.

Figura 7 - Charge de Landrú com o título “Iran”



Fonte: Jornal *Clarín*, 12 de novembro de 1979.

Ambas as charges (Figuras 6 e 7) trazem elementos culturais distintos. A questão da racionalidade é o tema central da primeira imagem. Enquanto o casal ocidental procura ajuda médica para resolver o impasse, o elemento do irracionalismo iraniano em relação à crise dos reféns é reforçado de maneira intrínseca. Já na segunda, o elemento gênero torna-se o tema trazido pelo autor. Sabendo que a visão de mulher no Ocidente como objeto sexual difere completamente dos padrões sociais islâmicos quanto ao papel da mulher na sociedade iraniana, a troca de Clay era insignificante se comparada com uma mulher ocidental, símbolo de desejo.

Figura 8 - Charge de Landrú com o título "Carter"

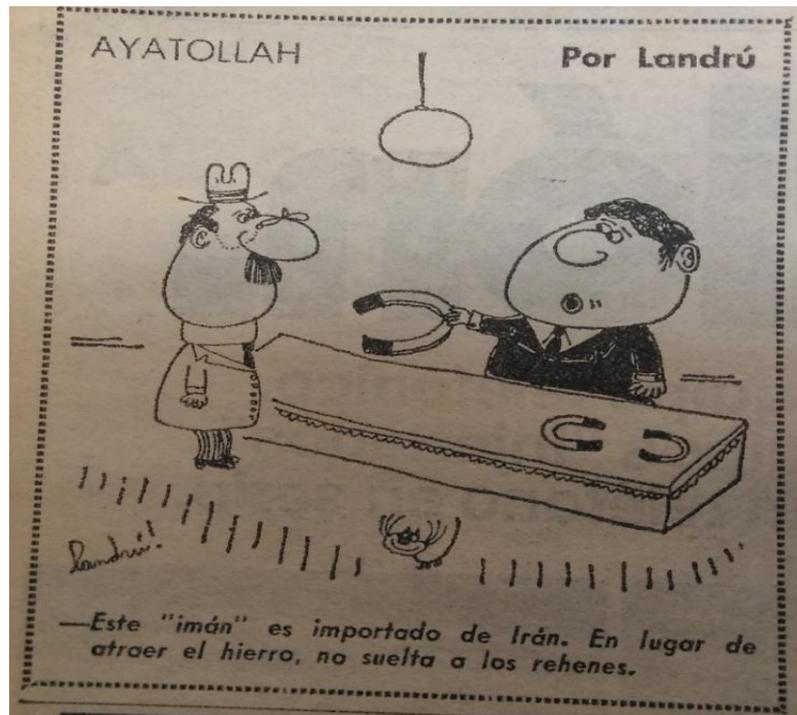


Fonte: Jornal *Clarín*, 16 de abril de 1980

Nessa charge (Figura 8) o aspecto de falta de visão estratégica de Carter ou do governo da Casa Branca é o ponto central do debate. O autor passa a ideia de que, se Carter e os serviços de inteligência estadunidenses tivessem retirado os agentes diplomáticos assim que a revolução iraniana tivesse ocorrido, poderia não ter ocorrido a crise diplomática dos reféns. Especulações à parte, o fato de mencionar a Argentina torna-se uma clara exaltação à expertise diplomática portenha não repetida pelos Estados Unidos, ou seja, tratava-se de um bairrismo do cartunista.

Com a manutenção da crise, sobretudo pelo impasse das reivindicações iranianas não serem atendidas pelo governo de Washington, principalmente: a extradição de Pahlavi para o Irã e o estorno dos bens do xá aos cofres iranianos, motes não faltavam para os cartunistas de *Clarín* apresentarem seu trabalho. Assim, em outubro de 1980, Landrú apresentava mais uma de suas obras. Dessa vez o alvo de seu sarcasmo era o aiatolá Khomeini.

Figura 9 - Charge de Landrú com o título "Ayatollah"



Fonte: Jornal *Clarín*, 09 de abril de 1980.

Um comerciante oferece ao consumidor um íman (no português, imã), utensílio que serve para atrair objetos metálicos. Há um trocadilho com o mesmo termo, se analisada a forma de escrever, mas com significativa diferença em termos de religiosidade. Imã, na crença xiita duodécimo, é um líder espiritual ou governo ungido, sacralizado. Assim, o vendedor compara a não aceitação na libertação dos reféns por Khomeini com a utilidade do imã que atrai e não solta metais. O aspecto debatido nessa charge é a intransigência de Khomeini e dos iranianos quanto ao caso dos reféns. Entretanto, não é discutida a intransigência estadunidense na aceitação das exigências iranianas. Assim, no jogo de forças envolvendo vidas, os aferrados são os iranianos.

A multidão, composta de estudantes, rapazes e moças, vinha fazendo manifestações diante da embaixada há dias. Sua raiva e amargura contra o xá e o governo norte-americano eram evidentes. Bandeiras norte-americanas foram queimadas e retratos do xá e de Jimmy Carter pisoteados. No meio da massa, alguns empunhavam retratos de um homem barbudo, de olhar forte. Bastante conhecido no Irã, o Aiatolá Ruhollah Khomeini era praticamente ignorado em muitos lugares do mundo (GORDON, 1987, p. 7).

Dentre os fatores que levaram à tomada da embaixada, como já exposto acima, ou seja, o ódio declarado aos Estados Unidos e aos valores ocidentais tidos como deturpadores da fé islâmica, o fato do ex-chefe de Estado iraniano estar exilado em território norte-americano é um elemento significativo para entender tal episódio. A imagem de Khomeini, referida por Gordon, como inspirador das massas no Irã era, simbolicamente, uma continuidade da revolução, agora, porém, para consolidação do novo regime e, igualmente, para o expurgo dos elementos estadunidenses que nas últimas décadas infiltraram-se na sociedade e na cultura iraniana.

A “crise dos reféns”, como ficou conhecida, durou 444 dias. Foi um dos episódios mais humilhantes da história americana. À medida que os meses passavam, Carter compreendeu que a sorte dos reféns americanos estava dependente das manobras políticas internas das várias facções iranianas. Só no verão de 1980, com as eleições para constituir de um novo governo e parlamento, é que os iranianos começaram a negociar (PINTO, 2003, p. 225-226).

Com relação às reivindicações dos estudantes, entre outras questões, os jovens iranianos desejavam a extradição de Mohammad Reza Pahlavi, que havia partido em fuga para os Estados Unidos em janeiro de 1979. Imbuídos pelo fervor do processo revolucionário, o grupo de estudantes iranianos, que ocupou a embaixada, objetivava, em princípio, o retorno do xá para ser julgado através das leis do novo regime político, a *Sharia*. Além disso, após os primeiros dias da ocupação, foram acrescentadas outras reivindicações como, por exemplo, a devolução de bens, móveis e imóveis, dinheiro e títulos desviados pelo ex-monarca e sua família. Tais recursos teriam sido supostamente, depositados em bancos estadunidenses e europeus, principalmente na Suíça, ao longo de mais de três décadas de governo (1941-1979).

La captura de la embajada estadounidense en Teherán dejó entrever algo nuevo y desconcertante. Era la primera batalla en la guerra de Estados Unidos contra el islam militante, un conflicto que acabaría implicando a gran parte del mundo. La revolución iraní no era sólo una lucha nacional por el poder; había tocado un océano subterráneo indignación islamista durante medio siglo (BOWDEN, 2006, p. 19).

A repercussão do assalto à embaixada estadunidense em Teerã foi tão intensa quanto a própria revolução iraniana. A questão agora não era apenas

interna, se pensarmos nos efeitos ligados à política governamental iraniana, mas sim, o início de uma crise diplomática sem precedentes na história das relações bilaterais entre o Irã e os Estados Unidos. Durante 444 dias Irã e Estados Unidos mediram forças pelo desfecho da crise que envolvia, de um lado, o cárcere de diplomatas e funcionários da embaixada estadunidense e, de outro, as exigências dos iranianos quanto ao futuro do ex- xá, Mohammad Reza Pahlavi.

A partir da tomada da embaixada estadunidense, as reportagens da FSP, até o final do ano de 1979, foram exclusivamente, com raras exceções, acerca da temática dos reféns. Questões como o fornecimento de petróleo aos países do Ocidente, normalmente compradores do produto iraniano, incluindo o Brasil, também foram pauta. Foram 47 capas e reportagens internas conforme tabela abaixo.

Tabela 9 - Reportagens da FSP sobre a tomada da embaixada no ano de 1979.

DATA	TÍTULO
06/11/1979	Legação dos EUA no Irã ainda ocupada
07/11/1979	Irã suspende o petróleo para os EUA
08/11/1979	O Irã repele enviados de Jimmy Carter
09/11/1979	Nem a OLP pode salvar os 60 reféns
10/11/1979	Papa tenta salvar os reféns. Um emissário seguiu ontem para Teerã
11/11/1979	Khomeini ouve emissário papal. Entregue em Teerã o apelo pessoal de João Paulo 2º para a libertação dos reféns
12/11/1979	O Irã quer o ex-xá e vivo
13/11/1979	EUA cancelam importação de óleo do Irã
14/11/1979	Irã exige agora o tesouro do xá. Ampliadas as condições para a libertação dos reféns
15/11/1979	Os EUA decretam emergência
16/11/1979	Irã amplia o boicote aos EUA
17/11/1979	Em Teerã, os reféns sofrem nova ameaça
18/11/1979	Khomeini manda soltar os negros e as mulheres. Mas a crise EUA-Irã não está superada
19/11/1979	O Irã ameaça julgar reféns. Espiões, não diplomatas, diz Khomeini
20/11/1979	Irã solta três reféns
21/11/1979	Carter ameaça usar a força. Após violenta nota de advertência ao Irã, os EUA enviam gigantesco porta-aviões “Kitty Hawk” para o Golfo Pérsico
22/11/1979	Atentados no Paquistão agravam crise EUA-Irã
23/11/1979	Irã declara a “guerra santa”. Khomeini admite o estado de beligerância contra os infiéis, após mobilizar as forças navais
24/11/1979	O Irã não reconhece as dívidas
25/11/1979	Carter chama Estado-Maior a Camp David

DATA	TÍTULO
26/11/1979	ONU debate crise entre EUA e Irã
27/11/1979	Khomeini faz exortação à luta armada
28/11/1979	Nossa honra está em jogo, afirma Carter
29/11/1979	Irã demite Sadr e não vai à ONU
30/11/1979	México fecha as portas à volta do xá
01/12/1979	ONU abre debate sem o Irã
03/12/1979	Líbios incendeiam a embaixada dos EUA
05/12/1979	EUA ameaçam o Irã com bloqueio total
07/12/1979	EUA pedem o apoio dos aliados
08/12/1979	Desmentida no Irã a soltura de mais reféns
09/12/1979	Irã marcará o julgamento 'em 48 horas'
11/12/1979	Vance pede apoio para o bloqueio
14/12/1979	Khomeini começa a ceder
16/12/1979	Xá deixa EUA e crise agrava-se
17/12/1979	Irã sente-se vitorioso com a saída do xá
18/12/1979	Incerto o futuro dos reféns
20/12/1979	A entrega do xá, ou nada, diz Khomeini
21/12/1979	Irã decide, sob sigilo, a sorte dos 50 reféns
22/12/1979	Carter pede à ONU boicote contra Irã
23/12/1979	Renovada ameaça aos reféns
24/12/1979	Irã começa a julgar reféns
25/12/1979	Nenhum refém é solto no Irã. Khomeini lança mensagem de Natal a todo o mundo
27/12/1979	Khomeini prevê guerra iminente. EUA interpelam Irã sobre número de reféns
28/12/1979	Os reféns sob nova ameaça de um julgamento
29/12/1979	Brasil ficará neutro na sanção contra Irã
30/12/1979	EUA desistem das sanções contra o Irã
31/12/1979	Waldheim vai hoje ao Irã, pelos reféns

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Como é possível observar na tabela acima, todas as 47 reportagens de capa tratam da questão da tomada da embaixada e todos os desdobramentos desse episódio: questões econômicas com relação ao petróleo; diplomacia: as negociações para a libertação dos reféns, e políticas: nos EUA a corrida para a Casa Branca, no Irã a consolidação do regime islâmico de governo. Ainda, vale lembrar, nesse espaço de tempo da tabela acima, temos 3 editoriais, sendo dois em novembro e um em dezembro. Observa-se que a cobertura dos fatos foi intensa e contínua, com raras exceções de dias não foram noticiadas informações acerca da chamada crise dos reféns.

Em uma pesquisa simples no acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*, ao digitar a palavra Pahlevi, temos 44 resultados, ao digitar Khomeini 76. Isso revela que a ênfase maior é com relação ao nome do líder religioso xiita e menor ao ex-

monarca iraniano. Esse elemento corrobora com outro fato: o silenciamento do período de governância do xá. Assim, aos que não possuem conhecimento do contexto, a forma como está sendo apresentada a notícia transforma a ação da tomada da embaixada em algo irracional, desprovido de motivos, enfim, um mero ódio ao Ocidente. Evidentemente que nenhum elemento justificaria a manutenção dos reféns ou qualquer violação aos direitos humanos destes. Entretanto, o jornal não procura debater a existência de razões políticas e diplomáticas para os iranianos não permitirem a manutenção da embaixada estadunidense em Teerã, elemento pouco ou quase não explorado nas reportagens do período acerca dos eventos já referidos.

Outro dado, a partir da tabela acima, está na quantidade de vezes em que os EUA e o Irã aparecem como elemento central da chamada ou como sujeito agente. Das 47 reportagens, em 29 delas é o Irã que está realizando a ação e, em 15, os EUA. Os 44 resultados da palavra Pahlevi estão localizados nas edições de 06 de novembro a 30 de novembro de 1979. Ainda que inserido em um período maior, nesse caso até o dia 31 de dezembro de 1979, temos ocorrência do termo apenas até 30 de novembro. O primeiro resultado, no dia 06 de novembro, tem como capa o título: “Legação dos EUA no Irã ainda ocupada”. O xá é mencionado quando a reportagem relata a extradição de Mohammad Reza Pahlavi como uma das exigências para a libertação dos reféns. Na reportagem interna, mais precisamente na seção Internacional, o título: “Khomeini incita o povo contra EUA”, o nome de Pahlevi aparece duas vezes, ambas como elemento da exigência dos iranianos que tomaram a embaixada. Logo abaixo da reportagem, Paulo Francis, em sua coluna diária nessa seção, debatia criticamente a permanência do xá nos EUA, relatando a questão da enfermidade do ex-monarca iraniano e denominando a situação de “crise desnecessária”.

No último resultado em que aparece a palavra Pahlevi, a edição do dia 30 de novembro de 1979 tinha por título: “México fecha as portas à volta do xá”. Tratava-se de uma negação do governo de José Lopez Portillo ao retorno de Mohammad Reza Pahlavi para Cuernavaca, cidade turística mexicana que deu asilo político ao ex-monarca iraniano antes de sua hospitalização em Nova Iorque, algum tempo após sua saída do Irã. Ainda nessa edição, não são encontradas referências ao governo ditatorial do xá, muito menos qualquer elemento que aponte as relações entre Irã e EUA entre 1953-1979, período que se instaurou a repressão estatal de Pahlavi

apoiada pelos EUA. O que frequentemente está reforçado é o estado de saúde do xá e o fato dele não conseguir guarida, pelo medo de retaliações do atual governo iraniano ao país que permitisse a sua estada.

Com relação ao governo de Khomeini, o texto da chamada inicial de capa apresenta-se da seguinte maneira:

O aiatolá Khomeini, num dia de maciças manifestações anti-americanas em todo o Irã, anunciou que os tribunais islâmicos vão julgar também o presidente Carter e seu antecessor Nixon “por cumplicidade com o xá” (FSP, 30/11/79).

A manutenção do ataque de Khomeini ao governo estadunidense, através de ameaças e utilizando o povo iraniano como massa de manobra para suas ações antiamericanas, é contínua nas reportagens. Apesar de citar o xá no resumo da reportagem de capa, na reportagem interna não é observada a contextualização dos fatos, sobretudo com indicações ao período em que o xá estava no poder, seguem também ocultas.

A reportagem do dia 01 de dezembro de 1979 tratava da questão dos reféns sendo discutida na ONU. Notícia de capa, o jornal afirma que o governo iraniano continuava “inflexível” quanto ao diálogo acerca da situação dos reféns e que só aceitava negociar após a devolução do ex-xá Reza Pahlavi. Dessa forma, o Irã, segundo o jornal, “resolveu boicotar a reunião de hoje do Conselho de Segurança das Nações Unidas que examinara a crise EUA-Irã”. O boicote de que trata a reportagem refere-se à não ida de representante iraniano à referida reunião, pois Bani Sadr, então primeiro-ministro do Irã, foi demitido por Khomeini às vésperas do encontro na ONU.

Enquanto em Teerã se realizavam ontem novas e maciças manifestações antinorte-americanas, em Washington os dois partidos – Democrata e Republicano – emitiam uma nota de apoio à maneira pela qual o presidente Carter está buscando uma solução para a crise. O dólar americano sofreu ontem novos abalos nos mercados financeiros internacionais em consequência da crise (FSP, 01/12/79).

Sempre em tom conciliador e racional, a nota de capa afirmava o quanto o governo de Washington procurava diplomaticamente resolver o caso, inclusive alinhando discursivamente os dois maiores partidos de oposição do congresso

estadunidense, Democratas e Republicanos, enquanto no Irã ocorria mais um dia de manifestações “antinorte-americanas”. Na reportagem da seção Internacional, o título era: “Teerã boicota ONU”. Ainda, na mesma página, um subtítulo reforçava a ideia da união entre Republicanos e Democratas, trazendo palavras de Ronald Reagan, então candidato indicado pelos Republicanos às eleições de 1980, cuja ideia era de que os EUA deveriam dar asilo político ao ex-xá. Nas palavras do postulante ao governo estadunidense: “leiam aquelas palavras na base da estátua da liberdade, temos tradição de asilo político”. Recorrendo a um símbolo do patriotismo estadunidense, Reagan afirmava que o xá tinha sido um “amigo leal” dos EUA, e que merecia melhor tratamento agora. Uma vez mais, em momento algum o jornal cita que essa lealdade do ex-xá tinha em contrapartida a compra de bilhões de dólares em material bélico, usado para perpetrar um regime ditatorial e cerceador dos direitos humanos no Irã durante sua autocracia.

No campo econômico, a questão do petróleo é a tônica entre EUA e Irã. Desde a mudança na governância no Irã, a partir da promulgação da República Islâmica em detrimento da monarquia dinástica do Pahlavi, o Irã decretou o fim de abastecimento de petróleo a certo grupo de países, sobretudo os EUA. Mesmo assim, as reportagens colocam a situação como bloqueios ou sanções decorrentes da crise diplomática a partir da tomada da embaixada. É sabido que qualquer nação tem o direito de comercializar suas riquezas, seja de matriz energética ou qualquer outra, com o país que quiser, desde que siga uma legislação pactuada internamente pelos poderes constituídos, nesse caso, a carta magna do país, normalmente a Constituição. Entretanto, o fato do Irã não negociar um dos maiores bens econômicos produzidos em seu solo é visto como uma intransigência ou antinorte-americanismo. Essa visão unilateral de não negociação do petróleo aparece em sete reportagens da Tabela 8, sendo o Irã o país que não quer negociar e os EUA os prejudicados por essa decisão.

No aspecto social e cultural, os Estados Unidos recorrem ao Papa pela libertação dos reféns. Especificamente nas reportagens dos dias 10 e 11 de novembro, Carter solicita que um emissário papal represente o governo americano solicitando que Khomeini liberte os reféns. Essa foi mais uma forma do jornal demonstrar aos leitores, em um país de maioria católica, nesse caso o Brasil, o quanto racional e religioso era o governo estadunidense, o qual apelava até para forças transcendentais, no intuito de solucionar a crise com o Irã. Entretanto, não é

mencionado o quão pouco ou nada religioso foi o governo da Casa Branca quando financiou as práticas de tortura aos perseguidos políticos do xá, ou em relação à manutenção das desigualdades sociais no Irã regido pelos Pahlavi.

É possível observar apenas pelos títulos de todas as reportagens da tabela supracitada que quando se trata dos EUA, estes recorrem à ONU, ao Vaticano, ou seja, a órgãos ou instituições oficiais com postura e valores reconhecidos, principalmente no Ocidente. Enquanto o Irã fala em “guerra santa”, “justiçamento dos reféns” ameaças ou violência contra os reféns, falta de diálogo ou inflexibilidade nas negociações, falta de humanidade etc. Quando os Estados Unidos demonstram rispidez, o tom é de heroísmo ou defesa da honra, demonstração de força com o aparato militar disponível, como no caso do deslocamento do porta-aviões citado na reportagem do dia 21 de novembro de 1979.

A edição 18.478 do jornal *Folha*, datada de 05 de novembro de 1979, estampou, em uma das notícias de capa, a reportagem que anunciava a tomada da embaixada. Com o título: “A embaixada dos EUA no Irã invadida”, o periódico iniciava a cobertura acerca dos eventos da crise diplomática que envolveria Irã e EUA. Segundo o resumo apresentado:

Cerca de 450 estudantes iranianos, armados apenas com pedaços de pau, lutaram durante três horas com fuzileiros navais norte-americanos e ocuparam a embaixada dos EUA em Teerã. Os estudantes detiveram 90 cidadãos norte-americanos como reféns, e exigem a extradição do ex-xá Mohamed Reza Pahlevi, internado em um hospital de Nova York. Acrescentaram que pretendem provar, com documentos, que o primeiro-ministro Mehdi Bazargã “é cúmplice dos Estados Unidos”. Em Nova York, enquanto isso, 30 estudantes da Associação dos Estudantes Muçulmanos dos Estados Unidos e Canadá também tomaram a parte superior da estátua da Liberdade, algemando-se à coroa da estátua, e exigem a extradição de Pahlevi (FSP, 05/11/1979).

Os meses de novembro e dezembro de 1979 não tiveram grandes mudanças no panorama da negociação. Em princípio, Khomeini e a cúpula xiita instalada no poder declaravam não terem sido os mandantes das ações promovidas pelos estudantes na embaixada. Contudo, nunca se opuseram aos atos praticados pelos jovens iranianos, entendendo que estes estavam cumprindo com os rumos da revolução, punindo aqueles que contrariavam o que se pretendia para o Irã pós-xá.

A tomada de reféns na embaixada, logo após o ex-xá receber permissão para entrar nos Estados Unidos para tratar um câncer, foi largamente usada

para manipular a opinião pública norte-americana. A operação Ajax de 1953 não era conhecida, ou era considerada mais uma das várias invenções oriundas das teorias da conspiração que surgem de tempos em tempos sobre determinado fato. Ao protestarem contra a entrada do xá nos Estados Unidos, os estudantes iranianos temiam uma repetição da Operação Ajax para conduzi-lo novamente ao poder (COGIOLLA, 2008, p. 84).

Em se tratando de opinião pública nos Estados Unidos, já que estamos tratando de periódicos, Andrew Patrick Traumann (2016), em seu estudo sobre as relações entre EUA e Irã entre 1953-1980, reflete:

Para o norte-americano médio, o cerco à embaixada dos EUA em Teerã foi simplesmente um ato criminoso comum, já que seu país “nada havia feito para que tal ato se justificasse.” Mas a realidade, como sabemos não é tão simples. Além do apoio dado ao xá e ao golpe de 1953, os EUA haviam mandado o general Huyser ao Irã para analisar a situação e em último caso apoiar um golpe contra uma Revolução que contou com o apoio da esmagadora maioria da população. E isto nem era de conhecimento dos iranianos na época. A questão dos reféns se tornou uma cicatriz aberta que é lembrada toda vez que Irã e EUA se encontram no palco das Relações Internacionais. Para este cidadão médio o fato de a maior potência mundial ter sido humilhada por um país pobre como o Irã, observando impotente o sequestro de cinquenta e dois de seus cidadãos durante mais de um ano é inaceitável. Já o iraniano médio não esquece toda a interferência norte-americana nos rumos de seu país desde 1953, que afetou indelevelmente a história iraniana (TRAUMANN, 2016, p. 97).

Ao longo de todo o ano de 1980 as reportagens sobre o Irã e a questão da crise dos reféns continuaram. A investida estadunidense de resolução da crise foi através da Organização das Nações Unidas, além da tentativa de enviar diplomatas ao Irã. Na política iraniana, o país vivia o momento da escolha do primeiro presidente eleito após a revolução. Nos Estados Unidos também estava ocorrendo a corrida presidencial. Carter, mesmo pressionado, venceu as eleições distritais para ser o candidato democrata e tentar a reeleição. O petróleo também é assunto das reportagens, sendo que o Irã continuava figurando como o país que não estava disposto a negociar. O fato dos Estados Unidos não aceitar deportar o ex-xá para o Irã não é mencionado.

Tabela 10 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em janeiro de 1980.

DATA	TÍTULO
01/01/1980	ONU dá 7 dias de prazo ao Irã
02/01/1980	No Irã, protesto contra a URSS
03/01/1980	Os EUA convocam seu embaixador em Moscou
04/01/1980	A missão de Waldheim em Teerã malogra
05/01/1980	Pedido no Irã o julgamento de diplomata
06/01/1980	Aiatolá rival de Khomeini resolve aderir
07/01/1980	Terroristas matam líder khomeinista
08/01/1980	Khomeini deixa política de lado por quinze dias
09/01/1980	O aiatolá nº 2 tenta conter os choques no Irã
10/01/1980	Agrava-se no Irã a “guerra dos aiatolás”
11/01/1980	URSS vetará toda sanção contra o Irã
12/01/1980	Irã revidará ao bloqueio com a guerra
13/01/1980	Com proposta do Irã, ONU reabre debate
16/01/1980	Os jornalistas dos EUA obrigados a sair até 6ª
17/01/1980	O Irã cortará seu petróleo a quem apoiar o bloqueio
22/01/1980	Carter apela ao Irã pela reconciliação
23/01/1980	Carter vence Kennedy no turno inicial
24/01/1980	Anunciada a prisão do ex-xá Nota de urgência – Khomeini hospitalizado em Teerã
25/01/1980	Os iranianos elegem hoje o presidente
26/01/1980	Irã escolhe seu presidente em pleito tranquilo
27/01/1980	Bani Sadr já é o virtual eleito no Irã

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

No tocante à negociação sobre os reféns, Carter fazia apelos tanto à ONU quanto ao Irã. A manutenção de sensatez e equilíbrio diplomático estadunidense, em contrariedade à falta de diplomacia iraniana, é elemento constante nas reportagens. Com o contexto conturbado que a crise gerava, na reportagem do dia 08 de janeiro de 1980, segundo o jornal, Khomeini deixava “a política de lado” por um período de 15 dias. Nessa reportagem, o secretário geral da ONU, Kurt Waldheim afirmou, em relatório apresentado para a instituição internacional, que a missão oficial em Teerã foi falha, visto que “atualmente as autoridades do Irã não estão dispostas a atender aos apelos da Comunidade Internacional para a imediata libertação dos reféns norte-americanos” (FSP, 08/01/1980, p. 8).

Tabela 11 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em fevereiro e março de 1980.

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>
02/02/1980	Comemorado o 1º ano da volta de Khomeini ao Irã
03/02/1980	Nova esperança para os reféns. O Irã negociará com uma comissão dos EUA
04/02/1980	Libertação dos reféns só com “nova atitude”
05/02/1980	Washington não crê em mudanças no Irã
07/02/1980	Irã vai libertar os reféns. O novo presidente censura militantes
09/02/1980	Teerã já fala em desalojar os militantes
10/02/1980	Tropas soviéticas na fronteira do Irã, dizem EUA
11/02/1980	Russos no Irã “não passa de calúnias”
12/02/1980	O Irã desiste de exigir o ex-xá pelos 50 reféns
14/02/1980	Carter aceita julgamento de “crimes do xá”
15/02/1980	ONU forma comissão que julgará o xá
16/02/1980	Formada a comissão sobre o xá
19/02/1980	Teerã aprova os nomes que vão julgar o ex-xá
24/02/1980	Até abril, o Irã não vai soltar reféns
03/03/1980	Irã distribui terras do xá aos camponeses
04/03/1980	O Irã permite que comissão veja os reféns
07/03/1980	Governo do Irã fica com reféns. Após quatro meses, os estudantes islamitas decidem desocupar a embaixada dos EUA
08/03/1980	Reféns americanos em lugar secreto
09/03/1980	Recuo no Irã ameaça os reféns. Os estudantes negam-se a entregá-los ao governo
10/03/1980	Governo do Irã reage contra os estudantes
11/03/1980	No Irã, Khomeini faz nova exigência
12/03/1980	Comissão sai do Irã e não vê reféns
14/03/1980	Irã elege hoje 1º Parlamento após revolução
15/03/1980	Os iranianos vão às urnas maciçamente
16/03/1980	No Irã, Sadr deixa a crise ao Parlamento
24/03/1980	Ex-xá do Irã deixa o Panamá. Egito, o destino provável de Pahlevi
30/03/1980	Desmentida a mensagem de Carter a Khomeini
31/03/1980	Mensagem de Carter ao Irã é confirmada

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo

Tabela 12 - Reportagens de capa da FSP sobre a tomada da embaixada em abril de 1980.

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>
02/04/1980	O Irã repele o ultimato de Washington
04/04/1980	Teerã aguarda posição clara de Washington
06/04/1980	Estudantes do Irã poderão ceder reféns
07/04/1980	EUA decidem novas sanções contra o Irã
08/04/1980	Carter ordena o rompimento total com Irã
09/04/1980	Irã pune com corte de óleo apoio a EUA
10/04/1980	Irã e Iraque a um passo da guerra aberta

DATA	TÍTULO
11/04/1980	Carter ameaça Irã e critica países aliados
11/04/1980	Brasil teme a guerra no Golfo Pérsico
12/04/1980	Combates entre Irã e Iraque duram 8 horas
13/04/1980	Irã abre a embaixada à Cruz Vermelha
14/04/1980	Carter aumenta pressão sobre seus aliados
17/04/1980	EUA adotarão novas sanções contra Teerã
18/04/1980	Carter ameaça o Irã, agora com uma ação militar
19/04/1980	EUA ameaçam com minas os portos do Irã
20/04/1980	O chanceler do Irã faz viagem secreta a Paris
21/04/1980	Carter quis um golpe no Irã, em 79
23/04/1980	A CEE concorda na aplicação de sanções ao Irã
24/04/1980	Carter está decepcionado com europeus
25/04/1980	Irã ameaça cortar todo o petróleo
26/04/1980	Malogra operação-resgate no Irã. Os EUA perdem oito homens, dois helicópteros e um Hércules na acidentada tentativa de resgatar os reféns...
27/04/1980	Irã transfere os reféns para locais secretos. Precaução contra nova tentativa de resgate
28/04/1980	Possível nova ação dos EUA contra o Irã
29/04/1980	Operação-resgate faz Cyrus Vance renunciar. Secretário de Estado era contra decisão de Carter de agir no Irã
30/04/1980	Incidente aéreo agrava tensão entre EUA e Irã

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Em meio à crise diplomática iraniana, os Estados Unidos viviam o período eleitoral para presidência da república. Jimmy Carter, então presidente estadunidense, era cada vez mais pressionado pela oposição, os republicanos, a tomar medidas severas contra o Irã, principalmente no caso de uma possível intervenção militar naquele país. Khomeini teria advertido, nos primeiros meses da ocupação da embaixada, que qualquer tentativa de resgate que não fosse via diplomática, como, por exemplo, uma invasão militar estadunidense, seria revertida no “justiçamento” dos reféns, ou seja, o governo iraniano não iria permitir que os Estados Unidos infringissem a soberania iraniana.

À medida que o tempo passava, sem avançar nas negociações e vendo sua candidatura perder cada vez mais visibilidade junto ao eleitorado e a opinião pública estadunidense, além das pressões dos congressistas republicanos, Carter autorizou, em 24 de abril de 1980, uma operação secreta de resgate aos reféns. Batizada de Operação *Eagle Claw* (Garra de Águia), tinha como objetivo pôr fim à crise diplomática resgatando os 52 reféns da embaixada. A operação foi realizada

contando com forte aparato militar: seis helicópteros *Tiger* e um avião *Hércules* para o resgate, além de militares treinados para esse tipo de ação.

Contudo, o que era para resolver o problema o tornou ainda maior. O plano de resgate dos reféns foi um verdadeiro desastre, digno das produções de Hollywood. Ao se aproximar de um ponto estratégico, antes de adentrar no espaço aéreo iraniano, dois dos três helicópteros das forças de resgate chocaram-se em virtude de uma tempestade de areia. O acidente resultou na morte de 8 soldados estadunidenses e uma das maiores humilhações militares da história dos Estados Unidos. Chamado de “fiasco americano” a operação *Eagle Claw*, decretou o colapso do governo Jimmy Carter e abriu as portas para seu adversário nas urnas, Ronald Reagan, explorar o fato em seu favor.

Figura 10 - Capa da *Folha de S. Paulo*, dia 26 de abril de 1980



Fonte: acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7121&anchor=4270416&origem=busca>. Acesso em 03 jul. 2020, às 15h19min.

Ocupando metade da capa do jornal, a edição nº. 18.651, datada de 26 de abril de 1980, apresentava a reportagem com o título: “Malogra operação-resgate no Irã”. Na sequência, o resumo explicava as perdas das forças militares

estadunidenses, tanto humanas quanto bélicas e afirmava que Carter assumia “toda a responsabilidade pela ação” (FSP, 26/04/80). Completando a capa, havia três imagens: um mapa explicando a operação de resgate, outra com Carter em uma emissora de TV assumindo a culpa, conforme a legenda presente na foto e, a terceira, em maior plano, um grupo de iranianos em frente ao portão da embaixada com a seguinte legenda: “diante dos portões da embaixada norte-americana em Teerã, uma multidão festeja o malogro do resgate, gritando ‘slogans’ contra os Estados Unidos e Carter”. Por fim, ainda na capa, o colunista Paulo Francis fazia sua análise sobre o assunto. Interessante ressaltar que foi a primeira reportagem desde o início dessa análise, ou seja, janeiro de 1979, que tantos recursos (imagem, box explicativo e colunista) estão juntos em uma mesma capa e sobre o mesmo assunto. Na reportagem interna, outros cinco colunistas internacionais davam cobertura sobre os eventos da frustrada tentativa de resgate dos reféns no Irã pelas forças militares estadunidenses.

Comparada com a reportagem que anunciou a tomada da embaixada pela primeira vez em 05 de novembro de 1979, a edição que reportou a tentativa de resgate aos reféns foi significativamente mais detalhista. Além da capa e dos elementos textuais e imagéticos já referidos, foram dedicadas 3 páginas inteiras da seção Internacional (Exterior) para tratar do assunto, além de 6 correspondentes internacionais do jornal: Paulo Francis (Nova Iorque); Pedro Del Picchia (Roma); Osvaldo Pereira (Tóquio); J. B. Natali (París); Mauro Santayana (Madrid) e Cláudio Abramo (Londres).

Com relação ao Brasil, na reportagem interna, com o subtítulo: “Brasília não foi informada”, o Ministro das Relações Internacionais do Brasil, Saraiva Guerreiro, através do porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pericás, relatou que o Brasil não havia recebido nenhuma informação do governo estadunidense, apenas sendo informado pela embaixada brasileira em Washington, através do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Azeredo da Silveira, o qual teria comunicado ao Itamaraty “o estado de choque em que se encontra a nação norte-americana, e dando um quadro amplo da situação naquela capital” (FSP, 26/04/1980, p. 7). Contudo, tal “quadro amplo da situação” anunciado na reportagem não é apresentado na íntegra pelo jornal. Segundo a *Folha*: “o presidente Jimmy Carter num dramático pronunciamento à nação assumiu toda a responsabilidade pela missão, afirmando que ela não tinha

por finalidade invadir o Irã, mas foi planejada com fins humanitários, ou seja, apenas resgatar os reféns” (FSP, 26/04/1980, p. 6).

O tratamento ao se referir aos líderes de cada nação também pode ser observado. Khomeini é normalmente representado com ataques, não diretamente, mas indiretamente como: inflexível, insensível, intransigente, irracional, fanático religioso etc. Quando se trata de Carter, o tom é de conciliador, humano, flexível, negociador, e, neste caso, reconhecedor de seus erros. O jornal lembrou que Carter violou leis estadunidenses ao não informar ou solicitar permissão do Congresso Nacional para uso das forças armadas:

Carter também violou claramente a “War Powers Act”, lei americana de 1973, que proíbe ao presidente o uso de força armada sem anuência prévia do Congresso Nacional, exceto em emergências como a um ataque surpresa (que ainda assim, a resposta presidencial, precisa ser justificada ao Congresso dentro de 60 dias). Depois de uma conversa de duas horas com Carter, em nome da honra nacional, maioria dos críticos parlamentares decidiu suspender (temporariamente) as pressões que o presidente sofrerá assim que forem afeitos os danos (FSP, 26/04/80, p. 6).

Apesar de violar regras constitucionais, Carter demonstrou aos congressistas que fazia isso em nome da nação e por razões, no entendimento do presidente, humanitárias, ou seja, neste caso o resgate dos reféns. Além disso, o Congresso estadunidense, como mencionado pela reportagem, reconhecia que estava pressionando o presidente e que “temporariamente” iria relaxar as cobranças que pediam a resolução imediata da crise.

#### 4.2 O fim da crise dos reféns

Em janeiro de 1981, a crise parecia caminhar para uma resolução. Após um longo período de negociações, tanto o Irã quanto os Estados Unidos mostravam-se desgastados com a manutenção do impasse, sobretudo do lado iraniano, uma vez que a opinião pública internacional cobrava respostas do governo de Teerã, além do fato do ex-xá Reza Pahlavi ter falecido em outubro de 1980 no Caíro. O que restava de reivindicações dos iranianos para libertação dos reféns eram os frutos da espoliação promovida pelo ex-monarca iraniano ao longo de quatro décadas e meia que estavam depositados em bancos na Europa e nos Estados Unidos.

No dia 04 de janeiro, em reportagem de capa, o jornal *Clarín* anunciava que o Irã não negociaria com Carter. Segundo o periódico, anunciado pela rádio oficial do governo, as negociações estavam “bloqueadas” até a posse de Ronald Reagan, no dia 20 de janeiro, e mediante o pagamento de 24 milhões de dólares. Além disso, havia uma nova ameaça de julgamento dos reféns caso as exigências não fossem cumpridas.

Figura 11 - Capa de *Clarín*, dia 04 de janeiro de 1981



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Na seção Internacional, *Clarín* trazia como título da reportagem de capa: “Afirmam en Teherán que Ronald Reagan heredará la crisis de los rehenes”. Segundo a reportagem, um porta-voz do governo anunciava via rádio oficial do governo que a situação dos reféns seria novamente negociada apenas com a posse de Reagan. A mudança se dava, principalmente, pelo fato de as negociações não terem avançado no período em que Carter estava presidente. Somado a isso, segundo o governo iraniano, com a derrota nas eleições ocorridas em novembro de 1980, Carter não teria mais legitimidade frente ao governo. Sendo assim, seria inútil negociar com um presidente que não representaria mais a nação estadunidense. Dessa forma, apenas com a posse do novo presidente, novas possibilidades de

resolução seriam aceitas. Utilizando, como de costume, as agências de notícias internacionais, *Clarín* noticiava a situação da seguinte forma:

Washington e Teherán, 3 (AFP, AP, L-R y UPI). Radio Teherán modificó sustancialmente su posición moderada de los últimos días y hoy afirmó que la cuestión de los 52 rehenes norteamericanos “permanecerá bloqueada” hasta que asuma el presidente electo de EE.UU., Ronald Reagan. El abrupto viraje en el análisis del delicado problema en la emisora estatal tendría directa vinculación con las permanentes fricciones entre las corrientes moderadas y extremistas dentro del seno del gobierno revolucionario. El comentario insistió en varios pasajes que no habrá “más misericordia” para los cautivos, y adelantó que el juicio a los “espías” mostrará “la fea cara del imperialismo estadounidense y demostrará la legitimidad de los reclamos de Irán” (CLARIN, 04/01/1981, p. 14).

As passagens entre aspas e destacadas são excertos da fala do porta-voz iraniano em locução na rádio. Dessa maneira, o jornal procurava deixar claro o lugar de discurso que ocupava o Irã e o periódico. Contudo, ao recortar trechos da fala dos iranianos, o jornal estava se posicionando de igual forma, deixando claro sua opinião acerca dos eventos. Elementos discursivos como o fato de classificar os funcionários da embaixada como espiões e o antiamericanismo ou ódio ao imperialismo estadunidense são comumente repetidos. Assim, os aspectos de intransigência iraniana, violência e ódio incondicional aos Estados Unidos são reforçados seguidamente. Outro elemento alegado para a mudança de posicionamento iraniano, que há pouco estava inclinado a liberar os reféns e repentinamente teria mudado de ideia, seriam disputas internas entre grupos moderados e conservadores do próprio governo de Teerã, porém não é explicado que divergências seriam essas.

A *Folha*, em 04 de janeiro de 1981, trazia na capa uma pequena nota intitulada: “Teerã rejeita o prazo para soltar os reféns”. Assim como a notícia apresentada pelo *Clarín*, a notícia da rádio é praticamente repetida, com o reforço da iminência de julgamento dos reféns por espionagem. Além disso, o jornal reforçava o tom agressivo utilizando a rádio estatal, sendo que os iranianos teriam tirado do ar um “informe mais conciliatório” que procurava demonstrar certo diálogo de entendimento por parte do governo de Teerã.

A rádio Teerã disse ontem que é “totalmente improvável” que os 52 reféns norte-americanos sejam libertados antes da posse do presidente eleito, dos EUA, Ronald Reagan, no próximo dia 20, e voltou a advertir que eles

poderão ser julgados como espiões. O duro comentário foi divulgado pouco depois de ter sido retirado do ar um informe mais conciliatório, sobre o andamento das negociações para a libertação dos reféns, presos desde novembro de 1979 (FSP, 04/01/81).

Na sequência, em 7 de janeiro, *Clarín* estampava na capa o título: “EE.UU.: según la CBS, Irán aceptó el plan para liberar rehenes”. Três dias após afirmar que as negociações estavam interrompidas, bloqueadas, a notícia era de aceitação na libertação dos reféns. O que teria mudado em tão poucos dias para o discurso seguir outro caminho? Ao que indica o periódico argentino, a questão era puramente financeira. O governo iraniano, segundo o jornal, teria exigido a quantia de 24 milhões de dólares para soltar os 52 reféns. Contudo, a Casa Branca negociava para baixar esse valor. Em uma proposta inicial, os Estados Unidos teria ofertado, entre 8 e 12 milhões, um valor irrisório para os iranianos, segundo a reportagem:

Iran habia exigido que Estados Unidos depositase en un banco argelino unos 24 millones de dólares, pero la Casa Blanca solo ofreció el depósito de una cantidad indeterminada, que se calcula entre 8 y 12 mil millones, muy por debajo de la cifra solicitada por el gobierno Irani. La mencionada cadena de television indicó que Irán se manifiesta dispuesto a aceptar las cifras norteamericanas “en el marco de todos los elementos que acompañan las propuestas para la resolución de la crisis (CLARÍN, 07/01/81, p. 19).

O elemento que chama atenção nessa edição é que em nenhum momento foram consultadas fontes ou versões vindas do Irã, apenas as falas e posições do governo estadunidense, anunciadas pela cadeia de televisão CBS. No tocante às autoridades, quanto ao Irã, Khomeini é sempre o centro das atenções, enquanto nos Estados Unidos, nessa edição, o porta-voz da Casa Branca e secretário de imprensa, Jody Powell, é o condutor das falas. Enquanto a cadeia televisiva estadunidense colocava como certa a negociação ou, muito próxima de um desfecho favorável ao fim da crise, o próprio Powell falava em “atenuar o excesso de otimismo”, para que não houvesse frustrações caso o acordo não fosse concretizado.

Jody Powell, secretário de Prensa de la Casa Blanca, declaró esta noche em Washignton, que “no hay una base de seguridad” para saber cuál será el contenido de la respuesta Irani a las últimas propuestas norteamericanas para la liberación de los rehenes. En una declaración de urgência, efectuada trás el anuncio periodístico de que Irán aceptó en principio liberar

a los rehenes, Powell señaló que es aún “demasiado pronto para saber cómo terminarán las actuales negociaciones” (CLARÍN 07/01/81, p. 19).

A questão da negociação pelos reféns é claramente tratada pelo jornal de forma unilateral, uma vez que o periódico apresenta a posição estadunidense, tanto como vítimas quanto como negociadores: racionais, flexíveis, humanos, ao contrário do Irã. Além disso, nas entrelinhas da citação acima, o jornal endossa a fala das autoridades norte-americanas de que a palavra dos iranianos não é confiável. A mediação da negociação entre Irã e Estados Unidos estava sendo feita pela Argélia e na edição seguinte, no dia 08 de janeiro, *Clarín* enfatizava que essa mediação era um “passo a mais” na escalada da crise. Ou seja, não seria possível negociar diretamente com o Irã, mas sim, através de um país intermediário.

Na capa do dia 09 de janeiro, *Clarín* estampava a seguinte notícia: “Reagan respetará los pactos con Irán”. A reportagem explicava que o presidente eleito dos Estados Unidos não mudaria os rumos do processo de negociação já adotado por Jimmy Carter, antes, cumpriria com os acordos já firmados. Essa questão se deve por toda a especulação de Reagan ser menos flexível do que Carter, sendo visto como um presidente que não mediria esforços, mesmo militares, para resolver a crise. Aparecendo em uma foto junto com aquele que seria seu futuro chefe do Departamento de Estado, espécie de ministro da Casa Civil, Reagan dizia, segundo o resumo da manchete: “Não assinaria um cheque em branco” para a devolução dos reféns, sendo que essa atitude “preservava a honra dos Estados Unidos”.

Na sequência dos fatos, mais precisamente em 12 de janeiro, a notícia da seção Internacional do jornal argentino dizia que os Estados Unidos tinham sinalizado com uma proposta de 10 milhões de dólares pelos reféns. A cifra seria calculada com base nos bens congelados do ex-xá Reza Pahlavi em bancos estadunidenses.

La propuesta norteamericana ofrecería entregar por intermedio de Argelia 5.500 millones de dólares una vez que los cautivos hayan sido puestos en manos de las autoridades argelinas. En los días siguientes serían desbloqueadas 1.500 millones que se hallan en posesión de bancos norteamericanos en el extranjero. El saldo, o sea otros 2.500 millones de dolares, sería desbloqueado por Washington a cambio de que Teherán aceptara que los litigios judiciales pendientes fueran resueltos por una instancia internacional, en lugar de los tribunales norteamericanos (CLARÍN, 12/01/81, p. 20).

Além de barganhar pela vida dos reféns, o governo estadunidense, que sempre alega proteger seus compatriotas, estava parcelando os valores do resgate. Contudo, o periódico não analisa esse aspecto e novamente reforça que as iniciativas de resolução partem dos Estados Unidos. Por fim, as questões de litígios internacionais, as quais eram possivelmente desfavoráveis aos Estados Unidos, tendo em vista a possibilidade da formação de um júri internacional, tornava o contexto favorável e oportuno para barganha estadunidense, concomitante ao da vida dos cidadãos americanos.

Em 16 de janeiro, na seção Internacional, *Clarín* trazia como título “Ultimátum de Teherán a Washington: exige el desbloqueo de sus fondos”. Através de um documento oficial entregue aos representantes argelinos, mediadores das negociações entre Estados Unidos e Irã, o governo de Teerã exigia que o governo estadunidense liberasse os fundos financeiros depositados nos bancos argelinos. Esses fundos que estavam congelados em bancos americanos e que faziam parte da fortuna de Mohammad Reza Pahlavi teriam sido transferidos para Argel, aguardando apenas para selarem o acordo e o fim da crise dos reféns.

Irán entregó hoy su contestación a las propuestas norteamericanas para superar la crisis de los rehenes, pero amenazó con dar por terminadas las gestiones si Washington no comienza inmediatamente a transferir valores iraníes bloqueados al Banco Central de Argelia. Un vocero del Departamento de Estado señaló que la respuesta de Irán es “sustantiva” pero acotó que requiere un “estudio minucioso e intenso” (CLARÍN, 14/01/20, p. 20).

Dois dias após o parlamento iraniano, o Majilis, votar um projeto de lei que autorizava o governo da República Islâmica a recorrer ao tribunal internacional para requerer os títulos financeiros do ex-xá Mohammad Reza Pahlavi, o Irã lançava seu ultimato aos Estados Unidos para não ter que recorrer à corte internacional. Enquanto o jornal assinalava que o Irã ameaçava acabar com os “esforços” caso Washington não colaborasse, por parte dos Estados Unidos, Warrem Christopher, porta-voz da Casa Branca e líder das negociações em Argel, ponderava que a proposta iraniana era “substantiva”, mas que precisava ser estudada minuciosamente. Segundo o periódico, nas palavras do Nabavi:

Si la acción no es adoptada en tal sentido antes de que termine el día laboral de hoy, las condiciones cambiarán drásticamente. Deseamos

solucionar el problema de los rehenes en los próximos dos o tres días, mediante el acuerdo y la liberación, o mediante el juicio (CLARÍN, 14/01/20, p. 20).

No último parágrafo dessa reportagem, com o subtítulo de: “A amenaza irani”, através do chefe nomeado pelo governo iraniano para as negociações, Behzar Nabavi, o periódico voltava a reforçar que o governo de Teerã daria por terminadas as negociações se o governo estadunidense não cumprisse com as exigências iranianas, desbloqueando os fundos em um prazo máximo de 24 horas. A resolução se daria, segundo o porta-voz iraniano, em dois ou três, seja pela negociação, seja por julgamento.

Importante observar que nessa edição, como em outras, o periódico argentino abre e fecha a notícia com ameaças iranianas e com ponderações ou análises centradas na razão estadunidense. É constante a imagem ou representação da intolerância iraniana e da capacidade diplomática dos Estados Unidos. Como nas produções holywoodianas, a vítima (Estados Unidos), sofre com as exigências do vilão (Irã). Os recursos financeiros do ex-xá, expropriações, por assim dizer, do tesouro nacional iraniano, desviado para paraísos fiscais, não são debatidos e, quando aparecem, são tratados como elementos secundários, insignificantes, mesmo que não justificassem a manutenção dos funcionários da embaixada estadunidense como cativos.

Algumas questões ficam sem explicação, por exemplo: o que esperava o governo de Washington para desbloquear, de uma vez por todas, os títulos congelados e aceitar as exigências iranianas? Seria o “primeiro mandamento” do governo dos Estados Unidos: “não negociamos com terroristas” ou a proximidade da sucessão presidencial, com a troca de Carter por Reagan?

A *Folha*, em edição do dia 17 de janeiro, trazia como título da capa: “Irã pronto para soltar os reféns”. Logo abaixo, a imagem era do responsável pelas negociações estadunidenses junto ao governo iraniano, Warren Christopher, que segundo a legenda “chegava à embaixada dos EUA na Argélia para discutir os detalhes da libertação”. Ao lado da imagem, o colunista Paulo Francis fazia sua análise dos fatos de provável liberação dos reféns estadunidenses. Crítico, como de costume, não poupou sua opinião aos banqueiros, tanto europeus quanto dos Estados Unidos, responsáveis pelo congelamento do dinheiro iraniano e uma das

reivindicações do governo de Teerã para a libertação dos reféns e resolução da crise.

O que se negocia quando escrevo (6 horas da noite, hora de Brasília, e 10 da noite em Teerã) é o dinheiro iraniano depositado em bancos americanos nos EUA e na Europa Ocidental, também congelado e entre 4 a 7 bilhões, mais uma vez dependendo da fonte. Os banqueiros são um dos entraves. O dinheiro não é deles. É iraniano. Vários bancos, a exemplo do Chase, que confiscou 500 milhões de dólares iranianos em Nova York, agiram com discutível legalidade ao receber a ordem legal de congelamento. Em resumo, se apropriaram do dinheiro, o que não é congelamento, alegando vencimento de empréstimos. [...] Conhecendo este país, é presumível que Carter, via Departamento de Estado, tenha prometido “reembolsar” os bancos no futuro, com dinheiro do contribuinte americano. Este aceitara o engodo, o golpe, já que está sendo levado às raias da loucura pelo emocionalismo de inúmeras estações de TV (FSP, 17/01/81, p. 1).

Figura 12 - Capa da FSP no dia 17 de janeiro de 1981

**FOLHA DE S. PAULO**  
 São Paulo, sábado, 17 de janeiro de 1981 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 59 • N.º 18.917 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 30,00

**Irã pronto para soltar reféns**

*Paulo Francis, de Nova York*

Está tudo pronto para que os reféns americanos, que ontem completaram 443 dias de cativeiro, sejam levados a Wiesbaden, na Alemanha Ocidental, onde serão "preparados" por psiquiatras e outros agentes do governo dos EUA para reintegrarem no pandemônio jornalístico à espera deles no mundo inteiro. E é provável que Carter vá à Europa buscá-los.

Está tudo pronto quanto aos iranianos. Desistiram, ao menos como expectativa prática e realista, de recuperar o saque do ex-cá e família. Já têm a garantia verbal dos EUA de não interferência nos assuntos deles. Nada vale, claro, mas que mais poderiam esperar? E já têm garantidos 1 bilhão em ouro (transferido para um banco em Londres, ontem) e 1,2 bilhão ou 1,5 bilhão, dependendo de com quem se fale, de notas do Tesouro, tudo isso congelado por Carter quando da tomada dos reféns em novembro de 1979.

O que se negocia quando escrevo 6 horas da noite, hora de Brasília, e 10 da noite em Teerã é o dinheiro iraniano depositado em bancos americanos nos EUA e na Europa Ocidental, também congelado e entre 4 a 7 bilhões, mais uma vez dependendo da fonte. Os banqueiros são um dos entraves. O dinheiro não é deles. É iraniano. Vários bancos, a exemplo do Chase, que confiscou 500 milhões de dólares iranianos em Nova York, agiram com discutível legalidade ao receber a ordem legal de congelamento. Em resumo, se apropriaram do dinheiro, o que não é congelamento, alegando vencimento de empréstimos. [...] Conhecendo este país, é presumível que Carter, via Departamento de Estado, tenha prometido "reembolsar" os bancos no futuro, com dinheiro do contribuinte americano. Este aceitara o engodo, o golpe, já que está sendo levado às raias da loucura pelo emocionalismo de inúmeras estações de TV (FSP, 17/01/81, p. 1).

**Sem Walesa, os poloneses fazem greve**

Vários movimentos grevistas eclodiram ontem na Polônia, apesar da ausência de Lech Walesa e dos principais líderes sindicais da "Solidariedade", que se encontram em Roma há quatro dias.

Em Varsóvia, os trabalhadores municipais dos transportes pararam por quatro horas, em apoio à semana de cinco dias, enquanto na cidade de Mielec (250 km da capital) 26 mil trabalhadores de uma grande fábrica de aviões fizeram greve de duas horas.

No Sul do país, em Legnica, operários de 270 empresas também fizeram greve de quatro horas, em solidariedade às reivindicações dos

**Os candidatos e suas prioridades**

As prioridades administrativas dos nove candidatos potenciais às eleições de 1981 para o governo do Estado de São Paulo serão apresentadas na edição de amanhã da "Folha". Os nove candidatos entrevistados são o ex-governador Luado Natel, o prefeito de São Paulo, Rinaldo de Barros, o deputado Ademir de Barros Filho, e o vice-governador José Maria Marín, pelo PSD; os senadores Franco Montoro e Orestes Quercia, pelo PMDB; e ex-presidente Jânio Quadros, pelo PTB; e

Fonte: Acervo digital da *Folha de S. Paulo*, disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7559&anchor=4303125&origem=busca&originURL=&pd=8cb88512f2fc505faf0a8a27436d8709> acesso em 20 de agosto de 2020.

Como já destacado em outros momentos, Francis destoava do posicionamento do jornal, uma vez que não deixava de criticar a posição dos Estados Unidos na resolução da crise. Num país onde o governo dizia-se sempre preocupado com os cidadãos estadunidenses presos no Irã, via seus bancos ou banqueiros não compartilhando da mesma preocupação, ao que parece. Contudo, apenas Paulo Francis fazia tais apontamentos. Exemplificando, o jornalista traz a

questão do JP Morgan Chase & Co<sup>46</sup>, uma dos maiores agências financeiras de Nova Iorque até hoje.

A edição 12.536, de 18 de janeiro de 1981, trazia na capa do jornal *Clarín*, com destaque, o título: “Nuevos Reclamos de Irán a EE.UU”.

Figura 13 - Capa de jornal *Clarín*, dia 18 de janeiro de 1981



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Na imagem da capa, o articulador da Casa Branca nas negociações com o Irã, Warren Christopher, aparece na embaixada dos Estados Unidos na Argélia. Na legenda, o jornal dizia que: “apesar da nova reivindicação iraniana, Christopher não escondeu seu otimismo sobre a libertação antecipada dos reféns”. Porém, apesar de anunciar, tanto no título quanto na legenda, o periódico não especifica qual é a nova exigência, deixando em suspense para o conteúdo interno. Mesmo assim, título, imagem e legenda reforçam duas questões emblemáticas: a manutenção iraniana de fazer exigências e não liberar os reféns e o otimismo estadunidense na resolução da crise.

O resumo da reportagem interna foi assim apresentado:

<sup>46</sup>A JPMorgan Chase & Co., uma sociedade gestora de participações sociais incorporada sob a lei de Delaware em 1678 e sediada em Nova Iorque, é a instituição líder mundial em serviços financeiros e a terceira maior empresa do mundo. Possui 2.3 trilhões de USD em ativos, fruto de margens de lucro obtida a partir dos investimentos dos acionistas. Atualmente, a firma opera em mais de 100 países. É conhecida por financiar o milionário torneio de tênis US Open.

Irán reclamó mayores precisiones en la propuesta norteamericana de desafectar 2500 millones de dólares embargados a cambio de la libertad de los rehenes. Ese anticipo no satisface a Teherán "hasta que no se haya llegado a un acuerdo final y recibido la respuesta pertinente a todas nuestras condiciones, no se puede fijar una fecha para liberarlos", dijo un portavoz del premier iraní. Se mantiene el optimismo. Numerosos periodistas están apostados en Argel en espera de los 52 norteamericanos. Médicos argelinos y la máquina que los condujo están en Teherán (CLARÍN, 18/01/81, p. 14)

Portanto, de acordo com a reportagem, o Irã exigia maiores esclarecimentos acerca da proposta de descongelamento referente a uma das parcelas propostas, os 2,5 milhões de dólares referentes a uma parte dos 10 milhões previstos. Esse "avanço", como denominou o jornal, não satisfiz os iranianos. Ainda, de acordo com o periódico, citando uma fala do porta-voz do primeiro ministro iraniano, "até que um acordo final tenha sido alcançado e a resposta relevante a todas as nossas condições tenha sido recebida, uma data não pode ser definida para liberar os reféns". Concluía-se, nessa passagem, que o otimismo estadunidense continuava e que um significativo número de jornalistas espera os reféns em Argel, juntamente com equipes médicas para atendê-los.

Na mesma edição, um dos cartunistas de *Clarín*, o uruguaio Hermenegildo Sábat, ilustrava uma charge com o aiatolá Khomeini escutando ou vigiando os reféns atrás de uma porta, enquanto Carter suplicava a libertação oferecendo dinheiro ao líder iraniano e Ronald Reagan aparecia montado em um cavalo com roupa de cowboy, pisando em Carter e tentando laçar, controlar o aiatolá, uma típica cena de seus filmes.

Figura 14 - Charge de Sábat com Khomeini, Carter e Reagan



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

A imagem revela a posição do jornal acerca desses três personagens: Khomeini sendo um vilão, audaz e cruel; Jimmy Carter na posição de negociador frustrado se rebaixando aos iranianos para tentar negociar; e Reagan, o herói que resolveria o problema como um típico cowboy texano, sem medos e com bravura. As botas de Reagan têm o desenho de uma cifra, qual a intenção do cartunista com isso?

A capa do dia 19 de janeiro trazia como concluída a crise dos reféns. Na imagem, o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, avisava Carter sobre o andamento das negociações pelos reféns. Iniciavam-se os preparativos para transferência dos funcionários da embaixada presos por 444 dias. A primeira escala seria na Alemanha ocidental para tratamentos médicos.

Figura 15 - Capa de *Clarín*, dia 19 de janeiro de 1981



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

O anúncio do fim da crise e o acordo entre os países, segundo a reportagem de *Clarín*, teriam ocorrido através da agência de notícias FARS<sup>47</sup>, denominada como agência oficial do governo iraniano. Segundo a notícia, a declaração foi feita pelo porta-voz do governo do Irã, o qual afirmava que o governo de Washington havia concordado com os termos estabelecidos pelo governo da República Islâmica do Irã acerca da libertação dos reféns estadunidenses. Contudo, os detalhes do acordo, segundo o ministro iraniano, só seriam revelados em uma conferência de imprensa

<sup>47</sup> Atualmente conhecida pela sigla ANF. Intitula-se como principal agência de notícias independente do Irã.

que estava marcada para o mesmo dia, ou seja, 19 de janeiro. Na reportagem interna, na seção Internacional, o título: “Llega a su fin la crisis de los rehenes”, fazia um resumo dos últimos episódios de negociações entre Irã e Estados Unidos e os personagens à frente das tratativas, tanto de Washington quanto de Teerã, Christopher Warren e Behzad Nabavi, respectivamente.

Nessa edição, a reportagem reforçava o aparato que esperava os reféns em Frankfurt na Alemanha, desde a ajuda médica até a psicológica. O presidente Carter iria pessoalmente receber os reféns na primeira escala após a libertação. Um grupo de médicos argelinos se deslocou de Argel para Teerã a fim de verificar a saúde dos estadunidenses cativos antes da viagem. As três principais emissoras de TV dos Estados Unidos enviaram equipes para Argel e para a Alemanha ocidental no intuito de cobrir a chegada dos funcionários da embaixada. Enfim, toda a reportagem interna do dia 19 dava conta de atualizar a agenda e os cuidados com os reféns estadunidenses.

No box intitulado: “Christopher el protagonista”, o jornal argentino expressava a importância do funcionário da Casa Branca responsável pelas negociações através dos articuladores argelinos. De acordo com o periódico, o subsecretário de Estado foi uma “figura central das negociações norteamericanas-iranianas” sendo que o próprio presidente Carter reconhecia o “importante papel desempenhado por Christopher”. Ainda, segundo a nota, o presidente Carter “pessoalmente e toda a nação dos Estados Unidos tinham uma dívida com Warren Christopher por seus incansáveis esforços na resolução da crise”. Estava programada, também, a entrega da “medalha da liberdade, a mais alta distinção civil dos Estados Unidos”, concluía a reportagem.

Figura 16 - Capa da *Folha de S. Paulo* no dia 19 de janeiro de 1981



A capa do dia 19, na FSP, tinha como título o anúncio da Casa Branca a respeito do acordo de libertação dos reféns. Sem imagem e com a coluna de Paulo Francis, o jornal informava que era questão de detalhes a resolução da crise. A nota de Francis ainda era o debate do impasse dos bancos. No entanto, segundo o jornalista, o porta-voz da Casa Branca, Jody Powell, dizia que nenhum entrave financeiro iria atrapalhar a negociação entre o Irã e os Estados Unidos. Carter tinha prometido uma coletiva de imprensa para falar do assunto no mesmo dia, fato que não ocorreu. Segundo o jornal, o adiamento da coletiva era porque os técnicos estadunidenses estavam com dificuldades em traduzir o documento de acordo entre os países, uma vez que precisaria traduzir em três línguas: farsi (persa), árabe e inglês. Tinham receio de interpretar mal por uma falha de tradução os elementos do tratado, levando em consideração que o interlocutor era a Argélia.

Outro impasse apontado por Francis era as divergências de discurso entre os negociadores, pelo lado iraniano o primeiro-ministro, Behzad Navabi, afirmava que o acordo estava selado, desmentido pelo vice-presidente estadunidense, Mondale, o qual afirmava que “havia dificuldades quanto à jurisdição que decidiria o que restará da pendenga entre Irã e os bancos dos EUA”. Enquanto os negociadores divergiam, a burocracia atrasava a libertação dos reféns.

Seguindo na mesma linha dos dias anteriores, o jornal *Clarín* trouxe como reportagem de capa o assunto da resolução da crise dos reféns. Nessa edição, em especial, relacionava a questão dos reféns com a posse de Ronald Reagan, o 44º presidente dos Estados Unidos. A capa, em sua totalidade, foi dedicada à questão da posse do novo presidente e ao fim da crise com o Irã. O ex-presidente Carter também aparece sorrindo, em sinal do fim das tensões com o governo de Teerã.

Dos minutos antes de las 5 de la madrugada, hora de Washington, el presidente Carter – ojeroso y fatigado por la vigilia – anunció a sus conciudadanos el acuerdo con Irán para la libertad de los rehenes. Público reconocimiento a los intermediadores argelinos. Los documentos habían sido firmados poco antes, em Argel (CLARÍN, 20/01/20, p. 16).

Assim o jornal resumia a informação da declaração oficial de Jimmy Carter, como um dos últimos atos oficiais como presidente dos Estados Unidos. Após falhar nas negociações ao longo de aproximadamente um ano e meio, além da tentativa frustrada de resgate militar, em abril de 1980, o jornal silenciava esses eventos e

apenas reconhecia os esforços de Carter: “vigilante até a madrugada”, “abatido e cansado”.

Figura 17 - Capa de *Clarín*, dia 20 de janeiro de 1981



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Ainda, a edição dizia que o anúncio oficial tinha sido transmitido a toda nação nos Estados Unidos, porém Carter não teria dado uma data precisa da libertação dos reféns, sendo que só faria isso “cuando nuestros rehenes hayan alcanzado realmente la libertad”.

El anhelado anuncio se produjo al cabo de dos meses y medio de febriles negociaciones con la intermediación de Argelia, y en el 443<sup>o</sup> día de cautivero de los 52 norteamericanos, cuando faltaban apenas 48 horas para la expiración del mandato presidencial de James Carter. El anuncio presidencial puso fin así a una amarga disputa que ensombreció buena parte de la administración demócrata (CLARÍN, 20/01/81, p. 17).

“O tão desejado anúncio” como salientou o periódico, veio após dois meses e meio de negociações, precisamente no 443<sup>o</sup> dia de cativo e 48 horas antes do fim do mandato de Carter. Por fim, a nota dizia que a declaração de Carter colocava fim a uma amarga e difícil disputa “que ofuscou a administração democrata”. Novamente

nenhuma referência ao governo do xá, às relações Estados Unidos e Irã no período monárquico e, muito menos, às ações do governo Carter para dar fim à crise.

Na página 20, uma reportagem dizia que o Irã receberia 500 milhões de dólares em armas como parte do acordo pela libertação dos reféns. Esse valor em armas fazia parte do arsenal do ex-monarca iraniano, montante que estava congelado como patrimônio de Mohammad Reza Pahlavi nos Estados Unidos. As armas, segundo a reportagem, iriam auxiliar o Irã na guerra contra o Iraque, iniciada em outubro de 1980.

La resolución del conflicto de los rehenes norteamericanos en Irán puede provocar un colapso en los precios de las materias primas y del petróleo en el mercado internacional. La caída en los precios de algunos productos y de la cotización de los metales se produjo ante la certeza de que Irán, con sus fondos desbloqueados, genere dólares para comprar grandes cantidades de alimentos y reanude sus exportaciones de petróleo a Estados Unidos y Europa (CLARÍN, 20/01/81, p. 20).

Em um subtítulo, *Clarín* exibia a opinião de dirigentes europeus que se mostravam contrários ao aceite estadunidense acerca da entrega das armas. Na análise dos europeus, se não houvesse tal concessão a guerra poderia terminar mais rápido, uma vez que o Irã não teria forças para continuar o conflito por falta de recursos bélicos. Além disso, salientava que o Irã, a partir de agora, teria que pagar altas taxas se quisesse comprar armas no Ocidente, uma forma de retaliação ocidental ao ato de sequestro dos funcionários da embaixada estadunidense em Teerã.

Por outro lado, alguns analistas europeus temiam e alertavam para uma contra-ofensiva iraniana a essas taxas de armamentos, com a mesma taxa sobre o petróleo iraniano ao Ocidente. Assim, a troca de gentilezas seria inevitável: o Irã elevando o imposto sobre o petróleo em resposta ao aumento dos tributos sobre a importação de armas fabricadas no Ocidente.

Figura 18 - Capa da *Folha de S. Paulo* no dia 20 de janeiro de 1981

**FOLHA DE S. PAULO**  
 Editor Responsável: Boris Casoy • São Paulo, terça-feira, 20 de janeiro de 1981 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 59 • N.º 18.920 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 30,00

## Na última hora, retidos os reféns

### Carter passa hoje o poder a Reagan sem ter resolvido a crise com o Irã

O presidente Jimmy Carter entregará hoje ao meio-dia em Washington (14h em Brasília) o poder a Ronald Reagan provavelmente sem ter conseguido a libertação dos 52 reféns norte-americanos, que continuam ocultos à noite retidos em Teerã, pois as tentativas bancárias de último momento impediam que os dois aviões argentinos os transportassem para fora do país.

Carter sofreu ontem seu último revés nesta crise. De manhã, ele anunciou o desfecho do caso por uma cadeia de rádio e televisão e se preparava para descer-se até a Alemanha Ocidental a fim de receber os reféns e retornar a Washington em tempo de entregar a Presidência a Reagan. A viagem, contudo, foi cancelada e um indício de que a questão pode ser resolvida ainda por alguns dias foi dado com a nomeação, por Reagan, do "governo de crise", que será dirigido pelo futuro secretário de Estado Alexander Haig e tratará da questão dos reféns. Haig anunciou também que Carter, mesmo depois de deixar a Presidência, está convidado para receber os reféns.

Uma das dificuldades bancárias que ontem provocaram o cancelamento da viagem dos aviões é a acusação, feita pelo ministro iraniano Behzad Nabavi, de que os banqueiros norte-americanos introduziram "manobras sub-reptícias" de último momento no acordo concluído pelos dois países. Essas manobras, explicou Nabavi, obrigam o Irã a não reclamar faturamentos cerca de 600 milhões de dólares que permanecerão caucionados nos Estados Unidos. O ministro iraniano, encarregado das negociações na crise dos reféns, manteve uma reunião ontem com o presidente do Banco Central do Irã, Ali Reza Nozari, discutindo as consequências das novas exigências que teriam sido feitas pelos banqueiros norte-americanos.

Contudo, a equipe médica argentina que internou os reféns norte-americanos a exames ontem em Teerã, afirmou que eles partirão "provavelmente amanhã" (hoje). Um assessor de Nabavi, consultado pela UPI por telefone, afirmou também nas últimas horas de ontem que "tudo pode estar terminado a qualquer momento".

Noticiário e comentários de Paulo Frassinetti, Nelson Carlos e Mauro Santayana nas pág. 10 e 11.  
 Uma versão de "Folha" no endereço "Sem notícias" no Página 10.

Fonte: Acervo digital da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7562&anchor=4304087&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20 ago. 2020.

Enquanto *Clarín* afirmava o fim dos impasses entre Irã e Estados Unidos, a capa da *Folha de S. Paulo* datada de 20 de janeiro trazia novidades nada auspiciosas para os estadunidenses. Segundo o jornal brasileiro, os iranianos teriam recuado do acordo por "manobras sub-reptícias", o que na verdade estava associado a problemas técnicos na transferência dos valores dos Estados Unidos para Teerã. Parecendo novamente um enredo de filme holywoodiano, o dinheiro não caiu na conta e os reféns estavam mantidos na embaixada estadunidense. No dia da entrega do poder presidencial, Carter não tinha resolvido a crise, segundo o jornal, sendo que pela manhã o presidente anunciara em cadeia nacional a resolução dos problemas com o Irã. Da Argélia, as informações eram que esse impasse bancário não atrapalharia o retorno dos estadunidenses, marcado para o dia 21 de janeiro.

A capa do dia 21 de janeiro, edição 12.539, trazia como título "Liberaron a los rehenes", ou seja, libertaram os reféns. Logo abaixo, como pode ser observado na imagem, um dos reféns aparece ao lado de dois agentes iranianos, e a legenda informa: "um dos reféns americanos (à direita) chega sob custódia no aeroporto de Teerã para embarcar para a Alemanha. Ali receberá atendimento médico junto com o restante de seus companheiros". Outro elemento importante dessa edição é a atenção dada pelo jornal ao assunto da libertação dos reféns: são três páginas

inteiras. Na verdade, toda a seção Internacional foi dedicada ao assunto. Ainda na capa, o conteúdo é dividido com a posse de Ronald Reagan, tendo como título “Negociaremos la paz” dijo Reagan al asumir”. Com a fala, o novo presidente estadunidense fazia referência ao episódio dos reféns e à crise com o Irã.

Figura 19 - Capa de *Clarín*, dia 21 de janeiro de 1981



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires.

A legenda, além da própria imagem, deixava transparente a ideia ou representação dos reféns como cativos, ou seja, como prisioneiros “sob custódia” dos iranianos. A escolha da foto também evidencia que o objetivo era enfatizar o caráter dos estadunidenses como inimigos do Irã, mesmo que a crise tivesse uma resolução benéfica para ambas as nações. Ainda analisando o conteúdo da legenda, os reféns receberiam assistência médica ao chegar na Alemanha ocidental, sendo que médicos argelinos tinham examinado os reféns ainda no Irã, elemento esse não mencionado na reportagem.

Figura 20 - Capa do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 21 de janeiro de 1981

**FOLHA DE S. PAULO**

Editor Responsável: Boris Casoy • São Paulo, quarta-feira, 21 de janeiro de 1981 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 59 • N.º 18.921 • Al. Barão de Limeiras, 425 • Cr\$ 30,00

## Os reféns iniciam caminho de volta

**Fixado limite à importação de petróleo**

A Comissão Nacional de Energia aprovou ontem, por unanimidade, a proposta do ministro César Cals, das Minas e Energia, que fixa em 750 mil barris/dia a média da importação de petróleo nos quatro primeiros meses deste ano. O CNE decidiu também por maiores proporcionalmente maiores no preço do óleo diesel, como forma de forçar uma redução de 2% no consumo de petróleo.

O ministro César Cals apresentou uma moção por escrito contendo quatro

Hostilizados por uma multidão de "revolucionários islâmicos" que gritavam "Morte aos Estados Unidos" e "Deus é Grande", os 52 reféns norte-americanos, entre lágrimas e sorrisos, embarcaram ontem no aeroporto de Teerã com destino inicial a Argel, onde chegaram às 19h39 (horário de Brasília) e puderam manter seu primeiro contato com o mundo exterior depois de 14 meses de cativeiro. A libertação dos reféns deu-se às 14h24 (horário de Brasília), 24 minutos depois de o presidente Jimmy Carter haver transmitido o cargo ao novo presidente Ronald Reagan, em Washington.

"Os reféns demonstravam bom estado de saúde, mas alguns mancavam e outros apresentavam envelhecimento e cansaço pelo longo cativeiro", informou o embaixador sulco e encarregado dos negócios dos EUA em Teerã, Erik Lang, presente ao aeroporto. Disse, contudo, que o embarque "foi precedido por mo-

Fonte: acervo digital da Folha de S.Paulo. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7563&anchor=4304306&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

A *Folha de S. Paulo* anunciava em 21 de janeiro de 1981, em reportagem de capa, o retorno dos reféns. Tinha fim a crise, pelo menos no imediatismo dos periódicos. No resumo da notícia de capa, o jornal narra como uma saga a saída dos funcionários da embaixada estadunidense, lembrando que o anúncio oficial da libertação dos reféns teria sido feito 24 minutos após Carter passar a faixa presidencial ao candidato eleito, Ronald Reagan. Outro ponto salientado nesse resumo foi o isolamento dos reféns, já que alguns não se viam desde a tomada da embaixada em 4 de novembro de 1979. Enfim, todo o cenário de horror possível foi apresentado.

Hostilizados por uma multidão de "revolucionários islâmicos" que gritavam "Morte aos Estados Unidos" e "Deus é Grande", os 52 reféns norte-americanos, entre lágrimas e sorrisos, embarcaram ontem no aeroporto de Teerã com destino inicial a Argel, onde chegaram às 19h39 (horário de Brasília) e puderam manter seu primeiro contato com o mundo exterior depois de 14 meses de cativeiro. A libertação dos reféns deu-se às 14h24 (horário de Brasília), 24 minutos depois de o presidente Jimmy Carter haver transmitido o cargo ao novo presidente Ronald Reagan, em Washington (FSP, 21/01/81, p. 1).

A não contextualização dos eventos torna o fato isolado, ou seja, quando o jornal reporta esse momento de libertação, heroiciza os Estados Unidos e demoniza o Irã, reforçando o episódio com a posse do novo presidente. Nada mais

emblemático, a saída dos reféns com a posse do novo chefe da nação. Do outro lado, os “revolucionários islâmicos”, gritavam “Morte aos Estados Unidos”, “Deus é Grande”, demonstrando o ódio, o fanatismo religioso e, por consequência, a irracionalidade, o terror, uma vez que sem motivos aparentes, como de costume, o periódico silenciava os motivos da tomada da embaixada e a manutenção dos reféns. Inclusive, Jimmy Carter, após a cerimônia de transmissão da presidência, voaria para a Alemanha a fim de recepcionar os reféns. Antes, porém, em Argel, a recepção foi feita, segundo o jornal, pelo sub-secretário de Estado Warren Christopher, o mediador das negociações pelo lado norte americano.

O embaixador suíço informou ainda que somente na segunda-feira passada os reféns foram informados de que Washington e Teerã estavam prestes a concluir o acordo que permitiu sua libertação. A televisão iraniana, três horas depois do embarque divulgou um filme feito no aeroporto, onde os reféns aparecem cansados, tensos e desorientados. Mostrou ainda uma sondagem de opinião pública onde grande parte dos entrevistados se manifestou favorável ao julgamento dos reféns e não à sua libertação (FSP, 21/01/81, p. 1).

De acordo com o jornal, os reféns foram libertos na terça-feira, dia 20, e ficaram sabendo somente um dia antes do acordo entre os países, demonstrando o total isolamento ao qual estavam sujeitos. Quanto ao fato da ação da TV estatal iraniana, a *Folha* procura demonstrar mais uma vez que não apenas o governo iraniano, mas igualmente a sociedade no Irã, pelo menos em Teerã, apoiava as decisões do governo. Parece óbvio, pois, não esqueçamos, foi essa sociedade que destronou o xá e tornou possível a República Islâmica. Entretanto, o que o periódico propõe é o reforço do espraiamento do ódio iraniano para com os Estados Unidos, novamente, sem motivos aparentes. Ainda, no editorial, com o título “Salve-se quem puder”, o periódico brasileiro reforçava seu ponto de vista sobre a resolução da crise dos reféns.

O sequestro de seus ocupantes, mantidos em cativeiro por 14 meses, resistiu bravamente no alto dos noticiários, revelando um fôlego jornalístico só comparável àquele das guerras. Resta saber se as consequências indicadas pelo episódio serão duradouras. Não é gratuitamente que a crise dos reféns ocupou a opinião pública internacional com uma intensidade semelhante à das épocas de guerra. O ato dos chamados estudantes iranianos, pouco depois incorporado pelo governo islâmico daquele país, constitui uma declaração de guerra que só foge ao estilo clássico de deflagrar um estado de beligerância pela originalidade duvidosa da iniciativa (FSP, 20/01/81, p. 2).

Enaltecendo o papel jornalístico e, em seguida, comparando a crise dos reféns com guerras mundiais, o editorial da *Folha de S. Paulo* do dia 21 de janeiro deixava clara a opinião do periódico em relação ao Irã e ao governo iraniano. O editorial ainda fazia relações históricas das ações iranianas com Pearl Harbor, por exemplo, algo anacrônico, por assim dizer, e que demonstra a simplificação do jornal ao tratar do assunto Irã. Não gratuitamente, essas generalizações ganhavam força graças à falta de conhecimento dos editores sobre este país, reforçando o caráter exótico, para não dizer deslocado, dos padrões ocidentais no plano político.

Ainda na tônica de comparações, o editorial sugere que o governo de Washington não agiu da mesma forma que o governo Roosevelt em 1941, quando a nação estadunidense sofreu o ataque japonês na base naval no Hawaii, ou seja, declarando guerra ao Eixo. Na retórica da FSP, os “Estados Unidos já não são mais aqueles” e “os países do terceiro mundo alimentam queixas por conta da expansão da grande potência da América”. Interessante que o jornal, ao dizer que os Estados Unidos não reagiram militarmente, esquece-se do episódio de tentativa de resgate dos reféns em abril de 1980, na frustrada operação “Garras de Águia”. Esse silenciamento teria sido pelo “fiasco” ocorrido?

Mas isto não justifica o gesto de banditismo internacional praticado pelo governo do Irã, sob a censura complacente da ONU e demais organismos supostamente responsáveis pela paz. Se os dirigentes das Nações Unidas estão, agora, aliviados com o término do conflito Irã-EUA, não perdem por esperar – que dias piores virão. De ora em diante, qualquer atitude política no gênero do sequestro de Teerã alçará o governo que a adotar à condição de parte legítima em um conflito de iguais, estando-lhe reservado o direito de sentar-se à mesa para negociar com Argel, Bangcoc ou Lima. É o que ocorre quando se permite que meios e fins políticos sejam sopesados conjuntamente, e não pelo que valem em si (FSP, 20/01/81, p. 2).

Em suma, as edições tanto do periódico *Clarín* quanto da *Folha de S. Paulo*, cada qual a sua forma e medida, noticiaram a resolução da crise entre Estados Unidos e Irã unilateralmente, ou seja, enfatizando o lado vitimizador estadunidense, e reforçando a imagem de intrasigência, até o último momento, dos iranianos. O silenciamento do contexto referente ao processo revolucionário e, por consequência, o abalo das relações entre as nações envolvidas, também pode ser observado na análise das reportagens aqui apresentadas. Os editoriais, as imagens, legendas, assim como as charges, apenas reforçam imagetivamente o discurso produzido por ambos os jornais. Dessa forma, podemos ver a materialização de um

Irã fanático, irracional, terrorista, entre outras adjetivações possíveis, mesmo que não escrito de forma literal, mas intrinsecamente constante, oculto na manutenção da pretensa neutralidade ou imparcialidade jornalística, resultando, porém, em um orientalismo impresso nas reportagens.

#### 4.3 A primeira fase da Guerra Irã-Iraque (1980-1981)

Em meio à crise diplomática entre Irã e Estados Unidos, outro evento marcou a chamada Era Khomeini. Em outubro de 1980 Irã e Iraque iniciariam um conflito bélico de grandes proporções. A guerra Irã-Iraque, como ficou conhecida, duraria cerca de oito anos e, por consequência, ceifaria a vida de mais de um milhão de pessoas entre cidadãos iranianos e iraquianos, civis e militares. Tendo por objetivo o controle do Golfo Pérsico, os dois países dispunham de todo o poder militar possível para derrotar um ao outro. O Irã contava com o arsenal deixado pelo xá em suas vultosas compras de equipamentos militares realizadas junto aos Estados Unidos. Entretanto, considerando os recursos humanos, as forças iranianas estavam debilitadas uma vez que grande parte do oficialato iraniano acabou nos paredões de fuzilamento, resultado da repressão impostas pelo governo dos aiatolás àqueles contrários ao regime revolucionário.

A República Islâmica do Irã, quando ainda sedimentava suas conquistas políticas de 1979 sofreu uma invasão territorial do Iraque que, em 17 de setembro de 1980 liderado por Saddam Hussein, que reivindicava questões de fronteira anteriormente resolvidas em favor do Irã em 1975 no Acordo de Argel. Ainda que oficialmente o regime iraquiano declarasse que o motivo principal do conflito seria a disputa por uma área de fronteira ao norte do canal de Shatt-al Arab, outros pretextos foram peremptórios para o início do conflito militar entre Iraque e Irã (MEIHY, 2007, p. 146).

O Iraque, por sua vez, passava a contar com a ajuda dos Estados Unidos, agora de relações rompidas com o Irã. Além disso, Saddam Hussein observou que era a oportunidade única de se fixar como chefe de Estado através da liderança das tropas contra um inimigo histórico, além das desavenças pessoais com o aiatolá Khomeini. Contudo, essa pequena digressão serve apenas para entendermos que o referido atrito entre os países fronteiriços do Golfo Pérsico não é recente. Nossa proposta, porém, discute a questão entre estas nações a partir dos anos 1980.

Sendo assim, temos que levar em consideração as relações que Irã e Iraque estabeleceram com os Estados Unidos nesse recorte, sobretudo após as consequências diplomáticas a partir de dois eventos: o fim do regime monárquico do xá e a tomada da embaixada estadunidense em Teerã.

Entre as razões que levaram o ditador do Iraque a se aventurar na guerra com o Irã, e a fazê-lo sem mais demora, haveria que incluir também a oportunidade, na ótica de Saddam, de projetar uma imagem de liderança em todo o mundo árabe do Oriente Médio, pois ele esperava ter uma vitória fácil sobre um inimigo histórico do Iraque, cujas forças armadas haviam ficado dizimadas por julgamentos e execuções sumárias. A mesma debilidade de um Irã convulsionado encobria uma ameaça, entretanto, pois logo ficou patente, na retórica dos aiatolás, a sua intenção de exportar a revolução islâmica (BRITO, 2014, p. 81-82).

Os poços de petróleo que faziam fronteira entre os dois lados foram os primeiros alvos. A histórica fronteira de *Shatt-al-Arab* também se inseria no contexto de reivindicações de ambos os lados, o que tornava essa região um território contestado. Sabia-se que, ao deter a economia iraniana, por exemplo, as chances de vitória do lado iraquiano eram maiores. Isso porque a economia iraniana, da mesma forma que a iraquiana, era alicerçada no petróleo, visto pelos moradores locais como a maior riqueza mineral daquela região e alvo secular da cobiça tanto de orientais quando ocidentais.

Exigindo a revisão do acordo para demarcação da fronteira ao longo do Shatt-al-Arab (que controla o porto de Bassora), a reapropriação de três ilhas no estreito de Ormuz (tomadas pelo Irã em 1971) e a concessão de autonomia às minorias (sunitas) dentro do Irã, o exército iraquiano, em 22 de setembro de 1980, invadiu a zona ocidental do Irã. A justificativa do Iraque apoiava-se na velha disputa fronteiriça, mas o verdadeiro objetivo era debilitar o regime iraniano e dessa forma não permitir o avanço da Revolução islâmica (COGIOLLA, 2008, p. 103).

Com o rompimento dos laços políticos entre Irã e Washington, os iranianos não podiam mais contar com os técnicos militares estadunidenses. Após 1953, vários estadunidenses auxiliavam e treinavam os militares iranianos no uso e manuseio dos sofisticados equipamentos de guerra comprados pelo xá. Caças e helicópteros de última geração e com grande poderio de destruição eram inúteis em mãos pouco habilidosas. Já os iraquianos possuíam essa, pode-se dizer vantagem, pois mantinham boas relações com os soviéticos.

Saddam Hussein estava sendo patrocinado e financiado pelas potências ocidentais e também por alguns países árabes da região: encontrou apoio na Arábia Saudita e na Jordânia – países que temiam a exportação da revolução iraniana para todo o Golfo Pérsico -, além de receber auxílio dos Estados Unidos, da União Soviética, da Grã-Bretanha e da França. A Líbia e a Síria posicionaram-se a favor do Irã. Mais tarde, o Egito prestou substancial ajuda ao Iraque sob forma de armamentos (COGIOLLA, 2008, p. 103).

Fica exposto, portanto, que vários países ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos, tinham firme propósito de desestabilizar a recém-instaurada República Islâmica do Irã. O patrocínio ao seu inimigo imediato, nesse caso, o Iraque, era uma forma de agredir o Irã sem sofrer críticas diretas por isso, estratégia comumente adotada pelos Estados Unidos.

O impacto da emergência de um conflito com uma nação vizinha teve consequência direta para o projeto de nação construído e defendido pela República Islâmica do Irã. A dimensão política desse projeto passou a admitir novos elementos na elaboração discursiva da “nação iraniana”. Além da permanente coincidência da nação com o Estado após a revolução de 1979, a possibilidade de agressão externa empregada por projetos nacionais concorrentes passou a nortear a constituição teórica do conceito de nação desenvolvido pelo Estado iraniano (MEIHY, 2007, p. 147).

De acordo com Renato Costa:

A guerra Irã-Iraque, substancialmente, não trouxe ganhos para as partes. No que tange ao Irã, apesar de prejudicar drasticamente sua economia, repercutiu no ganho de popularidade dos clérigos, tendo em vista que sua participação na guerra se dava de fato e não apenas como distantes espectadores. Uma forma distinta de perceber as lideranças políticas, pois, não se tratava de uma retórica, a classe religiosa tomou as armas em mãos para enfrentar os inimigos. Dentre os inúmeros clérigos que lutaram na guerra, Khomeini ganharia mais destaque após a morte de Khomeini, ao assumir o cargo de Supremo Líder (COSTA, 2017, p. 161).

Esse aspecto reforçava ainda mais a ideia da indissociabilidade entre religião e política presente na organização governamental iraniana, sobretudo com o advento da República. Assim, passamos a observar como os periódicos utilizados nesta pesquisa compreenderam e divulgaram tais ações, tanto do Iraque quanto do Irã. Vale ressaltar que ainda vivia-se a crise dos reféns, portanto, os jornais tinham esses dois episódios para noticiar o Irã.

Na capa da edição 12.254, de 10 de abril de 1980, o título “Choques armados en la frontera de Irán e Irak”, inaugurava a cobertura do jornal argentino sobre os conflitos entre iraquianos e iranianos. Sem resumo e sem imagens, a notícia de capa se resumia ao título, com mais informações na página 24, da seção Internacional. Contando com material de várias agências internacionais<sup>48</sup>, *Clarín* iniciava a reportagem dizendo que o ataque partiu do Irã, sendo que um ministro iraniano anunciava através da rádio Teerã, rádio oficial do governo, que “ha decidido derrocar el régimen de Irak”.

[...] según una emisora de Rádio Teherán captada en Londres, la rádio oficial iraní no dió mayores precisiones ni especificó las medidas inmediatas que tomará Irán en su lucha declarada contra el gobierno iraquí de Saddam Hussein, pero, en cambio informó, que efectivos iraquíes atacaron hoy la zona de Qasr El Shirin, en la frontera de ambos países, pero que fuerzas iraníes repelieron el ataque y lograron destruir un puesto militar fronterizo de Irak (CLARÍN, 10/04/80, p. 24).

Ao longo da reportagem, o jornal explica que a agência de notícias PARS, que na verdade é FARS, (há, no periódico, confusão na grafia) associa os ataques iranianos a uma resposta ao ataque iraquiano, e não uma ofensiva que teria partido do governo de Teerã. Contudo, ao isentar-se da informação, *Clarín* não assume a explicação iraniana e sim a iraquiana. Importante ressaltar que a agência FARS (PARS) se autointitulava do governo iraniano, portanto, ao dizer que é a agência do governo iraniano que afirmava a iniciativa iraquiana, e não o contrário, *Clarín* não se comprometia com a legitimidade dos fatos.

Según la agencia Irani, las fuerzas iraquies abrieron fuego de artilleria pesada sobre las fuerzas iraníes que replicaron inmediatamente. La misma fuente precisó que tres helicópteros iraníes entraron en acción. La agencia PARS señaló por otra parte, que dos helicópteros iraquies violaron el espacio aéreo durante una hora hoy y según el gobernador de Dehloran, provincia del islam unificada a 400 km al oeste de Teherán, otro avión iraquí sobrevoló brevemente la región (CLARÍN, 10/04/80, p. 24).

De qualquer forma, não se trata de quem teria começado ou respondido aos ataques. Trata-se de mais um exemplo em que o Irã é anunciado pelo periódico argentino como culpado ou agressor de outra nação, seja Iraque, Estados Unidos etc. Para não se comprometer com a informação contrária, *Clarín* usa a agência

---

<sup>48</sup> AFP, ANSA, AP, EFE e UPI.

iraniana de notícias como bode expiatório. A historiografia já comprovou que os conflitos entre Irã e Iraque foram de iniciativa do governo de Sandan Hussein, apoiado pelos Estados Unidos, no contexto de fragilidade iraniana com o processo de mudança governamental pós-revolucionário.

Figura 21 - Charge de Sábat no jornal *Clarín* no dia 10 de abril de 1980



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Na charge acima, mesmo se tratando de uma reportagem sobre a guerra Irã-Iraque, não visualizamos imagens referentes aos líderes iraquianos, Saddam Hussein, por exemplo. Entretanto, como em outras edições, o aiatolá Khomeini e, nesse caso, Bani Sadr, presidente iraniano naquela ocasião, são representados pelo caricaturista do jornal argentino. A expressão fechada, tanto de Khomeini como de Sadr, revelamo aspecto raivoso e agressivo do Irã para com o Iraque. Não por acaso o aiatolá está inserido em um plano superior ao do presidente. Como não há uma legenda com explicações, nem mesmo a reportagem apresenta maiores detalhes do significado da imagem, nossa leitura é de um simples aceno, não se sabe se para a população, para os iraquianos, enfim, as interpretações podem ser inúmeras.

A capa do jornal *Clarín* em 12 de abril de 1980 trazia a figura de uma criança com uniforme militar e segurando uma arma, ao fundo, um quadro do aiatolá Khomeini completava o cenário da foto e o título era “Irán amenaza Irak”. Seguindo o

roteiro anterior, o Irã é apresentado na capa do jornal como agressor do Iraque e, de forma emblemática, sugere-se que as crianças também estão imbuídas na guerra contra o governo de Sadan Hussein.

Figura 22 - Capa do jornal *Clarín* no dia 12 de abril de 1980



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Na legenda da imagem, a explicação trata de um menino com uniforme de soldado durante uma manifestação “antinorteamericana” na capital Teerã. Ainda, o resumo dizia que o presidente iraniano Bani Sadr ameaçava invadir o Iraque se o Irã sofresse algum ataque. A foto foi creditada à agência internacional American Press, dos Estados Unidos.

No dia 11 de abril de 1980 a *Folha* publicava em um dos títulos de capa, a seguinte reportagem: “Brasil teme a guerra no Golfo Pérsico”. O jornal assim se manifesta:

O governo brasileiro está seriamente preocupado com a perspectiva de um conflito armado entre Irã e Iraque, no Golfo Pérsico, pois ambos os países respondem por 60% das importações brasileiras de petróleo – admitiram ontem, em Brasília, ministros do Estado ouvidos pela “Folha”. Segundo eles, o País não tem planos alternativos para uma eventual interrupção no fornecimento, embora a Petrobrás disponha de um estoque de 92,6 milhões de barris de petróleo, suficiente para 98 dias (FSP, 11/04/80, p. 1).

Sem mensurar as implicações humanas relacionadas a um conflito armado entre nações: mortes, destruição, caos, desigualdades sociais, miséria etc., a preocupação do governo brasileiro era com o petróleo, tanto iraniano quanto iraquiano. Na sequência do resumo, em letras menores, uma mensagem explicava que unidades da marinha iraniana começavam a deslocar-se para o estreito de Ormuz, onde se localizavam as três ilhas disputadas por ambas as nações em conflito.

Na seção Internacional, o título “Irã mobiliza força naval contra Iraque”, o jornal brasileiro enfatizava que as ações partiam do governo de Teerã. Além das forças navais, cerca de 25 mil iranianos, conforme a *Folha*, replicavam informações vindas da agência AFP (Agence France-Press), também deslocavam-se rumo às fronteiras do Iraque. Ainda, segundo a agência, um porta-voz do governo iraniano teria ameaçado os reféns estadunidenses, dizendo que “suas vidas estariam em grave perigo no caso de um ataque iraquiano”.

Durante o mês de abril *Clarín* reportou a guerra Irã-Iraque em três edições com foco nos fatos relacionados aos embates entre os dois países. Esse período ainda não era considerado como a guerra propriamente dita, pois não teriam ocorrido declarações oficiais, de nenhuma das partes envolvidas no conflito bélico, limitando-se apenas a ameaças ou pequenos choques entre grupos fronteiriços. O aumento expressivo de reportagens tratando-se de Irã x Iraque iniciaria em outubro de 1980, quando a partir desse mês ocorreria a declaração de guerra.

Em outubro, porém, esse número foi muito maior, 31 títulos divididos em 12 capas e 19 reportagens internacionais noticiaram os conflitos entre Irã e Iraque. Na tabela abaixo, podemos visualizar as reportagens e sua disposição no jornal.

Tabela 13 - Reportagens sobre a Guerra Irã-Iraque no jornal *Clarín* em outubro de 1980.

DATA	TÍTULO	DISPOSIÇÃO NO JORNAL
01/10/1980	Irán bombardeó dos centrales de energía en Irak	Capa
01/10/1980	Irak lanzó una vasta ofensiva por tierra y aire	Internacional, p.18
01/10/1980	Irán bombardeó en Bagdad dos objetivos estratégicos	Internacional, p.20

DATA	TÍTULO	DISPOSIÇÃO NO JORNAL
01/10/1980	Komeini: "Irán luchará hasta el fin"	Internacional, p.23
01/10/1980	Evitaremos la escalada de la guerra, anunció EE.UU	Internacional, p.24
02/10/1980	Cruentos combates en 4 ciudades iraníes	Capa
02/10/1980	Encarnizada resistencia de Irán en cuatro ciudades clave	Internacional, p.16
02/10/1980	Irak suspenderá por cuatro días el fuego	Internacional
02/10/1980	Irán se niega a negociación	Internacional
03/10/1980	Anunció Irak que detuvo su avance en Irán	Capa
04/10/1980	Atacaron el principal puerto petrolero de Irak	Capa
04/10/1980	Jordania ofrece ayuda militar a Irak	Internacional, p.16
04/10/1980	Em Irak, Blindados brasileños	Internacional, p.39
05/10/1980	Ratificó Irak que hoy cesa el fuego	Capa
05/10/1980	Komeini rechazó la tregua unilateral	Internacional, p.16
06/10/1980	Ataques aéreos sobre Teherán y Bagdad	Capa
06/10/1980	Irán afirma que la URSS le ofreció armas	Internacional (charge do Landrú)
07/10/1980	Lanzo Irak una nueva ofensiva	Capa
08/10/1980	Advierte EE.UU. sobre el conflicto de Irán e Irak	Capa
08/10/1980	Preocupa a EE.UU. el riesgo de extensión de la guerra	Internacional, p.18-19
09/10/1980	Irak recibe ayuda través de Jordania	Internacional, p.20
11/10/1980	Libia entrega armas a Irán: la URSS y Siria elogiaron la revolución de Komeini	Capa
11/10/1980	Libia entrega armas a Irán; Siria y la URSS le dan apoyo político	Internacional, p.12
11/10/1980	Intenso contraataque de Irán	Internacional, p.13 (charge de Landrú)
11/10/1980	Irán: La guerra y la política	Internacional, p.14
12/10/1980	Avanzan los iraquíes sobre Irán	Capa
13/10/1980	Irak e Irán se preparan para una gran batalla	Capa
13/10/1980	Bagdad emplea 200 blindados brasileños: Los lazos Brasil-Irak	Internacional, p.18
14/10/1980	Iran-Irak: Empezo la batalla por Abadan	Capa
15/10/1980	Irán prometió a las Naciones Unidas libre navegación en el Golfo Pérsico	Internacional, p.24
16/10/1980	Feroces combates entre Irán e Irak: mil muertos em una batalla	Capa

Fonte: Jornal Clarín.

Dos 31 títulos, 18 apresentam o Irã como agressor ou não aceitando um cessar fogo; 10 notícias reportam o Iraque, sendo que 3 delas retratam uma pausa nas hostilidades por parte de Bagdá e, para completar, 3 títulos retratam os Estados Unidos com um caráter de preocupação em relação à guerra.

Nos dias 04 e 13 de outubro, na seção Internacional de ambas as edições, o jornal argentino falava da compra de blindados brasileiros por parte do Iraque. A relação Brasil e Iraque, segundo Preiss (2006), tinha início em 1971 através de acordos comerciais de prospecção de petróleo pela Braspetro e, em 1973 instalava-se a embaixada brasileira em Bagdá.

A entrada brasileira no Iraque ocorre principalmente pela busca de novos fornecedores de petróleo. O Iraque, em função dos constantes aumentos dos preços do petróleo, na década de 70, buscou se colocar na liderança dos países do Oriente Médio. O país era governado por Saddam Hussein, que ascendia à liderança do Iraque e do Partido Baa'ith através de uma sucessão de golpes. Naturalmente que a segurança do país e do seu regime eram pontos primordiais para atrair os investimentos do Governo Brasileiro. As duas ditaduras desenvolveram uma relação dentro daquele paradigma estabelecido pelo Realismo, instaurando o poder do Estado na condução da política externa (PREISS, 2006, p. 151-152).

De acordo com Preiss, a relação Brasil-Iraque se dava pela estreita ligação que os iraquianos passaram a estabelecer com os Estados Unidos, sobretudo após a revolução iraniana de 1979. Tendo em vista que tanto Brasil quanto Iraque estava regido por governos ditatoriais, sob influência estadunidense, os acordos seriam facilitados, além do histórico de transações que já tinha iniciado a partir dos anos 1970 tendo por base a questão energética. Acordos nucleares também foram estabelecidos entre Brasil e Iraque, sendo que o governo de Bagdá buscou na engenharia brasileira o conhecimento no enriquecimento de Urânio.

Todo o acordo com o Iraque foi crescendo de forma gradativa através dos governos militares. O general Médici instalou a embaixada brasileira em Bagdá. O general Ernesto Geisel, como presidente da Petrobras, não aceita o boicote internacional das companhias de petróleo contra Bagdá. Depois de assumir a Presidência da República, o general Geisel tem o mandato marcado pelos grandes contratos de exploração com o Iraque. Finalmente o governo do presidente Figueiredo prima por uma ligação estritamente na área militar (PREISS, 2006, p. 178).

Na pesquisa, Preiss aponta a penetração da Argentina, assim como a do Brasil, no Oriente Médio. Da mesma forma, o governo argentino negociava armas com o Iraque, em especial um míssil de longo alcance chamado “Condor I”. Segundo o pesquisador, “o governo brasileiro não gostou da entrada argentina no mercado iraquiano, principalmente porque estava oferecendo um material que o País ainda não poderia oferecer a Saddam Hussein” (PREISS, 2006, p. 178).

Ainda, de acordo com Traumann:

Tanto Brasil quanto Iraque ambicionavam a hegemonia em suas regiões, o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica. No entanto, devido à Guerra Fria, os chamados países emergentes tinham que ser cautelosos em suas negociações entre si, para não incorrer em sanções por parte das superpotências (TRAUMANN, 2016, p. 156).

As relações de comércio militar, argentinas e brasileiras, com Irã e Iraque foram intensas, perdurariam durante todo o conflito e manteriam-se por vários anos. Contudo, não é objeto de nossa pesquisa o aprofundamento de tais relações diplomáticas, seja no campo militar, seja na matriz energética.

Quanto à *Folha de S. Paulo*, podemos observar um número ligeiramente menor de reportagens se compararmos as datas que foram levadas em consideração as reportagens que tratam dos conflitos entre Irã-Iraque. O periódico brasileiro, por sua vez, deu maior cobertura na capa do jornal, e não tanto na seção Internacional. Curiosamente, o centro das atenções na *Folha* foi o Iraque, principalmente como agressor e, por vezes, propositor de paz. OPEP, Jordânia e Estados Unidos também são mencionados nos títulos, além dos atores principais: Irã e Iraque.

Tabela 14 - Reportagens sobre a Guerra Irã-Iraque na *Folha de S. Paulo* em outubro de 1980.

DATA	TÍTULO	DISPOSIÇÃO NO JORNAL
01/10/1980	Irã ataca centro nuclear do Iraque	Capa
02/10/1980	Iraque propõe trégua de 4 dias	Capa
03/10/1980	A paz no Golfo só depende do Iraque	Capa
04/10/1980	Iraque cessa sua ofensiva contra o Irã	Capa
05/10/1980	O Iraque reitera oferta de trégua	Capa
06/10/1980	Bagdá suspende trégua e ataca cidades do Irã	Capa

07/10/1980	No 15º dia, acirram-se as batalhas	Capa
08/10/1980	Jordânia quer entrar na luta; EUA advertem	Capa
10/10/1980	Mísseis entram na luta: Iraque dispara poderosos foguetes russos contra cidades do Irã; centenas de vítimas	Capa
11/10/1980	Iraque rompe relação com Líbia e Síria	Capa
12/10/1980	EUA reforçam a frota no Golfo	Capa
13/10/1980	Violentos combates no 21º dia	Capa
14/10/1980	Irã resiste à tentativa de cerco a Abadã	Capa
15/10/1980	Irã ameaça minar o golfo, se necessário	Capa
16/10/1980	Iraque fecha o cerco a Abadã	Capa
21/10/1980	A Opep tenta pôr fim a guerra	Capa
22/10/1980	O Iraque já admite guerra por um ano	Capa

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

A guerra Irã-Iraque perduraria por oito anos. Entre milhões de vítimas, tanto militares quanto civis, países como Estados Unidos, Brasil e Argentina, buscaram usar esse conflito como mercado consumidor de material bélico, treinamento militar – caso do Brasil com aviadores iranianos. A preocupação ocidental, basicamente, estava na diminuição ou ausência do fornecimento de petróleo, sendo que no caso brasileiro, em 1980, o Iraque passava a ser o maior fornecedor do recurso para o Brasil, cerca de 21% de toda importação do combustível fóssil era iraquiano (PREISS, 2006).

Os Estados Unidos mantiveram negociações secretas com o Irã, mesmo com todo o histórico conflituoso e a crise dos reféns, Reagan e o serviço secreto estadunidense, usavam até Israel e a Nicarágua para transitar armas e peças de reposição para aviões de guerra ao governo da República Islâmica. O emblemático caso *Irã-Contras*<sup>49</sup> ou *Iragate* ganharia, a partir de 1986, as páginas de vários jornais no mundo inteiro, abalando a confiança do governo Ronald Reagan e revelando ao mundo o quão inescrupulosas poderiam ser as ações do governo de Washington quando se trata da manutenção da hegemonia imperialista estadunidense.

<sup>49</sup> Zanoni, David Anderson. E agora Reagan? O caso Irã-Contras nas páginas da Revista *Veja* (1986-1987). Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21705>. Acesso em 01 set. 2020.

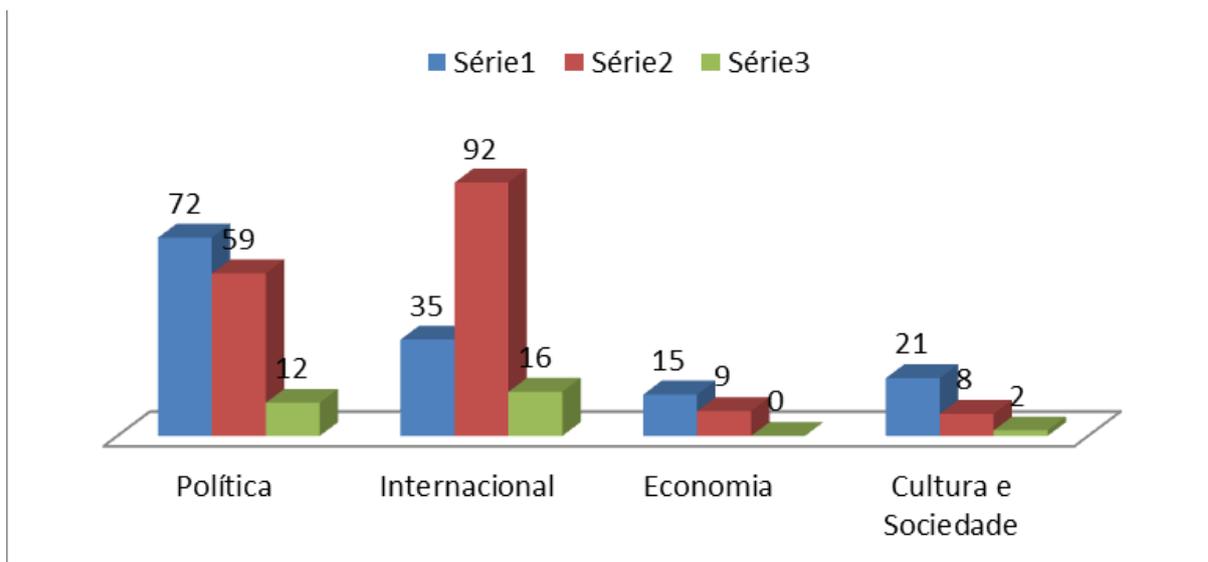
## 5. A (IN) COMPREENSÃO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Após examinarmos as relações entre o conceito de orientalismo com alguns teóricos, a imprensa e a indústria cultural, além de compreender a história contemporânea do Irã, desde a chegada ao poder dos Pahlavi até o contexto que culminou na revolução, e, por fim, observar como foi reportado o processo de mudança política no Irã e seus primeiros desdobramentos, torna-se importante compreender a conclusão que os periódicos possibilitam quando confrontados com a metodologia proposta para este estudo.

Como referido no início da pesquisa, elencamos 4 eixos temáticos ou, nas palavras de Bardin, “unidades de registro”, sendo estes: *política*, *internacional*, *economia*, *cultura* e *sociedade*, para analisar a forma como o Irã e o processo revolucionário foram reportados nos objetos que compõem o *corpus* desta tese. Levando em consideração os editoriais, as reportagens – tanto de capa quanto nas seções internas – imagens e suas legendas, assim como as charges e boxes (caixas explicativas), podemos observar o foco dado ao Irã ao ser reportado constantemente no recorte proposto nesta pesquisa. Através da narrativa jornalística, tentamos demonstrar as formas, seja por meio do discurso textual, como pelo imagético, de representações do Irã a partir da República Islâmica, a sociedade iraniana, a política e todos esses elementos no prisma internacional, ou seja, ocidental.

A partir daqui, levando em consideração os eixos já referidos (apresentados nas Tabelas 2 e 4), assim como alguns elementos metodológicos da análise de conteúdo: presenças e ausências, frequências, interrupções etc, objetivamos fazer uma síntese de tudo que foi exposto, apresentando, de forma substancial, o objetivo geral deste estudo: a presença do orientalismo no conteúdo de *Clarín* e da *Folha de S. Paulo* ao reportar o Irã.

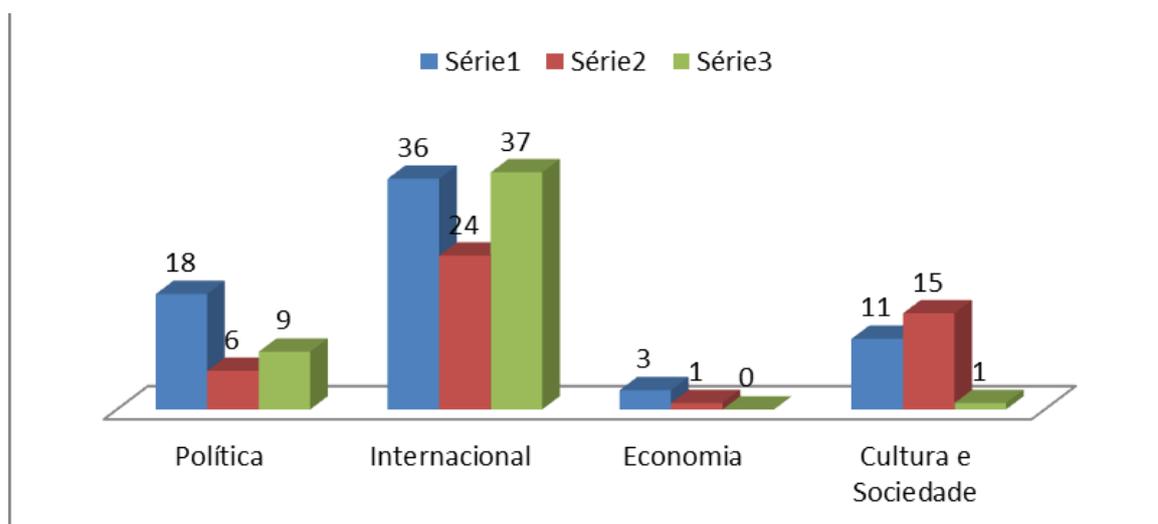
Se observarmos a partir do gráfico abaixo, poderemos ver que o tema *política* ocupou a maioria das reportagens no jornal brasileiro durante o primeiro ano, qual seja, 1979. Esse número se deve justamente pelo processo de troca no governo iraniano, ou seja, a queda da monarquia e a ascensão da República Islâmica. No gráfico, os anos estão representados em séries: sendo que os anos de 1979, 1980 e 1981 correspondem às séries 1, 2 e 3, respectivamente.

Gráfico 1 - Reportagens por temática sobre o Irã na *Folha de S. Paulo* (1979-1981)

Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Já em 1980 o Irã foi marcado na *Folha* pelas reportagens internacionais. Não à toa, pois em fins de 1979 ocorria a tomada da embaixada dos Estados Unidos em Teerã e o ano seguinte foi dedicado, em grande medida, a tratar das tensões geradas pela crise dos reféns entre a Casa Branca e Irã. Ainda em abril daquele ano, a frustrada tentativa de resgate estadunidense foi amplamente reportada. O último ano da análise, 1981, apresenta as notícias internacionais com maior número, isso se deve pelo fato do jornal reportar o desfecho da crise dos reféns neste ano.

Quanto ao *Clarín*, os três anos, 1979, 1980 e 1981 são marcados pelo destaque no campo da política internacional. Alguns fatores explicam essa predileção ao assunto das relações exteriores iranianas: primeiramente, em 1979, o Irã estava passando pelo processo de formação da estrutura política e, junto a isso estava ocorrendo uma espécie de “caça às bruxas” aos remanescentes do governo do xá. Segundo, a tomada da embaixada em fins de 1979 e a guerra Irã-Iraque em outubro de 1980 deram amplo mote para reportagens que debatiam tais assuntos. Em 1981, ainda com a crise dos reféns não resolvida, e a Guerra contra o Iraque em fase inicial, as questões internas, econômicas e culturais pouco apareciam. O segundo gráfico exemplifica esses elementos presentes no texto.

Gráfico 2 - Reportagens por temática sobre o Irã no jornal *Clarín* (1979-1981)

Fonte: Jornal Clarín.

Procuraremos agora descrever cada um dos eixos ou categorias de análise apresentadas para esta tese. O intuito é sintetizar os dados coletados e observados ao longo da proposta de estudo apresentada. Tanto *Clarín* quanto a *Folha de S. Paulo* têm suas peculiaridades ao reportar o Irã nas respectivas categorias, portanto, a partir desse ponto, objetivamos explicar melhor esses elementos pormenorizados.

### 5.1 Política e Irã

O aspecto político, quando se trata do Irã nas páginas dos jornais que foram usados como fontes desta pesquisa, normalmente está relacionado com as disputas de poder iraniano. Inicialmente, considerando o aspecto cronológico: o processo de saída do xá e o retorno do aiatolá Khomeini apresenta-se como primeiro assunto noticiado. Nessa esteira, as incertezas dos rumos na política iraniana considerando o período imediato à queda de Reza Pahlavi, bem como a mudança governamental com a ascensão do clérigo xiita que regressava do exílio, estão atreladas aos temas apresentados e categorizados aqui como assuntos políticos.

O entendimento do que vamos considerar por política é um passo fundamental para a sequência proposta. Mesmo que o próprio mecanismo de pesquisa do jornal já aponte essa categoria quando investigado junto ao acervo digital, no caso específico da *Folha de S. Paulo*, ponderamos uma lógica própria no

tocante ao que consideramos temas políticos, a saber: as disputas de poder governamental no Irã, principalmente no processo revolucionário e sua consequente mudança política.

No caso do jornal argentino, *Clarín*, tomando por base os dados da tabela 2 e considerando o período temporal proposto para este estudo, é possível observar que 35 capas trataram da temática política relacionada ao Irã. O número menor, se comparado com o jornal brasileiro, pode ser explicado, em certa medida, pelo fato de não conseguirmos edições sequenciadas do período quando da pesquisa *in loco* na Biblioteca Mariano Moreno em Buenos Aires. Assim, no caso do *Clarín*, este estudo se dá mais por amostragem do que por uma sequência ininterrupta, diferentemente do que ocorre com a *Folha*.

Como já mencionado na tabela 4, entre os anos de 1979 a 1981, 341 capas reportaram o Irã. Destas, 143 trataram especificamente do tema política. Para este estudo, partimos do período de saída do xá, ou seja, 16 de janeiro de 1979, tendo em vista o número significativo de capas e a atenção que o jornal brasileiro deu aos eventos iranianos subsequentes à partida de Mohammad Pahlavi do Irã e o iminente regresso do aiatolá Khomeini.

Partindo da categoria principal, Política, ao examinar as capas que foram selecionadas para analisar esse tema, pôde-se observar o surgimento de 5 subcategorias: 1) Estados Unidos; 2) Irã; 3) Xá; 4) Khomeini e 5) Carter. Assim, tendo em vista que temos dois países e três líderes ligados a essas nações, propomos uma comparação de títulos em duas tabelas: a primeira referente aos países e a segunda referente aos seus líderes. Inicialmente, portanto, na primeira tabela abaixo se comparou o que é exposto nas capas da *Folha de S. Paulo* sobre os Estados Unidos e sobre o Irã. Analisando apenas os títulos de capa do ano de 1979 obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 15 - Títulos de capa do jornal *Folha de S. Paulo* EUA-IRÃ em 1979.

EUA	IRÃ
Washington aconselha xá a deixar o Irã	No Irã, mais 700 mortes em manifestações
Vance anuncia que o xá deixa o Irã “em férias”	Estrangeiros fogem do Irã
Atacada no Irã embaixada dos EUA	A oposição no Irã contra o novo gabinete
EUA retiram do Irã todo seu pessoal	O Irã protesta contra o novo ministro
	“Morte ao xá” gritam ainda os iranianos
	Delírio em Teerã, o xá partiu

EUA	IRÃ
A embaixada dos EUA no Irã invadida	Desordens continuam após a saída do xá
Legação dos EUA no Irã ainda ocupada	Repetem-se os choques no Irã, com 18 mortes
Os EUA decretam emergência	Os violentos confrontos de volta ao Irã
Após violenta nota de advertência ao Irã, os EUA enviam gigantesco porta-aviões "Kitty Hawk" para o Golfo Pérsico	General é linchado em Teerã
Líbios incendeiam a embaixada dos EUA	Explode a luta no Irã
EUA ameaçam o Irã com bloqueio total	Governo Islâmico instala-se no Irã
EUA pedem o apoio dos aliados	O Irã executa quatro generais fiéis ao xá
EUA interpelam Irã sobre número de reféns	No Irã, mais 4 generais condenados
EUA desistem das sanções contra o Irã	O Irã formará mais tribunais revolucionários
	Mais quatro policiais do xá fuzilados
	Fuzilado ex-premiê do Irã; presa irmã do xá
	Fuzilados no Irã mais 6 adeptos do xá
	Executados no Irã mais treze adeptos do Xá
	Condenados à morte Pahlevi e Farah Diba
	Irã suspende o petróleo para os EUA
	O Irã repele enviados de Jimmy Carter
	O Irã quer o ex-xá e vivo
	Irã exige agora o tesouro do xá
	Irã amplia o boicote aos EUA
	Em Teerã, os reféns sofrem nova ameaça
	O Irã ameaça julgar reféns
	Irã declara a "guerra santa"
	Irã marcará o julgamento 'em 48 horas'
	Irã sente-se vitorioso com a saída do xá
	Irã aumenta seu petróleo em 5 dólares
	Irã decide, sob sigilo, a sorte dos 50 reféns
	Irã começa a julgar reféns

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo

Analisando a tabela acima, entre janeiro a dezembro de 1979, a *Folha* fez referência aos Estados Unidos ou ao Irã 48 vezes, destas, 15 aos EUA e 33 aos Irã. Observando os títulos atrelados aos norte-americanos, percebe-se que apenas dois deles tratam de uma ação contra o Irã: a sanção após a tomada da embaixada estadunidense em Teerã e o envio do porta-aviões como medida de imposição de Washington contra o Irã. Os demais títulos apresentam os Estados Unidos como agredidos, conselheiros, pedindo apoio externo, flexíveis, preocupados com os reféns, enfim, atitudes positivas ou valorizadas em uma dita racionalidade diplomática ou política.

Com relação ao Irã, dos 33 enunciados, todos, sem exceção, tratam o país como lugar de desordem, caos, violência, agressividade, intransigência, enfim, ao contrário dos Estados Unidos, valores negativos, não prudentes ou coerentes com

uma nação ordeira, progressiva, moderna etc. É de se considerar que o contexto revolucionário propiciava esse tipo de vinculação, uma vez que o Irã estava em processo de mudança governamental e tal situação não ocorreu de forma pacífica. De qualquer forma, os títulos não procuram atenuar ou explicar de uma forma menos abrasiva as ações iranianas dentro da sua conjuntura de transição política.

Se analisarmos cronologicamente podemos aventar três momentos importantes dentro dos enunciados da tabela: 1) Contexto pré-revolucionário; 2) Após o retorno de Khomeini; 3) Tomada da embaixada dos Estados Unidos. No primeiro, temos a referência ao total caos no Irã, com as manifestações e os embates da população contra as forças militares do xá. Na sequência, após o retorno do aiatolá, as ações de retaliação do líder religioso contra os remanescentes apoiadores do ex-monarca e os ataques aos Estados Unidos. Por fim, as ações do governo iraniano, agora já constituído como República Islâmica, contra os Estados Unidos com a ocupação da embaixada em novembro de 1979.

Agora, passamos a examinar os comparativos entre os líderes governamentais (Khomeini, xá e Carter) quando anunciados pelo periódico brasileiro. Importante lembrar que levando em consideração fatores ou fenômenos cronológicos, o xá sai do Irã logo no início de janeiro e Carter tem maior audiência quando ocorre a tomada da embaixada em novembro. Quanto ao aiatolá, este retorna em fevereiro e segue sendo noticiado sequencialmente. Assim, explica-se, em tese, a significativa maioria de títulos sobre o líder religioso iraniano se comparado com os outros personagens políticos analisados.

Tabela 16 - Comparação enunciados do jornal *Folha* sobre os líderes políticos em 1979.

<b>Xá (Mohammad Reza Pahlavi)</b>	<b>Aiatolá Khomeini</b>	<b>Jimmy Carter</b>
O xá do Irã deverá deixar hoje o poder	Khomeini cria Conselho da Revolução Khomeini volta sexta, após 15 anos de exílio	Carter ameaça usar a força
Xá forma conselho de regência	Khomeini chega sexta ao Irã e instala governo Mais uma vitória do aiatolá	Carter chama Estado-Maior a Camp David
Xá deixa o Irã rumo ao Egito	Khomeini deixa para domingo a volta a Teerã O aiatolá Khomeini deixa a França	Nossa honra está em jogo, afirma Carter
Ex-xá nos EUA;	rumo a Teerã	

<b>Xá (Mohammad Reza Pahlavi)</b>	<b>Aiatolá Khomeini</b>	<b>Jimmy Carter</b>
anuncia-se que está com câncer	Khomeini anuncia a República do Irã	
Xá deixa EUA e crise agrava-se	Khomeini ameaça com guerra civil	Carter pede à ONU boicote contra Irã
	Khomeini apela ao povo e tudo pode acontecer	
	Khomeini ordena e a greve cessa	
	Khomeini rompe relações com Israel	
	Milícia renova apoio a Khomeini	
	Todo o poder ao premiê, pede Khomeini	
	Mulheres outra vez nas ruas contra Khomeini	
	Aiatolá quer açoite contra especuladores	
	Aiatolá ordena rompimento com governo egípcio	
	No Irã, mais 21 partidários do xá são fuzilados	
	Violento ataque de Khomeini aos Estados Unidos	
	Revolucionários do Irã iniciam caça às bebidas	
	No Irã, vinte rebeldes curdos são executados	
	Khomeini manda soltar os negros e as mulheres	
	Espiões, não diplomatas, diz Khomeini	
	Khomeini admite o estado de beligerância contra os infiéis, após mobilizar as forças navais	
	Khomeini faz exortação à luta armada	
	A entrega do xá, ou nada, diz Khomeini	
	Khomeini prevê guerra iminente	

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo

Dos 35 títulos que trazem como elementos principais os líderes políticos, 5 títulos apresentam o xá, Khomeini aparece em 26 e, por fim, Carter está anunciado em 4 capas. Como já referido, uma possível explicação para a diferença nos títulos é a própria conjuntura política favorável ao resultado exposto, o que não isenta a possibilidade de silenciamento ou omissão de notícias sobre o xá e Jimmy Carter.

Lançando um olhar mais detalhado aos enunciados, quanto ao xá, tendo em vista que o contexto era de partida ou fuga do Irã, as notícias dão conta de

apresentar sua retirada às pressas; as escalas do exílio; seu adoecimento e a saída dos Estados Unidos por pressão de Khomeini e da crise dos reféns. Contudo, não é retratado, em momento algum, o governo ditatorial, os motivos para a saída ou a intolerância da sociedade iraniana contra o xá ou o governo. Quanto a Carter, o primeiro título retrata um caráter impositivo do presidente, ameaçando o Irã com uso de força. O contexto em questão era a tomada da embaixada, então entendido como um motivo legítimo, pois se tratava da defesa dos Estados Unidos contra o agressor Irã. Nos demais, um presidente preocupado com a honra estadunidense, racional ao solicitar auxílio da Organização das Nações Unidas e cumpridor do protocolo estadunidense de pautar-se em decisões tomadas junto aos conselheiros militares do Estado Maior. O patrocínio ao regime repressor do xá, entre outros elementos relacionados aos dois governos antes da revolução, não é objeto noticiado, ou seja, é silenciado.

Quanto ao aiatolá Khomeini, podemos dividir as notícias em três momentos cronológicos: 1) do exílio ao retorno; 2) do retorno à tomada da embaixada; 3) a partir da crise dos reféns. Em síntese, em todo os momentos, Khomeini é apresentado como intransigente, vingativo, violento, fanático religioso, irracional e não observador das regras internacionais de diplomacia ou da negociação política, não necessariamente nessa ordem.

Quanto ao jornal *Clarín*, como já explicado, o número de edições que compõe este estudo é menor se comparado com o jornal *Folha*. O não acesso ao número completo de edições se deve ao fato da pesquisa ter sido realizada *in loco* na Biblioteca Nacional de Mariano Moreno em Buenos Aires. Por vezes, os atendentes da biblioteca comunicavam que certos tomos (volumes) não estavam disponíveis para retirada e, por essa razão, não foi possível fotografá-los. De qualquer forma, apresentamos, de forma amostral, o material que pôde ser aferido.

Tabela 17 - Títulos de capa do jornal *Clarín* EUA-IRÃ em 1979.

EUA	IRÃ
Ocuparan la embajada de EE.UU en Irán Copan en Teherán la embajada de EE.UU: 100 rehenes EE.UU recibió garantías de respeto a los rehenes Un rehén se ofrece (Cassius Clay)	Denunció la oposición Irani la massacre de 2.000 personas en la ciudad de Mashad Anuncian en Irán que el cha deja el país y cede el poder, temporariamente, a un consejo regente.

EUA	IRÃ
<p>Mohammad Ali (boxeador)            EE.UU. apoya la salida política            Liberados, abandonan Irán otros diez Norteamericanos            Advirtió EE.UU que puede utilizar la fuerza en Irán            EE.UU advierte a los líderes de Irán que los hace responsables por la suerte de los rehenes            EE.UU. acude a la Corte de La Haya</p>	<p>El nuevo primer ministro de Irán ofrece amplias concesiones a la oposición para frenar el caos.            Masivas manifestaciones iraníes en contra del gobierno y del cha            Convocan a millones de iraníes a las calles de Teherán en abierto desafío al gobierno            Diez millones de iraníes piden el fin de la monarquía y la creación de la república            Irán resolvió reducir sus exportaciones de petróleo en un cincuenta por ciento            Crecen en Irán las manifestaciones femeninas contra la ortodoxia islámica            Iran: Las mujeres impusieron su voluntad            Irán anuló los pactos con Estados Unidos y URSS            Irán canceló sus pactos con EE.UU y Moscú            Mediaciones por los rehenes de Teherán            Nueva amenaza contra los rehenes de Teherán            Amenaza Irán con romper relaciones con EE.UU            Amenaza Irán con matar a los rehenes (caixa alta)            Irán no pagará la deuda externa            Irán no asistiría a la ONU            Irán declaró el Estado de emergencia nacional            Irán no venderá petróleo a quienes adhieran a EE.UU</p>

Fonte: Jornal Clarín.

Observando as notícias de capa do jornal *Clarín* ao longo do ano de 1979, apresentadas na tabela acima, percebemos que, semelhante ao jornal *Folha*, existe um número muito maior de notícias vinculadas ao Irã (17 capas), do que aos Estados Unidos (7 capas). Novamente, o Irã é apresentado pelo periódico argentino como um lugar de caos, desordem e violência. Quanto aos Estados Unidos, as notícias dão exclusividade à tomada da embaixada estadunidense a partir de novembro de 1979, mais uma vez o caráter vitimizante da nação ocidental frente ao agressor oriental.

Tabela 18 - Comparação dos enunciados do jornal *Clarín* sobre os líderes políticos em 1979.

<b>Xá (Mohammad Reza Pahlavi)</b>	<b>Aiatolá Khomeini</b>	<b>Jimmy Carter</b>
El cha abandona Irán por tiempo indefinido	“Esto es solo el primer paso”, anunció Komeini desde Francia	Carter reclamó a Komeini una tregua en Irán: otro terremoto en este país, 1000 muertos. Hubo enfrentamientos.
Reza Pahlevi, muy grave	Komeini regresa “en pocos días” a su país	
El cha ofrece irse	Diálogo de Komeini con EE.UU	Comenzó Carter la negociación con Beguin
	Komeini alerta contra un complot	Carter: “El gobierno de Irán alienta el terrorismo”
	Komeini desafía Washington: exige que se entregue al cha	Carter reclama por otros 70 rehenes
	Ratificó Komeini que someterá a juicio a los rehenes	Carter: “No cederemos al chantaje del gobierno iraní”
	Komeini rechazó a 2 emisarios de Carter: reiteró que quiere al cha	
	Komeini se recluye por veinte días	
	Que busca Komeini?	
	Komeini ordenó la liberación de negros y mujeres	
	Llamamiento de Komeini a los países islámicos	
	Komeini instó a la movilización contra Estados Unidos	
	Komeini: “Movilización total contra EE.UU	
	Komeini habla de su crisis con EE.UU	

Fonte: Jornal Clarín.

Quanto aos líderes políticos apresentados na tabela acima, o xá aparece em três (03) páginas, enquanto Khomeini em (12) doze e Jimmy Carter em apenas quatro (04). Repetindo o jornal brasileiro, Reza Pahlavi é retratado de saída do Irã, posteriormente em seu comunicado de adoecimento e, por fim, oferecendo-se para ser trocado pelos reféns. O aiatolá, que possui significativo número de aparições nas

capas, se comparado com os demais, é novamente reportado da mesma maneira de sempre: inflexível, antiocidental, pregando ódio aos Estados Unidos etc. O então presidente estadunidense, Jimmy Carter, sendo o negociador, racional, equilibrado, enfim, passando a ideia de retrato da nação que dirigia.

Por mais repetitivo que possa parecer, a proposta de comparação dos títulos presentes nas capas tanto do jornal *Folha* quanto do jornal *Clarín*, demonstra o que ao longo da tese procuramos debater, a vinculação ora do país, ora do líder, ao entendimento ou compreensão de cada periódico sobre Irã e Estados Unidos. Ao reportar ambas as nações sob prismas diferentes, os periódicos constroem sentidos ou definem a imagem de cada país ao público leitor.

## 5.2 Seção Internacional e Irã

As reportagens que se encontram na seção Internacional sobre o Irã, tanto do jornal *Clarín* quanto da *Folha de S. Paulo*, tratam, quase exclusivamente, da crise dos reféns gerada pela tomada da embaixada estadunidense em Teerã. As exceções ficam por conta da guerra Irã-Iraque a partir de outubro de 1980. Como já foram apresentadas tabelas e notícias que reportam todo o processo durante seus 444 dias, seria redundante expor novamente o mesmo conteúdo. Sendo assim, neste tópico, apenas apresentaremos alguns números que reforçam aquilo que os capítulos anteriores já demonstraram.

De novembro de 1979 a janeiro de 1981, período que cubriu a crise dos reféns, das 143 capas do jornal brasileiro e 97 capas do jornal argentino enquadradas na categoria Internacional, oitenta por cento destas estampam a crise diplomática com os Estados Unidos após a tomada da embaixada. Em todos os títulos o Irã é entendido como o responsável direto das ações, sem nenhuma contextualização do regime do xá e possíveis motivações que levavam o Irã a ocupar a embaixada. Em algumas reportagens internas, pequenos subtítulos lembravam que o ódio iraniano ficava por conta do processo de ocidentalização que Mohammad Reza Pahlavi procurava promover no Irã a partir da “Revolução Branca”.

Partindo dessa premissa, os iranianos eram apresentados como xenófobos, pois atacavam não apenas os Estados Unidos da América como país, mas atacavam sua cultura ao não aceitá-la no Irã. A intransigência ou antiocidentalismo,

dessa maneira reportado, não tem razão para existir, uma vez que o Ocidente, representado pelos estadunidenses, estava levando a modernidade e o progresso aos povos do Oriente Médio. A defesa às tradições, sobretudo as religiosas, no caso do Irã, não são respeitadas e, muito menos, explicadas nos jornais, o que levaria, no mínimo, a um breve entendimento da necessidade de manutenção do purismo xiita na sociedade iraniana.

Para exemplificarmos a produção de sentidos ou a formação da opinião pública ao reportar os eventos internacionais ligados ao Irã, iremos utilizar como fenômeno chave a “crise dos reféns”. A justificativa para isso parece já ter sido explicada nos capítulos anteriores, porém, cabe salientar que a crise diplomática gerada pelo assalto à embaixada estadunidense em Teerã simboliza um ataque a tudo que grande parte da sociedade iraniana combateu ao longo de décadas do governo tirânico do xá. Sem o devido contexto histórico abordado, o ato ocorrido em 4 de novembro de 1979, isola-se e favorece o discurso ocidental de irracionalidade iraniana ao Ocidente. Assim, tomemos como parâmetro três momentos importantes que podem ser destacados para compreendermos a “crise dos reféns” a partir das fontes apresentadas neste estudo: 1) a tomada da embaixada; 2) a tentativa de resgate dos reféns (operação *Eagle Claw*); e 3) a resolução da crise em 1981.

Tomaremos de exemplo as tabelas 8, 9, 10, 11 e 12. As tabelas citadas contemplam uma compilação das reportagens dos três pontos acima referidos. Na primeira, tabela 8, o jornal *Clarín* reportou 41 vezes a crise dos reféns. Se levarmos em consideração os mesmos critérios utilizados no subtítulo anterior, ou seja, a comparação entre os países envolvidos e os líderes, chegou-se aos seguintes números: dos 41 títulos, 13 reportam o Irã com discurso de agressor e 11 apresentam os Estados Unidos como vítima. No comparativo dos líderes, 12 apresentam Khomeini, 03 o xá e 03 Carter.

Existe equilíbrio no número dos países, contudo, se analisarmos o discurso na sua totalidade, o Irã é o país que agride os Estados Unidos, e sem maiores explicações. Quanto aos líderes, expressivamente Khomeini é o mais lembrado, tendo o xá e Carter empatado. Ainda quanto aos países, subcategorias emergem: a) Embaixada ocupada (3); b) Irã ameaçando sentenciar os reféns à morte (3); c) Irã rompendo acordos internacionais (2); d) Estados Unidos recorrendo à ONU ou à corte de Haya (4); e) Irã negando pagar dívidas externas (3); f) Celebidades estadunidenses ou ocidentais oferecendo-se para serem trocadas pelos reféns (3).

Quanto aos líderes: a) Khomeini não negociando com os Estados Unidos ou qualquer outra autoridade ocidental (5); b) Khomeini pedindo mobilização contra os Estados Unidos (4); c) Khomeini liberta mulheres e negros (1); d) o xá enfermo (3); e) Carter acusa Irã de terrorista (1); Carter pede soltura imediata dos reféns (1); Carter diz que não aceitará chantagem do Irã (1).

Na tabela 9, a qual trata da tomada da embaixada no jornal *Folha de S. Paulo*, como já mencionado no capítulo anterior, entre os dias 06 de novembro a 31 de dezembro de 1979, 47 capas do periódico brasileiro deram destaque ao evento de ocupação da chancelaria estadunidense em Teerã. Apesar da obviedade aparente, neste caso, em demonstrar o Irã como agressor e os Estados Unidos como vítima da irracionalidade iraniana, o teor ou inclinação das reportagens é o que mais chama atenção. Alguns exemplos disso são: a ênfase no sentenciamento dos reféns por parte do governo de Teerã; as ações estadunidenses ligadas aos valores ocidentais na tentativa de libertação dos funcionários da embaixada, por exemplo, Natal, orações pelos reféns, líderes religiosos (papa) intervindo em prol da crise, instituições com expressiva representatividade ocidental, neste caso a ONU, bloqueio de fornecimento de petróleo por parte do Irã; Irã declarando “guerra santa” contra os infiéis etc.

Todos esses fragmentos presentes nas reportagens demonstram claramente a intenção do periódico em produzir ou construir uma imagem negativa do Irã, deixando evidente que se tratava de um governo que não respeitava regras internacionais – moldadas pelo Ocidente – e que não mediria esforços para conseguir efetivar suas exigências: a extradição de Mohammad Reza Pahlavi e a recuperação dos bens do xá para os cofres iranianos.

A tabela 10 retrata o início de 1980, sendo que no período de 02 a 27 de janeiro, 20 capas retrataram a crise dos reféns. Alguns atritos internos entre os líderes xiitas no recém formado governo da república islâmica propunham um tom de desgoverno ou desarranjo político entre os aiatolás. Obviamente que em todo o governo existem alas: umas mais radicais e outras mais flexíveis. Contudo, a intenção das notícias parecia constantemente demonstrar que o Irã não possuía um sistema político organizado e que isso era mais uma evidência do caos em que o país estava mergulhado. Com relação aos reféns, a ONU dava um prazo de 7 dias para o Irã se pronunciar sobre a libertação dos aprisionados. Em seguida, alegando

questões de saúde, Khomeini se afastaria do governo por 15 dias, elemento que gerava críticas do periódico.

O governo de Washington, observando que os estudantes iranianos mantinham sua posição, deu início a um bloqueio econômico contra o governo de Teerã, na intenção de isolar o país do mundo, configurando-se em uma estratégia que, em tese, forçaria os aiatolás a recuarem e, assim, obrigarem os invasores da embaixada a libertarem os reféns. Em meio a todo esse cenário, as primárias eleitorais iniciavam nos Estados Unidos e Jimmy Carter tinha o desafio inicial de vencer seu concorrente de mesmo partido, o democrata e senador Ted Kennedy. Era evidente que qualquer ação de Carter com relação à crise dos reféns poderia, ou colocá-lo como herói americano, digno dos filmes holywoodianos, ou torná-lo um vilão que comprometeria sua imagem junto ao eleitorado. Assim, de acordo com Chomsky, analisando as articulações jornalísticas sobre a relação entre Irã e Estados Unidos,

As definições oficiais não respondem com precisão a todas as questões. Não definem, por exemplo, uma fronteira nítida entre *terrorismo internacional* e *agressão*, ou entre *terror* e *resistência*. Estas questões foram surgindo de formas interessantes e que têm uma relação direta com a redeclarada guerra ao terror e com os títulos dos jornais de hoje em dia (CHOMSKY, 2007, p.187).

E complementa:

Veja-se a distinção entre terror e resistência. Uma questão que se coloca, desde logo, é a da legitimidade de ações que visem implementar “o direito à autodeterminação, liberdade e independência, como resultado da Carta das Nações Unidas, de povos privados desse direito pela força... em particular os povos sob regimes coloniais e racistas e sob ocupação estrangeira” Entram essas ações na categoria de *terror* ou *resistência*? (CHOMSKY, 2007, p. 188).

A pergunta é: até que ponto o Irã estava comentando um ato terrorista ou estava resistindo ao mandonismo ou imperialismo estadunidense? Nesse contexto, o Irã escolhia seu presidente aos moldes de uma democracia ocidental, a sociedade iraniana iria votar e eleger um primeiro ministro. O economista e jornalista Abolhassan Bani Sadr, formado na universidade de Paris, foi um líder estudantil que lutou nos anos 1960 contra a ditadura do xá. Gozava de prestígio junto à sociedade iraniana e, principalmente junto aos líderes xiitas. Tinha a característica de negociador e pessoa sensata, coerente. Iniciou seu governo enfrentando a crise com

os Estados Unidos e a Guerra contra o Iraque. Eleito com 78% dos votos, seu governo durou cerca de um ano (1980-1981), pois foi acusado pelos líderes revolucionários de ser flexível com as referidas crises internacionais que o Irã enfrentava. Teve seu impeachment aprovado pelo Majilis, parlamento iraniano, e exilou-se em Paris onde vive até hoje.

A tabela 11, no período de 2 de fevereiro a 31 de março, retrata, em parte, os desafios de Bani Sadr. Contudo, no entendimento do periódico brasileiro, os Estados Unidos viam no novo ministro a abertura ou possibilidade de negociação com o governo de Teerã. Desse modo, a primeira reportagem sobre a crise em fevereiro de 1980, apresenta justamente uma ideia positiva para a crise. Dois dias depois, em virtude das exigências iranianas e alegando que o primeiro-ministro, recém-eleito, não tinha voz ativa no governo, segundo a FSP, o entusiasmo estadunidense retrocedia.

Na sequência dos títulos, outros elementos que circundam a crise surgem, um deles é a afirmação do governo estadunidense que o governo soviético estaria agindo no Irã aproveitando-se da crise com os Estados Unidos. Vale lembrar que a década de 1980 foi de reaquecimento da Guerra Fria e do nascimento do neoliberalismo no bloco capitalista. O Irã desmentiu a ideia, dizendo que não tinha alianças com os soviéticos, mesmo sabendo da rivalidade entre estes e os EUA. Importante destacar que no processo de consolidação da República no Irã, o partido comunista *Tudeh* e seus seguidores, não tiveram aceitação por parte dos clérigos iranianos.

Em outros momentos o periódico afirmava que Khomeini desistira de exigir o xá como moeda de troca pelos reféns, em seguida dizia que o aiatolá tinha novas exigências, contudo, na seção Internacional da edição do dia 11 de março de 1980, não existem outras exigências, mas sim um debate entre a possibilidade do governo iraniano assumir a posse dos reféns que era dos estudantes iranianos que compunham a guarda revolucionária. Khomeini inclusive não aceitava essa transferência e alegava que os estudantes eram “heróis” do processo de mudança governamental.

A tabela 12, em suas 25 capas no período de 02 a 30 de abril de 1980, a FSP, manteve as questões do impasse entre Irã e EUA sobre a crise dos reféns. O destaque, em grande parte das mencionadas capas, girou em torno da cobrança em ações efetivas por parte do presidente Carter (democrata). A pressão, sobretudo do Congresso estadunidense, formado por maioria republicana, dizia que apenas ações

militares poderiam resolver a crise. E a capa do dia 26 de abril traria a notícia da tentativa frustrada de resgate dos reféns através de uma operação militar estadunidense. A já referida em capítulos anteriores, operação Eagle Claw, além de ceifar vidas de soldados americanos, fortaleceu a possibilidade de justificação dos reféns por parte dos estudantes iranianos. A questão é a sequência das reportagens sobre esse assunto. Foram apenas outras 4 capas neste mês que deram cobertura aos fatos, sendo que no mês seguinte o assunto foi “abafado”, não tendo grande repercussão. Por que o periódico ou as agências internacionais não repercutiram o insucesso estadunidense como faziam com as questões ligadas ao assalto da embaixada?

Mesmo assim, nas poucas edições que relataram o evento da operação, as explicações vindas do governo dos Estados Unidos e o elemento de coragem do presidente Carter em tentar resolver a crise foram mais visíveis e tornaram a comoção da crise ainda mais forte. Mesmo gerando um processo administrativo e vários inquéritos, tanto militares quanto civis, o Congresso admitia que estivesse pressionando em demasia o presidente Carter e que tinha responsabilidade sobre os erros da operação. Ao final, ninguém foi punido, e as reportagens focavam mais nas atitudes iranianas de retaliação do que nos erros de Washington.

### 5.3 Economia e Irã

A categoria economia teve um dos menores índices de notícias vinculadas ao Irã nos jornais que compõem o corpus desta pesquisa. No Jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos 1979-1980, 24 capas, sendo 15 em 1979, 09 em 1980 e nenhuma até onde foi analisado em 1981, trouxeram essa categoria como assunto principal. Isso pode ser justificado pelo contexto do processo revolucionário e, posteriormente, pela crise dos reféns terem ocupado maciçamente as pautas do jornal e das agências internacionais.

No jornal argentino *Clarín* o número é ainda menor: são apenas 4 notícias no recorte temporal já mencionado, 03 em 1979 e uma em 1980. Da mesma forma que o periódico brasileiro, a preocupação recaía muito mais nos assuntos política e relações internacionais do que em aspectos econômicos. Mesmo assim, procuramos

realizar uma análise do que os conteúdos relacionados a essa categoria poderiam colaborar com a tese proposta neste estudo. Por menor ou menos significativa que possa parecer, o assunto seguiu a tendência das outras duas categorias já apresentadas. O Irã, ao tomar medidas protecionistaistas com um dos seus maiores bens econômicos, o petróleo, é reportado pelos periódicos como um país isolado e que tentava aproveitar-se do petróleo para praticar valores incoerentes com o mercado internacional, gerando o aumento do combustível no Ocidente, ou seja, o Irã novamente era culpabilizado.

O petróleo é o que podemos chamar de “carro chefe” dos assuntos vinculados ao Irã no que diz respeito à categoria economia. Tratando-se de um país que, na época, era o quarto maior produtor e terceiro maior exportador do produto, tendo como mercados principalmente as potências europeias e os Estados Unidos, o processo transitório da monarquia para a República gerou um grande colapso nas exportações do petróleo iraniano ao Ocidente. Igor Fuser lembra que,

Entre os países do Oriente Médio, o Irã foi o primeiro a descobrir e a produzir petróleo. Durante a maior parte do século 20, esteve entre os maiores exportadores mundiais desse combustível. O país também se destaca, ao longo da história, pelo conflito com as grandes empresas petrolíferas internacionais e com as potências imperialistas que protegem seus interesses (FUSER, 2020, p. 143).

A partir da República Islâmica, o Irã diminuiu significativamente suas exportações para o Ocidente, principalmente para os Estados Unidos. Tal medida protetiva não era encarada dessa maneira e, nos jornais, evidenciou-se esse olhar ao retratar o Irã como um país não disposto a negociar. Em algumas edições o Brasil e a Argentina eram reportados pela preocupação de ambos os governos na diminuição das exportações iranianas do petróleo. O contexto da crise dos reféns e, na sequência, a guerra contra o Iraque, reforçariam esse embargo para os países ocidentais.

Retomando brevemente a história iraniana, em 1951, como já foi exposto neste estudo, o governo iraniano tendo como primeiro ministro Mohammad Mossadegh, nacionalizou o petróleo. Até então, franceses e britânicos dividiam o controle das reservas petrolíferas iranianas, deixando apenas uma pequena parte do que era explorado para o governo do país. Após a nacionalização do petróleo, esses países perderam uma das principais reservas do mundo, o que resultou, dois anos

mais tarde, em 1953, na deposição golpista do premier iraniano e, de sobra, inaugurou a autocracia tirânica do xá Mohammad Reza Pahlavi com as bênçãos da Inglaterra e, principalmente, dos Estados Unidos, articuladores do golpe através da já referida operação Ajax.

Importante ressaltar que em nenhuma das reportagens cujo petróleo iraniano é mote, tanto o episódio da operação quanto a pilhagem britânica, francesa e estadunidense são apresentados. Contudo, as notícias dão conta de demonstrar o quão desumano o governo dos aiatolás era ao negar petróleo ao Ocidente. Mesmo que o compromisso dos periódicos não seja rememorar eventos históricos daquilo que estão noticiando, é importante destacar que esse silenciamento apresentasse como uma estratégia discursiva recorrente. A instantaneidade dos fatos apaga contextos que poderiam reverter o posicionamento dos leitores acerca do que estavam observando. Contudo, ao inclinar-se a um modelo ideológico, nesse caso a defesa dos valores ocidentais, os periódicos não fazem questão de publicizar fatos históricos que explicassem o ranço iraniano para com o Ocidente.

O Irã enfrenta pressões econômicas e políticas dos EUA desde 1979, quando a ditadura do xá Reza Pahlavi – instalado no poder pela CIA após a deposição de Mossadegh – foi derrubada por um levante popular liderado pelo aiatolá Khomeini. Os dois países romperam relações e a indústria iraniana de petróleo, mais uma vez, se tornou um alvo preferencial do imperialismo, que tem buscado ao longo dessas quatro décadas, asfixiar a economia do Irã como um meio de causar descontentamento popular e, por fim, a desestabilização do governo. Uma lei adotada na gestão do presidente estadunidense Bill Clinton, em 1995, e renovada em 2004 pelo presidente George W. Bush, proíbe empresas estadunidenses de fazer negócios com o Irã (FUSER, 2020, p. 145).

As tensões entre Estados Unidos e Irã a partir de 1979, mais especificamente após a revolução, definiram também os rumos das relações comerciais, em especial do fornecimento de petróleo entre essas nações. As reportagens, tanto no jornal *Folha* quanto no *Clarín*, não mencionam como se dava tal relação no período monárquico iraniano. A exploração do petróleo feita primeiramente pela Inglaterra em conjunto com a França, desde fins do século XIX e primeiro quarto do XX, posteriormente Estados Unidos a partir de 1941 até 1979 – excetuando a lacuna entre 1951 a 1953 - não é explicada pelos periódicos. Sendo assim, ao ler as reportagens sobre os embargos do petróleo por parte do Irã ao Ocidente, o governo dos aiatolás é traduzido como isolacionista, intransigente e que preferia negociar o

petróleo fora da OPEP, pois poderia colocar os preços que bem entendesse, sem seguir regras internacionalmente construídas, ou seja, leia-se, favoráveis às potências ocidentais.

Depois de mais de 30 anos, o governo Barack Obama retomou negociações com o Irã. Desde o projeto de energia e tecnologia nuclear até o petróleo, foram reestabelecidas as relações entre as nações. Iniciava-se, aparentemente, um novo ciclo de cooperação comercial entre os dois países. Isso duraria até a atual gestão de Donald Trump, que revogaria todos os acordos estabelecidos por Obama, retrocedendo ao patamar inicial pós-xá.

O mandato presidencial de Donald Trump, iniciado em 2017, trouxe uma nova reviravolta nas relações com o Irã, com o cancelamento unilateral do JCPOA pelo governo estadunidense e o retorno de todas as sanções que haviam sido revogadas ou aliviadas na gestão Obama. As empresas europeias, que haviam retomado os investimentos no Irã, suspenderam todos os negócios, por receio das represálias estabelecidas pelas autoridades dos EUA (FUSER, 2020, p. 169).

Com isso, observamos a manutenção das tensões entre Washington e Teerã, sendo que os argumentos para tais ações estadunidenses justificam-se sem maiores explicações, ao passo que por todo o contexto construído ao longo das últimas quatro décadas, o Irã apareça como responsável da situação.

#### 5.4 Cultura, sociedade e Irã

As questões ligadas às categorias cultura e sociedade aparecem em menor número se comparadas com as demais categorias aqui apresentadas. Entretanto, o número inferior não diminui a importância deste elemento, uma vez que traduz, em muito, o pensamento ocidental acerca do Irã. Questões de gênero e religião aparecem como principais pontos de comparação, principalmente quando se trata do papel da mulher na sociedade iraniana e da relação entre política e religião.

O uso do véu, por exemplo, é abordado em duas edições em março de 1979, logo após a saída do xá e as primeiras ações do governo provisório até a promulgação da República Islâmica. Passeatas de mulheres contra as políticas dos aiatolás, entendidas como machistas ou segregadoras, são reportadas tanto em

*Clarín* quanto na *Folha*. Entretanto, os periódicos não mencionam o número de pessoas que protestavam nem a classe da qual faziam parte. Levando em consideração que milhões de iranianos, tanto homens quanto mulheres, foram às ruas a partir de agosto de 1978 lutar pela queda da monarquia, e sabedores que uma das principais reivindicações era um governo capitaneado pelos aiatolás xiitas, ou seja, que teria como base os preceitos da fé islâmica, seria contraditório que as mesmas mulheres que reivindicaram tais mudanças, logo após obterem êxito, protestassem contra o que recentemente conquistaram.

Algumas charges do cartunista Landrú, no jornal *Clarín*, exemplificavam a visão do jornal sobre questões da vestimenta islâmica iraniana, tanto a túnica dos aiatolás quanto o uso do véu pelas mulheres. Recorrendo sempre ao exotismo de tais roupas, as imagens focavam em demonstrar o quão severo poderia ser o não cumprimento de tais obrigações islâmicas.

Quanto à relação política e religião, mesmo admitindo que a República Islâmica tivesse sido promulgada via plebiscito, ou seja, teria ocorrido, portanto, uma consulta popular ao modelo governamental que se instalaria no país após o processo revolucionário, os jornais não entendiam tal formato, visto que havia um líder supremo que poderia vetar os escolhidos pelo voto popular. O modelo *wilayat al-faqih*, nem de longe é explicado, ou pelo menos mencionado, em nenhum dos jornais. Sendo assim, tudo que se poderia compreender no Ocidente do governo iraniano a partir da República era uma espécie de regime monárquico com outra figura, agora a do aiatolá Khomeini.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao Irã e a análise realizada nos periódicos acerca das representações criadas sobre a revolução iraniana e os primeiros anos de instituição da República Islâmica, observamos que tanto *Clarín* quanto a *Folha de S. Paulo* mantiveram seus discursos imagéticos e textuais articulados com a imprensa ocidental, em especial a estadunidense. O enfrentamento da cultura islâmica e iraniana é visível e constante em ambos os impressos, revelando a posição adotada pelos jornais ao reportar o Irã aos seus leitores. Mesmo fazendo uso, em grande medida, de agências internacionais, os jornais - argentino e brasileiro - replicam e reforçam cada qual a sua medida e forma, a visão internacional ocidental do Irã em seus respectivos países, sem maiores questionamentos daquilo que está sendo apresentado.

De forma unilateral e parcial, mesmo que por vezes implicitamente, ambos os impressos transpõem um Irã irracional, agressivo, governado por fanáticos religiosos, terroristas, antiprogressistas, fundamentalistas, enfim, um país mergulhado no retrocesso e que se orgulhava da postura conservadora e intransigente. Nessa perspectiva, o Irã configura-se como uma nação na contramão da modernidade, isolado internacionalmente, diferentemente do Ocidente que propõe, até hoje, um modelo ideal de mundo ou sociedade, ou seja, um formato de nação a ser seguido e principalmente respeitado.

Porém, contextualizar ou propor contrapontos entre o antes e o depois da revolução, a partir do processo de mudança política no Irã, possibilitando assim uma análise mais aprofundada do governo de Mohammad Reza Pahlavi e o apoio que possuía dos Estados Unidos ao longo de quase quatro décadas, não é visualizado nos impressos. O silenciamento ou ocultação desse aspecto, ou seja, um governo democrático e liberal que patrocinava uma feroz ditadura, cujo propósito era cercear os direitos civis da população e aumentar o fosso das desigualdades sociais agudas e gritantes em detrimento da abertura sem precedentes ao capital internacional, não era preocupação dos editoriais, nem de *Clarín*, muito menos da *Folha de S. Paulo*.

Chomsky propõe uma discussão sobre até que ponto as questões de violência no Oriente Médio e em outros lugares do mundo são atos irracionais, como a imprensa quer que sempre pareçam, e, principalmente, até que ponto isso poderia

ser entendido como resistência às imposições ocidentais no mundo islâmico, por exemplo. A promoção dessa leitura de mundo ideal, ligada aos preceitos cristãos, liberais e democráticos do Ocidente nos parece comum na imprensa. A intervenção legitimada pelo caráter civilizatório, ou de levar a luz onde existem trevas, faz parte dos discursos que justificam a presença ou a determinação dos valores ocidentais no Oriente Médio. Cabe destacar que isso já ocorre, de forma mais incisiva, desde o século XIX com o neocolonialismo europeu na África e em parte da Ásia.

A luta contra a ocidentalização e a defesa dos preceitos da fé islâmica, nos impressos, é representada como ameaças ao Ocidente, intransigências culturais ou, simplesmente, como um perfil de atraso frente às maravilhas que o progresso ocidental pode promover. A observância que o Ocidente foi para os iranianos, para a maior parte da população, a tradução do terror e da deturpação dos preceitos do xiismo, não é levada em consideração ao traduzir a sociedade iraniana e os clérigos xiitas como antiocidentais sem razão, sem justificativa.

A partir de tudo que foi exposto, o *Orientalismo*, conceito fundamentado pelas pesquisas de Edward Said e utilizado como presuposto teórico chave nesta tese, está presente em praticamente todas as reportagens, títulos e imagens vinculadas pelos periódicos sobre o Irã, sua sociedade, cultura e religiosidade. Isso reforça o ideal de superioridade ocidental e posiciona a imprensa como leitor autorizado de mundo através do conteúdo que os impressos se propõem ou transmitem e apresentam-no a partir de um prisma cristão, liberal e moderno.

Passados 40 anos da revolução iraniana, observamos a manutenção do discurso de ódio sobre o Oriente (Irã) por parte do Ocidente (principalmente Estados Unidos). As conexões com o terrorismo, fundamentalismo religioso homogeneizador e todo tipo de estereótipos ligados aos preceitos da fé islâmica, permanecem vivas e, por vezes, revigoradas. Basta lembrarmos que o último embate entre Irã e Estados Unidos se deu quando o presidente Donald Trump ordenou o assassinato do General iraniano Qasem Soleimani, ocorrido no Iraque em janeiro de 2020.

Importante em toda a reconstrução da defesa militar interna no Irã, Soleimani ajudou a impedir que forças estrangeiras, assim como a estadunidense, repetissem a intervenção governamental ocorrida durante grande parte do governo do xá Mohammad Reza Pahlavi. Destacou-se na guerra Irã-Iraque e manteve-se ao longo de décadas à frente da guarda revolucionária iraniana. Era considerado um entrave aos planos ocidentais no Oriente Médio, sobretudo no Irã.

Dessa forma, a construção do outro a qual nos referimos e, nesse caso tratando-se do islâmico no Ocidente, precisa ser debatida e combatida através da exposição. Para tanto, as pesquisas nos campos das Ciências Sociais: História, Antropologia, Geografia, Ciências Políticas, enfim, todas as áreas possíveis se fazem de extrema importância e necessidade. É urgente o imperativo em demonstrar que o discurso salvacionista, humano e libertador ocidental, sobretudo o estadunidense, pode ser, na verdade, tão ou mais belicoso do que qualquer outro no mundo, principalmente se comparado com o Oriente, seja ele o islâmico ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Cambridge University Press: New York, 2008.
- ADGHIRNI, Samy. **Os iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ADORNO, Theodor. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- AFARY, JANET. **Foucault e a Revolução Iraniana**: as relações de gênero e as seduções do Islamismo. Tradução de Fábio Faria. – São Paulo: É realizações, 2011.
- ALGAR, Hamid (Org.). **Islam and Revolution**: Writings and Declarations of Imam Khomeini (1941-1980). North Haledon: Mizan Press, 1981.
- AMARAL, Aline Moreira do. **A representação da Mulher em O círculo de Jafar Pahani** – O Irã, O islã e o cinema (1979-2001). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. São Paulo, p. 216. 2015.
- ARCOS, Javier Castro. **El Kemalismo**: Un caso de centralitarismo práctico-radical en la disyuntiva identitaria turca. Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938). Universum. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, vol. 2, núm. 26, 2011, p. 83-99 Universidad de Talca, Chile.
- ARJOMAND, Said Amir. **The Turban for the Crown**: The Islamic Revolution in Iran. New York: Oxford University Press, 1988.
- ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª edição, São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução – Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAKHASH, Shaul. **The Reign of the Ayatollahs**: Iran and the Islamic Revolution. New York: Basic Books, 1984.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René **Por uma história política**. 2ª Ed. – Tradução Dora Rocha; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.185-212.
- BORRELLI, Marcelo. Clarín frente a los años de Videla y Martínez de Hoz (1976-1981). Entre el apoyo político y la objeción económica. **Cuadernos de H Ideas**, La Plata, n. 6, jan. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOWDEN, Mark. **Huéspedes del ayatolá**: la crisis de los rehenes en Teherán. Tradución de Joan Solé. Barcelona: RBA Libros, S.A, 2006.

BRITO, Bernardo de Azevedo. **Iraque**: dos primórdios à procura de um destino. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 367p.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. A "revolução branca". In: Newton Carlos (ed.). **Irã**. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979. CARLOS, Newton (Editor). **Irã**: a força de um povo e sua religião. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1979, 164 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. **O império americano**: hegemonia ou sobrevivência. Tradução – Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COGIOLLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Renato J. **A Influência dos Ulemás Xiitas nas Transformações Políticas Ocorridas no Irã Durante o Século XX**: O Wilayat al-Faqih e o Pragmatismo dos Aiatolás como Inviabilizadores na Expansão da Revolução Iraniana. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 294 f., São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã**. São Paulo: Porto de Idéias, 2017.

COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.) **República Islâmica do Irã**: 40 anos de Khomeini a Soleimani. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FABRICIO, Branca Falabella; LOPES, Luiz Paulo da Moita. O discurso ocidentalista como arma de guerra: a construção de alteridades na mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e Memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 237-257.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. Dissertação (Dissertação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, p. 261. 2005.

\_\_\_\_\_. Petróleo iraniano, da pilhagem britânica ao bloqueio estadunidense. In: Costa, Renatho; Traumann, Andrew (Orgs). **República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 143-174.

GALDIOLI, Andreza da Silva. "**A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança**". Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), São Paulo, p. 147. 2008.

GOMES, Eduardo Teixeira. **A revolução iraniana na perspectiva de Khomeini: representações e paradigmas de um governo islâmico xiita (1979-1989)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória - ES, p. 215. 2007.

GOMES, Ingrid. **Olhares sobre o outro: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S.Paulo e Folha de S. Paulo**. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução – José Viegas. -São Paulo: Companhia das letras, 2007.

JORNAL CLARIN. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires, Argentina.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO. Acervo digital disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>, acesso entre março de 2016 a dezembro de 2020.

KHATAMI, Muhammad. **Diálogo entre civilizações: o Irã contemporâneo e o Ocidente**. Edição, tradução e apresentação Silvio Queiroz, Sérgio Rizek. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **O xá dos xás: a queda do último xá do Irã, que pretendia transformar seu país numa superpotência**. Tradução: Tomasz Barcinski. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KINZER, Stephen. **Todos os homens do xá: o golpe Norte-Americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio**. Tradução – Pedro Jorgensen Jr. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEWIS, Bernard. **Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

\_\_\_\_\_. **O que deu errado no Oriente Médio?** Tradução – Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. **A crise do Islã: guerra santa e terror profano.** Tradução – Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense.** Tradução por Jaime A. Clasen. – São Paulo: Boitempo, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS, Ana Luiza (orgs). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

LUCCHESI, Marco. (Org). **Caminhos do islã.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

LUISE Boserberg. "Neoliberalismo, Reformas y Apertura en Irán: ¿Un Nuevo País?". *Historia Crítica*, no. 15 (1997): 51-65.

MEIHY, Murilo. **Por devoção à República: Nação e Revolução no Irã entre 1978 e 1988.** Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, Rio de Janeiro, p. 262. 2007.

\_\_\_\_\_. **As mil e uma noites mal dormidas: a formação da República Islâmica do Irã.** Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

MONTENEGRO, Silvia. **Dilemas identitários do Islã no Brasil – a comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro.** 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MONTENEGRO, Silvia M. **Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil.** *Mana* [online]. 2002, vol.8, n.1, p.63-91. ISSN 1678-4944. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100003>. Acesso em 07 jul. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Paul Virilio: o Pensador do Instante Contemporâneo.** Contexto e Educação – Editora Unijuí. Ano 17. N. 65. Jan/Mar. 2002, p. 37-54.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. **Paulo Francis: polemista profissional**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

NYE, Joseph. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, v. 15, n.º 29. São Paulo: 1995.

PREISS, José Luiz Silva. **Brasil e Argentina no Oriente Médio: do pós-segunda guerra mundial ao final da guerra fria**. 2013. 199 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica – PUC-RS, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/5473>. Acesso em 21 maio 2020, às 14h54min.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª Ed. – Tradução Dora Rocha; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução, Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Converging Islam**. How the media and the experts determine how we see the resto of the world. London: Vintage Books, 2007.

SILVEIRA, Mauro Cesar. **A história de independência do clarín.com e as mudanças no processo de convergência com o jornal impresso**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 37-56 julho/dezembro 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/9549/7389>. Acesso em 17 jan. 2020, às 16h34min.

SIMÃO, Licínia. **República Islâmica do Irão**. Coimbra, 2011. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/31221>. Acesso em 05 fev. 2019, às 14h32min.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Tradução – Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **Os militares e os Aiatolás: Relações Brasil-Irã (1979-1985)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. A fúria de Ajax: 27 anos de relações EUA-IRÃ (1953-1980). **REVISTA LITTERIS** - ISSN 1983-7429 - Número 4, edição quadrimestral – março de 2010, Dossiê Estudos Árabes & Islâmicos, UFPR, Curitiba, 2010.

VAGNI, Juan José. **El oriente árabe-islámico y sus representaciones: una aproximación desde la obra y la trayectoria de Edward Said**. Universidad Nacional

de Córdoba – Centro de Estudios Avanzados (CEA). Estudios nº. 17 (Primavera, 2005), p. 139-147. Disponível em:<file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/Dialnet-EIOrienteArabeislamicoYSusRepresentaciones-5364743.pdf>. Acesso em 30 set. 2019, às 23h07min.

VIRILIO, Paul. **Guerra Pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

WRIGHT, Robin. **The Last Great Revolution**: turmoil and transformation in Iran. New York: Alfred A. Knopf, 2000.

ZAHAR, León Rodríguez. **La revolución Islâmica-clerical de Irán, 1978-1989**. El Colégio de México: México, D. F., 1991.

ZANONI, David Anderson. E agora Reagan? O caso Irã-Contras nas páginas da Revista Veja (1986-1987). **Revista Dimensões** – ISSN 2179-8869 – nº 44, edição semestral, agosto de 2020, dossiê: Opinião pública e instituições políticas nos períodos moderno e contemporâneo. Disponível em:  
<https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21705>.